



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE FAMÍLIA POR DIFERENTES GERAÇÕES E  
SUA RELAÇÃO COM A MEMÓRIA SOCIAL**

Doutoranda: Fernanda Siqueira Ribeiro  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima de Souza Santos

RECIFE  
2016

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE FAMÍLIA POR DIFERENTES GERAÇÕES E  
SUA RELAÇÃO COM A MEMÓRIA SOCIAL**

Fernanda Siqueira Ribeiro

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE FAMÍLIA POR DIFERENTES GERAÇÕES E  
SUA RELAÇÃO COM A MEMÓRIA SOCIAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Psicologia.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima de Souza Santos.

RECIFE

2016

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Rodrigo Fernando Galvão de Siqueira, CRB-4 1689

R484r Ribeiro, Fernanda Siqueira.  
Representações sociais de família por diferentes gerações e sua relação com a memória social / Fernanda Siqueira Ribeiro. – 2016.  
213 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Maria de Fátima de Souza Santos.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2016.  
Inclui referências apêndices e anexos.

1. Psicologia. 2. Memória coletiva. 3. Percepção. 4. Família. 5. Família- Aspectos psíquicos. 6. Família - Pesquisa. I. Santos, Maria de Fátima de Souza (Orientadora). II. Título.

150 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2016-48)

FERNANDA SIQUEIRA RIBEIRO

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE FAMÍLIA POR DIFERENTES GERAÇÕES E  
SUA RELAÇÃO COM A MEMÓRIA SOCIAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Psicologia.

Aprovada em: 27/04/2016

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima de Souza Santos  
(Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Zeidi Araújo Trindade  
(Examinadora Externa)  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Smith Menandro  
(Examinadora Externa)  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Renata Lira dos Santos Aléssio  
(Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Isabel Pedrosa  
(Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

*Dedico este trabalho a toda a minha  
família e, em especial, ao meu esposo  
e a minha filha Júlia que até o presente  
momento, ainda está sendo gestada.*

## AGRADECIMENTOS

A palavra **gratidão**, para mim, significa retornar a honra a quem merece, por reconhecer que sozinha nunca teria chegado até aqui. Minha primeira e maior gratidão é para o meu Deus, que sempre guiou os meus passos, fazendo-me alcançar degraus maiores do que eu mesma poderia imaginar. Sua proteção e direção, em cada momento, renovaram-me as forças para não desistir no caminho; a Ele eu devolvo toda honra e toda glória.

Gratidão a minha família que, no meio da caminhada, foi transformando-se e ampliando-se. Expresso meu amor ao meu esposo, Diógenes de Souza Leão Filho, que surgiu no meio da caminhada deste doutorado e que me proporcionou incentivo e apoio até o fim. E como não ser grata também pelo fruto gerado na reta final desta tese? Vivo a alegria de gestar um/a filho/a e, assim, poder experimentar mais um dos lugares na família que tanto debati aqui, o de mãe.

E, quando falo dos vários lugares da família, gratidão é o que não falta aos meus pais, Walderi e Cristina, companheiros em todas as horas, apoiadores de todos os meus projetos; nessa relação, o ser filha é um presente. Nesse pacote da família, está a minha irmã Sandra, mãe dos meus adoráveis sobrinhos, Thaís e Victor, e o meu irmão Marcelo, que sempre torceram por essa conquista na minha vida.

A gratidão chega à dimensão acadêmica, na qual tive o privilégio de ser orientada pela querida e competente Fátima Santos, que, desde a minha graduação, esteve presente como uma das grandes professoras da minha formação. Lembro-me que, desde o momento em que vislumbrei fazer a seleção para o mestrado, foi ela quem me incentivou e me deu as coordenadas para tal. Essa amada professora tem a marca do sorriso e da leveza, o que tornava esse árduo trabalho bem mais tranquilo durante as orientações. Sua experiência e competência somadas a seu perfil leve favoreceram o processo de aprendizagem e desenvolvimento de um trabalho que se apresentou como um grande desafio intelectual.

No corpo docente, minha gratidão também vai para outra professora chamada Fatima, a quem devo a minha base como pesquisadora no processo vivido no mestrado. Uma grande incentivadora que muito me ajudou na seleção do doutorado. Minha gratidão a Fatima Cruz que sempre se mostrou disponível e acessível em todo tempo.

Grata também a todo corpo docente dessa formação: Isabel Pedrosa, Jaileila, Luiz Felipe, Fátima Santos, que ministraram importantes disciplinas. À orientadora do estágio à docência, Alessandra, que me deu a oportunidade de fazer esse estágio em sua disciplina.

Como não agradecer aos meus queridos colegas da primeira turma do doutorado? À querida Amanda, presente desde o mestrado e que hoje acompanha cada momento da minha vida. Sua amizade ultrapassou a convivência de sala de aula e alcançou o status de irmandade, parte da minha família escolhida. E às novas amigas que fizeram toda a diferença nesse processo, como a de Fernanda Sardelich e Érika; nossas conversas animadas, almoços e encontros fora da universidade, nos quais também passamos a compartilhar vida. A turma também tinha uma personalidade querida que, momentaneamente, estava no lugar de aluno, o admirável Eniel, que tive o privilégio de ser aluna e depois colega de turma. Sou grata a ele por suas contribuições no tema do meu trabalho, nas aulas em geral e na alegria dos almoços. No começo ainda tivemos o Márcio que sempre contribuiu ricamente nos nossos debates. E as colegas Carina e Simone sempre comprometidas com as atividades do doutorado, como também a colega Marilyn. Todos esses enfrentaram o desafio de ser a primeira turma deste doutorado.

Chego agora para agradecer a todos e a todas que fazem o LabInt, lugar de aprendizado, de colaboração, apoio e ensaio; tantos passaram de forma rápida e outros que permanecem por mais tempo. Sou grata pelas ricas contribuições na minha formação e diretamente no meu trabalho. Aqui, cito em especial as pessoas com quem tive mais proximidade, como a querida professora Renata Lira, que sempre abrilhantou nossas discussões com sua experiência e competência; as colegas Lívia, Edclécia, Danyelle e Clarissa, com quem convivi mais de perto e que sempre se mostraram disponíveis e prestativas para toda forma de ajuda. Com elas, dividi trabalhos, viajei, compartilhei ideias, alegrias e expectativas. Gratidão também a Karina Vasconcellos que muito contribuiu na minha trajetória com sua tese com um tema tão próximo, além de termos compartilhado as alegres aulas de francês.

Sou grata também a *ma chérie professeur* Dominique que me deu a base para fazer a prova do francês na seleção; bem como a minha amiga de velhas datas, Waleska, que tanto me ajudou no meu desafio com o inglês e se disponibilizou a traduzir o abstract com toda prontidão. Sou grata por sua vida.

Uma gratidão profunda e especial, com muito carinho, as minhas companheiras de campo, Ilcélia e Danyelle. A Ilcélia, psicóloga e psicodramatista, que se disponibilizou a participar como egoauxiliar de todas as oficinas realizadas. Seu trabalho, de extrema sensibilidade, foi de fundamental importância para a construção dos dados, junto com o seu apoio logístico na disponibilização da sala para o trabalho em grupo. Sou grata à amiga Ilcélia por sua disponibilidade e alegria, e presença na minha caminhada profissional.

E à querida Dany, também colega do laboratório, uma pessoa de uma disponibilidade e

organização incomparáveis. Com muita doçura e competência, fez todo o apoio logístico, da filmagem, da fotografia, da organização do material, sendo uma ajuda fundamental para a efetivação das oficinas. Muito grata a Dany por sua presença e conhecimentos tecnológicos, imprescindíveis no antes, durante e depois das oficinas.

Agradeço ao amigo e consultor em Libre-Office, Klaibson Ribeiro, que, com muita paciência, ajudou-me a formatar o meu computador no processo quase final da tese.

Por fim, gratidão a todos e todas que foram voluntariamente participantes desta pesquisa; aos filhos, pais e avós do primeiro estudo, que nem ao menos conheci, mas que em seu compartilhamento permitiram tantas informações preciosas. E aos participantes diretos das oficinas sociodramáticas de filhos, pais e avós. Sem a presença deles jamais teria conseguido o produto final dessa tese. Agradeço a coragem, o tempo cedido e a abertura para compartilharem experiências das suas próprias vidas. Sempre grata aos que fizeram essa pesquisa ter vida.

## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar as representações sociais (RS) de família por diferentes gerações e posições específicas – filhos, pais e avós. Buscamos também identificar as inter-relações dessas RS de família com elementos da memória social nos processos de transmissão entre as gerações. Para isso, realizamos dois estudos: o primeiro, com o objetivo geral de *identificar* o conteúdo das RS de família por três gerações, no qual foram aprofundadas 15 entrevistas (filhos, pais e avós de ambos os sexos) com roteiro semiestruturado; e o segundo, que investigou os processos de construção das RS de família e o papel da memória social nessa construção em diferentes gerações, através de três oficinas sociodramáticas com quatro participantes cada: filhos (9 a 11 anos); pais (37 a 41 anos) e avós (59 a 68 anos), de ambos os sexos. A análise dos resultados mostrou, nos dois estudos, uma representação de família valorizada positivamente, com pontos comuns, como a concepção do seu surgimento através dos ritos sociais (namoro, casamento, nascimento), sua configuração (pais, filhos, avós e parentes extensos), sua formação por vínculos consanguíneos e, acima de tudo, afetivos, o que inclui adoção, amigos e relações das famílias reconstruídas. Tem função de amar, cuidar, proteger, estar junto. É responsável, transmite valores e educa, variando de acordo com posicionamento ocupado. No segundo estudo, especificamente, as concepções, práticas e modelos familiares foram observados nos seus processos de transição e transmissão geracional, identificando-se aspectos da memória social, como a memória comum/geracional, pessoal, que estão presentes na construção das RS, atreladas ao pensamento social e a formação das identidades. Pudemos concluir que as RS de família são formadas por tradições, valores, crenças, ideias e afetos compartilhados e perpassados entre as gerações em meio a tensões, resistências e mudanças.

Palavras-chave: Representações sociais. Família. Geração. Memória social.

## **ABSTRACT**

This research aimed to investigate family social representations (RS) in different generations and different specific positions – children, parents and grandparents. We also sought to identify the interrelationships of these family RS with elements of social memory in the process of transmission between the generations. To this end, we conducted two studies: first, with an overall objective of to identify the content of the family RS in three generations, which were 15 in-depth interviews (children, parents and grandparents of both sexes) with a semistructured script; and the second, a study that investigated the construction processes of the family RS and the role of social memory in this construction in different generations through three sociodramatic workshops with four participants each: children (9-11 years old); parents (37-41 years old) and grandparents (59-68 years old) of both sexes. The results of both studies showed a family representation positively valued, with common points, such as the design of its emergence through social rituals (dating, marriage, birth), configuration (parents, children, grandparents and extended relatives), its formation by consanguineous ties and, above all, affective, which includes adoption, friends and relations of the reconstructed families. Its functions are to love, to care for, to protect, to be together. It is responsible, transmits values and educates, varying according to occupied position. In the second study, specifically, the concepts, practices and family patterns were observed in their generational transition and transmission, identifying aspects of social memory as the common/generational memory, personal, that are present in the construction of RS, linked to the social thinking and the formation of identities. We concluded that the family RS are formed by traditions, values, beliefs, ideas and affections shared and passed down through generations amid tensions, resistance and change.

**Keywords:** Social representations. Family. Generation. Social memory.

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Quadro dos participantes das entrevistas	65
Quadro 2 – Quadro dos participantes das oficinas	112

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Desenho 1 – Recorte do desenho da família de hoje grupo dos pais, mostrando as diversas casas	123
Desenho 2 – A família de ontem para os filhos	133
Desenho 3 – A família de hoje para os filhos	137
Desenho 4 – A família de ontem para os pais	152
Desenho 5 – A família de hoje para os pais	153
Desenho 6 – A família de ontem para os avós	159
Desenho 7 – A família de hoje para os avós	175

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LabInt	Laboratório de Interação Social Humana
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio
RS	Representações Sociais
STF	Supremo Tribunal Federal
TRS	Teoria das Representações Sociais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UCE	Unidade de Contexto Elementar

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>2 FAMÍLIA</b>	<b>23</b>
2.1 Questões sobre a família ao longo do tempo	23
2.2 O caminho das famílias no Brasil	29
2.3 Família e geração: continuidades e descontinuidades	37
<b>3 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS</b>	<b>43</b>
3.1 Situando a Teoria das Representações Sociais	43
3.2 Memória social e representações sociais	49
<b>4 O MÉTODO</b>	<b>59</b>
<b>5 PRIMEIRO ESTUDO – ENTREVISTAS</b>	<b>64</b>
<b>5.1 Método – 1º estudo</b>	<b>64</b>
5.1.1 Objetivo	64
5.1.2 Participantes	64
5.1.3 Instrumento	65
5.1.4 Procedimento	66
5.1.5 Análise	66
<b>5.2 Análise dos resultados – 1º estudo</b>	<b>67</b>
5.2.1 Conceito de família	67
5.2.2 Como e por quem a família é compreendida?	92
<b>5.3 Considerações finais – 1º estudo</b>	<b>106</b>
<b>6 SEGUNDO ESTUDO – OFICINAS</b>	<b>112</b>
<b>6.1 Método – 2º estudo</b>	<b>112</b>
6.1.1 Objetivo	112
6.1.2 Participantes	112
6.1.3 Instrumento	113

6.1.4 Procedimento	114
6.1.5 Análise	115
<b>6.2 Análise dos resultados</b>	<b>116</b>
6.2.1 Novas e velhas concepções na família	116
6.2.2 Modelos e práticas dos papéis familiares: o ontem e o hoje	128
6.2.3 Processos de transmissões na família: resistências, mudanças e memória social	164
<b>6.3 Considerações finais – 2º estudo</b>	<b>181</b>
<b>7 CONCLUSÕES FINAIS</b>	<b>188</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>194</b>
<b>APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada</b>	<b>207</b>
<b>APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Crianças</b>	<b>208</b>
<b>APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Adultos e Idosos</b>	<b>210</b>
<b>ANEXO A – Aprovação do Comitê de Ética</b>	<b>212</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta tese de doutoramento em Psicologia visou investigar a construção das representações sociais (RS) de família por diferentes gerações: crianças – filhos; adultos – pais; e adultos/idosos na condição de avós. Buscamos, também, identificar as inter-relações dessas RS de família com elementos da memória social, que surgem no processo de construção das representações sociais, segundo a visão da psicologia social. Os diferentes posicionamentos foram vistos como demarcadores que especificam o pertencimento e a localização de cada sujeito no grupo da família. Desta forma, as posições de filhos, pais e avós, inevitavelmente, levaram-nos às diferentes gerações, o que possibilitou uma visão mais complexa de como, ao longo do tempo, no seu contexto histórico e social, os participantes representam socialmente a família.

A motivação para esse estudo esteve atrelada ao desejo de ampliar e aprofundar os estudos da pesquisa “Família *‘tem que ter pai e mãe’*: representações sociais de família por crianças na cidade de Recife” (RIBEIRO, 2011). Nesse estudo, crianças, de duas pertencas sociais (escola pública e escola privada), representaram família de um modo positivado e idealizado, ancorando-se no modelo tradicional de família nuclear, ainda que estas vivessem, no seu presente, a diversidade de modos e arranjos familiares.

Esses resultados apontaram para a necessidade de compreendermos melhor elementos da memória socialmente compartilhada que poderiam estar presentes na construção dessas representações sociais (MOSCOVICI, 2011/2000), na medida em que as crianças ancoram suas representações de família num modelo socialmente compartilhado e transmitido como ideal, apesar de não ser vivido por todos.

Nesse sentido, entendemos que as trocas sociais de valores e ideias acontecem entre as gerações, num processo dialético de perpetuação e ressignificação das representações de família, desde a infância. Por tudo isso, compreendemos que a memória humana “não é uma reprodução das experiências passadas, e sim, uma construção, que se faz a partir daquelas, por certo, mas em função da realidade presente e com o apoio de recursos proporcionados pela sociedade e pela cultura” (SÁ, 2007, p. 291).

Na inter-relação dos fenômenos de memória social, posicionamentos/geração e RS de família, temos a família como um objeto presente e atual nas discussões em diversos campos de estudo das Ciências Humanas. Por sua complexidade e seus múltiplos fatores envolvidos, não é um objeto de estudo possível de ser investigado apenas por um único viés teórico. Diante

disso, esse trabalho, além da psicologia, buscou dialogar com as ciências da história, sociologia e antropologia, por entender a complexidade do fenômeno. A política nacional discute o conceito de família; o sistema legal nacional através, por exemplo, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Estatuto do Idoso estabelece funções pertinentes à família com relação aos seus participantes a depender do lugar que ocupam. E todos esses aparelhos sociais, que regulam comportamentos e valores de uma sociedade, estão alinhados com concepções e modelos de família específicos. Por tudo isso, ela é alvo de tantos debates nos mais diversos cenários sociais.

Um dos mais recentes debates que compõe o cenário político no país apresenta uma discussão sobre a família em termos ideológicos, que tenta defini-la sobre o aspecto da sua configuração, ou seja, de quem a constitui. O projeto de lei de 2013 (PL 6583/13) busca a criação do “Estatuto da Família”, elaborado pelo Deputado Federal Anderson Ferreira, e visa estabelecer os direitos da família e suas diretrizes políticas de apoio para essa entidade. Sua definição para tanto de família é a seguinte: “Art. 2º Para os fins desta Lei, define-se entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (FERREIRA, 2013, p. 01). Tal proposta foi aprovada pela Câmara dos Deputados em 08 de outubro de 2015 por uma comissão especial e pode ser levada para análise no Senado.

Mesmo sem sucesso, o Deputado Federal João Carlos Bacelar se opôs à definição proposta no Art. 2º do referido projeto de lei, defendendo uma visão ampliada, que define família como “núcleo social formado por duas ou mais pessoas unidas por laços sanguíneos ou afetivos, originados pelo casamento, união estável ou afinidade” (BRASIL, 2015). Esta conceituação tentou incluir a diversidade de outras configurações de família como as formadas pelos casais homoafetivos. Seu argumento é pautado no fato de que, desde 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) já reconheceu o casamento entre pessoas do mesmo sexo como união estável; e, em 2013, o Conselho Nacional de Justiça aprovou que os Cartórios de Título e Documentos no país deveriam habilitar ou converter união estável em casamento civil ou celebrar o casamento civil. Diante disso, as Estatísticas do Registro Civil, em 2014, totalizaram 1,1 milhão de casamentos entre casais heterossexuais e 4.854 entre casais homoafetivos, o que significa dizer 0,4% do total de casamentos (IBGE, 2015).

O que queremos demonstrar com essa breve apresentação, no cenário da política brasileira em torno da família, é que o tema tem provocado defesas de posições que incluem aspectos de diversas ordens, como pensamentos, concepções, crenças e valores complexos,

explicitados como parte de um contexto cultural e social. A tentativa de uma definição de família, como a vista acima, busca assegurar interesses específicos que se opõem entre si e levantam questionamentos quanto à formação e configuração e, implicitamente, direcionam funções e práticas, tanto na dimensão íntima das famílias como na dimensão macrossocial. Vale salientar que a interferência do Estado na tentativa de estabelecer modelos hegemônicos em torno da família foi observada ao longo da nossa história, como veremos mais adiante no capítulo teórico sobre a família.

Na busca de compreender esse complexo objeto, envolto em tantos debates, situamos que nesse estudo a noção de família é concebida como uma instituição flexível, presente em todas as formas de sociedade. A família é um espaço em que as pessoas “estabelecem relações de convivência, conflituosas ou não, trocam experiências, acumulam saberes, habilidades, hábitos e costumes, reproduzindo concepções e culturas” (BASTOS; ALCÂNTARA; SANTOS, 2002, p. 100), na medida em que também as transformam e as reconstruem, num processo ativo e coletivo.

A família também foi considerada para esse estudo como um *locus* de convivência entre diferentes gerações, pois proporciona encontros e desencontros de concepções e valores diante da vida, com diferentes formas de estar e agir no mundo, repletas de elementos afetivos, cognitivos, histórico-culturais e econômicos que favorecem aprendizagens e desenvolvimentos. Para Salem (1980, p. 213), “a família se constitui em uma arena na qual a realidade de cada uma das gerações é construída, afirmada e negada pela outra”.

Nesse ambiente, novos e antigos conceitos convivem, se chocam, num movimento dialético, característico da teia das relações humanas. Vale salientar que nesse contexto tensões são identificadas, compreendidas aqui como consensos e dissensos, que tanto promovem conservações, quanto mudanças entre os grupos de diferentes gerações na família, referentes a valores, normas, regras e práticas da vida coletiva (MOSCOVICI; DOISE, 1997). Scott (2010, p. 252) afirma que “há um *habitus* familiar e histórico sempre em transformação, contestando e reafirmando, que dá dimensões concretas para a ação e a significação na relação entre família e geração”.

Situada a nossa perspectiva sobre família, ampliamos a sua discussão no intuito de investigar os processos de transições, permanências e mudanças sobre valores, práticas e modelos presentes em diferentes gerações. Tais questões foram teóricas e metodologicamente discutidas à luz da Teoria das Representações Sociais (TRS), que embasa toda a nossa proposta de investigação. Desse modo, por seu caráter polimorfo e dinâmico, o objeto família serviu, nesse trabalho, como um meio para que se observasse tanto os conteúdos como os processos de

representações sociais, atravessados pelas diferentes gerações, observando ainda a implicação dos elementos de memória social na formação das RS.

Para tal investigação, tomamos como base algumas perguntas norteadoras: 1. Sobre o **conteúdo das RS**: quais as representações sociais de família para as diferentes gerações no bojo das suas contínuas transformações? 2. Referente aos **processos de construção das RS**: como essas representações sociais são construídas entre as diferentes gerações? 3. Com relação à **articulação da memória social e das RS**: quais são os elementos da memória social identificados nesse estudo e como eles estão presentes na transmissão geracional e na formação das representações sociais de família nas três gerações?

Diante dessas questões, tivemos como objetivo geral investigar as RS de família em diferentes gerações e o papel da memória social na construção dessas RS. Para tanto, realizamos dois estudos. O primeiro estudo teve o propósito de identificar os principais elementos acerca da família, visando suscitar outros questionamentos para um segundo estudo. Vale salientar que os dados analisados no primeiro estudo constavam no banco de dados do Laboratório de Interação Social Humana (LabInt), do qual a pesquisadora faz parte, tendo o mesmo foco de investigação: a família vista por participantes em específicas posições – avós, pais e filhos.

Assim, o primeiro estudo, teve como objetivo geral identificar o conteúdo das RS de família por três gerações. E os específicos foram: identificar aspectos comuns ou diversos nas RS de família para cada geração investigada; analisar os pontos de tensão entre aspectos de mudança e conservação de elementos das RS de família.

Na construção do segundo estudo, o foco de investigação foi ampliado e utilizamos outra estratégia metodológica, considerando-se a complexidade do fenômeno. Propusemos, assim, oficinas sociodramáticas, que impulsionaram os grupos (filhos, pais e avós) a um compartilhamento de suas concepções, modelos, práticas, afetos e histórias em torno da família. Além disso, refletiram sobre o tema a partir de um recorte temporal, buscando perceber a família no ontem e no hoje, o que promoveu a identificação dos processos de transições, os movimentos de preservações e as transformações em torno da família em meio aos elementos da memória social.

Assim, o segundo estudo, teve como foco os processos de construção das RS e sua relação com a memória social. De forma geral, investigamos os processos presentes na construção das RS de família, bem como o papel da memória social nessa construção, em diferentes gerações; identificamos, especificamente, os processos presentes na construção das RS de família por três gerações; e analisamos os elementos de memória social presente na construção das RS de família.

A fim de compreendermos melhor os temas teóricos que embasam esse trabalho, apresentamos aqui a organização dos capítulos que compõem a tese: três capítulos teóricos; dois estudos que contêm métodos específicos, análise dos dados e considerações finais; além da conclusão final da tese.

O primeiro capítulo teórico trata do tema família e foi subdividido em três subtópicos. O primeiro foi intitulado de **Questões sobre família ao longo do tempo** e apresenta o desenvolvimento e concepções diversas de família contextualizadas sócio-historicamente. Aponta a visão atual de estudos que abordam os processos de mudanças: uns que defendem que a família passa por uma crise e outros que identificam as mudanças como parte das transformações sociais presentes no decorrer do tempo.

O segundo ponto – **O caminho das famílias no Brasil** – expõe um breve panorama das relações que foram construídas no país diante da influência do continente europeu desde os primórdios. Apontamos características das famílias desde o período colonial até os dias de hoje, que já se apresentavam com múltiplas formas, mostrando a inter-relação com os aspectos políticos, sociais, religiosos, culturais e econômicos que interferem na formação e dinâmica da pluralidade das famílias do nosso país.

Por fim, o último ponto do capítulo de família foi intitulado de **Família e geração: continuidades e descontinuidades**, o qual articula o tema família à geração. A família é considerada um *locus* privilegiado de convivência entre diferentes gerações, lugar por excelência de transmissão da cultura (THOMPSON, 1993). Em função disso, a bifurcação do processo de transição entre o novo e o velho privilegia a família. Buscamos discutir como os valores e comportamentos que fazem parte das identidades sociais e pessoais, que não são fixas, passam por alterações quando interagem com novos valores e padrões de comportamento em diferentes gerações.

O capítulo seguinte é sobre a TRS, o qual embasa nossa discussão no âmbito teórico-metodológico. Ele foi subdividido em dois subtópicos: **Situando a Teoria das Representações Sociais** e **Memória social e representações sociais**. O primeiro apresenta os pressupostos básicos da proposta defendida por Serge Moscovici e considerada um construto teórico-metodológico que tem como objetivo estudar as teorias produzidas pelo senso comum. A teoria pretende explicar o conhecimento leigo, baseado nas trocas sociais, originado na vida cotidiana, que se constrói fundamentalmente na e pela comunicação sobre um objeto social que se transforma e é transformado na interação com o sujeito e com o grupo.

O segundo subtópico articula o tema da memória social com a TRS, compreendida como um elemento presente nos processos que geram representações, ancoragem e objetivação. É

vista por um viés psicossocial com autores como Cabecinhas (2006; 2004); Cabecinhas, Lima e Chaves (2006); Sá (2015, 2007), que compreendem memória num processo social dependente das pertenças e redes sociais do indivíduo, em que recordar é um processo de reconstrução seletivo e parcial no qual estão envolvidos tanto aspectos de ordem cognitiva quanto motivacionais.

O capítulo 4 refere-se ao método. Aqui apresentamos uma breve discussão sobre a importância e adequação do método à base teórica e o tipo de investigação que pretendemos realizar. Articulamos, assim, a ideia da pesquisa qualitativa, em especial na área social, às características do objeto estudado com base na TRS, juntamente como os pressupostos do tipo de análise realizada nos dois estudos, ou seja, a análise de conteúdo de Bardin (1977).

Os capítulos 5 e 6 apresentam o processo detalhado de cada um dos métodos utilizados e discussão dos resultados a partir das categorias de análise construídas em cada estudo, junto as suas considerações finais.

No primeiro estudo, referente à análise dos resultados de entrevistas, estão contidos os detalhes do método. São apresentados os resultados encontrados no projeto de M. F. S. Santos (2011; 2015), que analisou um total de 60 entrevistas pelo software Alceste e que deu base a esse estudo.

A proposta do software *Alceste – analyse de lexèmes cooccurrent dans les énoncés simples d’un texte* –, elaborado por Max Reinert em 1990, analisa a relação entre as palavras presentes no corpus da fala dos sujeitos, ou em textos escritos, pelo teste do  $\chi^2$ , o que permite uma construção de classes inter-relacionadas de palavras, advindas do “material bruto” da análise qualitativa realizada pelo pesquisador. Esse procedimento é organizado em um dendrograma, o qual possibilita uma distribuição do conteúdo textual, transformado em Unidades de Contexto Elementar (UCEs) e processado em classes (MORAIS, 2013). Foram analisados o conjunto de dados das entrevistas de pais junto com as dos avós e, separadamente, o das crianças.

Tais resultados, sobre o objeto família, foram articulados com a ideia de sistema de representações sociais, na medida em que esse sistema “parece ser ativado quando o sujeito é instado a se posicionar diante de alguns objetos por sua articulação com diversos objetos” (SANTOS, M. F. S., 2015, p. 29). A autora afirma que o objeto família está diretamente imbricado a outros objetos, de maneira que formam uma rede de sentidos, organizando o pensamento social.

Os resultados desta análise mais ampla, com todas as 60 entrevistas, não se diferenciaram dos encontrados no primeiro estudo, o qual visou um aprofundamento mais

detalhado, utilizando 5 entrevistas de cada geração (15 ao todo), a partir de uma análise de conteúdo temática. As categorias, neste primeiro estudo, foram intituladas de “conceito de família” e “como e por quem a família é compreendida?”.

O “conceito de família” por três gerações foi analisado a partir das questões do início da família, sua descrição, significado, vantagens e desvantagens, funções, as palavras associadas ao seu significado, bem como o seu contrário, baseado naquilo que não é família e se algo a faz deixar de existir. No aspecto sobre “como e por quem a família é compreendida?”, algumas questões nortearam essa discussão como as diferenças e igualdades entre as famílias, se há alguma pessoa central na família e como se veem na posição de filho/filha, pai/mãe, avô/avó.

O segundo estudo, direcionado à análise dos resultados das oficinas sociodramáticas, apresentou o método de forma detalhada e as seguintes categorias: “novas e velhas concepções na família”; “modelos e práticas dos papéis familiares: o ontem e o hoje”; e “processos de transmissões na família: resistências, mudanças e memória social”.

A primeira versou sobre as “novas e velhas concepções na família”, em que foram analisadas as diversas concepções de família, compreendidas pelos participantes das três oficinas. Além disso, abordou os elementos que estão presentes no processo da construção das suas representações, como ideias, afetos, concepções sociais e históricas, que são perpassadas entre as gerações, demonstrando também as suas mudanças atuais.

A categoria “modelos e práticas dos papéis familiares: o ontem e o hoje” identificou a relação entre modelos de família e as práticas sociais. Nessa, analisamos como se vive na família, a depender do seu posicionamento, e observamos os movimentos de conservação e transformação que orientam as práticas sociais, nas quais as representações sociais são ancoradas e objetivadas, na convivência de novos e velhos modelos e práticas.

Por fim, uma terceira categoria diz respeito aos “processos de transmissões na família: resistências, mudanças e memória social”. Esse subtópico buscou analisar os elementos da memória social presentes nos processos de construção das representações sociais, através das histórias vividas de cada participante e das histórias lembradas das gerações passadas. Aqui, surge o confronto, ao longo do tempo, dos valores sociais, culturais, do modo de afeto, das ideias em torno da família. Observamos ainda que, no processo da transmissão desses aspectos, está atrelada à memória social a construção das identidades sociais e do pensamento social, correlacionados ao processo de construção das representações sociais.

Diante daquilo que foi apresentado e discutido teórico e empiricamente, defendemos a tese de que a construção das RS de família está diretamente relacionada com os elementos da

memória social através da sua contínua reconstrução entre as gerações e em qualquer posição na família. Isso favorece a coexistência tanto de antigos aspectos, que permanecem e ajudam a dar sentido ao sujeito sobre o objeto, quanto de novos, que promovem as transformações em um processo dialético envolto em tensões, consensos e dissensos, e preservação das tradições. Nesse sentido, defendemos que elementos da memória social são fundamentais na constituição das RS de família, as quais se dão através do processo de ancoragem e objetivação (MOSCOVICI, 2011/2000).

## 2 FAMÍLIA

### 2.1 Questões sobre a família ao longo do tempo

Em muitas discussões na sociedade atual, seja no âmbito científico, jornalístico, religioso ou do senso comum, a família vem sendo tema constante: enfatiza-se a velocidade das suas transformações atuais, o que promoveria uma *crise* na instituição (BILAC, 2003; COURT, 2005; HINTZ, 2001; PETRINI, 2005; SARTI, 2007, 2003;); afirma-se que ela pode estar se acabando por apresentar tantas mudanças (JABLONSKI, 2007; ROUDINESCO, 2003) e outros defendem a hegemonia do modelo considerado como mais tradicional. Sendo assim, concordamos que falar de família hoje “é, portanto, referir-se a uma complexidade de arranjos que beiram o inesgotável, no que tange às variações de organização” (CARVALHO, C. A. F., 2005, p. 43).

No levantamento bibliográfico da sua tese, Vasconcellos (2013) retoma a discussão sobre os diferentes discursos em torno da família. Mostra que, por uma vertente, matérias jornalísticas e científicas defendem a ideia da “família desestruturada” em função do aumento da violência urbana, da dificuldade de aprendizagem das crianças e jovens, da depressão, do uso de drogas e do esvaziamento dos valores humanos. A crise seria também representada pelos crescentes índices de separação, o afrouxamento dos laços afetivos, a falta de autoridade dos pais com os filhos, complementando-se à tirania desses filhos em relação aos pais, a exacerbação do consumo, dentre outros aspectos. Em outra direção, apresenta-se a visão que compreende que a família passa por uma reorganização dos seus papéis e funções, diante das mudanças sociais e culturais, entendida como um processo de adaptação que ocorre naturalmente nas sociedades ao longo dos tempos. Nesse sentido, hoje, as relações familiares, no recorte ocidental, vêm se mostrando mais igualitárias, com diminuição das relações de hierarquias autoritárias, baseando-se mais nos diálogos e nas expressões de afeto mais positivas.

Barros (2013) afirma a utilização frequente do termo “novos arranjos familiares” por diversos meios sociais, da demografia, às políticas sociais e à mídia até discursos acadêmicos e religiosos. Essa busca é para ela uma tentativa de dar conta das situações que ocupam desde o campo da interpretação da realidade e das formulações de ações, do âmbito público, das políticas sociais até mesmo a dimensão subjetiva do cotidiano das pessoas.

Todo esse contexto deve ser compreendido através dos processos históricos que levam a mudanças tanto nas organizações, como nos valores familiares, com transformações em

diversas ordens sociais, reorganizando práticas e valores já presentes na sociedade. No entanto, a autora chama a atenção para o fato de que essa ênfase nas mudanças deve ser relativizada, pois ao lado dos processos de mudanças há um tenso movimento de permanência de valores e de formas de organizações familiar. Aqui, concordamos com Salem quando afirma que

[...] no fluxo da interação social os atores elaboram definições e redefinições contínuas acerca das ações dos outros, e, portanto também, de seu próprio papel. Por meio dessa dinâmica, os padrões de comportamento são criados, confirmados, desprezados ou revisitados no curso da interação social. (SALEM, 1980, p. 28).

Apesar das diferentes visões, a família é considerada um fenômeno universal presente em todas as formas de sociedade e cultura, independente do modelo conjugal e monogâmico (KAMERS, 2006; LEVI-STRAUSS, 1980). Constata-se que sempre existiu um modo de organização entre os indivíduos, mantidos juntos por laços de sangue, parentesco e/ou afetivos, com códigos e organizações próprias (obrigações, direitos e proibições), reunidos em torno de alguns objetivos comuns como a luta pela sobrevivência (social, econômica e afetiva) e perpetuação da espécie. Com tudo isso, independente da forma ou da configuração, modo, cultura e tempo histórico, a família é uma instituição que desempenha funções de manutenção da espécie humana que estão sempre sendo renegociadas (AMAZONAS; BRAGA, 2006; COURT, 2005; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2011).

Os tempos e culturas revelam os diferentes caminhos possíveis de se existir como família, sua fluidez, flexibilidade e adaptação a diferentes contextos. Diante da sua plasticidade, concordamos de que ela é uma

[...] instituição historicamente determinada, a família acompanha as mudanças da sociedade incorporando novos valores, funções e formas de organização, de acordo com as ideologias dominantes e necessidades sociais, culturais, econômicas e políticas de cada época. (ARAÚJO, 2011, p. 180).

Em cada momento da história, os diversos aspectos presentes influenciaram o modo de organização e dinâmica interna das famílias promovendo suas adaptações. A etimologia da palavra nos faz pensar no seu sentido originário, ainda entre os romanos; família vem de *famulus*, que significava escravo doméstico, o conjunto dos escravos que pertenciam a um mesmo homem. Com o passar do tempo, significou um grupo social cujo chefe mantinha submissos a mulher, os filhos e alguns escravos, tendo o direito de vida e de morte sobre eles (XAVIER, 2006). Tal descrição nos aproxima de um modelo de família patriarcal que no Brasil

permaneceu por muito tempo como referência hegemônica, circunscrito em especificidades culturais e históricas (COSTA, 1999; FREYRE, 1975; QUINTAS, 2007; SCOTT, 2011).

Revedo algumas características dos modelos ocidentais, na Antiguidade, a. C., ainda na sociedade greco-romana, o centro estava no homem, na sua vida pública como cidadão, que tinha direito a voto, elaborava leis e tomava parte dos negócios do Estado. A vida privada era sua propriedade pessoal (*paterfamilias*), era o único responsável, com atribuições quase ilimitadas. A mulher e os filhos eram totalmente submissos em estado constante de menoridade, o homem tinha o poder de usar e abusar (*jusutendi et abutendi*) da mulher, dos filhos, dos escravos e de seus bens fundiários. “A família parece só existir em estado latente; ela só vive pela personalidade do pai, ao mesmo tempo chefe militar e sacerdote-mor; e isso com todas as consequências morais.” (COELHO, 2010, p. 791).

Segundo a autora, na Idade Média (século V a XV), o homem não tem mais esse grau de importância, e sim, a linhagem, que passa a ser o grande interesse na legislação e nos costumes. A noção familiar visa ao interesse do grupo, da corporação, como uma grande família. Os pais unem os filhos em torno de si, pelo nascimento, como parte do domínio patrimonial; o centro está no grupo familiar, com suas conquistas e lutas sustentadas pelo poder da sua genealogia. A família considerada da pré-modernidade foi vista como extensa, pelo convívio de diferentes gerações no mesmo espaço, casal, filhos e agregados. A autoridade do pai ainda era incontestável. A mulher ocupava o lugar de reprodutora da prole (ARAÚJO, 2002; COELHO, 2010). Ariès (1981) afirmou que foi no final da Idade Média (sécs. XVI e XVII) que o processo de intimidade e interiorização da família aconteceu, com a diferenciação do mundo público do mundo privado, o que vai se configurar, mais tarde, no modelo de família nuclear.

As transições, no entanto, fazem parte da história e não ocorrem isentas de tensões e conflitos. Seguramente, esses processos são acompanhados de movimentos de resistência que visam a continuidade do que já existe, e os que buscam a revolução, traduzidos por mudanças de modelos, valores e práticas. Nesse contexto, estão presentes os elementos sociais, econômicos e culturais que repercutem, de tempos em tempos, desequilíbrios, instabilidades e incertezas, anunciando novas mudanças (COELHO, 2010).

Entre os séculos XVIII e XIX, identifica-se a passagem para a família moderna, com o poder da burguesia próximo à tradição ocidental e o modelo de família assemelhando-se mais à configuração nuclear (ARIÈS, 1981; COELHO, 2010). As transformações desse período mostram os espaços de privacidade sendo privilegiados, com o incentivo da intimidade, com quartos separando os filhos dos pais e, também, meninos de meninas. É nesse contexto que a família se aproxima do modelo nuclear. Assim, atribui-se à mulher o lugar da procriação, da

gestão do espaço doméstico, da responsabilidade com educação, saúde e afeto dos filhos e, ao homem, o lugar do espaço público e da provisão.

Se entendermos a família ocidental já nos moldes familiares do ideal burguês, formada por pai, mãe e filhos, que tinham seus papéis definidos, e olharmos para os efeitos da grande Revolução Industrial (sécs. XVIII e XIX), vemos que a mulher sai do seu lugar de cuidadora exclusiva do lar e vai para o trabalho produtivo. Aqui, identifica-se na classe social do proletariado, o homem, a mulher e até a criança que trabalha. Apenas as mulheres de classes mais abastadas, como a média e a alta, permaneceram confinadas no modelo de honra e cuidado do lar, da família e das futuras gerações (CARVALHO *et al.*, 2008).

Se formos um pouco mais além, no período que antecedeu a Revolução Industrial, identificado por historiadores europeus, segundo uma pesquisa realizada pela antropóloga Fonseca (1989), já havia um cenário de explosão demográfica e mudanças nos padrões familiares. Antes da Revolução Industrial, os pesquisadores investigaram o processo de “pronto-industrialização”, ou seja, das indústrias caseiras, como provável causa que desencadeou esse processo de mudança nos padrões familiares. Explicam a existência de um lento crescimento populacional na época pré-moderna em função do casamento tardio. Sua hipótese era de que os camponeses teriam poucos filhos, pois ficavam presos à norma neolocal, ou seja, dependiam da terra familiar para sobreviver, que recebiam por herança ou generosidade do patriarca, e isso os fazia esperar anos.

Na pronto-industrialização, os jovens não dependiam mais dessa espera, podiam ter uma renda independente da terra e, assim, podiam casar mais cedo e produzir mais filhos. No entanto, esse argumento não se sustentou por muito tempo, tendo em vista que sua base de sustentação estava na idade dos noivos. Foi observado que a proto-industrialização, e até a industrialização, não havia motivado o casamento precoce. Nesse sentido, surgiram hipóteses de que a renda do jovem poderia adiar o casamento no intuito de os pais não perderem a renda do jovem no orçamento da família.

Fonseca (*op. cit.*) identifica outra transformação do comportamento familiar, ligada à Revolução Industrial: a taxa de ilegitimidade que atingiu grandes proporções após 1770. Segundo a autora, os historiadores concordavam que até o século XVI o casamento e a bastardia eram mal definidos. Nesse contexto de uniões consensuais, “casamentos clandestinos” reconhecidos pela Igreja e uniões oficiais, existia lugar para o divórcio e para a bigamia. Diante da intensa mobilidade de trabalhadores agrícolas, era provável casar-se outra vez e gerar filhos legítimos.

Foi apenas com o Concílio de Trento no século XVI que se consolidou, pelas

autoridades, como norma para a maioria, o casamento estável e consagrado, sendo o processo em algumas regiões mais lento do que em outras. A mudança levou a um recuo do concubinato e uma diminuição dos nascimentos ilegítimos. Dessa forma, até meados do século XVIII, a taxa de ilegitimidade era menor do que 5%, com aumento ocasional, em momentos de crise econômica.

No processo de grandes mudanças sociais, também nos referimos ao período das Grandes Guerras (século XX), que interferiu diretamente nos papéis do homem e da mulher, levando a mulher a uma maciça participação no mercado de trabalho e, conseqüentemente, nas famílias. Carvalho *et al.* (2008) afirmam que foi nessa época que a participação feminina ganhou espaço em setores de serviço, escritórios, comércio, serviços públicos, nas áreas de saúde, como enfermeira, médica, assistente social, e educação, o que significou uma exigência no seu nível de preparação e estudo.

Também não podemos esquecer-nos do ano de 1960 nos Estados Unidos, marcado pela chegada da pílula anticoncepciva, o que no Brasil ocorreu em 1962; isso representou uma mudança na condição da mulher e na sua autonomia sobre a vida sexual e reprodutiva, o que favoreceu o adiamento da procriação e a escolha por projetos que visavam à carreira profissional e aos estudos. Nesse período, as ideias ligadas ao movimento feminista na luta pela igualdade de gênero, direitos das mulheres e liberdade sexual, o movimento Hippie, que pregava paz, amor e tolerância, proporcionaram um cenário de muitas mudanças de valores no mundo, que ressoavam diretamente nas práticas familiares.

Esses aspectos, até aqui apontados, indicam o quanto as transformações sociais, em diversas ordens, interferem no funcionamento das famílias, modificando sua estrutura, papéis, configurações e dinâmicas. Comprovamos que esta instituição sempre viveu ao longo dos tempos, adaptando-se a contextos dos mais diversos. Nessa perspectiva, Fonseca (1989), na busca por compreender a evolução familiar, identificou que certos pesquisadores em determinadas épocas deram mais importância às influências dos aspectos econômicos nas mudanças familiares; em outro período, às forças políticas. Assim, ela identificou que a interferência da Igreja foi destaque na época pré-industrial; o Estado e a legislação, no período entre os séculos XVII, XVIII e XIX. E nos estudos entre os séculos XIX e XX, o foco estava nas forças moralizantes de educadores e higienistas que tinham o objetivo de normalizar o comportamento das massas.

Roudinesco (2003) resume três grandes períodos na evolução da família pensando em suas dinâmicas relacionais. Um período que nomeou de “tradicional”, que serviu para assegurar a transmissão de um patrimônio, com casamentos arranjados entre os pais, em que os filhos

tinham, em geral, idade precoce. Nessa lógica, a célula familiar era regida pela ordem de um mundo imutável, submetido a uma ordem patriarcal. E, num segundo momento, identificou a família “moderna”, movida por uma lógica afetiva, cujo modelo se impõe entre o final do século XVIII e meados do século XX. Estavam em voga o amor romântico e a reciprocidade dos sentimentos. Nesse modelo, os desejos carnais são realizados pelo casamento, ao mesmo tempo, já se valoriza a divisão de trabalho entre o casal e a educação do filho deve estar ao encargo da nação. A autoridade é atribuição do Estado e dos pais.

Por fim, a partir de 1960, apresenta-se a família “contemporânea” ou “pós-moderna”, que une, em uma duração relativa, dois indivíduos em busca de intimidade e realização sexual. Nessa lógica, a transmissão da autoridade é dificultada pela quantidade de divórcios, separações e recomposições conjugais.

Oliveira (2009) endossa a existência das mudanças na composição familiar, nas relações de parentesco e nas representações dessas relações na família. Apresenta que essas representações se fundamentam nas transformações da configuração familiar e nas relações sociais, as quais causam impacto na construção da identidade de cada componente da família. Essa “nova família” contemporânea se caracterizaria por suas diversas formas de organização, relação, arranjos diferenciados, que renovam conceitos pré-estabelecidos, redefinindo papéis de cada membro familiar. A diversidade dos arranjos varia em combinações advindas de diferentes naturezas, seja nas composições ou nas relações. Essas variações podem ser exemplificadas pelas

[...] uniões consensuais de parceiros separados ou divorciados; uniões de pessoas do mesmo sexo; uniões de pessoas com filhos de outros casamentos; mães sozinhas com seus filhos, sendo cada um de um pai diferente; pais sozinhos com seus filhos; avós com os netos; e uma infinidade de formas a serem definidas, colocando-nos diante de uma nova família, diferenciada do clássico modelo de família nuclear. (OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 68).

A autora afirma que as consequências frente a essas mudanças interferem diretamente no interior das famílias, expressas pelos papéis que se apresentam confusos e difusos quando comparados com os dos modelos tradicionais, os quais se mostravam mais rígidos. Sendo assim, as pessoas se veem em um processo de transformação, desde a forma de pensar e de questionar até a de viver no mundo todas as mudanças do ambiente familiar.

Diante disso, ressaltamos que a mudança é um marco inegável quando se trata de família, seja em diferentes tempos e culturas. Nossa proposta de investigação visa adentrar nas especificidades da família no contexto brasileiro. Concordamos que ainda que tenhamos

tendências contemporâneas com o resto do mundo, e principalmente do mundo ocidental, o Brasil nem sempre pode ser analisado pelos mesmos parâmetros. Seu caminho de transformações não foi linear, assim como nenhum processo de transição em qualquer parte do mundo. Mesmo que exista uma forte tendência homogeneizadora relacionada aos valores individualistas no ocidente, o país não perdeu, ao mesmo tempo, a riqueza das diferenças que estão presentes junto com as reinvenções possíveis das diferenças (MACHADO, 2001).

Diante do exposto, passaremos à discussão sobre a família no contexto brasileiro, desde a sua formação no período colonial até os dias atuais.

## **2. 2 O caminho das famílias no Brasil**

O panorama acima traduziu um pouco do contexto da cultura ocidental e de como as relações foram se construindo no continente europeu, o que influenciou diretamente a formação das famílias brasileiras, possuidoras de múltiplas particularidades. Quando falamos de família no Brasil, alguns pontos fundamentais precisam ser considerados desde sua origem. O país das miscigenações (NEDER, 2002) tem seus modelos de família diversos na proporção das suas misturas, o que não significa a inexistência concomitante dos modelos hegemônicos, os quais deveriam ser seguidos indiscriminadamente como referência por todos.

O período colonial, já com a chegada dos portugueses, a instalação da agromanufatura do açúcar e importação de milhares de negros escravos africanos, entre os séculos XVII e XVIII, foi marcado pela extensão do território em direção ao interior da colônia, com a descoberta de minas de ouro e diamante, iniciando-se a urbanização da mesma. Tal movimento gerou intensa migração e deslocamentos bruscos, com consequentes alterações demográficas das populações, promovendo ao mesmo tempo a formação de diferentes configurações de família, adequadas à realidade econômica, social e cultural de cada região.

O colonizador europeu apresentou um modo peculiar de família ao Novo Mundo, o qual deveria ser constituído por pai e mãe “casados perante a Igreja” (PRIORI, 1999, aspas da autora). Nesse modelo de família, pai e mãe, através do sagrado matrimônio, poderiam educar os filhos, transmitindo-se entre as gerações, as normas e os valores da Igreja Católica. Vale salientar que a etimologia da palavra “matrimônio”, do Latim, contém o significado de que, pelos laços conjugais, a mulher se torna então mãe de forma legal (SCOTT, 2011), demarcando a força do rito e o estabelecimento do papel da mulher como mãe.

Na particularidade desse processo de colonização, a família estava no centro somada à tradição patriarcal portuguesa e à colonização agrária e escravista; estabelece-se o

patriarcalismo brasileiro, com sua concentração maior na área rural até o século XVIII. A família patriarcal também se caracterizava pela estabilidade e manutenção dos valores morais e tradicionais; esse modelo de família não estava restrito a pai, mãe e filhos, pois incluía outros parentes, filhos ilegítimos ou de criação, afilhados, empregados, padrinhos, madrinhas, agregados e escravos, com relação de dependência e solidariedade.

Ainda que se reconheça a importância desse modelo de família no Brasil até meados do século XIX, não se nega a existência das famílias com outras formas de organizações, como as de pessoas solteiras, viúvas, mãe e filho, famílias de escravos e famílias de homens livres e pobres das zonas agrárias (ALMEIDA; CARNEIRO; PAULA, 1987; CAVALCANTI, 1991; CORRÊA, 1982; NEDER, 2002; PRIORI, 1999; SAMARA, 1992, 1987).

Esse passado reafirma que as noções de família são adaptadas ao seu grupo social de pertencimento. Como dito por Corrêa (1982, p. 25) a “família patriarcal’ pode ter existido, e seu papel ter sido extremamente importante, apenas não existiu sozinha, nem comandou do alto da varanda da casa grande o processo total de formação da sociedade brasileira”.

Ao constatar, desde o início da sua formação, a miscigenação e suas tantas influências culturais, identificamos que houve no Brasil uma diversidade de modos de arranjos e dinâmicas familiares circunstanciadas por vários contextos, que apresentam semelhanças que nos reportam até aos dias atuais. O pesquisador Scott (2011, p. 19) ratifica que as nações estabelecem suas identidades “em torno de crenças e imagens construídas sobre a composição de sua própria população, e também sobre as relações da sua população com as populações de outras nações”.

Sendo assim, nesse contexto, o autor apresenta o caminho de um projeto de família atrelado ao projeto de nação, mostrando a força de influências e interesses presentes, a começar pelo modelo patriarcal:

Como a formação familiar brasileira historicamente envolveu populações portuguesas, indígenas e negras, e o resultado das misturas raciais precisava ser enquadrado para que os brasileiros pudessem se estabelecer como “nação”, como república independente, com sua própria população, [...] a ideia de família foi ofuscada pela questão de se ter que conviver com as implicações de uma população de sangue misturado. (SCOTT, 2011, p. 19).

A demarcação da miscigenação no começo foi identificada como um problema, na medida em que o projeto de nação era o europeu, por isso, não poderia existir tanta mistura. A nova nação nascera com “defeitos” na sua composição racial, os filhos de casamentos mistos não poderiam ser considerados totalmente europeus. Aqui, identificamos a força dos

movimentos de *eugeniização* da raça, higienização e moralização que ganharam força no final do século XIX (ANDRADE, 2007; CÔRREA, 2006; COSTA, 1999; SILVA JÚNIOR; VILHENA, 1992).

Azzi (1987), no seu texto sobre a família e valores no pensamento brasileiro entre 1870 a 1950, afirma que, desde o final do século XIX, o Brasil sofria significativas mudanças nos aspectos político, cultural e socioeconômico, com fortes influências do pensamento católico, positivista, liberal e socialista e cada um desses apresentava o seu projeto para a família. Pela Igreja Católica, a família deveria ser composta por marido, mulher e filhos, enquadrada na ordem social conservadora, cabendo ao homem-marido-pai a chefia da unidade familiar, o sustento econômico e o trabalho fora de casa. E a mulher-esposa-mãe deveria ser valorizada por seus aspectos de submissão e fidelidade ao homem, cuidado do lar, mediante procriação, criação e educação dos filhos. O filho deveria obedecer e depender dos pais. O foco nas jovens mulheres ganhou destaque nesse projeto da Igreja, por essas serem as futuras mães e educadoras, e sua presença deveria ser restringida ao máximo para o espaço do lar.

O pensamento positivista implementado no Brasil em meados do século XIX tinha como lema “ordem e progresso”, com base no positivismo, e ênfase no conceito de ordem, reagindo contra a corrente liberal. Para os positivistas, o pensamento católico e o pensamento liberal eram inaptos para estruturar a instituição familiar na nova ordem republicana, em que se buscavam as bases científicas que o pensamento católico não podia oferecer; sendo assim, esse se mostrava inadequado para dar conta do avanço cultural da humanidade. O pensamento liberal era tido como inconveniente e perigoso, por orientar a desagregação da sociedade, que ditava ideias revolucionárias para a independência feminina e igualdade de direitos no mundo do trabalho.

Na perspectiva positivista, duas são as atividades humanas: a família e a sociedade. A esfera social estava destinada ao sexo masculino e o lar era prerrogativa feminina. A diferença com relação à Igreja Católica estava no objetivo da família, que era preparar os cidadãos para a pátria e, assim, a mulher deveria permanecer no ambiente do lar, combatendo o pensamento liberal sobre as ideias democráticas e fortalecer a família no conceito de autoridade paterna e de obediência filial.

Os liberais, por sua vez, acreditavam que a educação da Igreja, principalmente na figura dos jesuítas, era uma maneira de desarticular a família, pois colocava a mulher em práticas de devoções místicas e a afastava dos afazeres domésticos e do aconchego do lar, levando-a ao desinteresse e até ao repúdio das relações afetivas e amorosas com o esposo e os filhos. Para eles, a rigidez moral da educação católica supervalorizava a pureza e a mortificação do corpo e

enfraquecia a própria convivência familiar. Foi assim que os representantes desse pensamento procuraram incentivar a promoção da mulher e sua participação mais ativa na vida social, como a abertura do espaço da mulher para o mundo da cultura, contribuindo para mudanças no padrão dos valores familiares. Desse modo, algumas mulheres foram se conscientizando desses ideais, em que os direitos femininos passaram a ser publicados em periódicos, com foco maior nas mulheres de classe média.

Vemos a presença e a influência desses pensamentos descritos por Azzi (1987) e de tantos outros aspectos históricos, sociais, econômicos e afetivos na caracterização das diversas formas de família, num movimento que não se fez por eliminação completa de um aspecto sobre o outro. Para ampliar o lastro dessa discussão Scott (2011) refere que os estudos de família na Antropologia até o século XX tiveram diferentes enfoques dentro da população brasileira, iniciando com o modelo de *família patriarcal*; depois o das *famílias nucleares urbanas*; as *famílias empobrecidas matrifocais*; e as mais atuais *famílias alternativas diversas*, todas aliadas a uma posição que o Brasil ocupa na complexa rede de relações internacionais.

Num primeiro momento, a fim de que se estabelecesse um Estado forte e centralizado, buscou-se ressignificar os elementos que constituíam a população, com a construção de cidadãos obedientes e com direitos; para isso, novas imagens foram criadas para a sexualidade. Na formação da família e na domesticidade, o patriarca representou o símbolo da integração nacional:

Nessa hora, a “família” vira um porta-estandarte simbólico, e a frase constitucional que a “família é a base de tudo” assume um significado de integração e controle no âmbito da diminuição das preocupações sobre a suposta natureza prejudicial da composição racial da população. (SCOTT, *op. cit.*, p. 26).

Essa imagem foi fortemente marcada pelas obras de Gilberto Freyre, quando acentua o domínio masculino e faz referência à fragilidade feminina; reforça-se a classe da elite, o domínio do rico e, assim, as práticas exógamas (o casamento do indivíduo fora do seu grupo) não configuram mais um dilema racial que possa ameaçar o projeto da nação.

Com o pós-guerra, há um movimento intenso importado dos Estados Unidos com estratégias de planejamentos administrativos e financeiros, com objetivos de “uma sociedade que valorize o espírito empreendedor e garanta o consumo pleno” (SCOTT, *op. cit.*, p. 29). Diante da expansão do Capitalismo, o Brasil precisava ser inserido (ARAÚJO, 2011).

A ideia central é desenvolvimento e progresso, para isso, planejamento, industrialização, urbanização da população a fim de tornar-se um país desenvolvido. Havia um

clima de otimismo e euforia, em que a ideologia patriarcal não cabia mais, nem a permanência de privilégios dessa classe. Aqui, os estudos sobre família identificam um processo de urbanização mundial com diminuição do seu tamanho, transformando-se em grupos domésticos focados no núcleo. Dentre as estratégias de mudança, estavam os aspectos da conduta física, intelectual, moral e sexual, minimizando o poder do patriarca. A família deveria cultivar “cidadãos individualizados, domesticados e colocados à disposição da cidade, do Estado e da pátria” (ARAÚJO, *op. cit.*, p. 185).

Com o crescimento da urbanização, há o processo de aproximação dos membros da família com um mundo privado, com o modelo nuclear burguês que enaltecia o lugar da mulher como mãe dedicada aos filhos e o amor romântico, dando liberdade para a escolha do cônjuge, o que favorece a intimidade entre pais e filhos. Esse momento também abarcou o projeto de higienização da sociedade que envolveu médicos e especialistas higienistas (COSTA, 1999) preocupados com as influências “negativas” que alguns indivíduos poderiam causar à sociedade; para que isso fosse evitado, deveria se prevenir as causas do “alcoolismo, doenças venéreas, psicopatias e loucuras” (VILHENA, 1992, p. 49).

A fim de auxiliar as famílias nas mudanças de costume e valores, com vistas aos interesses políticos da nova nacionalização, também foi incluído o movimento da eugeniação da raça, um ramo da medicina social que buscava evitar os males acima citados, os quais causavam a “degradação da espécie” e o “abastardamento da raça”. Como medida profilática, tinha-se a luta a favor do exame pré-nupcial em caráter obrigatório para se evitar a reprodução dos “degenerados e deformados” e garantir a eugenia da raça (VILHENA, *op. cit.*, p. 49).

A autora, ainda no seu trabalho sobre o projeto de nação do Estado Novo, que investigou as décadas de 30 e 40, enfatiza a força que o Governo, o Exército e a Igreja Católica exerciam sobre a família. Essa era considerada como “base do edifício social”, responsável pela educação e lugar de formação do homem que se desejava, correspondente à ordem social do momento. A ênfase era dada nos “princípios de ordem, hierarquia, disciplina, respeito à família e às instituições, cumprimento dos deveres cívicos e amor à pátria forte e coesa” (VILHENA, *op. cit.*, p. 47).

A Igreja Católica preservava a ideia da família como a “célula-mater da sociedade” ou a “base do edifício social”, em que sua desestabilização repercutiria em toda a sociedade, pondo em risco a continuidade do seu exercício de poder e influência da própria Igreja. O objetivo era a preservação da família, em que um dos perigos residia no crescente movimento do individualismo, que colocava em jogo os “quadros tradicionais da família cristã” através de dois novos elementos considerados pelos religiosos como “elementos de dissolução

doméstica”; ou seja, o divórcio e a restrição artificial dos nascimentos, o que contrariava a ordem natural referente principalmente à classe da “alta burguesia”, a qual possuía as melhores condições para o sustento e educação da numerosa prole.

É no processo do novo contexto de projeto nação chegando ao alto modernismo, que, para Scott (2011), o Brasil criou sua imagem de família para o “consumo” externo, valorizando a diminuição do seu tamanho, preservando algumas especificidades da sua história e cultura e seguindo o caminho do desenvolvimento. Mais uma vez o progresso se estabelece com a família no lugar da “base de tudo”, no seu modo mais nuclear e conjugal (ARAÚJO, 2011; SCOTT, 2011).

No avanço dessa urbanização, com o crescente da população, identificam-se muitas desigualdades entre as famílias, mostrando-se que nem todas se enquadravam no modelo nuclear almejado. Scott (2011) afirma que estudos internacionais, do alto modernismo em 1947, realizados por Ruth Landes, mostravam em Salvador as famílias urbanas com o predomínio feminino, assim como outros estudos na favela em São Paulo. Dessa feita, “o encaixe arrumadinho entre as famílias nucleares e urbanização não é tão certo quando se faz referência aos segmentos mais pobres da população urbana brasileira” (SCOTT, 2011, p. 34). A ênfase nas famílias chefiadas por mulheres não tem tanto destaque no primeiro momento, porque junto com essa constatação aparece o incômodo do empobrecimento das famílias cada vez maior na população brasileira.

A década de 60 já revela que a desigualdade e a pobreza estavam num crescente, os projetos e sonhos de uma mobilidade social e do desenvolvimento da sociedade de consumo capitalista não tiveram o resultado esperado. Um movimento político socialista internacional, a exemplo de Cuba, União Soviética, governos ditatórias em países da América Central e América do Sul, como o Brasil, mobiliza estudos de família com consciência de classe, influenciado pela visão marxista e weberiana sobre as relações de trabalho e de produção. Buscam-se explicações e soluções para a pobreza; para isso, criam-se planejamentos para o controle da explosão demográfica e intervenções para as questões reprodutivas, estimulando o planejamento e a organização familiar.

Scott (2011) cita que alguns estudos [Família em contextos rurais e urbanos, de Fukui (1980, 1979); Família e mudança social, de Medina (1974) e Família e desenvolvimento, de Mousinho (1970)] surgem com foco nas famílias e suas especificidades. Enfatizam as famílias em contextos diferentes rurais e urbanos, a família e o desenvolvimento, a relação da casa e o ciclo do desenvolvimento doméstico, as famílias das mulheres, tudo isso na busca de compreender os papéis femininos na pobreza urbana e a relação entre homens e mulheres nesse

contexto, a participação da mulher na força de trabalho, dentre outros.

Por volta dos anos 70 e 80, em contrapartida aos estudos das famílias em situação de baixa renda, há um interesse também pela organização das famílias de camadas médias, com foco em teorias sobre o individualismo, parentesco, fenomenologia histórica e interpretativa; eram famílias consideradas “fortemente psicologizadas”, termo utilizado por Gilberto Velho em 1986, segundo Scott (2011).

A abordagem visa às possíveis contradições presentes na formação da família nuclear burguesa, dentre elas: “o conflito entre as gerações, as relações entre avós e netos, a produção independente, o concubinato, a nova paternidade, o simbolismo do parentesco e o conflito entre os projetos individuais e familiares” (SCOTT, *op. cit.*, p. 39). A linguagem das interpretações focam questões do individualismo e das interpretações psicológicas com forte valor simbólico capaz de ser sugerida sua aplicabilidade a todos os segmentos da população.

Os estudiosos, no entanto, que estavam mais preocupados com demografia documentaram mudanças concretas na organização populacional, trazendo à tona a discussão entre fecundidade e planejamento familiar. Nesse contexto, são criadas políticas ativas de planejamento familiar com técnicas contraceptivas, pois agências internacionais visavam reduzir o grande contingente da população empobrecida; a mulher entra como foco para esse controle da fecundidade. Por outro caminho, a mulher também aparece mais presente como força de trabalho e seu destaque no papel da sociedade aumenta, sendo assim,

[...] as mulheres que trabalham tendem a preferir famílias menores, o trabalho feminino torna-se um aliado na redução da fecundidade. [...] Os estudos de organização familiar apontam rendas mais baixas, salários menores, empregos mais inseguros, maior participação em unidades monoparentais e casas chefiadas por mulheres – todos evidenciando a ‘feminização’ da pobreza e a necessidade de elaborar políticas públicas que conscientemente promovam benefícios para mulheres (SCOTT, *op. cit.*, p. 41-42, aspas do autor).

O autor afirma ainda que em meio a tantos debates da relação estreita da pobreza com o feminino, durante os anos noventa, o movimento feminista ganhou força e serviu de caminho para compreendermos a família. O enfoque nas mulheres, seus direitos e as diversas situações em que são colocadas quando assumem o lugar de sustentação de suas famílias sintoniza-se com a tentativa de controle das práticas reprodutivas das mulheres em todos os países da América Latina. Todo esse movimento abre espaço para um cidadão mais articulado com o desenvolvimento capitalista, com novas perspectivas de família, em um mundo que se globaliza de forma rápida.

No rápido caminho da globalização, o Primeiro Mundo é reconhecido como vitorioso em detrimento ao mundo excluído das famílias empobrecidas, aliado ao discurso socialista. Surge um forte movimento internacional com ênfase nos temas dos direitos dos cidadãos em um discurso globalizado que visa à inclusão de todos os tipos de diversidade, o que abre um leque de possibilidades. Assim acontecem, por exemplo, a Conferência Internacional de Estocolmo, em 1972, promovida pela ONU, sobre a relação do homem e meio ambiente; a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, em 1994; a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, em 1995; e a ECO 92, acerca da ecologia, no Rio de Janeiro, em 1992.

A família, nesse contexto, aparece na sua diversidade de modos, apesar da força herdada do modelo nuclear e de urbanização. Assim,

[...] é impossível declarar que há um tipo único de família que seja *uma indicação do progresso e desenvolvimento*. [...] as famílias são dissolúveis, tomam muitas formas e estão em constante transformação, valendo-se de novos vínculos em redes sociais e comunicações mais amplas. Mais divórcios, separações e recasamentos atestam esse fato, como também a formação de casais homossexuais que tem lutado pelo direito de criar filhos e serem reconhecidos como família (SCOTT, *op. cit.*, p.43-44, realce do autor).

Por tudo isso, o autor entende que não cabe mais a afirmação no singular de “família brasileira”, mas, sim, de “famílias brasileiras”. No ambiente da diversidade da organização doméstica, o Brasil afirma a sua proposta de nação que promove direitos à população, ganhando visibilidade no contexto internacional de uma sociedade global unificada. Reconhece que em uma mesma economia existe uma pluralidade de valores e composições de famílias.

A pluralidade se sobrepõe, mas não anula completamente o que predominou em outras décadas com relação ao modelo de família. Aqui, encontramos a intercessão entre os espaços novos e antigos que convivem e ampliam discussões no âmbito dos papéis familiares, individuais, psicológicos e ideológicos; debates em torno das propostas de políticas públicas, abarcando os temas de reprodução, gênero, sexualidade; e formam o discurso circulante no âmbito do direito internacional e global, o qual legitima a diversidade. A família torna-se, portanto, palco privilegiado para esses debates diante da sua própria pluralidade e transformação (BARROS, 2013; SCOTT, 2011).

Respaldados nessa compreensão, comprovada a diversidade na formação das famílias no Brasil, em cada momento, algum modelo se torna referência e parece obscurecer os demais, dando a impressão de que é posto, dado, naturalizado e não construído (SARTI, 1992). Dados

da pesquisa de Ribeiro (2011) realizada com crianças entre 09 e 10 anos, tanto de escolas públicas como privadas, mostram que diante da diversidade de modelos de família vivida por elas, as crianças, mesmo que nunca tenham vivenciado o modo de família nuclear, afirmam que família tem que ter pai e mãe juntos, se não está incompleta.

Em meio à coexistência de diferentes formas e transições contínuas, na intercessão de novos e velhos modelos compreendemos que:

Quando há uma desagregação das velhas tradições e uma proliferação de novas alternativas, cada homem se vê obrigado a recorrer com maior constância ao seu “foro íntimo” – aos seus sentimentos (que nem sempre condizem com o sentimento geral), aos seus critérios disponíveis, mas incompatíveis. (FIGUEIREDO; SANTI, 2010, p. 21).

É no processo de transição, quando se evocam as tradições diante das alternativas atuais, que as gerações se encontram na família, privilegiando essa comunicação de transformação e permanência de novas e velhas crenças, valores e práticas. Segundo Rocha- Coutinho (2006) a família está circunda num meio social e num tempo histórico determinado, carregada de ideologias da sociedade. Essas características somam-se ao lugar privilegiado da convivência entre diferentes gerações, a partir da qual ocorre o diálogo entre as diferentes concepções de mundo, específicas de cada geração. Por tudo isso, nos debruçaremos, a seguir, com mais afinco, nas questões de geração na família.

### **2.3 Família e geração: continuidades e descontinuidades**

Constatamos as mudanças, a pluralidade das famílias, salientando que os processos de transição promovem sempre continuidades e descontinuidades. O discurso de que apenas na atualidade a família está vivendo transformações não se sustenta por tudo o que a história já mostrou. Ela se transforma de algum modo, com outras faces e, às vezes, apenas com pequenos disfarces. Fenômenos sociais, políticos, econômicos, religiosos, culturais e transculturais funcionam como uma via de mão dupla na construção e reconstrução das famílias, possibilitando a diversidade nos modos da organização, num jogo entre a tradição e a transição. Passos (2007, p. 12) argumenta que “o estudo das funções familiares pressupõe a convivência íntima, e não sem conflito, entre as noções de velho e novo, bem como de visível e invisível”.

Nesse contexto, as gerações têm convivido com uma pluralidade nas formas de ser velho e jovem. Nas sociedades contemporâneas, há uma ampla possibilidade oferecida aos indivíduos no modo de ser e vivenciar a passagem de uma etapa para outra durante o curso da vida

(BARROS, 2006). Acreditamos, como a autora, que os processos de mudanças sociais não acontecem sem tensões e deslocamentos, ao mesmo tempo em que existem as tentativas de permanência daquilo passado como valor e norma que promovem as identificações dos grupos. Nas suas palavras:

A rapidez das mudanças nas formas de comportamento e de pensamento é observada e sentida de uma geração para outra. Ao lado das transformações sensíveis a todos, há também a percepção da permanência dos valores e práticas sociais. A combinação de elementos aparentemente inconciliáveis de mudança e permanência faz parte das experiências de vida das diferentes gerações. (BARROS, *op. cit.*, p. 18-19).

Os dados de pesquisa de Vasconcellos (2013), no que se refere às representações sociais de família em diferentes gerações (jovens, adultos e idosos), enfatizam a força de uma representação comum para todas as faixas etárias, em que, para os participantes, família é um grupo de pais e filhos, marcado por sentimentos que, no momento, estão em falta. Mesmo diante do comum, as especificidades de cada geração também são levadas em conta na medida em que as múltiplas vivências e as diferentes posições que são ocupadas na família, como as histórias de cada grupo e o acesso diverso às informações, favorecem distintas referências simbólicas.

Sendo assim, as representações dos jovens e dos adultos demonstram uma atitude mais positiva frente às mudanças sociais quando comparadas às dos idosos. Estes últimos, por sua vez, tendem a olhar o seu próprio tempo de modo mais positivo, sendo mais pessimistas com a família atual e a do futuro. Os adultos referem-se ao incômodo diante das separações, brigas e uso de drogas, possivelmente, por viverem no presente esses tipos de problemas na família. Já os jovens exprimem uma visão de futuro mais positivo para a família, mas se preocupam com a união, a liberdade e a educação, aspectos presentes na sua atual vivência em uma sociedade que busca a conquista da liberdade.

De todo modo, a autora ressalta a força de uma representação comum que se opõe às próprias experiências. Esse dado também é encontrado na pesquisa com crianças em escolas públicas e privadas na cidade de Recife sobre representações sociais de família quando essas afirmaram que família tem que ter pai e mãe porque isso é uma coisa “mundial”, apesar de viverem a diversidade das configurações (RIBEIRO, 2011). Vasconcellos (2013) argumenta que é como se a realidade social e suas variações atuais ainda não intervissem na representação; a novidade não revisa o que está posto, mesmo que o modelo referido não dê conta e pareça ultrapassado frente às mudanças sociais atuais. Dessa forma, a lógica é guiada pelo antigo, o que já está estabelecido, que serve como referência para os grupos poderem avaliar suas

vivências nas instâncias do presente, passado e futuro.

Nessa lógica, o trabalho de Salem (1980) sobre a relação da geração de pais e filhos já alertava que não poderia se imaginar uma ruptura total com a visão de mundo em relação ao modelo de ação paternos; não considera o filho como um recipiente passivo das definições e expectativas dos mais velhos, pois eles têm meios para infringi-las, redefini-las e contestá-las; indica que a investigação deve se focar nos pontos de rupturas e de continuidades entre as duas gerações. A partir dessa avaliação, também se leva em consideração as contradições e os conflitos apresentados pelos participantes, resultados das pressões contraditórias, parte dos múltiplos contextos dos processos interativos.

Os dados das pesquisas acima demonstraram que há uma permanente contradição entre essas duas facetas: novo e velho, em que diversos aspectos estão envolvidos, na medida em que o sujeito está sempre implicado no seu ambiente, no sentido micro e macrossocial. Nos processos de transformações entre o sujeito e seu grupo familiar, e do seu grupo na dimensão macrossocial, as mudanças não acontecem sem resistência e tentativas de preservação. A família é exatamente o ambiente intermediário (FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2011) que funciona como mediadora das mudanças sociais e subjetivas no jogo entre preservar tradições e promover transformações. Nesse sentido,

[...] as metamorfoses processadas pelo sujeito ou pelo grupo familiar dependem sempre de um entrecruzamento de fatores, aos quais temos acesso limitado. Por isso mesmo o sujeito constitui o aspecto mais complexo e também mais fundamental das transformações, sejam elas da família ou das demais instituições sociais (PASSOS, 2007, p. 12).

A bifurcação do processo de transição entre o novo e o velho privilegia a família, como um modo de exemplo para que observemos esses fenômenos transitórios, por esta ser preferencialmente o *locus* de convivência entre diferentes gerações e, por excelência, o lugar de transmissão da cultura (THOMPSON, 1993). É nesse lugar que ocorrem os encontros e desencontros diante da pluralidade de concepções e valores da vida, como também o processo de transmissão intergeracional, o qual “pressupõe a passagem de valores, bens e o que mais for de uma geração anterior àquela – ou àquelas – que lhe seguem. Isto implica uma ordem lógica e temporal, constituída entre um antes e um depois” (CARVALHO, C. A. F., 2005, p. 10), levando a permanências de vários aspectos, que não irão se dissolver rapidamente apesar das contínuas mudanças.

Considerando-se ainda a família como meio privilegiado de transmissão, Almeida, Magalhães e Féres-Carneiro (2014, p. 455) especificam que podem ser “da própria vida, seja

de um nome, do sobrenome, do patrimônio, da educação, da cultura ou de uma profissão. [...] As gerações da família transmitem conteúdos que visam assegurar a sobrevivência do grupo familiar através do tempo.” Nesse contexto, vemos o processo de transmissão na família como fundamental para a construção de si, ou seja, para a formação da identidade do indivíduo.

Quando falamos do processo de transmissão na família, implicamo-nos com a questão das diferentes gerações envolvidas nesse processo. Segundo Salem (1980), a questão geracional é uma das matrizes presentes no interior da família assim como a matriz sexual, que trata das diferenciações dos papéis sexuais.

Aqui entendemos como Ferrigno (2009, p. 61): geração é uma noção socialmente construída em diferentes etapas da história, a qual “[...] se concretiza pelo estabelecimento de valores morais e expectativas de conduta para cada fase da vida”, que vão se construindo a partir do compartilhamento de momentos históricos e mudanças sociais. Nesse sentido, Motta (2010b) chama a atenção para o fato de que a geração, de forma ampla, expressa a posição do indivíduo em seu grupo de idade, como também de socialização no tempo, de forma dinâmica, instável e plural.

Do ponto de vista psicológico, Rocha-Coutinho (2006, p. 98) defende que a geração é “como a expressão de valores e padrões de comportamento relativos a um grupo de idade em determinado período de tempo”. Os valores e comportamentos que fazem parte das identidades sociais e pessoais não são fixos, passam por alterações quando interagem com novos valores e padrões de comportamento.

Attias-Donfut (2000) faz alusão às ideias de memória coletiva de Halbwachs (2009/1968) por entender que uma geração exerce a função de testemunha da história, sendo a própria memória coletiva da sociedade. O sentimento de pertencimento a uma geração se dá não só pelas experiências horizontais do compartilhamento de um momento histórico, mas também verticalmente pelas relações familiares. Em seu trabalho sobre as transferências intrafamiliares e as dinâmicas macrossociais, Attias-Donfut (2000) analisou o papel de três gerações, focando a transmissão cultural e a ajuda mútua. Os resultados mostraram que as transmissões e transferências entre as gerações na família funcionam como mediadores das mudanças sociais.

Constatamos hoje com um aumento do convívio entre diferentes gerações, diante do expressivo crescimento da população idosa no país (IBGE, 2010; MOTTA, 2010a; 2010b), alavancado pelo avanço da medicina e das tecnologias, que favorecem a longevidade e a qualidade de vida. A partir dessa realidade, observa-se uma participação maior dos avós na vida dos netos, sendo aqueles, muitas vezes, os que garantem e assumem o cuidado parcial ou total

dos aspectos afetivos, educativos e até do sustento econômico dos netos (através das suas aposentadorias), quando não de todos os membros da família (VITALE, 2007). Desse modo,

[...] trata-se, não somente da convivência, mas primordialmente das transferências intergeracionais que irão transitar entre o mais idoso membro do grupo familiar e o mais jovem deles, acarretando, em alguns contextos, um intercâmbio de valores, expectativas e experiências vividas. (IBGE, 2006, p. 7).

Para as autoras Silva e Correa (2014), as relações entre avós e netos ultrapassam os limites biológicos, pois assumem a transmissão simbólica familiar. No contexto da contemporaneidade, entre suas novas funções, os avós permitem às novas gerações questionamentos sobre o envelhecimento e memória familiar. Sendo assim, “a relação estabelecida entre avós e netos, além do afeto, transmite para a infância uma herança cultural, de maneira simbólica, essencial para a formação da subjetividade da criança, de sua família e de toda a sociedade” (SILVA; CORREA, *op. cit.*, p. 126).

Pesquisas recentes, que incluem as áreas da Psicologia, Antropologia e Sociologia, reforçam a importância dos estudos com relação aos temas de família e gerações, demarcados pelos contextos contemporâneos de mudanças sociais (BARROS, 2013; 2006; BORGES, 2006; COUTINHO; MENANDRO, 2010; FALCÃO; SALOMÃO, 2005; FERRIGNO, 2009; LAGO *et al.*, 2009; MACHADO; BARROS, 2009; MOTTA, 2012; 2010a; 2010b; MOTTA; WELLER, 2010; PAIVA, 2009; SCOTT, 2010).

Falcão e Salomão (2005) estudaram o papel dos avós na maternidade adolescente e verificaram, dentre outros aspectos, que, nessa relação transgeracional, os avós assumem a responsabilidade pelo cuidado infantil e se tornam tão restritivos que o desenvolvimento da adolescente como mãe é inibido. Perceberam, com isso, o conflito na delimitação dos papéis entre ser mãe e ser avós dos bebês.

A pesquisa de Machado e Barros (2009) investigou a relação entre gênero, geração e classe social, em um estudo sobre as mulheres das camadas pobre e média na cidade do Rio de Janeiro. Foi possível mostrar que as diferenças de classes vão determinar em parte o acesso aos bens materiais e simbólicos e as visões de mundo, mais ou menos individualistas ou relacionais. As condições de gênero e geração são construídas em campos sociais específicos que marcam diferentemente as relações das mulheres de gerações e de camadas sociais distintas, no que se refere à família, ao trabalho e a religião.

A tese de Paiva (2009) sobre casais que permanecem casados por muitos anos investigou a transmissão psíquica entre as gerações, sua influência e interferência na constituição e

manutenção do vínculo conjugal. Buscou entender quais as influências que os casais receberam das famílias de origem e como elas interferiram na possibilidade do casal desenvolver uma identidade própria. Através de um estudo de caso com dois casais casados há 20 e 30 anos, verificou-se que as heranças psíquicas transgeracionais foram determinantes na construção do vínculo conjugal e dificultaram a formação de uma identidade conjugal e familiar própria, ou seja, mais autônoma do casal.

Coutinho e Menandro (2010) produziram um recorte de um estudo sobre as representações sociais de ser mulher na família, centrando-se na questão da conjugalidade, e verificaram que a vivência conjugal e familiar sofreu modificações significativas num intervalo próximo de três décadas. Pesquisaram dois extratos sociais, médio e baixo, em que se entrevistou 20 mulheres, 10 que tiveram filhos nos anos de 1960 (1ª geração) e 10 que tiveram filhos nos anos 1990 (2ª geração). Os resultados mostram que há tanto continuidades quanto rupturas entre as gerações, com algumas mudanças específicas em que a manutenção do casamento não é mais objetivo principal, as relações conjugais estão mais abertas, reduziram-se as interdições com relação às mulheres e o investimento no casamento está mais dividido entre homens e mulheres.

As pesquisas reforçam a ideia de que as transformações permanecem no caminho do trânsito; na tensão entre o novo e o velho; entre o vivido e o contado; na transmissão que contribui, por um lado, para a preservação dos antigos valores, normas e hábitos e, por outro lado, esbarram na atualidade em diversas possibilidades que vão sendo recriadas. Na busca de preservar as marcas das memórias sociais do que se entende por família ou de atualizar os novos caminhos, permanece a tensão entre as tradições e as recriações.

Para nossa investigação das questões que transitam entre os temas de família, gerações e memória social, temos como aporte teórico-metodológico a Teoria das Representações Sociais que apresentaremos em seguida.

### **3 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

#### **3.1 Situando a Teoria das Representações Sociais**

A Teoria das Representações Sociais (TRS) proposta por Moscovici é considerada um construto teórico-metodológico que tem como objetivo estudar as teorias produzidas pelo senso comum, além de pretender explicar o conhecimento leigo, baseado nas trocas sociais, originado na vida cotidiana que se constrói fundamentalmente na e pela comunicação. O seu objeto social se transforma e é transformado na interação com o sujeito e com o grupo. As teorias do senso comum e as representações sociais servem para orientar condutas, explicar a realidade social, justificar as tomadas de posição, como também definir identidades, preservando as particularidades dos grupos (MOSCOVICI, 2011/2000; SANTOS, M. F. S., 2009). Para Arruda (2002, p. 17), as ideias de que o senso comum é um tipo de conhecimento “respeitável, eficaz, e [que] serve a um propósito” e de que os “os sujeitos são ativos e criativos em suas relações com o mundo, cruzam-se com a de que a construção social acontece na comunicação”.

Lembramos com Jodelet (1989) que os sujeitos que estão no mundo necessitam saber sobre ele, a fim de ajustarem-se, conduzirem-se, localizarem-se tanto no âmbito físico quanto intelectual, além de identificar-se e resolver os problemas que lhes desafiam. Para a autora, esse é o sentido de construirmos representações sociais. No mundo não estamos isolados, pelo contrário, compartilhamos coisas, ideias, eventos; convivemos com as pessoas; e, nesse processo, às vezes, divergimos ou convergimos, seja no sentido de compreender, gerenciar ou afrontar. Diante disso, as representações guiam o modo como nomeamos e definimos os diferentes aspectos da realidade cotidiana, o modo como interpretamos, e de como nos posicionamos e defendemos essa realidade.

Nas ideias centrais sobre a construção de teorias do senso comum, as quais envolvem compartilhamento e um sujeito ativo, o conhecimento, que é construído ativamente na íntima interação com um objeto específico que, por sua vez, é culturalmente construído, revela marcas dos dois lados, tanto do sujeito, quanto do objeto, que são inscritos histórico e socialmente (TRINDADE; SANTOS; ALMEIDA, 2011).

Dentre os vários aspectos envolvidos na construção das teorias do senso comum, destacamos a comunicação, pois é através dela que os grupos compartilham os conhecimentos sobre o objeto, nas trocas sociais (TRINDADE; SANTOS; ALMEIDA, *op. cit.*). Falar em representações sociais é falar do conhecimento produzido no senso comum, compartilhado e

articulado, que constitui uma teoria leiga em relação a determinados objetos sociais. Para Moscovici (2011/2000), a realidade é uma construção do sujeito em que estão envolvidas a razão e o senso comum, como também a emoção, o sujeito e o objeto (ARRUDA, 2009). Na teoria é valorizado tanto o conteúdo do conhecimento quanto o seu processo de construção, e estão presentes nessa construção elementos diversos: cognitivos, sociais e afetivos (ARRUDA, *op. cit.*), pois “[...] seu estudo remete aos processos perceptivos e imaginários do sujeito, às forças sociais e aos conteúdos culturais subjacentes, às relações numa sociedade determinada, bem como a sua função mediadora entre indivíduo e sociedade” (SANTOS, M. F. S., 2005, p. 25-26).

Levando em consideração esses aspectos, a TRS é considerada interdisciplinar por ser uma teoria que envolve o contexto cultural, histórico, social e situa o sujeito sócio-historicamente. Assim, o processo de conhecer “passa não só pelo contato com o objeto, mas com os outros, com os grupos – o próprio e os outros” (ARRUDA, 2009, p. 93).

A TRS originou-se no contexto histórico-social do pós-guerra, em que a Psicologia Social caracterizava-se por um viés positivista, na qual o saber científico era considerado valorativamente melhor. Moscovici, por sua vez, contrariamente, enfatizou o conhecimento popular que era considerado confuso, inconsistente e equivocado, mostrando sua importância e sentido, a partir de como ele se constrói nas trocas sociais. Através do seu estudo “*La psychanalyse, son image et son public*”, de 1961, buscou compreender se o conhecimento da Psicanálise tinha se popularizado na França junto ao público leigo e como se dava o processo de assimilação e apropriação de um conhecimento científico. Seu intuito estava pautado na “busca de compreensão do processo de construção social” (SANTOS, M. F. S., 2005, p. 23).

Dentre as suas características, as representações sociais, como uma forma de conhecimento social, possuem três aspectos importantes: a comunicação, a (re)construção do real e o domínio do mundo. A comunicação serve como um código de troca entre as pessoas, que nomeiam e classificam as coisas no mundo social. As representações sociais são moduladoras do pensamento que regula a dinâmica social, em que conflitos e convergências atuam na mudança social. A (re)construção do real representa o movimento dinâmico entre comunicação e representação que reconstrói a realidade do dia a dia. As representações sociais servem como guias de interpretação e organização dessa realidade. O domínio do mundo ocorre na medida em que as representações funcionam como um conjunto de conhecimentos sociais e permite que o sujeito se situe e domine o mundo na prática (ALMEIDA, A. M. O., 2001).

Quando falamos das funções da TRS referimo-nos aos aspectos que dinamicamente estão presentes na diversidade dos grupos sociais, numa relação ativa entre o sujeito e o objeto,

não existindo uma simples reprodução do objeto, mas, sim, sua reconstrução a partir das informações que obteve. São quatro as funções das RS: 1) função de saber, que serve para explicar, compreender e dar sentido à realidade social, auxiliando a construção de novos conhecimentos; 2) função de orientação, quando as representações servem de guias de conduta e orientam as práticas sociais; 3) função identitária, que diferencia um grupo do outro, permitindo ao sujeito a elaboração de uma identidade social e pessoal; e 4) função justificadora, sob a qual as representações fornecem referências justificadoras do comportamento, ao mesmo tempo em que explicam, preservam e mantêm a distância social entre os grupos (ALMEIDA, A. M. O., 2001; SANTOS, M. F. S., 2005).

A questão do por que se constroem representações sociais é compreendida por meio de processos presentes na comunicação: a pressão à inferência – quando o sujeito é levado a chegar a um consenso com o seu grupo, o que o leva a inferir e opinar sobre as questões sociais; a focalização – traduzida pela atenção desigual que o sujeito dá aos aspectos do ambiente social; e a defasagem e dispersão de informação – que é o acesso às informações sobre o objeto, sobre a disponibilidade de informação e as condições de acesso a ela (SANTOS, M. F. S., 2005).

Quanto à formação do conteúdo das representações ligadas ao contexto social em que o indivíduo está inserido, temos: a atitude – que significa uma tomada de posição diante do objeto; a informação – que é a quantidade e qualidade do conhecimento referente ao objeto social; e o campo da representação – referente à “estrutura que organiza, estrutura e hierarquiza os elementos da informação apreendida e reelaborada” (SANTOS, M. F. S., 2005, p. 30-31).

De modo geral, as representações sociais apresentam uma característica, ou seja, a da convencionalização dos objetos, que possibilita aos sujeitos conhecer o que o objeto representa, na medida em que as RS “nos ajudam a resolver o problema geral de saber quando interpretar uma mensagem como significante em relação a outras e quando vê-la como um acontecimento fortuito e casual” (MOSCOVICI, 2011/2000, p. 34). Caracterizam-se também como prescritivas, pela tradição, como se fossem impostas no momento em que começamos a interagir. As RS “são impostas sobre nós, transmitidas e são o produto de uma sequência completa de elaborações e mudanças que ocorrem no decurso do tempo e são o resultado de sucessivas gerações” (MOSCOVICI, *op. cit.*, p. 37). Dessa forma, incluem sistemas de classificação, imagens e descrições que se encontram numa sociedade que podem ser até científicas, como sistemas estratificados na memória social, reproduzidos e reconstruídos pela linguagem, refletindo, assim, um conhecimento anterior que se revela na informação presente. Para o autor,

As representações sociais são sempre complexas e necessariamente inscritas dentro de um 'referencial de um pensamento existente'; sempre dependentes, por conseguinte, de sistemas de crenças ancorados em valores, tradições e imagens do mundo e da existência. Elas são, sobretudo, o objeto de um permanente trabalho social, no e através do discurso, de tal modo que cada novo fenômeno pode sempre ser reincorporado dentro dos modelos explicativos e justificados que são familiares e, conseqüentemente, aceitáveis. Esse processo de troca e composição de ideias é sobretudo necessário, pois ele responde às duplas exigências dos indivíduos e das coletividades. Por outro lado, para adotar visões consensuais de ação que lhes permitem manter o vínculo social, até mesmo a continuidade da ideia (MOSCOVICI, *op. cit.*, p. 216).

Salienta-se, no processo de construção de teoria do senso comum, a influência da participação no grupo social, das conversações a que se está exposto, bem como dos meios de comunicação de massa. Na Teoria das Representações Sociais, as pessoas e os grupos estão “longe de serem receptores passivos, pensam por si mesmos, reproduzem e comunicam incessantemente suas próprias e específicas representações e soluções às questões que eles mesmos colocam” (MOSCOVICI, 2011/2000, p. 45).

Jovchelovitch (2007) explicita a importância do conhecimento comunitário na construção das representações sociais. Para ela, as comunidades constroem repertórios comuns de saber que permanecem no tempo, fornecendo aos membros da comunidade os referenciais e os parâmetros que ajudam os indivíduos a darem sentido ao mundo. Nesse processo, estão envolvidas tanto as histórias individuais, quanto as narrativas amplas que identificam a comunidade. Para a autora, esse conhecimento comum fornece os nós associativos que geram a experiência de pertencimento. Esses saberes comuns da comunidade apresentam-se como se fossem um conhecimento dado na vida cotidiana, como se os sentidos e recursos já estivessem ali, prontos; de onde os participantes da comunidade tiram suas normas, regulamentações e padrões de comportamento, ao mesmo tempo em que há uma renovação e uma reconstrução pela experiência de vida cotidiana. Assim, há um duplo caráter da vida comum de comunidade: “[...] de já estar ali, de propiciar fundamento e chão para a comunidade e, ao mesmo tempo, de necessitar ser constantemente produzido e renovado por atores sociais” (JOVCHELOVITCH, *op. cit.*, p. 139).

A autora nos orienta que a compreensão do “que” das representações auxilia no entendimento de que existe uma história e uma trajetória relacionadas às questões pelas quais nos engajamos e aos objetos que tentamos apreender, entendendo que outras pessoas, anteriormente, também o fizeram. Sendo assim, os objetos são

[...] representados em condições que pressupõem estoques prévios de representação, pois geralmente objetos no mundo social já foram representados antes. Formas cotidianas de saber, tais como as representações sociais, se fundem em conteúdos prévios por meio da ancoragem, que liga o objeto com o passado e suas significações (JOVCHELOVITCH, *op. cit.*, p. 188).

Por fim, a autora reforça que as representações servem para construir pontes que envolvam os atores sociais e o objeto-mundo, permitindo a criação de sentidos, ferramentas e entendimentos para torná-lo conhecido e domesticado.

É nesse modelo teórico que o conhecimento científico é produzido, sendo o objeto de estudo caracterizado como polimorfo, o qual, neste estudo, é a família, que assume diferentes formas em diversos contextos sociais. Segundo Vasconcellos (2013), o objeto família, por sua complexidade, apresenta-se imerso em diferentes discursos e em diferentes meios, e o acesso a informações tem pouca objetividade e precisão, provocando no senso comum a necessidade de construir uma teoria que organize as informações. Esse trabalho buscou compreender a construção das RS de família e o processo de transmissão desses valores, normas e práticas de comportamentos presentes nas comunidades que acreditamos estar acessíveis entre diferentes gerações na família, relacionados à memória social; na medida em que, “o mundo da vida intersubjetivamente compartilhado é o espaço onde as comunidades se ligam ao passado, ao presente e ao futuro através da memória social, das representações sociais e das identidades sociais” (JOVCHELOVITCH, *op. cit.*, p. 140).

A Teoria das Representações Sociais, a partir da convencionalização e da prescrição dos objetos, mostra que as pessoas constroem RS de um objeto polimorfo na tentativa de dar sentido a ele, para tornar o que é estranho, familiar; por isso, novos e antigos elementos estão sempre presentes na formação das RS. E mais do que isso, a construção das teorias do senso comum favorecem a interação entre os sujeitos, pois “enquanto sistemas de interpretação, as representações sociais regulam a nossa relação com os outros e orientam o nosso comportamento” (CABECINHAS, 2004, p. 126).

Para Jovchelovitch (2007), as representações sociais lidam com o novo e estão conscientes do novo. A apropriação desse novo se dá pelos processos, chamados por Moscovici, de ancoragem e objetivação. Assim, a novidade se torna parte da própria estrutura dos campos representacionais envolvidos. Em que: “[...] as representações sociais tendem a abrir sistemas de saber e estão particularmente ligadas à inovação e à mudança nos campos sociais, seja ao nível de identidade, da comunidade ou da memória social” (JOVCHELOVITCH, *op. cit.*, p. 201).

A ancoragem é o processo que ancora ideias não conhecidas no repertório que o sujeito já conhece e as transforma em categorias e imagens comuns, ou seja, em um contexto familiar. Cabecinhas (2004) explica que como processo que precede a objetivação, a ancoragem situa-se pela referência de que qualquer tratamento da informação exige pontos de referência. O objeto de representação é pensado a partir das experiências e esquemas já estabelecidos. A ancoragem permite compreender a forma como os elementos representados contribuem na construção das relações sociais. Moscovici (2011/2000) afirma que categorizar alguém ou alguma coisa é o mesmo que escolher um dos paradigmas existentes na memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele.

Ancoragem é a incorporação ou assimilação de elementos novos sobre um determinado objeto em um sistema de categorias que são, ao mesmo tempo, familiares e funcionais para o indivíduo e estão disponíveis na memória (MOSCOVICI, 2011/2000). Dessa forma, “o indivíduo integra o objeto da representação em um sistema de valores que lhe é próprio, denominando e classificando-o em função dos laços que este objeto mantém com sua inserção social” (TRINDADE; SANTOS; ALMEIDA, 2011, p. 110). Por fim, “um novo objeto é ancorado quando ele passa a fazer parte de um sistema de categorias já existentes, mediante alguns ajustes” (TRINDADE; SANTOS; ALMEIDA, *op. cit.*, p. 110).

E a objetivação, indissociável da ancoragem, tenta transformar o que era abstrato em concreto, traz para o mundo físico o que estava apenas na mente e “une a ideia de não-familiaridade com a de realidade” (MOSCOVICI, 2011/2000, p. 71). A objetivação corresponde ao modo de organização dos elementos constituintes da representação e o caminho por onde esses elementos adquirem materialidade, o que significa dizer, onde se tornam expressão de uma realidade entendida como natural (CABECINHAS, 2004).

Para Cabecinhas (*op. cit.*), o processo de objetivação envolve três etapas: na primeira, as informações e as crenças sobre o objeto da representação sofrem um processo de seleção e descontextualização, “permitindo a formação de um todo relativamente coerente, em que apenas uma parte da informação disponível é retida” (CABECINHAS, *op. cit.*, p. 128). O processo que envolve a seleção e a reorganização dos elementos da representação não é neutro ou aleatório, ele depende das normas e dos valores grupais; a segunda etapa refere-se à organização dos elementos. Aqui, Moscovici (2011/2000) recorre aos conceitos de esquema e nó figurativo para evocar o fato de os elementos da representação estabelecerem entre si um padrão de relações estruturadas; e a terceira etapa é a naturalização, em que os conceitos retidos no nó figurativo e suas relações são categorias naturais que adquirem materialidade. Nesse sentido, os conceitos são “equivalentes à realidade e o abstrato torna-se concreto através da sua

expressão em imagens e metáforas” (CABECINHAS, 2004, p. 128).

Como colocam as autoras Trindade, Santos e Almeida (2011, p. 109-110), na objetivação se privilegiam algumas informações em detrimento de outras, “simplificando-as, dissociando-as de seu contexto original de produção e associando-as ao contexto de conhecimento imagético do sujeito ou do grupo”.

Por fim, as mesmas autoras enfatizam que o sujeito e o objeto de representações, assim como os processos de objetivação e ancoragem que estão na base da construção das representações sociais, encontram-se na encruzilhada entre o psicológico e o sociológico, com suas raízes fixas em suas histórias culturais. Nas palavras de Cabecinhas (2004):

As representações sociais estão ligadas a sistemas de pensamento mais largos, ideológicos ou culturais, e a um estado de conhecimentos científicos. As instâncias institucionais, os meios de comunicação mediáticos ou informais intervêm na sua elaboração, por meio de processos de influência social. (CABECINHAS, *op. cit.*, p. 126).

Na dimensão dos intercruzamentos de tantos elementos que se encontram presentes na construção das representações sociais, elegemos a memória social, que apresentaremos a seguir suas características, segundo a visão da psicologia social e sua imbricação no processo da TRS.

### **3. 2 Memória social e representações sociais**

A ideia de memória, ainda que complexa, nas ciências humanas, vem sendo caracterizada por muitos autores (BOSI, 2012/1979; 2003; CABECINHAS, 2006; CABECINHAS; LIMA; CHAVES, 2006; CERTEAU, 2008; CONNERTON, 1999; GONDAR, 2005; HALBWACHS, 2009/1968; JEDLOWSKI, 2005; 2001; POLLAK, 1992; SÁ, 2015; 2007; 2005; VALÊNCIA, 2005) por alguns aspectos comuns, como sua multiformidade, pluralidade, complexidade e interdisciplinaridade. É um fenômeno que envolve relações sociais e o aspecto individual; constrói-se no presente, ainda que retome o passado, com trocas comunicacionais, grupais e processos de identidade. Nas palavras das autoras Valentim e Trindade:

Sob esta nova perspectiva os traços mnêmicos são dinâmicos, devendo ser interpretados segundo as vicissitudes e necessidades do presente, em uma complexa dialética temporal. Por um lado, os acontecimentos passados que acarretam as condições posteriores da interpretação e do reconhecimento; de outro, o presente que modela o passado, ordenando, reconstruindo e interpretando seu legado, com expectativas e esperanças que ajudam a

selecionar dentre essas lembranças as que mais servem a um determinado futuro. (VALENTIM; TRINDADE, 2011, p. 63).

Gondar (2005) afirma que é só no final do século XIX que a noção da memória passa a ser concebida como uma construção social, admitindo-se que ela não é a verdade de um passado, mas se constrói a partir das relações sociais, dimensão que deve muito ao surgimento do campo de estudo das ciências sociais. A Psicologia, por sua vez, manteve por um bom tempo uma visão mais individualista e passiva da memória, traduzida por uma noção de armazenamento, colocando-a no lugar de recuperação precisa, de força evocativa (VALÊNCIA, 2005). Aqui, situamos uma memória que se revela num movimento ativo e dinâmico, construída e articulada na relação com os elementos do presente, vista como

[...] uma rede complexa de atividades, cujo estudo mostra que o passado nunca permanece *uno e idêntico a si*, mas é constantemente selecionado, filtrado e reestruturado por questões e necessidades do presente, tanto a nível individual quanto no social (JEDLOWSKI, 2005, p. 87).

Segundo a visão sociológica do autor citado, o interesse pela memória é derivado do reconhecimento da importância do aspecto temporal para os fatos humanos. Para ele, cada sociedade humana precisa estabelecer o seu patrimônio cultural e transmiti-lo de geração a geração, visando a preservá-lo. Compreende que a própria evolução biológica pode ser um modo de preservação que transmite a memória da espécie humana, no entanto, essa espécie requer um modo de preservação da memória social, a ser transformada intencionalmente, dando origem a instituições e ferramentas. Assim sendo, “o que cada sociedade preserva e transmite de geração a geração inclui conhecimento cotidiano e especializado, artes e até a própria linguagem, assim como competências e costumes” (JEDLOWSKI, *op. cit.*, p. 87).

Quando falamos em processo de transmissão, Candau (1998) afirma que esta pode ser *protomémorielle*, ou seja, por uma memória prototípica, que ocorre dentro de um mesmo grupo, com um grande número de repetições e a muitos indivíduos, por um princípio de reprodução de uma sociedade já considerada. É imanente a toda vida social e a todo processo de aculturação, sendo social, cultural e governamentalmente determinante das atitudes e condutas. A transmissão *protomémorielle* é quase inquestionável, advinda da imersão do sujeito na sociedade desde a infância, em que o processo de conservação, reiteração e reprodução acaba sendo maior que o da transformação e recriação. Age dentro de um número de rituais humanos, de instituições, lembrando a ordem social e fortalecendo a identidade do grupo. Isso não significa dizer que não há mecanismos que promovam as modificações. Elas podem acontecer

a partir dos levantes históricos, dos progressos tecnológicos, das rupturas demográficas; nesses casos, a sociedade percebe sua transformação como uma desorganização ou uma mutação.

Jovchelovitch (2007) fala do processo de transmissão do sistema de crenças, o qual tende a ser transmitido por práticas culturais que são sedimentadas de forma profunda, com pouca maleabilidade para a mudança e resistente às variações que advém das diversas perspectivas. Os mitos também mantêm o seu núcleo central imutável ainda que se mova no tempo e no espaço. Afirma, por fim, que, “quando sistemas de conhecimento se relacionam a afetos e identidades eles estão normalmente desempenhando funções essenciais de manutenção da identidade, integração social, cooperação e reprodução de culturas” (JOVCHELOVITCH, *op. cit.*, p. 177).

Identificamos que, no processo de transmissão, há os aspectos sociais, culturais e individuais, em que se destaca a memória por sua função de preservação de valores, saberes, crenças, práticas e identidades sociais, ao mesmo tempo em que favorece a reconstrução e a recreação na vida social. A memória favorece essa dinâmica porque se encontra envolta no paradoxo denominado “hermenêutica do círculo”. Assim, “o passado estrutura o presente através do seu legado, mas é o presente que seleciona este legado, preservando alguns aspectos e esquecendo os outros, e que reformula constantemente nossa imagem desse passado, contando repetidamente a história” (JEDLOWSKI, 2001, p. 41).

A partir dessa lógica, é nas continuidades e nas discontinuidades da vida social que identificamos os mecanismos de rememoração e esquecimento, o que implica em lembrar e esquecer, selecionar e processar o que o passado deixou para trás. O caráter onipresente desses mecanismos, como a memória, está presente em praticamente todas as manifestações da vida (JEDLOWSKI, 2005; 2001).

Diante do interesse desse estudo, consideramos a memória social articulada à Teoria das Representações Sociais. Concordamos que “as representações aglutinam a identidade, a cultura e a história de um grupo de pessoas. Elas se inscrevem nas memórias sociais e nas narrativas e modelam os sentimentos de pertença que reafirmam a membros individuais sua inserção em um espaço humano” (JOVCHELOVITCH, 2007, p. 175).

As investigações das RS de família, nas diferentes gerações, e sua inter-relação com a memória social estão diretamente atreladas aos aspectos das continuidades e discontinuidades da vida social, o que inclui preservação e transmissão entre as gerações. Sá (2005) afirma que podemos observar a ocorrência da memória exatamente na forma de pensamento que se chama RS, através da ancoragem das experiências novas em conhecimentos preexistentes. Para Moscovici (2011/2000), no conhecimento social, o passado com frequência permanece sobre o

presente, e a memória, sobre a dedução. Há uma característica prescritiva das RS pela tradição que parecem até que “são impostas sobre nós, transmitidas e são o produto de uma sequência completa de elaborações e mudanças que ocorrem no decurso do tempo e são o resultado de sucessivas gerações” (MOSCOVICI, *op. cit.*, p. 37).

Sendo assim, a memória é destacada por Moscovici (*op. cit.*) nos processos de ancoragem e objetivação. Diante da tentativa de tornar o estranho familiar, ancoram-se ideias não conhecidas e busca-se transformá-las em categorias e imagens comuns, trazendo a ideia de concretude, de realidade, objetivando-as. Desse modo, quando se consegue nomear ou categorizar um objeto novo, estranho, somos capazes de imaginá-lo ou representá-lo. Moscovici (2011/2000, p. 63) afirma que “categorizar algo ou alguma coisa significa escolher um dos paradigmas estocados na memória e estabelecer uma realidade positiva ou negativa com ele”. É a memória que favorece o caminho da transformação do estranho, do não familiar, em familiar:

A primeira [ancoragem] mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos, que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda [objetivação], sendo mais ou menos direcionada para fora (para outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido (MOSCOVICI, *op. cit.*, p.78).

Posta essa articulação entre memória e RS, vale ressaltar que a perspectiva de uma memória dinâmica, envolta nos aspectos sociais, que também considera o indivíduo e o tempo presente, é passível de diferentes definições. No interjogo teórico, por diversas vezes, as conceituações se aproximam, ainda que as nomenclaturas se diferenciem. Nesse trabalho, buscaremos nos referenciar na memória social segundo a proposta de Sá (2015; 2007; 2005) e de Cabecinhas (2006); e de Cabecinhas, Lima e Chaves (2006) no seguimento da psicologia social, visando aos aspectos psicossociais relacionados à TRS.

Sá (2015; 2007; 2005) afirma que os pioneiros nesses estudos, como Halbwachs e Bartlett, parecem trazer princípios que unificam a concepção da memória social, permeada em suas complexidades, e apresenta cinco pontos desses princípios norteadores. O primeiro deles é o caráter socioconstrutivo: na medida em que a memória não é apenas uma reprodução das experiências passadas, existe uma construção que se dá a partir do passado, mas em função da realidade presente e com os recursos existentes na sociedade e na cultura.

O segundo princípio enfatiza que são as pessoas que lembram, ainda que a forma e parte

do conteúdo dessas memórias sejam determinadas socialmente por grupos e instituições, como também por outros recursos presentes na cultura, a exemplo da própria linguagem. Esse ponto se diferencia da proposta sociológica quando essa última coloca a memória apenas como um atributo da sociedade ou dos grupos sociais. Como afirma Sá (2015),

[...] são os indivíduos que se lembram, embora se admita que a forma como se lembrem e o conteúdo do que lembram sejam socialmente determinados pelo grupo próximo, pelas instituições, pelos marcos mais amplos da sociedade, por recursos histórica e culturalmente produzidos, dentre os quais se inclui a própria linguagem, e assim por diante. (SÁ, *op. cit.*, p. 320).

O terceiro, especialmente interessante para a perspectiva psicossocial, defende as interações e as comunicações em âmbito intra e intergrupais, tanto dos conhecimentos científicos como daqueles mais popularizados. Sá (2015) chama a atenção para o fato de que tanto a construção, manutenção, quanto a atualização da memória, ainda que essa se manifeste de maneira individualizada, apresentam uma dependência estreita da interação social e da comunicação intra e/ou intergrupais, seja erudita e/ou de massa. Essa lógica fundamenta a proposta da reconstrução do passado a partir do que está no presente, sejam as necessidades ou os interesses.

O quarto ponto, interligado ao terceiro, constata que a memória e o pensamento social estão inter-relacionados e são quase indistinguíveis, na medida em que o que é lembrado do passado está relacionado ao que se sabe sobre ele. Baseado em Halbwachs, afirma que “o mero conhecimento de [que] certos fatos aconteceram – ou a conclusão lógica de que eles têm de ter acontecido –, mesmo se nenhuma lembrança foi guardada deles, é suficiente para a sua incorporação na memória individual ou grupal” (SÁ, 2015, p. 322).

Nessa relação entre memória e pensamento social, o autor atenta para observarmos a ocorrência da memória na forma de pensamento “representações sociais”, a qual se dá pelo processo da ancoragem de novas experiências a partir dos conhecimentos já adquiridos, preexistentes. Nesse sentido, retoma e confirma o pensamento de Moscovici (2011/2000, p. 57) de que “o pensamento social deve mais à convenção e à memória do que a razão; deve mais às estruturas tradicionais do que às estruturas intelectuais ou perspectivas correntes”.

O quinto princípio chama a atenção para o interesse ligado à motivação e ao sentimento no processo construtivo da memória social. Os dois aspectos são responsáveis pelo que a memória apresenta a depender do momento e do lugar. Tais elementos não visam enfatizar apenas os processos psicológicos da memória social, pois nessa construção encontram-se presentes tanto aspectos sociocognitivos da realidade como os de modelação de interesse, com

suas dimensões de afeto e sentimentos no conjunto social. Nesse sentido, o interesse da ênfase dada a esses aspectos na memória social não é a busca por uma hegemonia psicológica, e sim, a tentativa de identificar como determinações socioculturais operam na construção da memória através da modelação de interesses, afetos e sentimentos em um conjunto social (SÁ, 2015).

Na mesma linha psicossocial, Cabecinhas (2006) e Cabecinhas, Lima e Chaves (2006) compreendem memória num processo social dependente das pertenças e redes sociais do indivíduo, em que recordar é um processo de reconstrução seletivo e parcial, no qual estão envolvidos tanto aspectos de ordem cognitiva quanto motivacionais. A evocação das recordações acontece a partir de dados do contexto e dos pontos que o indivíduo utiliza para codificar, armazenar e recuperar informações que se definem no social; por isso, nesse jogo,

[...] a memória individual não poderia funcionar sem conceitos, ideias, imagens e representações que são socialmente construídos e partilhados. Ou seja, a memória de cada indivíduo é social no seu *conteúdo* (eventos, personagens, etc.) e no seu *processo* (codificação, armazenamento e recuperação da informação). (CABECINHAS, 2006, p. 6).

A autora afirma que é no bojo do social que a memória é construída nos processos comunicativos, em que se refletem as pertenças e identidades sociais dos indivíduos, além das suas trajetórias pessoais. Vale salientar que o aspecto social da memória não significa uma uniformidade nas recordações, pois os indivíduos não são passivos no processamento da informação: eles recordam fatos diferentes, de maneiras diferentes, como os grupos sociais que diante de um mesmo acontecimento reconstroem memórias diversas.

Nessa articulação entre os aspectos individuais e sociais na construção da memória social, retomamos a sua relação com a teoria das representações sociais, em que Cabecinhas (*op. cit.*) realça que a teoria é uma ferramenta importante para entendermos como as memórias históricas são construídas e partilhadas pelos indivíduos e grupos e quais as suas funções políticas e ideológicas. Para ela, “as representações sociais constituem um conceito fundamental para entender o modo como a história é recordada ou esquecida pelos indivíduos em função das suas identidades sociais” (CABECINHAS, *op. cit.*, p. 5).

Quando a autora especifica as memórias históricas, salientamos que elas fazem parte da memória social. Segundo a proposta de Sá (2015; 2007; 2005), elas estão divididas em sete, com suas especificidades, que ao mesmo tempo não são excludentes. O autor representa através da imagem de um guarda-chuva a memória social como um conjunto de fenômenos psicossociais da memória na sociedade. A divisão consiste em: memórias pessoais, comuns, coletivas, históricas documentais, orais, práticas, públicas e outras memórias. Muitas das suas

definições estão baseadas em Jedlowski, que também se refere a especificidades de memórias.

O termo *memórias pessoais* foi tomado por Sá a partir de Connerton (1999), para o qual a memória pessoal “diz respeito aqueles atos de recordação que tomam como objeto a história de vida de cada um. Falamos delas como memórias pessoais porque se localizam num passado pessoal e a ele se referem” (CONNERTON, 1999, p. 25). O aspecto individual da memória pessoal não a isenta do processo de construção social, pois envolve fatos sociais, culturais e históricos de que o indivíduo tenha participado, testemunhado ou ouvido falar.

No caso das *memórias comuns*, estas podem ser vistas como coleções de muitas memórias pessoais sobre um mesmo objeto, construídas de forma independente umas das outras. Pela inserção histórica, cultural e social comuns, as pessoas são expostas aos mesmos fatos, informações e gostos, o que promove lembranças aproximadas. O autor salienta a utilidade desse conceito no estudo de diversos fenômenos, como as *memórias geracionais*, destacadas neste estudo, por equipararem eventos históricos, mudanças sociais e culturais, que podem fornecer conteúdos para a elaboração de determinados grupos. Tais *memórias comuns* são apropriadas por praticamente todos os participantes da geração, conferindo-os identidade. Nessa apropriação geral, Sá refere-se à Jedlowski (2005) quando este destaca os meios de comunicação de massa como responsáveis por uma ampla e crescente homogeneização das memórias, que deixa pouco espaço para a elaboração coletiva de fato.

As *memórias coletivas*, tradicionalmente apresentadas por Halbwachs (2009/1968), são mantidas por Sá (2007) a fim de identificar as memórias que, no bojo da sua construção, são objeto de discursos e práticas coletivas de grupos sociais com uma mínima definição. Salientamos a contribuição de Halbwachs ao destacar o aspecto dinâmico e enfatizar que a memória do indivíduo está diretamente relacionada a sua pertença grupal. Num período em que havia ênfase na memória individual, o autor, mesmo não descartando a importância do indivíduo, ressaltou a inserção que cada pessoa tem no seu grupo social, concluindo que a memória coletiva varia de acordo com o lugar que o sujeito ocupa na sociedade (RIBEIRO, 2011). Sendo assim,

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 2009/1968, p. 30).

Corroboramos a ideia de Sá (2007) quando resalta a definição mais atual de memória

coletiva dada por Jedlowski (2005, p. 87), que na sua releitura de Halbwachs, afirma que a memória coletiva é “um conjunto de representações relativas ao passado que cada grupo produz, institucionaliza, cuida e transmite por meio da interação de seus membros”. As reflexões atuais de Jedlowski (*op. cit.*) sobre o conceito de Halbwachs levam em consideração as dificuldades ocasionadas pelas transformações da sociedade atual, como a imprecisão das delimitações grupais; a influência dos meios de comunicação de massa, que promovem uma mesma direção na comunicação, ocasionando dificuldades nas negociações intragrupais; além da interação face a face, que antes era mais utilizada nos processos de elaboração coletiva e vem sendo substituída pela interação via internet.

As *memórias históricas documentais* são objetivadas na interface da memória com a história. Para Sá (2007), representam os diversos tipos de registros e traços do passado, como documentos que podem ser encontrados em museus, bibliotecas, sob a forma de documentos públicos, manifestações culturais ou que estão virtualmente disponíveis. Le Goff (2012/1924) é historiador e também chamou a atenção para essa relação da “história da memória” através da história vivida nas sociedades humanas, com toda a ambiguidade que há na relação entre passado e presente – oposição considerada fundamental para a aquisição da consciência do tempo, a qual é compreendida não como um dado natural, mas construído.

Nesse mesmo caminho de interface entre memória e história, estão as *memórias históricas orais*, relacionadas à história que não foi escrita, ou que, recentemente, passou a ser transcrita. Por não ter documentos, respalda-se nos recursos internos, como a memorização e a transmissão oral. Engloba fenômenos de memória social que se referem às fontes não documentais ligadas à história oral.

As *memórias práticas* destacam a memória implicada nas práticas sociais performativas, que implicam em atos corporais, a exemplo dos rituais. Sá (2007) refere-se aos conceitos de Connerton (1999) de “práticas de inscrição”, que são os recursos externos de armazenagem e recuperação da informação; e de “práticas de incorporação”, em que a memória é tanto acumulada quanto sedimentada no próprio corpo, pelos rituais e práticas corporais, como o exemplo de ajoelhar-se na igreja católica, rito fixado por uma memória religiosa cultural e pelo corpo dos participantes. Esse tipo de memória é diferente das demais por sua construção e resistência às transformações em função das mudanças sociais. Um campo de estudo apontado como privilegiado nesse aspecto são as memórias institucionais, caracterizadas por longa permanência e até mesmo pela inércia.

Por fim, as *memórias públicas*, que segundo Jedlowski (2005), retomado também por Sá (2007), são as memórias focadas na vida das sociedades modernas democráticas em que as

crenças dos cidadãos referentes aos assuntos políticos são discutidas. Tal discussão não acontece sem referências ao passado e sem as representações sobre esse passado, num cenário que promove o confronto de múltiplas memórias coletivas. É nessa esfera pública onde também se observam mais claramente as relações de poder e memória, em que se enfrentam os argumentos opostos entre o “dever da memória” e a “necessidade de esquecimento”, mediadas fortemente pelos meios de comunicação de massa.

Vale ressaltar que, em todo esse mapeamento que demarca especificidades entre as memórias sociais, o autor enfatiza os seus aspectos unificadores, pois elas não são excludentes; uma instância pode estar perfeitamente presente na outra e umas podem se transformar em outras. A proposta também não pretende fechar a questão, estando aberta às novas categorias que mereçam aprofundamento. Tal organização, afirma Sá (2007), pode orientar a seleção de abordagens teóricas e metodológicas em pesquisas psicossociais, relacionando algum fenômeno concreto de memória social. Dentre seus estudos, buscou descrever a memória de duas gerações, na população do Rio de Janeiro, sobre o período da ditadura do Estado Novo. Através da aplicação de questionários, identificou que a geração idosa mostrava uma lembrança mais forte do período, por ter testemunhado esses fatos, do que a geração adulta (NAIFF, D. G. M.; SÁ; NAIFF, 2008).

Pecora e Sá (2008) também analisaram as memórias e as representações sociais da cidade de Cuiabá, construída por três gerações ao longo da segunda metade do século XX, e observaram que as representações da cidade não foram alteradas nos períodos investigados.

Outro estudo relacionou memória social e representação social da educação. Buscou-se discutir a escola e o seu papel de agente de inclusão ou exclusão nas memórias de vidas apresentadas. Entrevistaram 15 mães e 15 filhas sobre suas vidas no passado, presente e futuro. Constataram que a escola e o ato de estudo, de forma geral, representam aspectos positivos do passado que se projetam nos discursos sobre o futuro como possibilidade de mudanças de vida (NAIFF, L. A. M.; SÁ; NAIFF, 2008).

Além desses temas, outros, como o descobrimento do Brasil nas memórias portuguesa e brasileira, a memória histórica de Getúlio Vargas e do Palácio do Catete, a construção e o estado atual da memória histórica do regime militar, a memória histórica dos anos dourados relacionados a Juscelino Kubitschek e Brasília, foram abordados por Sá (2015) na tentativa de investigar a memória social com a representação social, na perspectiva da psicologia social.

Neste trabalho, destacamos o papel da memória social relacionada à construção das representações sociais de família em diferentes gerações, a partir dos elementos que foram narrados, lembrados e compartilhados entre os grupos, no que se refere às concepções, aos

modelos e às práticas vividas no ontem e no hoje das famílias, para que fossem observados os movimentos de permanências e mudanças, tensões e construção de identidades no trânsito das transmissões. Assim, pudemos destacar, principalmente, especificidades das memórias comuns/geracionais, pessoais e coletivas.

A afirmação de que “há sempre uma concepção de memória social implicada na escolha do que conservar e do que interrogar” (GONDAR, 2005, p. 17) nos leva a pensar nos processos de transições sociais através do fenômeno da família, e como a memória social encontra-se presente nas conservações e transformações temporais das suas concepções, valores e práticas, haja vista que “o conceito de memória, produzido no presente é uma maneira de pensar o passado em função do futuro que se almeja” (GONDAR, *op. cit.*, p. 17).

Nas transições e conservações, concordamos com Pollak (1989) quando afirma que a memória social possui características flutuantes e mutáveis, tanto a individual quanto a coletiva, como também marcos ou pontos invariáveis e imutáveis, na medida em que, numa história de vida individual ou coletiva, existem elementos irredutíveis, que por sua solidificação na memória impossibilitam a mudança. Desse modo, alguns elementos tornam-se realidade e passam a fazer parte da “essência” da pessoa, embora outros acontecimentos e fatos se modifiquem em função do movimento da fala ou de outros interlocutores.

Assim, acreditamos que o fenômeno da família recortado pelas gerações foi investigado no campo dessas tensões, entre o que permanece como elementos irredutíveis, que firmam identidades ao grupo ou à pessoa (CABECINHAS, 2006), e entre os elementos que nas trocas são negociados e modificados, promovendo as transformações pessoais e sociais. No confronto entre a memória individual e a memória dos outros, é percebido que “*a memória e a identidade são valores disputados* em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (POLLAK, 1992, p. 5, destaque do autor).

## 4 MÉTODO

Na construção da ciência, muitas vezes, realizar uma pesquisa é partir de uma pergunta movida pela curiosidade do pesquisador; construir uma hipótese para ser verificada, com planejamento e estratégias para alcançar tal verificação; e, por fim, analisar resultados, articulando-os a uma base teórico-metodológica. Para Minayo (2012), fazer ciência é

[...] trabalhar simultaneamente com teoria, método e técnicas, numa perspectiva em que esse tripé se condicione mutuamente: o modo de fazer depende do que o objeto demanda, a resposta ao objeto depende das perguntas, dos instrumentos e das estratégias utilizadas na coleta de dados. (MINAYO, 2012, p. 622).

Mazzotti e Gewandsznajder (1998) acrescentam que, no procedimento metodológico, uma pesquisa deve apresentar a indicação, a justificação do paradigma escolhido que orienta o estudo, além das etapas do seu desenvolvimento, da descrição do contexto, do processo de seleção dos participantes, dos procedimentos e instrumental de coleta e análise dos dados.

Dito isso, situamos a proposta para o método desta pesquisa como qualitativo, no qual os pesquisadores se dedicam “à análise dos significados que os indivíduos dão às suas ações, no meio ecológico em que constroem suas vidas e suas relações [...]” (CHIZZOTTI, 2006, p.78). Segundo o autor, a abordagem qualitativa parte do pressuposto de que há uma relação dinâmica entre o sujeito e o mundo real, uma interdependência entre o sujeito e o objeto e entre o mundo objetivo e a subjetividade.

Bardin (1977) diferencia a pesquisa qualitativa por características particulares. Essa tem um procedimento mais intuitivo, maleável e adaptável, com índices não previstos e com possibilidade de evolução de hipóteses. Sua validade está “na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa, e não em inferências gerais” (BARDIN, *op. cit.*, p. 115).

A pesquisa qualitativa e, especificamente, a pesquisa social é considerada por Bauer, Gazkell e Allum (2002) como a que se apoia em dados sobre o mundo social, os quais são construídos pelo processo de comunicação. Nessa, há um interesse privilegiado no modo como as pessoas se expressam e falam do que é importante para elas e de como pensam suas ações e as dos outros.

Silva, Gobbi e Simão (2005, p. 70) falam também que, na pesquisa social qualitativa, “o homem é entendido como um agente social que influencia e é influenciado pela estrutura

social, dotado de percepções peculiares da realidade que permitem uma interpretação própria da sua realidade”. De todo modo, essa interpretação dependerá do observador e da posição dele frente ao fenômeno investigado. O processo de interação entre o agente e o fenômeno social localiza-se em meio a conceitos e significados que são construídos socialmente.

As questões sociais que pretendem ser estudadas por um viés qualitativo requerem, assim como uma pesquisa quantitativa, a utilização de teorias que organizem e validem os dados obtidos. Além disso, exigem coerência com a utilização de métodos apropriados para visualizar, de forma objetiva e clara, os dados resultantes da coleta, seja por meio de questionários, entrevistas, relatos, observações, intervenções grupais, dentre outros (DUARTE; MAMEDE; ANDRADE, 2009).

Como afirma Arruda (2002), o método e o dado não existem de forma autônoma. É preciso que o método esteja vinculado à concepção do objeto e da forma de como conhecê-lo. Tudo isso, relaciona-se à maneira como se encara a construção do saber e o lugar do ser humano nessa construção.

Buscamos, neste trabalho, uma adequação entre a proposta de pesquisa qualitativa, diante do estudo do objeto social família, articulando estratégias metodológicas afinadas com o aporte teórico-metodológico da Teoria das Representações Sociais. Consideramos que a teoria integra-se ao método, o que não significa dizer que ela está atrelada a apenas um método específico, mas que é preciso uma adequação caso a caso. A TRS aponta para a utilização de uma diversidade de metodologias, buscando mais a inovação do que a comprovação (ARRUDA, 2002).

A autora alerta que a construção da metodologia de uma pesquisa provém do seu caráter ativo e também do objeto que é historicamente situado, caracteristicamente fluído, que se constrói com a razão e também com a emoção. Sá (1998) afirma que a noção da construção do objeto de pesquisa, abarca a consideração do fenômeno ou do problema que se pretende investigar. O objeto de pesquisa construído a partir do fenômeno da representação social não significa que seja uma réplica do fenômeno, “mas uma aproximação ditada pelas possibilidades e limitações da prática da pesquisa científica” (SÁ, *op. cit.*, p. 14).

Nascimento-Schulze e Camargo (2000) afirmam que os estudos em representação social que visam investigar os processos envolvidos na gênese dessas representações buscam uma metodologia que favoreça uma descrição desses processos, os quais têm início e operam em contexto específico. O pesquisador deve levar em consideração o nível de complexidade dos fenômenos a serem estudados, com atenção ao contexto da investigação e à diversidade de olhares e vozes característicos dos grupos sociais que são relevantes para o estudo de algumas

representações. Nesse sentido, uma metodologia diversificada ajuda na investigação do fenômeno complexo.

Diante disso, as estratégias metodológicas utilizadas, entrevista de roteiro semiestruturado e oficinas sociodramáticas, favoreceram a obtenção das falas dos participantes, ampliando a compreensão sobre o fenômeno estudado, família, a partir de três gerações em posições específicas. Para tanto, foram realizados dois estudos com instrumentos metodológicos diferenciados. Arruda (2002) afirma que o recurso de metodologias combinadas tem sido importante não porque proporciona validação dos dados, mas favorece a exposição da complexidade do fenômeno, o que estaria em acordo com a perspectiva da TRS.

Os detalhes do método, como participantes, instrumentos, procedimentos, serão apresentados nos capítulos seguintes em seus respectivos estudos. A estratégia de análise teve como base a análise de conteúdo de Bardin (1977) que será aqui apresentada por ter sido comum aos dois estudos.

Antes de tudo, compreendemos a pesquisa como uma construção, em que o pesquisador articula o seu aporte teórico-metodológico com as suas unidades de análise, ou seja, os recortes específicos diante do total de informações obtidas no procedimento da coleta, sendo sempre guiado pelas perguntas e objetivos propostos. Como afirma Minayo (2012, p. 626) o percurso analítico e sistemático, no caso de uma pesquisa qualitativa, “tem o sentido de tornar possível a objetivação de um tipo de conhecimento que tem como matéria prima, opiniões, crenças, valores, representações, relações e ações humanas e sociais sob a perspectiva dos atores em intersubjetividade”.

Diante disso, os resultados do primeiro estudo, obtidos em entrevistas de roteiro semiestruturado, investigaram mais diretamente os conteúdos de representações sociais sobre família. Já o segundo estudo partiu de uma estratégia de investigação grupal, com oficinas sociodramáticas, com objetivo de compreender conteúdos e processos das representações sociais.

Em todo esse percurso, salientamos a existência da interpretação dos dados, que, para Arruda (2002), implica em situar a pesquisa. Ela se inicia na escolha do seu universo e penetra o seu campo, ainda que passe por camadas diferentes de aprofundamento. Dessa forma, o resgate do contexto cultural, histórico e político incide na produção das representações sociais, junto com a produção de sentidos e a comunicação.

Como unidade de análise, no primeiro estudo, a partir dos conteúdos das RS de família, buscamos analisar: os episódios de fala que incluem os aspectos cognitivos, como ideias, crenças, sentidos, valores, afetos e também os elementos sociais. Nos dados gerados nas

oficinas sociodramáticas pelos grupos, além desses conteúdos acima, focamos o processo de construção das RS de família, que inclui a dinâmica do grupo, com seus aspectos afetivos, psicológicos; a comunicação; os movimentos interacionais; aspectos verbais; as negociações; os elementos de resistência; a pressão do grupo; as dificuldades e os acordos presentes na construção dessas RS.

Diante do material já transcrito, tanto das entrevistas, como das oficinas, realizamos a interpretação dos sentidos pela análise temática de conteúdo de Bardin (1977), articulada à fundamentação teórica da TRS. A análise de conteúdo temática é:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimento relativo às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, *op. cit.*, p. 42).

A análise de conteúdo visa produzir inferências, a partir do material analisado, para seu contexto social de maneira objetivada. A sua validade está baseada “em termos de sua fundamentação nos materiais pesquisados e sua congruência com a teoria do pesquisador, e à luz de seu objetivo de pesquisa. Um corpus de texto oferece diferentes leituras, dependendo dos vieses que ele contém” (BAUER, 2002, p. 191).

Segundo Silva, Gobbi e Simão (2005), a análise de conteúdo aparece como uma ferramenta que ajuda na compreensão da construção dos significados exteriorizados no discurso dos atores. É como uma “decomposição do discurso e identificação de unidades de análise ou grupos de representações para uma categorização dos fenômenos” (SILVA; GOBBI; SIMÃO, *op. cit.*, p. 70). Nesse sentido, é possível reconstruir os significados que apresentem uma compreensão da interpretação da realidade do grupo estudado, de forma aprofundada.

Operacionalmente, o método de análise proposto por Bardin (1977) apresenta algumas fases para a organização da análise: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na pré-análise, consideramos a organização do material, referente ao período de intuições. Tem o objetivo de operacionalizar e sistematizar as ideias iniciais. Nessa primeira fase, há três missões: a escolha dos documentos que deverão ser submetidos à análise; a formulação das hipóteses e dos objetivos; e a elaboração de indicadores que darão o fundamento para a interpretação final.

A exploração do material trabalha com o material da pré-análise, que, já diante de uma organização, será avaliado para consistir como base de uma administração sistemática das

tomadas de posições. É uma fase longa e fastidiosa, constituída por operações de codificação, desconto e enumeração de acordo com as regras formuladas na etapa anterior.

O tratamento dos resultados obtidos e a interpretação dão aos dados sua significação e validade, a partir do tratamento dos resultados brutos (conteúdo dos falantes), que podem até ser realizados por provas estatísticas e testes de validação. Diante disso, o analista pode propor inferências e adiantar interpretações. Vale salientar que a autora chama a atenção para a diferença da análise qualitativa, a qual se caracteriza pelo fato de a inferência ser fundada na presença do índice, qual seja tema, palavra, personagem, e não, sobre a frequência da sua aparição nas situações de cada comunicação individual. Desse modo, “a análise de conteúdo é uma *inferência* (variáveis inferidas a partir de variáveis de inferência ao nível da mensagem), quer as modalidades de inferência se baseiem ou não, em indicadores quantitativos” (BARDIN, *op. cit.*, p. 116).

O material da análise de conteúdo é categorizado, ou seja, “é [realizada] uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos” (BARDIN, *op. cit.*, p. 117). As categorias são rubricas ou classes que reúnem grupos de elementos como unidades de registro, referindo-se à análise de conteúdo, com título genérico, reunidos em função de características comuns – é assim que aparecerão na análise dos dois estudos aqui realizados.

Por fim, Arruda (2002) afirma que na TRS, a construção da metodologia pode ser comparada a um trabalho artesanal, como o é na história ou na antropologia, o qual não encontra seu início e nem o seu fim na coleta de dados. O seu começo está nas condições de produção das representações, que prossegue na interpretação, movendo o pesquisador de forma a provocar questionamentos, como a pergunta “E agora, José?” (ARRUDA, *op. cit.*, p. 14). Desse modo, o método não se encerra na interpretação dos dados. Busca-se uma perspectiva de interpretação guiada para o como, a partir dos resultados, a fim de problematizar as representações sociais e sua mudança. O desafio está em como desenvolver uma comunicação a partir das representações sociais analisadas. Portanto, não há uma construção de metodologia neutra, ainda que seja rigorosa, “pois não [estamos isentos] do compromisso com nosso objeto, mas apenas [asseguramos] alguma objetividade i.e. respeito e compreensão do objeto” (ARRUDA, *op. cit.*, p. 15).

## 5 PRIMEIRO ESTUDO – ENTREVISTAS

### 5.1 Método – 1º estudo

#### 5.1.1 Objetivo

Tivemos como objetivo geral *identificar* o conteúdo das RS de família por três gerações: filhos, pais e avós. E como específicos: *identificar* aspectos comuns ou diversos nas RS de família para cada geração investigada; *analisar* os pontos de tensão entre aspectos de mudança e conservação de elementos das RS de família. Vale salientar que o recorte dado neste estudo foi horizontal, ou seja, os participantes não pertenciam a uma mesma família, pois o intuito foi o de investigar as RS de família na atualidade da sociedade, levando-se em conta o posicionamento dos participantes na família e não a sua dinâmica familiar interna.

#### 5.1.2 Participantes

Para este estudo, foram analisadas algumas entrevistas que compõem o banco de dados do Laboratório de Interação Social Humana da UFPE (LabInt), referentes à pesquisa “Compreendendo sistemas de representações: a família como exemplo” (SANTOS, M. F. S., 2011). A utilização de parte desse material, cujo tema de interesse é o mesmo, possibilitou um modo de análise mais detalhada, visando uma forma diferenciada de análise.

O banco de dados total do projeto foi composto por entrevistas de 20 sujeitos com idades entre 55 e 65 anos; 20 sujeitos com idades entre 25 e 35 anos; e 20 sujeitos com idades entre 7 e 10 anos; avós, pais e filhos, respectivamente. Desse total, utilizamos 05 entrevistas com filhos entre 09 e 10 anos<sup>1</sup>, 05 entrevistas de pais e 05 entrevistas de avós, entre a faixa de idade indicada, de ambos os sexos, de mesma camada socioeconômica, ou seja, pertencentes à camada média da cidade de Recife.

Os participantes, ao longo desta análise, serão identificados com nomes fictícios para não expor as suas verdadeiras identidades, sendo utilizada a mesma letra para cada faixa etária, como mostra o quadro a seguir:

<sup>1</sup> Vale salientar que a escolha para este trabalho das crianças com idades (09 e 10 anos) referente à amostra (07 - 10 anos) teve o objetivo de equiparar o momento de desenvolvimento destas com o das participantes do segundo estudo que será apresentado na próxima etapa de resultados e análise.

Quadro 1 – Quadro dos participantes das oficinas

<b>Sexo</b>	<b>Filhos</b>	<b>Pais</b>	<b>Avós</b>
<b>Feminino</b>	Lúcia – 09 anos Luíza – 09 anos Laura – 10 anos	Flávia Fabiana	Valéria Vanessa Vitória
<b>Masculino</b>	Luiz – 09 anos Luciano – 10 anos	Fábio Felipe Fernando	Valdir Vitor

Ressaltamos que os lugares de filhos, pais e avós, diferenciados nesse estudo por gerações, nos permite uma diversidade no posicionamento, o que pode ter impacto nas representações sociais de cada grupo (SANTOS, M. F. S., 2011). Esta diferenciação dos posicionamentos dentro da família também é uma referência nos estudos sobre geração de tradição antropológica, que se baseiam nos grupos e categorias de idades, no sentido genealógico ou de filiação, mantendo a função que inclui as posições na família e/ou na organização social mais ampla (MOTTA; WELLER, 2010).

### 5.1.3 Instrumento

O instrumento utilizando neste estudo foi um roteiro<sup>2</sup> de entrevista semiestruturada, elaborado com perguntas norteadoras sobre o tema família para o projeto “Compreendendo sistemas de representações: a família como exemplo” (SANTOS, M. F. S., 2011).

A entrevista de roteiro semiestruturado é considerada mais aberta, segundo Selltiz, Wrightsman e Cook (2001), e ajuda no levantamento dos aspectos afetivos e valorativos, determinando o significado pessoal das atitudes, com a expressão em detalhes do assunto investigado e seu contexto social. Também auxilia na investigação de questões sobre o comportamento do presente e do passado, em que os participantes podem observar o seu próprio posicionamento. Esse tipo de entrevista, denominado por Marconi e Lakatos (2010) de *não estruturada* ou *despadronizada*, permite ao entrevistador uma liberdade para desenvolver as situações em qualquer direção que considere adequada, como uma forma mais ampla de explorar uma questão. Como especificam, esse tipo de entrevista pode ser *focalizada*, com tópicos de um roteiro relativos ao fenômeno que se quer investigar, em que se podem sondar

<sup>2</sup> Vide apêndice A.

razões e motivos, fornecer esclarecimentos, sem necessariamente obedecer ao rigor de uma estrutura fechada.

As entrevistas foram registradas por áudio mediante autorização de cada um dos participantes e, no caso das crianças, a autorização dos seus responsáveis. Em seguida, foram transcritas para o processo de análise. A transcrição tem o objetivo de “gerar um conjunto de dados que se preste a uma análise cuidadosa e a uma codificação” (ROSE, 2002, p. 348).

#### 5.1.4 Procedimento

Segundo o projeto de M. F. S. Santos (2011), os sujeitos foram contatados a partir da rede de relações dos pesquisadores, utilizando-se da técnica de “bola de neve”, em que um sujeito indica outros de sua rede de conhecimentos. Os que aceitaram assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). No caso das crianças, foi necessária a assinatura dos pais ou responsáveis. Vale salientar a necessidade da adaptação na linguagem do entrevistador de acordo com o grupo, como no caso das crianças, que na questão sobre a descrição da família foi necessário reformular, solicitando que elas imaginassem um desenho da família. E na questão das vantagens e desvantagens, a pergunta também foi readaptada para se é bom ter família e se tem alguma coisa ruim em tê-la.

Para esse estudo, foram selecionadas e analisadas partes do conteúdo de 15 entrevistas, a partir da questão geral sobre “o que é família”. Foram selecionados alguns tópicos do roteiro das entrevistas, os quais se adequavam melhor ao nosso foco de investigação e também por estarem contidos na grande maioria do material selecionado. Assim, as questões aparecem distribuídas nas duas categorias de análise. O primeiro composto pelas seguintes questões do roteiro da entrevista: a descrição, o significado, o início, as vantagens e desvantagens, as funções e as palavras associadas livremente ao termo família, bem como o que não é família e se algo a faz deixar de existir; e o segundo, a partir das diferenças e igualdades entre as famílias, se há alguma pessoa central na família e, por fim, como se veem na posição de filho/filha, pai/mãe, avô/avó.

#### 5.1.5 Análise

Para a análise qualitativa dos dados, temos como base a análise temática de conteúdo de Bardin (1977), com o objetivo de relacionar e interpretar os sentidos das informações obtidas com o aporte teórico-metodológico das Teorias das Representações Sociais, bem como os

referenciais de família e geração. Desta feita, organizamos os temas principais em dois tópicos: 1. O conceito de família; 2. Como e por quem a família é compreendida? Nesses tópicos, o conteúdo das partes selecionadas das entrevistas pôde ser apresentado e comparado entre os três posicionamentos, fazendo-se as possíveis relações teóricas e observando-se pontos de dissensos e consensos entre eles, bem como o modo como cada geração vive suas tensões atuais na construção das representações sociais de família hoje, como podemos observar nos tópicos a seguir.

## 5.2 Análise dos resultados

### 5.2.1 Conceito de família

#### *Filhos*

A compreensão de como a família é iniciada é um ponto de partida para a seu entendimento. As crianças entrevistadas compreendem que esse início se dá com base em ritos sociais e biológicos heteronormativos, naturalizados na cultura, que vão do namoro, passando pelo casamento, até a chegada dos filhos. Tal compreensão reforça o formato da família tradicional nuclear estabelecido, referindo como casal o homem e a mulher. Como afirmam os participantes: *“Quando os pais se conhecem, eles namoram, se casam... E aí, têm os filhos.”* (LUCIANO); *“Começa... O pai e a mãe... Assim... Duas pessoas, uma relação entre duas pessoas... Aí, essas duas pessoas vão crescendo juntas. Aí, tem a relação sexual. E, assim, vai nascendo a família com os filhos... Essas coisas.”* (LAURA).

O sentimento do amor também marca esse início: *“[...] a pessoa ama a outra.”* (LUIZ). Confluindo com essa concepção do início, a descrição da família pelas crianças versou em torno dos parentes, partindo do modelo nuclear, apontado como o *“básico”, “normal”* (LUÍZA); *“[...] do jeito que sempre foi: um pai, uma mãe, os filhos...”* (LAURA). Há também o parentesco que inclui diferentes gerações, como vemos na fala seguinte: *“[...] a mãe, o pai, tia, avó... até os antepassados da gente.”* (LÚCIA).

Sobre tais compreensões expressas pelas crianças, Oliveira (2009) afirma que, mesmo diante da diversidade dos arranjos familiares na sociedade hoje, é perceptível a permanência cultural da organização familiar nuclear, através do casamento monogâmico, predominante na atualidade. Com isso, identificamos que as crianças, de uma pertença social específica, ancoram as suas representações no modelo de familiar nuclear burguesa. Esse compreende um viés

biologizante (CARVALHO, C. A. F., 2005), fortemente defendido pela Igreja Católica desde o final do século XIX. Tal modelo atrela a família à configuração do homem-pai e da mulher-mãe com seus filhos, em um funcionamento com base no modelo de amor romântico para a escolha do cônjuge, seguido do casamento e nascimento de filhos, unidos aos pais pelos laços afetivos (AZZI, 1987; COSTA, 1999).

Nessa mesma lógica dos laços de afeto, a família também se caracteriza pela ideia de junção, unidade e sentimentos positivos, como o amor: “[...] reunião, conjunto, [...] união.” (LUÍZA); “[...] amor, carinho.” (LUCIANO); “Família é um grupo de pessoas que amam um ao outro.” (LUIZ); “É ser tipo um grupo... Bem unido... Que um ajuda o outro... Hum... Várias coisas.” (LAURA). O ideal é reforçado em torno dos valores de lealdade, confiança e do ter amigos: “[...] que a pessoa tem lealdade, confiança na pessoa, que crer nas pessoas, ter amigos.” (LÚCIA).

A família também proporciona pertencimento, perpetuação, continuidade, inclusão, lugar em que a criança é sempre amada, mesmo nas situações em que tenha a separação dos pais ou a morte deles. Nas palavras da participante:

*É bom saber que você tem [...]. Sentir como se fizesse mesmo parte de uma coisa que ia durar pra sempre. E que esse “duramento” nem com a separação ou então com a morte da mãe ou do pai... Você vai ser sempre amado. [...] Você fazer parte de um grupo que dura pra vida toda. (LAURA).*

Em todas essas dimensões apresentadas, a criança está no centro da dinâmica da família, que deve, dentre outras funções, proporcionar lazer, cuidado, amor e carinho. A família é idealizada como a melhor coisa do mundo: “Legal que leve os filhos pra passear, que sempre cuide deles [...] Porque eles cuidam de mim, eles me amam, dão carinho... Pensam muito em mim. [...] Família é a melhor coisa que pode se ter.” (LUIZ).

E mais funções são reforçadas em torno dos sentimentos positivados, do cuidado e especificamente do apoio emocional, confirmando o seu lugar de amor e felicidade: “Porque sem a família a gente praticamente não é ninguém. Quando a gente tá triste tem ela, quando a gente tá alegre... Por vários motivos, né?! Tem ela.” (LUÍZA); “Pra ter alguém quando a gente tiver triste, pra gente se abrir com ela... Pra... Amor, né?! E pra gente ser feliz.” (LUCIANO).

Diante dos aspectos apresentados até o momento, Simionato e Oliveira (2003) alertam para o fato de que a família deve ser compreendida historicamente e com suas especificidades. Ela desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da saúde e equilíbrio emocional dos seus membros. Sustentam que há um ponto em comum nas famílias, que é a união dos seus

membros, ligados por laços consanguíneos ou não; compreendem que a relação é dada pela intimidade, respeito mútuo, amizade e troca de enriquecimento conjunto. Dessa forma, esses são alguns dos valores que referenciam a família no discurso das crianças, que se veem no centro do seu investimento, confirmando a relação atual das pertencas socioeconômicas mais favorecidas, que colocam os filhos nesse foco (PASSOS, 2007).

Confluindo com a perspectiva de que as funções da família estão intimamente atreladas às próprias necessidades das crianças, elas não encontram nenhuma desvantagem em tê-la. A tamanha importância da família é medida por sua dimensão vital, de manutenção da vida, sem a qual a pessoa não é nada; comparada a um ciclo de vida: “*Família é tipo um ciclo de vida, né?! Porque, sem a família, a pessoa é um nada, um ninguém.*” (LUIZ).

Diante disso, as representações de família também estão na positividade da família, a qual, ao longo do tempo, existe como um modo de organização entre os indivíduos. É mantida por laços de sangue, parentesco e/ou afetivos com códigos e organizações próprias (obrigações, direitos e proibições), reunida em torno de alguns objetivos comuns como a luta pela sobrevivência (social, econômica e afetiva) e a perpetuação da espécie. Independente da forma ou da configuração, da cultura e do tempo histórico, foi uma instituição que desempenhou funções de manutenção da espécie humana que estão sempre sendo renegociadas (AMAZONAS; BRAGA, 2006; COURT, 2005; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2011).

Dentre as funções da família, está a responsabilidade dessa pela educação e criação da criança: “*Pra criar criança.*” (LÚCIA); “*Pra ensinar às crianças, aos filhos [...] crescerem.*” (LAURA). É também o lugar onde se formam os valores para saber o que é certo e errado: “*Saber o que é certo, saber o que é errado. Isso, essas coisas.*” (LAURA). Esses aspectos reforçam a concepção da família vista como um sistema social que tem o objetivo de transmitir valores, crenças, ideias e significados de uma sociedade (DESSEN; POLONIA, 2005).

Nessa formação e transmissão de valores, consideramos o processo da socialização primária, vivido na infância, apresentado por Berguer e Luckmann (2012/1966), o qual explica como a criança torna-se um membro da sociedade. Ocorre na relação com os outros significativos, que lhes são impostos, pois a criança não escolhe seus cuidadores e/ou responsáveis, que se encarregam dessa mediação. No processo de socialização primária, não temos apenas a aprendizagem em nível cognitivo envolvida, há um alto grau de emoção envolvido na relação vincular com esses outros significativos. Sem essa forte ligação emocional a aprendizagem seria mais difícil, na medida em que a criança identifica-se com esses outros significativos por uma multiplicidade de modos emocionais. Com tudo isso, a interiorização ocorre quando há identificação. A criança absorve os papéis e as atitudes desses outros

significativos, interiorizando e tornando esses conteúdos seus. Gradativamente, vai identificando-se a si mesma, adquirindo uma identidade subjetivamente coerente, em um movimento ativo e dialético.

Além desses aspectos, uma criança destacou que a família, na figura dos pais, proporciona a condição de uma educação formal pelo tipo de escola. Por pertencerem a uma classe com maiores condições econômicas, são os pais que garantem que ele não vá para uma escola da rede pública, vista no nosso contexto social, com menores condições e estrutura para o ensino. Nas palavras da criança: “*Tipo, quem não pode ter uma família... Tipo, se eu não tivesse meu pai ou minha mãe, [...] ficava numa escola pública, porque eles não poderiam pagar, né?!?*” (LUIZ).

Vale salientar que a família e a escola possuem a responsabilidade de promover os processos evolutivos das pessoas, proporcionando ou inibindo o seu crescimento físico, intelectual, emocional e social (DESSEN; POLONIA, *op. cit.*). As autoras diferenciam que na escola há os conteúdos curriculares para a apreensão do conhecimento. E na família, busca-se a socialização, a proteção e as condições básicas de sobrevivência, visando ao desenvolvimento nos âmbitos social, cognitivo e afetivo, como bem expuseram as crianças participantes.

As crianças também falam do modo como esperam ser tratadas, em especial, pelos pais, que diante das desobediências devem conversar e não usar da força física através da prática do bater, comum nas gerações passadas. De forma geral, desejam uma família “*que não maltrate... Quando ele fizer ‘mal obediência’, não bater neles, só conversar.*” (LUIZ). Essa expectativa tem como base uma mudança cultural em torno do bater, método que era utilizado livremente como estratégia disciplinar, introduzido no país desde a época da colonização. Hoje, no entanto, a sociedade tem sido convocada a mudanças em torno das práticas com as crianças, asseguradas no âmbito legal, em que a família é a primeira a ser chamada para assumir a responsabilidade da proteção das crianças e dos adolescentes. Nessa nova perspectiva, a cultura do bater tem sido combatida efetivamente pela Lei da palmada de 2014, incluída no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, a qual afirma:

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los. (BRASIL, 2014, não

paginado).

De forma ampla, o Estatuto convoca a família, a comunidade, a sociedade e o poder público a assumirem a proteção dos direitos a esses grupos (crianças e adolescentes). Assim, institucionaliza-se o modo como as famílias devem agir:

Art. 4º: É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, não paginado).

Coerente com essa visão, os participantes apontam exatamente os aspectos que ameaçam a família idealizada e a seguridade desses direitos, afirmando que a família não é família nas seguintes situações: quando há cenas de violência e desacordos, xingamentos, palavrões, bater e maus tratos; quando permite a solidão; quando se exige da função educativa dos valores e, para alguns, quando os pais se separam. As passagens citadas a seguir explicitam tais ideias. Um dos participantes exemplificou o aspecto negativo pela situação de o pai bater no filho. Relata que viu essa cena em uma reportagem na televisão, em que o pai brigou com o filho por causa de um lápis e a criança acabou saindo da escola, como podemos ver abaixo:

*Nunca, quando eu penso, assim, isso é uma família... Aí, eu nunca penso desgraça. Porque tem família [que] o pai só bate no filho... Passou na TV, uma vez, [que] um menino só quebrou a ponta do lápis, o pai brigou com ele e ele desistiu da escola, só por causa de um lápis. Aí, isso não é família. Família é um amar os outros e sempre ser feliz. (LUIZ).*

A solidão e a ausência de referências do certo e errado não é família para esta participante: “Assim, não ter ninguém por perto, ninguém que ajude a fazer as coisas... Ninguém que ajude a ensinar o que é certo, o que é errado.” (LAURA). A não proteção dos seus direitos, as situações de violência física, bem como quando não há amor e quando a criança está fora da escola e trabalhando, isso também não representa a família:

*Pessoas que, tipo... Quando eu vou pra cidade, o pai e a mãe dos meninos lá ficam batendo neles. Aí, tipo, mandam eles pra trabalhar na rua, ao invés de... De manhã tem um bocado de gente brincando, né?! Ao invés de ir pra escola, estudar, se formar e ter um bom emprego. Mesmo a pessoa sendo de classe baixa. [...] Quando uma pessoa não ama a outra, fica maltratando... Isso não é família. (LUIZ).*

A briga e a desunião também são o contrário da família: “*Briga é... Desunião.*” (LUÍZA). Além disso, a família também não pode ser concebida quando há situação de abandono, violência entre os pais e ausência de amor e de carinho: “*Quando a mãe deixa os filhos, quando o pai bate na mãe. É só isso. Porque não tem amor, nem carinho.*” (LUCIANO). Ainda a separação dos pais pode não ser considerada família: “*A mãe separando do pai.*” (LÚCIA).

Na concretude do que possa promover o fim da família, as ideias se dividem: parte dos participantes acredita que a família permanece apesar dos eventos de morte, através da continuidade das gerações e do nascimento de novos filhos; nas situações em que os pais se separam, para a criança que vive essa experiência, a família não acaba. A continuidade da família, portanto, respalda-se na concepção, estabelecida socialmente, de que a família assegura a continuidade, a proteção e o bem-estar dos seus membros e, principalmente, o da criança (DESSEN; POLONIA, 2005). Vejamos as falas que seguem.

Para esse participante, a família permanece apesar da morte, pela continuidade geracional: “*Não, porque a vida é assim, né?! A pessoa fica, ficando velha, morrendo. Mas, família não tem como se acabar, né?! Vão tendo filhos... E os filhos vão ter filhos... Aí, geram uma família bem maior.*” (LUIZ). Esta acredita que, ainda que haja a morte dos seus membros e a separação dos pais, isso não é o fim da família: “*Dura, mesmo com a morte de qualquer um... Da mãe, do pai, da avó, do avô, dos filhos... TÁ. E, SE, POR EXEMPLO, TIVER UMA SEPARAÇÃO DOS PAIS, CONTINUA? Pra mim, a minha mãe e o meu pai são separados, mas, pra mim, continua.*” (LAURA).

No entanto, os demais participantes acreditam que os elementos de morte e de separação dos pais atestam o fim da família. Como afirmam abaixo: “*Acaba quando morre, quando separa.*” (LÚCIA); “*Depende, se os pais não se separarem. Se os pais se separarem, aí, praticamente, a família se acaba.*” (LUCIANO). Aqui, o fim é considerado em caso de morte, confirmado pela frase presente em alguns casamentos religiosos: “*Dura até a morte. Quando se casa, diz: até que a morte nos separe.*” (LUÍZA).

Assim, o não ser família tem relação com desunião, abandono, separação, violência. O seu fim, por outro lado, pode ser representado pela morte, que traz para a criança a ideia de finitude concreta, como também as situações de separação dos pais. Acreditamos que a questão da separação está relacionada à quebra do ideal imaginário da família nuclear, que representaria, pelo caráter hegemônico, o fim desse modelo amplamente representativo da família.

Ramires (2004) afirma que o divórcio, entendido aqui pelas situações de separação expressas pelas crianças, é reconhecido como um grande rompimento no processo do ciclo da

vida. Esse processo afeta todos os membros familiares em diversos níveis geracionais e provoca uma crise para a família como um todo. Em sua pesquisa com crianças e pré-adolescentes sobre a vivência da separação, verificou que crianças entre 05 e 06 anos tinham desejos de reunir a família e que a separação foi sentida como uma tormenta com conflitos de lealdade; com crianças de 08 e 09 anos, identificou ansiedade decorrente da separação, sentimentos de perda e dor intensos, junto com fantasias de abandono e conflitos no processo identificatório; e com os de 10 a 13 anos, constatou uma aceitação da nova união dos pais, atitude de cuidado e proteção dos pais, sentimento de culpa e temores de retaliação, raiva e tristeza.

O panorama até aqui apresentado pelas crianças, exalta uma família idealizada, investida de afetos positivos, a qual deve proporcionar todas as condições para o seu bom desenvolvimento. Isso inclui um ambiente amoroso, cuidadoso, de união, que lhes ofereça educação (de valores e formal), sentimento de pertencimento e amparo. Diante desses aspectos apontados pelas crianças, percebemos elementos norteadores que fomentam as representações de família para esses filhos, as quais são baseadas em aspectos socialmente esperados e ideais que devem ser exercidos por essa instituição. As crianças representam socialmente a família ancorada na preservação do núcleo da sua formação, com os pais e demais parentes presentes, através dos ritos naturalizados mediante a relação do casal, na ordem social do namoro, casamento e filhos, que atestam a tradição do início da construção normativa de uma família.

Também identificamos que, para a criança, a representação de família está diretamente relacionada a sua posição enquanto filho ou filha. Essa relação estabelece-se pela provisão, proteção e investimentos no sentido amplo, compreendida também pelo seu pertencimento socioeconômico, histórico e cultural que referencia valores e práticas comuns em torno da criança na família. Como afirma Moscovici (2011/2000, p. 216, aspas do autor), “as representações sociais são sempre complexas e necessariamente inscritas dentro de um 'referencial de um pensamento existente'; sempre dependentes, por conseguinte, de sistemas de crenças ancorados em valores, tradições e imagens do mundo e da existência.”

### *Pais*

Para os pais entrevistados, o início da família se dá pelo nascimento antecedido da formação do casal e o rito do casamento, ideias semelhantes à compreensão da geração dos filhos e filhas entrevistados neste estudo. Afirmam que a afeição entre as pessoas também inicia a família, mas o vínculo afetivo é mais fácil nas relações consanguíneas, valorizando essa condição biológica para indicar o início da família, como vemos nos trechos que seguem. A

família é iniciada pelo nascimento e a existência da própria pessoa: “*Mas na família o nascimento, né?! É o nascimento. É o nascimento.*” (FERNANDO); “*Família sempre começa comigo, com o meu nascimento; que, aí, eu vou fazer parte da família; ou quando um filho que eu tenho, meu filho, nasceu...*” (FABIANA).

Esta outra participante compreende que a família existe desde sempre, já que o nascimento ocorre na família, complementado com a escolha de alguém para casar e constituir família: “*Desde sempre existe família, porque desde quando você nasce já existe uma família, mas, se sendo você patriarca da família, eu acho que a partir do momento que tu... Que você escolhe alguém pra casar e forma, com essa [pessoa], família.*” (FLÁVIA).

Também foi considerado que a família é iniciada pelo encontro entre duas ou mais pessoas: “*O relacionamento entre duas pessoas, o convívio... [...] O boom seria justamente esse encontro dessas duas ou mais pessoas. Tem tantas famílias aí com três ou quatro pessoas juntas.*” (FÁBIO).

E a afeição é apontada como a ponte que vincula uma pessoa a outra e inicia a família. Entretanto, reforçam que a ligação com um parente de sangue é mais fácil:

*Eu acho que a afeição. Você começar a afeição com uma pessoa, ter a certa ligação com ela já demonstra sentimento de preocupação que a gente tem com quem a gente gosta, quem é da família da gente. [...] Com parentes de sangue é mais fácil de você se ligar, por ser seu parente de sangue, por ter uma ligação com você já de berço.* (FELIPE).

Na mesma lógica, um participante compreende a família a partir da junção de duas pessoas, compreendida como o “núcleo central da família”. Esta relação alarga-se pelos laços de amizade, companheirismo e surgimento de outros seres, dando a ideia de continuidade: “*Não sei exatamente como definir uma família, mas talvez a junção de... O começo seria a junção de duas pessoas, formando aquele núcleo central, bora botar assim, da família; aí, entrariam os laços de amizade, de companheirismo; aí, depois, o surgimento de novos seres.*” (FÁBIO).

Os pais descrevem a família, assim como as crianças, baseados na composição nuclear: “*É... pai, mãe, com filhos.*” (FLÁVIA); “*Pai, mãe, filhos.*” (FÁBIO). E nos casos em que essa configuração familiar não é vivida na prática, causa uma estranheza. A participante enquanto descreve a sua família nota que não incluiu o pai e esclarece, em seguida, que ele não foi excluído: “*Hoje, minha filha, minha mãe e meus irmãos. Mas é interessante tu falar isso, porque fica parecendo que eu estou excluindo a figura do pai, mas, na verdade, eu não excluo a família do pai.*” (FABIANA).

A ausência do pai no formato da convivência da família é percebida com cuidado,

reforçando que ele não pode ser esquecido. Dado semelhante sobre a ausência do pai foi identificado na pesquisa de Ribeiro (2011) com o grupo de crianças da escola pública, que atestou essa ausência em muitas das suas realidades e concluiu que a família sem o pai estava incompleta, pois deve ser constituída por pai, mãe e filho, o que reforça o modelo nuclear. Essa concepção foi compartilhada por todo grupo, mesmo tendo muitos que viviam em contextos diversos, sem morar e/ou conviver com o pai.

Do mesmo modo, a situação das separações quebra o modelo nuclear, ao mesmo tempo em que reafirma, pois a ideia do participante é que a família é constituída de “pai, mãe e filhos”, mesmo que não exista. Um participante comenta da dificuldade em descrever a família, com base na sua experiência, por ter tido pais separados e hoje estar separado da mãe da sua filha:

*Família... complicado responder, né?! Descrever uma família... Poxa... É muito complexo. [...] eu fui criado com pais separados. Meu pai separou quando eu tinha quatro anos de idade. Minha referência de família que eu tenho de pai, mãe e filhos não existe. [...] E agora com minha filha. Me separei da mãe da minha filha quando ela tinha dois, três anos, entendeu? E ela agora é criada com os pais separados. Então, ela vive tanto um pouquinho na casa do pai, como vive mais tempo na casa da mãe, não é? Agora, te dizer uma definição de família, realmente, eu não saberia te responder. (FERNANDO).*

Os casos de separação dos pais, ao mesmo tempo, permitem uma visão de que as relações são mais baseadas na ligação afetiva. E a família pode ser descrita pelo sentimento, pela relação de convivência com a mãe, o irmão e o filho. Além daqueles “entes queridos” com quem há uma ligação de afeto, como afirma o participante:

*Desde pequeno, fui criado só com a minha mãe. Meu pai se separou dela [...]. Então, assim, a minha família, basicamente, a minha mãe, eu e meu irmão. E agora meu filho que tá fazendo parte da minha família. [...] O que eu acredito por ser família são meus entes queridos, aquelas pessoas que eu me preocupo com elas, as pessoas que eu tenho maior ligação. (FELIPE).*

Neste exemplo, é apresentada a família que passa por uma separação e reconstrói-se por outra união. O participante reforça que o vínculo do afeto, construído na relação, está acima do consanguíneo, ao enfatizar que pai é aquele que cria:

*Família é, acima de tudo, o laço de afetividade entre eles. Entre o grupo, né?! Meu pai, por exemplo, o exemplo que eu tenho, que ele quando separou-se da minha mãe, amigou-se, ajuntou-se com uma companheira, só que ela já tinha uma bebê de um ano, dois anos. Então, meu pai não é pai biológico dela, mas é pai de coração. Porque pai é aquele que ama. Então, família são aqueles*

*que se amam. No mesmo grupo, no mesmo teto, no mesmo ambiente, né?! No mesmo ambiente. Acima de tudo eu vejo uma família e onde os membros dela, acima de tudo, têm laços afetivos, laços amorosos entre eles. Não adianta ser irmão e não se falar. Então, não é família.* (FERNANDO).

O significado da família segue entre a ênfase da ligação afetiva e a da ligação consanguínea. Temos o sentido de que família são pessoas que não escolhemos, mas que na convivência aprendemos a viver e se ajudar: *“Pessoas que a gente não escolhe, mas que a gente tem que conviver e saber viver e ajudar pra sempre.”* (FLÁVIA). Também há a compreensão de que a família está associada à ideia de laços que podem ser pelo “sangue ou não”: *“É um grupo de pessoas ligadas por laços que podem ser de sangue ou não.”* (FABIANA).

Acima de tudo, a família é representada pela relação da implicação de um para com o outro, como vemos nos depoimentos: *“São pessoas que se preocupam umas com as outras.”* (FELIPE); lugar de *“união, solidariedade, carinho, amizade.”* (FABIANA); *“Afinidade, ligação, parentesco.”* (FELIPE); *“Afetividade, apoio, sustentação, amor.”* (FERNANDO). Isso reafirma a noção de família ideal reforçada pelo *“amor, união, solidariedade, apoio, ajuda.”* (FLÁVIA). A família também proporciona *“experiências, convivência, lembranças, futuro, presente”* (FLÁVIA), o que associa a ideia de família à temporalidade e à memória.

Apenas um participante mencionou a palavra “conflito” para se referir à família, junto à concepção de “porto seguro” (FÁBIO), expondo a oposição que pode existir nesse ambiente. E a família é, nesse sentido, “base” de sustentação, “porto seguro”, aspectos que reforçam a proximidade entre as pessoas e as vinculações acima apontadas, pois, afirmam os participantes: *“Todo ser humano precisa de uma família e de pessoas, de estar junto com alguém, e de ter um lugar certo, um porto seguro.”* (FLÁVIA); *“É que você tem um apoio quando você precisa, tem aquele porto seguro de você chegar, ter em quem confiar, em quem... aquele porto seguro, realmente.”* (FÁBIO).

A ideia de família como “base”, “sustentação”, “porto seguro” é, há muito tempo, sustentada por diversos meios sociais, dentre eles, a Igreja, que exerceu grande influência sobre o modelo ideal de família (ARAÚJO, 2011; SCOTT, 2011; VILHENA, 1992). Ela visava à preservação desta, colocando-a no lugar de “célula-mater da sociedade” ou “base do edifício social”, acreditando que a sua desestabilização repercutiria em toda a sociedade, pondo em risco a continuidade do seu exercício de poder e influência (VILHENA, 1992). A família como “base de tudo” também foi “porta-estandarte simbólico” no momento em que o país queria se afirmar como Estado forte, com cidadãos obedientes e de direitos (SCOTT, 2011).

Os amigos também são considerados família por terem as mesmas funções de suporte e

estarem presentes na necessidade: *“Os amigos fazem parte da família, porque são pessoas que vão dar suporte, que vão estar com você quando precisar, que vai lhe ajudar quando você realmente precisar.”* (FABIANA).

Até o momento, essas características que identificam o significado da família, desde o seu início, apresentam as marcas das transições no que se refere às suas configurações e também demonstram as suas características ideais, com base nos sentimentos positivados de amor, afeto e união. De um lado, há a ênfase dada ao casal, ao nascimento, ao viés biológico e heteronormativo que define o seu início, um modo de relação que não permite escolha. E do outro lado, há os arranjos advindos dos novos modelos de família que apontam para as realidades diversas, quebrando o ideal promulgado do modelo nuclear, atestado pela ausência do pai, pelas separações e pelos recasamentos, tendo o vínculo afetivo mais valor do que o consanguíneo. Por essa relação de afeto, os amigos também são vistos como pertencentes à família na medida em que exercem funções positivas semelhantes às esperadas na família.

Vasconcellos (2013) também estudou as representações sociais de família por jovens, adultos e idosos, e observou uma representação social comum que reforça os parâmetros de um modelo. É como se a realidade social e suas variações não interferissem tanto nas representações e, assim, a novidade não revisa o que está posto, mesmo que o antigo modelo não dê conta e pareça ultrapassado frente às mudanças atuais. Identificou que os adultos se incomodam com as situações de separações, brigas e uso de drogas, possivelmente por viverem no presente esses problemas na família.

Dessa forma, a lógica do hoje é guiada pela do ontem, que serve como referência para as práticas atuais. Aqui, levantamos a hipótese de que a presença do elemento da memória social (SÁ, 2015) parte da construção das representações sociais, a qual favorece o processo das transmissões culturais a respeito de valores e práticas. Compreendemos que essa memória se atualiza no presente remontando o passado, seja no âmbito de cada família ou nas vivências mais amplas socialmente compartilhadas pelas gerações.

Nessas transições e diversidade de configurações, um caminho é apontado como balizador para todas as famílias, qual seja a relação de afeto positivos, que se estabelece pela convivência nas famílias e permite que pai que não tem o vínculo consanguíneo seja considerado como tal, pela qualidade da relação e cuidados dispensados.

Retomamos esse ponto do vínculo afetivo, que, como visto nas entrevistas com as crianças, reforça o argumento de A. M. A. Carvalho (2005) sobre a sua importância nas relações humanas. Considerado fundamental para o desenvolvimento e a constituição das relações humanas, promove também a inclusão no mundo social, privilegiadamente, vivida no ambiente

da família. Na sua concepção, o afeto é considerado um mecanismo estrutural das relações humanas que promove a identidade e situa o lugar do sujeito no mundo. Nesse sentido, o vínculo interpessoal é visto como um potencializador do compartilhamento das coisas socialmente construídas, como a cultura.

No que se refere às funções da família, essas foram relacionadas à educação, ajuda, solidariedade, afetividade, amor verdadeiro e provisão, direcionadas pelos posicionamentos destes como pais. De modo geral, podemos observar as funções da família segundo os participantes das formas que seguem.

Aqui, a educação é vista como inerente à família junto a valores de ajuda, solidariedade e apoio: “Educação é inerente à família. Ajuda, solidariedade, apoio...” (FLÁVIA). Em relação à função do amor, temos: “Eu acho, como eu falei, [que] essa afetividade, esse amor verdadeiro, você só encontra na sua família.” (FERNANDO).

Tem também a função de cuidado com o outro, admitindo-se que há famílias complicadas e, nesses casos, a relação mais forte pode ser com amigos:

*[...] Eu acho que o mais forte é a questão de o... O cuidado pelo outro. Eu acho que é mais forte do que de uma amizade talvez. [...] Tem gente que família é complicado e talvez tenha mais forte o relacionamento com um amigo do que com um familiar. (FÁBIO).*

Aqui, as funções de provisão aparecem como específicas dos pais, sem identificar pai-homem ou mãe, e também se considera que podem, às vezes, ser assumidas pelos avós na ordem do tempo, quando os filhos assumem o cuidado com os próprios pais:

*Alguns são mais... num sei se são presos, né, os papéis, em cada função. Mas tem alguns que são bem característicos. Por exemplo, os pais geralmente são os provedores, né?! São os que mantêm a família em questão financeira, estrutural. Geralmente, são os pais, não necessariamente isso é verdade, né?! Às vezes, você tem avós ou... não sei. Até quando as pessoas ficam mais velhas os filhos é que tomam esse papel, mas o papel que a gente vê mais comum, é o papel atribuído à função, é o dos pais provedores, por exemplo. Acho que é uma das funções que... (FELIPE).*

Sobre a participação dos avós na família, sua presença tem sido constante em função do aumento da longevidade da população, o que altera as dinâmicas familiares, colocando o avô e a avó em destaque por sua atuação significativa na vida dos netos (IBGE, 2014; MOTTA, 2010a; 2010b). Muitas vezes, os avós que voltam a ser os provedores dos seus filhos e também de netos. Tal situação é identificada, quando, por exemplo, os filhos já adultos não se

estabeleceram economicamente e continuam dependentes financeiramente dos seus pais. E nos casos comuns de separação, em que o filho separado retorna à casa dos pais, em alguns casos, trazendo consigo os seus próprios filhos, passando os avós a assumirem a despesa parcial ou total de todos (VITALE, 2007). Há também a situação em que os filhos cuidam dos seus pais já com idades avançadas, dado que faz parte hoje das questões de saúde pública, frente à longevidade e ao envelhecimento da população, que acarreta muitos investimentos da condição do idoso para o seu ambiente doméstico (DEBERT; SIMÕES, 2006).

Nestes processos das dinâmicas atuais na família, não há uma separação clara entre os papéis de gênero. Uma participante afirma que nos dias de ontem as limitações entre o papel do homem e da mulher eram mais bem definidas. Em acordo com um pensamento hegemônico, dos modelos mais tradicionais, às mulheres cabia o cuidado e a responsabilidade pelo espaço privado da casa, enquanto que os homens, provedores, estavam no espaço público e eram responsáveis pelo sustento, o que lhes garantia autoridade na família (LYRA *et al.*, 2007; SARTI, 2003). Nas palavras da participante:

*Não. Acho que com o tempo, hoje em dia, num... Essa... Se quebrou com o tempo. Antigamente, era mais restrito. O homem como provedor; a mulher como dona de casa; mas hoje em dia tá mais... Acredito que não tem mais isso, não. Minha mãe é um exemplo disso. Desde os meus quatro anos de idade que minha mãe é separada e é ela que mantém a casa. Trabalha, cuida da gente, sempre cuidou e, até hoje, entendesse?! Então, já faz tempo que isso foi quebrado. Tem mais isso não. (FABIANA).*

A realidade exemplificada por ela traduz muitas das famílias brasileiras, presentes ao longo da história, que tem o lar composto pela mãe e seus filhos. As mesmas assumem as funções dos espaços públicos e privados, do sustento financeiro, ao mesmo tempo, do cuidado com os filhos, realidade muito comum nas camadas mais populares da população brasileira (SCOTT, 2011). Essa situação é parte tanto de contextos econômicos como das dinâmicas familiares acrescidas das separações, como é o caso da participante acima.

No que diz respeito às desvantagens em ter família, as opiniões das mães se diferenciam das dos pais. As mães afirmaram que não há desvantagem na família, admitindo-se que até a presença dos problemas e dificuldades é vista como uma oportunidade de crescimento individual e coletivo: “*Eu acho que não vejo como desvantagem, mas eu vejo assim, qualquer problema que exista dentro de uma família, qualquer dificuldade, eu acho que também é necessário pro crescimento individual e pro crescimento daquela família, do lar.*” (FLÁVIA).

Os demais participantes, pais, por sua vez, veem desvantagens na família, em função

dos conflitos suscitados pela convivência, ocasionados pelas diferenças entre as pessoas. Para eles, abrir mão de suas coisas e da privacidade torna-se um desafio, além se incomodarem com as brigas e os conflitos entre os parentes. Em meio às desvantagens, também reconhecem que são essas mesmas pessoas envolvidas nas confusões que proporcionam apoio umas às outras. As falas dos participantes traduzem tais aspectos: “*Desvantagem... Família é complicado. Sempre tem os cunhados, sempre surgem as fofocas, mas a parte ruim da família é justamente isso. As pequenas brigas, borá botar assim.*” (FÁBIO).

A desvantagem é percebida por tudo o que se tem que abrir mão em função da família, como desejos, vontades, privacidade, mas, em contra partida, o que se ganha na família é muito maior:

*Desvantagem é que você tem que abrir mão de muita coisa, mas é um ônus muito pequeno para o bônus que você tem. Você abre mão de algumas coisas. [...] abre mão da, talvez, privacidade, talvez, de ficar... Privacidade, de decidir as suas coisas só de acordo com as suas vontades. [...] Então, a desvantagem talvez seja essa, de você ter que abrir mão dos seus desejos, das suas vontades em prol da família inteira.* (FERNANDO).

A desvantagem é vista pelo convívio com personalidades diferentes: “*Acho que desvantagem é mais o convívio. Porque sempre conviver com outras personalidades é complicado. Você conviver com pessoas que são diferentes de você; e eu, tipo, no caso, não gosto muito de ser contrariado. Ai, é complicado.*” (FELIPE).

Esses aspectos das desvantagens da família para as mães e para os pais nos levam a uma reflexão sobre as questões de gênero. Pensamos na relação historicamente construída e ainda presente de algumas funções atribuídas à mulher-mãe dentro da família (a mediadora que se coloca entre pais e filhos, de postura conciliadora, que representa o equilíbrio emocional da família). Tais concepções ancoram-se no modelo mais tradicional de família em que a mulher volta-se à preservação do lar (ARAÚJO, 2002; ARIÈS, 1981; AZZI, 1987; COELHO, 2010), como no argumento da participante que percebe os conflitos como uma oportunidade de crescimento individual e grupal para toda a família.

Os pais-homens, por sua vez, atestam que na família existem as vantagens, mas também as desvantagens. Ambas estão relacionadas aos sabores e dissabores da convivência humana. Nesse sentido, enfatizaram mais as dificuldades de conviver com as diferentes personalidades, pela existência de conflitos e brigas que, às vezes, ocorrem entre os parentes. Exemplificam também a condição do abrir mão da sua vontade, desejos e privacidades em função da família. Tais posicionamentos se opõem frente ao que as mães colocaram quando consideram que os

conflitos são para o crescimento. Identificamos, com essas colocações dos pais, resquícios do lugar de poder absoluto que nas últimas décadas o pai ocupou na família, em que tudo girava em torno da sua autoridade e os aspectos coletivos não estavam em pauta quando a sua vontade era estabelecida (COSTA, 1999). As falas desses pais também apontam para as transformações das relações familiares, com quebras nas hierarquias, a caminho para uma relação mais igualitária (ROUDINESCO, 2003; STENGEL, 2011), ainda que seja um desafio o abrir mão das próprias coisas, o que é visto como desvantagem.

Aquilo que consideram como contrário de família inclui amigos, pessoas do ambiente de trabalho, uma pessoa sozinha e a falta de laços afetivos e de solidariedade: *“Não, família acho que amigos... Não sei...”* (FLÁVIA); *“Não considero como sendo família; são as pessoas que eu não tenho muita ligação, tipo, colegas de trabalho.”* (FELIPE); *“Uma pessoa só não é família, né?! Um único indivíduo...”* (FÁBIO).

A falta de laços afetivos, exemplificada pelo ambiente da empresa, também descaracteriza a família, pois mesmo se vendo todos os dias, as relações não se configuram como em uma família: *“Grupos de pessoas onde não existem laços afetivos. Laços de afetividade, laço de carinho, de amor, o respeito. Uma empresa, por exemplo, onde as pessoas convivem diariamente, todo dia se vê, aquilo não é família.”* (FERNANDO); bem como a falta de solidariedade: *“Eu posso dizer que não são família se elas não têm entre elas aquele espírito de solidariedade, de ajudar.”* (FABIANA).

Baseados na ausência desses afetos positivados, os participantes acreditam que a família começa a declinar pela falta de amor, confiança e respeito: *“Eu acho que quando há essa quebra de confiança, de laços afetivos, quando começa a haver desrespeito, tudo isso, eu acho que é o começo, realmente, do declínio da família.”* (FABIANA). Nesse sentido, também pelo parâmetro do afeto, a família nunca deixou de existir, a não ser que o amor não tenha sido verdadeiro, nesse caso, acredita-se que nunca foi família: *“Acho que não há marco, não há fim de família, né?! Porque, se existe família, tem que existir amor, os afetos. E isso nunca se acaba; porque se acabou é porque nunca existiu. Porque se acabou é porque nunca foi família.”* (FERNANDO).

Os aspectos acima que significam o contrário da família reafirmam a maioria das concepções defendidas em torno da mesma. Apenas o aspecto dos amigos foi posto em dúvida, diferenciando-se da opinião apresentada. Os amigos, nessa outra ocasião, foram vistos como família, na medida em que esses assumiam as funções semelhantes de suporte e ajuda quando preciso.

No caso da pessoa sozinha não ser considerada uma família, identificamos que ela

exemplifica o inverso da ideia norteadora de que família constitui-se na relação com o outro, permeada de afeto, união, ajuda mútua; que só tem sentido em função do outro. Corroborando o que Simionato e Oliveira (2003) afirmam, mesmo diante da diversidade de conceitos, sua complexidade e contextualização, há um ponto em comum nas famílias: a união dos seus membros. Essa união se dá pela intimidade, ligada por laços consanguíneos ou não, e pelo respeito mútuo, amizade e troca de enriquecimento conjunto.

O tema da separação também surge como uma ameaça à família, que põe em dúvida o seu fim. Se existir apenas o casal, sem filhos, a separação pode representar o fim. Quando se têm filhos, os papéis de pais, de tios, de avós não são abalados com a separação. Dessa forma, os laços perpetuam a família. Quando há separações e recasamentos, os vínculos se modificam. A separação pode determinar o fim da família se for apenas o casal, se existir filhos, não:

*Talvez, se considerar uma família como dois indivíduos, e esses dois indivíduos se separarem. [...] talvez, fosse o fim de uma família; mas digamos que tenha um filho no meio, aí, já seria um pouco diferente. [...] E mesmo que rompesse esse laço pai e mãe, existiria um terceiro que não teria como você separar a família. [...] Não continuaria existindo a família, entre aspas. Porque a criança não vai deixar de ser a família. Não vai deixar de ter um pai e uma mãe. Só não vai estar morando junto, né?! Não vai ter aquele laço de tá na mesma família, bora botar assim. Num sei como explicar. Não seria uma meia família; é como se ela tivesse duas famílias. Sei lá. Num sei. Num tenho... Num sei como explicar. (FÁBIO).*

Essa outra participante também enfatiza que, após a separação, os vínculos apenas mudam e, por isso, a família nunca vai deixar de existir. As separações não dissolvem os seus papéis de mãe, pai, filhos, tios e sobrinhos. Ainda que tenham novos arranjos, os laços mudarão, mas a família não acabará por isso. Nas suas palavras:

*Na verdade, eu acho que a família nunca deixa de existir. A partir do momento que eu sou mãe, eu vou ser mãe pra sempre, minha filha vai ser filha pra sempre, eu vou ser sobrinha pra sempre, e o sentimento, mais do que até o sangue, é o que importa. Por exemplo, eu tenho tios separados, só um, só o casal de tios separados, e até hoje eu considero meu tio que não é de sangue, tio, porque eu cresci sendo a sobrinha dele. Mesmo que minha tia tivesse casado, que não foi o caso, eu consideraria ele pra sempre meu tio. [...] Então, pra sempre a família dele vai ser aquele pai, aquela mãe, por mais que a mãe construa um lar com outra pessoa e o pai construa um lar com outra pessoa, pra sempre aquela família vai existir. Agora, os laços é que podem mudar. Por exemplo, marido, um casal se separa, os tios que se separam. Os laços mudam, os laços mudam, mas a família em si continua. (FLÁVIA).*

Baseado na sua experiência, esse participante coloca em dúvida se a família foi destruída

na separação. Fala da complexidade que há no entrelace entre duas famílias e não consegue definir para si mesmo se a separação determina o fim da família. Em outro momento, mais acima, considerou que a família era sustentada pelos vínculos do amor, o que a faz permanecer como tal. O trecho abaixo expressa a dúvida do participante:

*No caso, entre eu, minha filha e minha ex-companheira. A gente separou. Família destruiu? Talvez. Talvez, porque eu e a minha esposa a gente nunca teve amor cem por cento. Houve e não houve. A gente brigava muito, relação péssima. Hoje a gente se respeita. Ou tenta se respeitar, né?! Então... E, pra minha filha, a família dela é a mãe. Porque é muito complicado, né?! Uma família que se entrelaça à outra. (FERNANDO).*

As famílias que vivem as separações as experimentam como uma quebra do modelo esperado de família, gerando uma incompreensão do seu novo sentido ou das possibilidades de organização que possam vir a ser construídas. Nesse ponto, retomamos a noção de que a separação e o divórcio são reconhecidos como um grande rompimento que ocorre no ciclo da vida, afetando todos os seus membros, em gerações diversas, e provocando uma crise na família como um todo (RAMIRES, 2004). Esse aspecto foi falado também pelas crianças entrevistadas, colocando, para algumas, a dúvida do fim da família pela condição da separação.

Para um participante, nem a morte estabelece o fim da família em função do sobrenome. Identificamos que além da família ser um lugar privilegiado de transmissão, essa também favorece a construção de si, que, dentre outras coisas, assegura a sobrevivência do grupo familiar ao longo do tempo (ALMEIDA; MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2014). Sendo assim, a morte também não determina o fim da família, já que o sobrenome daquela família continua: “*Nem mesmo com a morte. Mesmo com a morte você sempre vai ter aquela família, assim, por exemplo, família Maranhão.*” (FÁBIO).

Até o momento, a família foi representada pelos pais, por um lado, ancorada na ordem social do núcleo, fundada pelo casal, seguida da procriação. E por outro lado, destacam a relação da família com os novos vínculos afetivos, advindos também das separações e dos recasamentos. As diferenças expressam o momento de transição que gera estranhamento e, por vezes, dificuldades de posicionamentos frente à quebra do modelo visto como ideal, fortemente presente no imaginário, em que a família deve ser permeada de afetos positivos e configurada pelo casal e filhos. Vale salientar que a família, ao longo do tempo, existiu como um modo de organização mantida por laços de sangue ou de afeto, unida por objetivos comuns em função da sobrevivência, nas dimensões social, econômica e afetiva (AMAZONAS; BRAGA, 2006; COURT, 2005; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2011).

Os participantes ainda falaram da presença fundamental do amor, cuidado, carinho, ajuda mútua, apoio para ser família. Também enfatizaram alguns pontos de dificuldade existentes entre as relações, como brigas, conflitos relacionais e o abrir mão das suas individualidades em função do grupo familiar. Destacam as mudanças sobre o papel da mulher, principalmente, que assume sozinha o lugar de cuidado e a provisão dos filhos. A função da provisão foi identificada como responsabilidade dos pais, salvo situações em que os avós assumem tais funções, e quando os filhos um dia assumem o cuidado com os pais que pela idade, às vezes, não têm mais condições de se autossustentarem, invertendo as funções.

A presença desses elementos demonstra que, na construção das representações sociais de família, estão presentes novas e antigas referências que se misturam em um movimento ativo do sujeito que afeta e é afetado pelo objeto. Sendo assim, “as representações sociais são conjuntos dinâmicos, seu estatuto sendo o da *produção* de comportamentos e de relações com o ambiente, da ação que modifica uns e outros, e não a *reprodução* de comportamentos ou relações, como reação a um dado estímulo externo.” (MOSCOVICI, 2012/1961, p. 47, itálico do autor). O autor acrescenta que as representações sociais nos mostram a cada momento que algo ausente é acrescentado e algo presente é modificado, e esse jogo dialético possui grande significado.

#### Avós

O início da família para os avós entrevistados foi representado pela formação do casal, seguido do rito do casamento, do nascimento da prole, com descendência dos filhos e netos. Eles compreendem que há continuidade das gerações através das novas uniões, abrindo-se uma possibilidade para a adoção, o que reforça a ideia de família pelo vínculo afetivo, além do biológico (BARROS, 1987; CARVALHO, A. M. A., 2005). A configuração da família nuclear e a relação de afeto, presentes nas famílias, foram aspectos também destacados pelos demais participantes, como os filhos e os pais já apresentados.

Os avós também falam do modelo nuclear seguido de outros parentes, sempre na perspectiva de descendência, que demarca a especificidade do posicionamento dos avós. Algumas respostas ilustram essas questões. Sobre o marco do início pelo casamento do homem e da mulher: “*O marco inicial é o casamento. É a união do homem com a mulher. A partir daí constituiu a família.*” (VALDIR). Acerca da continuidade das gerações e ligação afetiva: “*O pai, a mãe, os filhos, os netos, e, aí, vai passando. Toda vez que uma filha ou um filho casa, aí, tá iniciando; não deixa de ser uma nova família, embora tem uma ligação afetiva com a família*

*de origem” (VALÉRIA).*

A respeito da continuidade da família pela descendência dos seus membros: *“Família, geralmente, tem o pai, a mãe, os filhos; aí, envolve os avós e, por aí, vai; outros descendentes também.” (VANESSA); “A família, pra mim, é composta de cônjuges, de filhos, de irmãos, primos, netos, sobrinhos, todos que convivem... E derivados de um núcleo familiar, que é um homem e uma mulher, e daí, derivam.” (VITOR); “A família é isso aí, os cônjuges que geram seus filhos e seus filhos se casam e geram seus netos.” (VALDIR).*

Essa constituição é iniciada pelo entendimento de dois seres, em amor, os quais têm filhos e netos. Esse núcleo formado gera estabilidade à pessoa:

*O fruto de entendimento entre dois seres, certo?! Que se gostam e se amam e, dali, eles geram todo um fruto, que são os filhos, os netos; por sua vez, os irmãos são gerados de outros entendimentos entre outros dois seres e isso constitui um núcleo que dá sempre uma estabilidade ao ser humano. (VITOR).*

Diante das respostas, a geração dos avós confirma a soberania de um modelo com base em uma concepção naturalizada da constituição familiar, dada pela procriação, com destaque para a continuidade geracional. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2014), Oliveira (2009) e C. A. F. Carvalho (2005) chamam a atenção para o predomínio e a permanência, em nossa cultura, do modo de organização nuclear de família, atrelado ao casamento monogâmico. Sobre a questão da procriação e geração, Petrini (2005) afirma que a família, nas diversas formas que assumiu na história, caracterizou-se pelo modo de viver a diferença entre os gêneros. Essa experiência incluía, via de regra, a sexualidade e a procriação, com implicação nas relações entre as gerações e o parentesco.

Como possibilidade de ampliar a formação da família, prioritariamente, considerada pelo vínculo consanguíneo, admite-se a inclusão de algum membro pela via da adoção. Sendo assim, a família inicia-se pelo casal, seguida dos descendentes que podem ser também adotados: *“É iniciada pelo casal, né?! Quando os dois se juntam e surgem os descendentes, né?! E vai se constituindo assim. Pode também se adotar, pegar pessoas que aí passam a fazer parte dessa família.” (VANESSA).*

De forma geral, a família é vista como um lugar de reunião de pessoas, que têm ligações sanguíneas e emocionais: *“Família é reunião de pessoas que tem uma ligação. É... Sanguínea e uma ligação emocional também.” (VITÓRIA).* Os avós definem a família a partir das ideias de elo e de vínculo, que não são só consanguíneos, formam um grupo sedimentado: *“Família eu acho que é um elo de pessoas que não só com o vínculo, vamos dizer assim, biológico, né,*

*sanguíneo, mas como o que se fundamenta nos princípios básicos e constitui um grupo, assim, sedimentado.” (VANESSA).*

Os resultados da pesquisa com avós de Barros (1987) identificaram que o nosso universo de valores sociais está calcado na importância do indivíduo na família, em que o sujeito deve cumprir o seu papel na continuidade biológica e simbólica, considerado fundamental para a sua ideia de maioridade e responsabilidade. Segundo a autora, tais funções, mesmo fazendo parte da construção social da família, estão encharcadas de emoções e sentimentos, vistos como forma de expressão familiar.

Os avós destacam também a função que a família tem no processo de transmissão de valores entre seus membros, pois *“para cada geração, os valores, a educação é passada.”* (VALDIR). Há também a função de educar o caráter: *“Educar no sentido amplo, educar para a vida, formar o caráter.”* (VALÉRIA). Esses aspectos foram, da mesma forma, apontados pelos pais entrevistados e pelas crianças, o que reforça o reconhecimento, nessas diferentes gerações, da função da educação e transmissão de valores dentro da família. Vimos que na posição dos avós essa atribuição é destacada por eles, atrelada a sua descendência e que não acontece apenas pela ligação consanguínea, mas, sobretudo, pelo legado dos valores perpassados.

Nessa perspectiva, um avô afirma que a família é também o lugar em que se compartilham as mesmas tradições, cultura e religião. Essas têm uma base de educação comum, ainda que algum membro seja diferente. Por tudo isso, é considerada o *locus* de convivência entre diferentes gerações e, por excelência, o lugar de transmissão da cultura (THOMPSON, 1993). Como afirma o participante:

*Mas o que eu quero dizer é que família é esse grupo de pessoas que dividem uma mesma tradição, cultura, religião... Mesmo que, às vezes, um filho ou outro seja diferente, porque cada um faz suas escolhas. Mas a educação, a base do indivíduo dessa mesma família, os valores, são iguais. (VALDIR).*

Sendo assim, ela é vista como um lugar privilegiado de transmissão da vida, do nome, sobrenome, patrimônio, educação, etc. As gerações da família, através da transmissão, visam assegurar a sobrevivência do seu grupo através do tempo (ALMEIDA, MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2014).

A estabilidade e a segurança são reforçadas nesta outra definição, não deixando dúvida sobre o lugar ideal para o encaminhamento da vida dos seus membros: *“Família é a minha segurança, minha alegria; é a realização; é a gente ter realizado a vida da gente.”*

(VALÉRIA). Tem também a amizade, o carinho, a disposição da ajuda em qualquer hora:

*Eu acho que o mais importante é a amizade, o sentimento de amizade, de fidelidade, de carinho que existe na família. É a segurança que a gente tem de ter uma família, que são pessoas sempre presentes na vida da gente e a qualquer hora estão dispostas a nos ajudar. (VALÉRIA).*

É vista ainda como o núcleo básico da estabilidade e do equilíbrio emocional: “*Família, pra mim, é o núcleo básico da estabilidade do ser humano. Eu acho que a família é extremamente importante para dar estabilidade. Uma família orgânica faz com que o cidadão tenha um melhor equilíbrio emocional.*” (VITOR).

Nesse sentido, a família na sua estrutura é descrita “como um grupo ampliado de laços próximos, ao longo de três gerações, vivendo sob o mesmo teto ou nas proximidades e caracterizada por íntima reciprocidade emocional” (MAYALL, 2010, p. 166). Barros (1987) também defendeu que os avós viam a família como símbolo de união, amor e irmandade, traduzida como algo inexprimível por palavras diante do seu aspecto positivo das emoções e sentimentos que provoca em seus membros.

A questão das vantagens aproxima-se das funções da família, atrelada a uma visão idealizada. As funções giram em torno do afeto, traduzido pelo amor, carinho, felicidade; e também da união, ajuda, estabilidade, segurança e equilíbrio emocional. Ainda como da continuidade geracional e da transmissão de valores, enfatizando-se a educação. Assim, as palavras idealizadas expressam que a família é: “*União de pessoas [...] amor, união.*” (VANESSA); “*Amor, carinho.*” (VITÓRIA); “*União, carinho, amor, respeito, educação, alegria, segurança.*” (VALDIR); “*Amor, compreensão, estar junto, ajudar, ouvir.*” (VITOR).

Os elementos negativos, como tristeza, briga, o alto custo econômico para manter os filhos, foram vistos como aspectos que fazem parte da vida, e não, como desvantagens da família. Algumas falas a seguir expressam esses aspectos. A família é tida como vantajosa porque é onde se sentem amados; para não estarem sós. Mesmo que tenham brigas, cresce-se junto:

*Bom, eu acho que a vantagem é você se sentir amada, você não estar só no mundo. Você está com a família. Apesar de que numa família muito grande, você briga... Você cresce junto com a pessoa. Então, a família, para mim, é de uma importância fundamental na vida de qualquer pessoa, eu diria, né?! [...] Desvantagem? Não, eu não vejo, não. (VALÉRIA).*

Mesmo que discutam, briguem, chorem, estão todos juntos também brincando e

conversando: “*Eu lembro da minha família, tudo junto aqui em casa, brincando, conversando, chorando, discutindo, mas é o sentido de apoio.*” (VALÉRIA). Além disso, um ajuda o outro na família: “*Quando existe uma família, está um sempre querendo ajudar o outro, fazer isso e aquilo, né?! [...] Desvantagem eu não vejo, não. Só vejo vantagem.*” (VANESSA).

A família é também suporte, carinho, amor, segurança, pois o ser humano precisa viver em grupo:

*Bem, as vantagens são inúmeras. Porque a família dá suporte, dá carinho, amor, compreensão, segurança, alegria... Às vezes, tristezas também, mas que faz parte da vida. Já desvantagens eu não vejo nenhuma, não. Acredito que o ser humano é uma espécie que precisa viver em grupos e a família é um grupo essencial, porque dá esse suporte para a vida.* (VALDIR).

Família, para eles, também significa estabilidade e equilíbrio emocional, referência e origem, com sentimentos bons e condição para enfrentar as dificuldades:

*Inúmeras as vantagens de se ter uma família. Essa estabilidade emocional que eu venho falando, por ter referências, por ter origens, onde há sentimentos bons, dá uma condição de enfrentar as dificuldades da vida muito melhor do que aquele oriundo não de uma família estável, ser sem referências. Então, é completamente diferente. [...] Algumas vezes, as pessoas alegam aspectos econômicos, que você tem muitos filhos, tem que custear... Mas isso acho que é o menos importante, porque, normalmente, de família e o que é gerado dela, a sustentabilidade, vem pelo equilíbrio emocional para enfrentar a vida e tirar a sua subsistência.* (VITOR).

A companhia exercida pela família, contrária à solidão, é uma das vantagens a que se referem, principalmente, no processo de envelhecimento. E especialmente, a família favorece o apoio no momento de envelhecer:

*[...] Primeiro, é um suporte muito grande pra gente. A gente envelhece e sabe que tem pessoas que se a gente precisa pode recorrer. É, eu não me sinto só, tem pessoas que vem me visitar... É muito importante. [...] Não, nenhuma desvantagem. Pelo menos na minha não tem nenhuma desvantagem. Maravilhoso ter uma família.* (VITÓRIA).

O cuidado com o idoso na família é comentado por Debert e Simões (2006), que apresentam a visão das políticas públicas sobre o tema, segundo a Constituição. Para eles, a família tipificada pelo parentesco e casamento no modelo nuclear é a grande convocada para esse trabalho, em que os filhos maiores devem ajudar e amparar os seus pais na velhice. Em função disso, os programas de apoio ao idoso devem ser, preferencialmente, realizados nos seus

domicílios.

Quanto ao que é contrário à família, a desestrutura existente nas relações é apontada. Podem existir as pessoas, como o casal, os filhos, podem até viver juntas e, mesmo assim, serem desestruturadas. O sentido da desestrutura é considerado na situação em que as pessoas não se envolvem umas com as outras e olham apenas para si mesmas. Nas palavras da participante: *“O que não é família... É que embora exista, digamos, o casal, os filhos, mas a estrutura... Uma estrutura de pessoas que podem viver juntas, mas completamente desestruturados. Um olhando pra si próprio, sem levar em consideração os que estão em volta.”* (VANESSA).

Aqui, a família pode vir a ser desestruturada desde cedo, pelo uso de drogas que começa com os pais e se repete na vida dos filhos. Essa condição gera a separação dos seus membros: *“Eu acho... É... Fica sempre o resquício, mas, essa família que já começou desestruturada, desde o começo... É... Os filhos nascem, os pais são drogados; aí, os filhos também vão pela droga; aí, não existe uma família... Um vai pro canto, outro vai pro outro.”* (VANESSA).

Os trechos das entrevistas acima chamam a atenção para uma desestrutura familiar compreendida pela via relacional e pela dinâmica familiar. No primeiro trecho, o problema da desestrutura é apontado pelo distanciamento entre os membros da família, quando há falta de implicação com o outro, uma crítica que apresenta as características do individualismo presente nas sociedades ocidentais de hoje (STENGEL, 2011). E, no outro caso, o problema é considerado pelo uso de drogas, que passa dos pais para os filhos, mantendo-se a lógica das transmissões dos valores e das práticas na família, sejam eles quais forem.

Tais circunstâncias quebram o ideal harmônico preconizado na família. Como afirma Goldani (1993), em sua revisão sobre as concepções das diferenças entre as famílias, o conceito de família, apesar da sua complexidade, é idealizado no imaginário social. Sendo assim, a família é definida por um grupo de pessoas que reside na mesma casa, que mantém os laços de parentesco e dependência, além das relações hierárquicas. Dessarte, a “crise” ou a “desestrutura” familiar significam mudanças com relação às transformações nos modos de vida, valores e condições de reprodução da população.

Alinhados a esta concepção de ideal de família apresentada por Goldani (1993), os participantes apresentaram que o seu contrário é composto por elementos como desarmonia, agressões entre os pais e a falta de respeito, o que gera instabilidade entre as pessoas. As crianças participantes também mencionaram esses aspectos que contrariam a condição de ser família, pautadas nos mesmos ideais. O trecho abaixo demonstra a opinião do participante:

*Família é harmonia. Aí, é família com distorções, né, pais que constantemente*

*se agridem, que não há respeito. Pois, pra mim, traduz em seres não estáveis, a convivência com... A desarmonia no lar. Então, isso aí não seria uma família. Perde essa estabilidade que eu estou citando. (VITOR).*

A simples junção de pessoas, a falta da ligação emocional e/ou sanguínea também não configuram uma família, pode ser um grupo de amigos ou colegas: “*O que não é família... Um bando de gente que não tem ligação, nem emocional, nem sanguínea. Pessoas juntas não é uma família; são amigos, são colegas. Família mesmo é aquela que convive, mora junto; ou mora longe, mas faz parte daquele grupo. É isso.*” (VITÓRIA).

Para ser família tem que pertencer a uma árvore genealógica, que demarca a diferença dos amigos ou colegas de trabalho:

*Amigos, colegas de trabalho ou de algum outro lugar. Bem... Por mais que, às vezes, temos aquele amigo muito próximo, desde pequeno, e que a gente diz que é da família, ele não compõe a família. Pra mim, família é pela árvore genealógica. Aí, se não faz parte dela, então, não é família. (VALDIR).*

Lévi-Strauss (1980) afirma que, para os humanos, não pode haver família sem a existência da sociedade, pois a constituição de uma nova família implica na necessidade de duas outras, uma que proporcione o homem e outra que proporcione a mulher, os quais gerarão uma nova união. Diante disso, é necessária a existência de uma pluralidade de famílias que reconheçam outros laços além dos consanguíneos e a naturalidade da descendência, levando-se em consideração o processo social de afinidade. Sendo assim, a convivência e o pertencimento são elementos que constituem uma família, mesmo que more longe, como afirma o participante em seguida.

Enquanto o trecho do participante acima vinculou a família à árvore genealógica, dando ênfase ao vínculo consanguíneo, outra participante mostrou que não sabia muito bem o que não era família, na medida em que “o resto do mundo todo” não faz parte da sua família. Na sua colocação, incluiu todos os que convivem e constroem laços afetivos fortes, como as pessoas com quem se identifica e tem afinidade. Desse modo, amplia o sentimento de família para o de humanidade. Como podemos ver abaixo:

*Ah, eu acho... Não é família, pra mim... Não sei. O resto do mundo todo que não faz parte da minha família. Acho que, por exemplo, pessoas que eu convivo com laços afetivos muito fortes podem ser também, compondo uma grande família, próximo, que eu me identifico. Aí, as pessoas que eu me identifico eu tenho afinidade. Aí, às vezes, eu não tenho o sentimento de família, mas o de humanidade. (VALÉRIA).*

Percebemos que, quando falam o que é contrário à família, reafirmam a sua própria definição pelos aspectos positivos. Destacam, nessa concepção, um elemento comum, ou seja, a vinculação entre seus membros, no âmbito consanguíneo ou emocional, como visto acima.

O fim da família pode ser identificado pela falta de união, amor, apoio, mas não pela separação do casal, na medida em que os filhos continuam sendo filhos e os pais continuam exercendo suas funções de pais. Admitem que a separação modifica a família, mas não faz ela deixar de existir. Vale ressaltar que, para algumas das crianças entrevistadas, a separação dos pais representava o fim da família. E no caso dos pais entrevistados, o contexto das separações deixou a ideia da família um pouco confusa, na medida em que desconstruía o ideal da configuração pai, mãe e filhos juntos. As falas abaixo expressam a opinião dos avós:

*Bom, eu acho que ela deixa de existir quando deixa de haver amor, união, apoio entre todos. Porque mesmo quando o pai e a mãe se separam, não quer dizer que a família deixa de existir, porque os filhos continuam sendo filhos, o pai continua sendo pai e a mãe continua sendo mãe. (VALDIR).*

Para essa participante, a família só termina se morrerem todos, salvo a possibilidade da continuidade de outros parentes como tios e primos. No caso da separação, a família pode modificar, mas não deixa de existir:

*Deixa de existir? Só se morrer todo mundo. Mas, mesmo assim, tem os tios, tem os primos, tem... Eu acho que deixar de existir completamente, a família não deixa de existir, não. Pode modificar, mas não deixa de existir. MODIFICAR, COMO ASSIM? Assim, por uma separação. O pai se casa com outra pessoa, a mãe com outra pessoa, num é?! Mas a família continua. Não tem mais a convivência, tudo, né, mas continua. Eu acho. (VITÓRIA).*

A suspensão dos valores, o fim do amor a fazem deixar de existir: *“Ela deixa de existir quando há a suspensão de valores, como o gostar, o amar. Aí, começa a destruição do núcleo familiar. Aí, é até pior, gera uma instabilidade muito forte em todos que convivem.” (VITOR).*

Apenas uma pessoa afirmou que a família não tinha fim em nenhuma situação: *“Eu não imagino uma situação em que a família deixe de existir, não. A gente mesmo deixa, né?! Mas a família, não.” (VALÉRIA).*

Vimos, de forma geral, que a família é representada com foco no núcleo formado pelo casal, homem e mulher, oficializado pelo casamento, bem como por sua descendência, na ideia de continuidade a partir das novas uniões, nascimento de novos filhos e alguns parentes. Ela é também lugar de educação e de transmissão de valores, passados de geração em geração. Define-se ainda pela relação vincular, tanto consanguínea quanto emocional, admitindo-se a

adoção. A família também une pessoas pela tradição e oferece estabilidade e segurança para os seus participantes, gerando cidadãos mais equilibrados emocionalmente. Nessa construção, não aparecem as famílias reconstruídas, os novos arranjos; são citados os casos de separações como um processo que modifica a família, mas não a termina. Os avós participantes consideram uma família ideal pautada nos parâmetros mais tradicionais de pais e filhos, com seus parentes, atravessada pelos ritos sociais e perpetuada pela descendência das gerações. Além dos sentimentos de união, amor, ajuda mútua e, principalmente, a companhia na fase do envelhecimento.

Diante da idealização, alguns aspectos contrários surgiram como exemplo daquilo que faz parte da vida, na forma de choro, tristeza, briga, discussão ou pelas despesas com os filhos, mas em nenhum momento como desvantagens. O seu contrário ou fim só foi admitido pela ausência dos elementos que fazem a família ser o que é, ou seja, lugar de amor, apoio, estabilidade emocional, contrário à solidão.

### 5.2.2 Como e por quem a família é compreendida?

#### *Filhos*

As crianças compreendem que todas as famílias são diferentes, no âmbito individual e subjetivo, pela opinião e pelo gosto: *“Porque cada um tem seu gosto, sua opinião, sua escolha. Nenhuma pessoa é igual, nem mesmo os gêmeos.”* (LUÍZA); *“Cada um tem seu jeito. [...] Tem. O relacionamento. [...] Assim, o jeito de falar com o outro, de uma forma carinhosa, o amor.”* (LUCIANO). E são o amor, o carinho, o agrupamento comuns à família, confirmando a representação da família pela via do ideal positivado: *“É... O amor... E a... O carinho... É tipo um grupo mesmo, assim.”* (LAURA).

Essa visão mostra que os filhos e filhas singularizam as diferenças, principalmente, pelas características particulares; apenas nos aspectos ligados à igualdade é que apresentam uma visão conjunta, enfatizando os aspectos positivos de amor e carinho. Após o ano de 1960, a família contemporânea expressa os processos de individualização e privatização, sendo esses elementos centrais nas relações atuais, com seu valor localizado, principalmente, na satisfação de cada um dos seus membros (ROUDINESCO, 2003; STENGEL, 2011).

Uma criança acrescentou um ponto que diferencia a família pelo contexto dos vínculos de afeto nas relações familiares, quando reconhece que “pai é o que cria, e não, o que faz”. A importância de uma relação vincular é defendida por A. M. A. Carvalho (2005) como uma

necessidade intrínseca do próprio desenvolvimento humano, condição da sua constituição, a qual possibilita sua inclusão no mundo social. Nessa circunstância, a família, acima das suas variabilidades, é uma instituição que favorece tal relação vincular. Como explicita Luiz: “*Tipo, tem gente que diz: pai é quem faz o filho. Mas não, pai é quem faz e cria o filho. Tem uma menina aqui na frente chamada A. Ela perdeu o pai desde pequenininha e o senhor adotou ela e cria ela desde pequenininha.*” (LUIZ).

A família também é compreendida pela importância de um membro que confere certa centralidade, a qual, para as crianças, é representada pelos pais, porque lhes deram a vida: “*Dois pessoas: o pai e a mãe. POR QUÊ? Porque foram os dois que deram a vida a mim.*” (LUCIANO); e também porque cuidam e ajudam a crescer: “*A mãe e o pai. POR QUÊ? Porque eles cuidam da gente e nos ajudam a crescer.*” (LÚCIA).

Essa concepção das crianças está alinhada às características que demarcam o final do século XVIII até os anos de 1960, que compõem a família dita moderna, fundada no amor romântico. Nessa, os adultos estavam a serviço do grupo familiar e das crianças, com funções específicas, diferenciadas entre homem e mulher, elementos que ainda aparecem nos dias atuais se considerarmos que os processos transitórios não se dão de forma total e linear (STENGEL, 2011).

Outros participantes, por sua vez, não especificaram um só membro ou os pais como centrais na família; destacam que todos são importantes, com base no amor: “*Não... Pra mim... Eu amo todos do mesmo jeito, assim... Do mesmo... É.*” (LAURA); “*Não. Todos são importantes na família.*” (LUIZ). Supomos, nesse ponto, que tal posicionamento traduz, por sua vez, as características da família contemporânea, fincadas no modelo de relações igualitárias, a qual busca a satisfação de todos os seus membros. Assim, “o princípio regulador das relações no interior da família igualitária é a equivalência, promovendo o relacionamento dos indivíduos a partir do ideal de igualdade e respeito” (STENGEL, 2011, p. 118).

Observamos que os elementos dos dois momentos históricos da família, o moderno, considerado mais tradicional, e o contemporâneo, mais atual, de características mais igualitárias, estão presentes nas concepções dos filhos ao longo dos resultados dessas entrevistas. Essa constatação ratifica o caráter de transmissão na família, que se dá no constante jogo de preservação e transformação das suas formas e dinâmicas, pois na família “há uma permanente renegociação de posições e os valores são reformulados continuamente” (FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2011, p. 118).

Assim como as funções da família e sua compreensão dependem das posições que os sujeitos ocupam, o ser filho/filha na família, visto por esse ponto, confirma o pensamento de

que a família funciona em torno deles. Ser filho é ser bem cuidado e defendido pela mãe: “*É bom, porque a mãe cuida bem da criança, defende...*” (LÚCIA). É fazer parte, pertencer, ter companhia para conversar: “*Você fazer parte de... De... Ter alguém, assim... Pra conversar, que possa...*” (LAURA).

Sendo assim, o lugar de filho/filha é garantido pelo complemento na relação com os pais – do adulto, do cuidado e da defesa, da companhia, do pertencimento –, confirmando o papel relacional que existe na família. Tais aspectos expressam a necessidade de vinculação, a qual constitui o sujeito e é constituída por ele, em um movimento dialético, através das trocas relacionais, na medida em que “é no outro e através do outro que o ser humano individual, bem ou mal, se constitui” (CARVALHO, A. M. A., 2005, p. 189).

Outro participante exalta a vantagem de receber presentes como parte do lugar de filho. Essa relação demonstra o consumo dentro das famílias de classes economicamente mais favorecidas. Além disso, as situações dos presentes dados aos filhos, na dinâmica atual de algumas famílias em que os pais trabalham muito, acabam funcionando como um mecanismo compensatório. A resposta da criança avalia que é legal ser filho, pois ganha presente e só: “*Legal. Porque ganha presente... Deixa eu ver... É, só isso.*” (LUCIANO).

Como já analisado, outro aspecto que ganha destaque na condição de ser filho/filha relaciona-se ao modo como os pais tratam as crianças, avaliado como legal, já que os pais não precisam mais bater, eles podem falar e reclamar: “*É bem legal. Eu gosto que só dos meus pais. Eu acho bom que eles nunca precisam bater em mim pra reclamar, ou falar.*” (LUÍZA). Aqui, a mudança relacional é identificada pela relação entre pais e filhos, antes regida por um distanciamento e hierarquia, com o uso do bater para o disciplinamento dos filhos, e, agora, balizada pela proximidade e amizade entre eles (STENGEL, 2011).

Ser filho é também respeitar os pais e cuidar deles. Esse é o aspecto que sugere uma contrapartida da participação das crianças na família. O participante defende esse aspecto do respeito aos pais, ilustrando a situação em que o filho não respeita a mãe. Para ele, o filho deve agir de maneira respeitosa com os seus pais, reforçando o ideal harmonioso de união e amor na família, demonstrando uma relação de reciprocidade. Desse modo, reforçam-se as características da família com base nos valores igualitários, em que os relacionamentos baseiam-se na igualdade e no respeito, regulados pela equivalência (STENGEL, 2011). Nas suas palavras:

*Ser filho é tratar os pais bem, não gritar com eles... Tipo, quando... Tu viu bem agora? A briga da minha tia com meu primo? É porque são assim... Meu*

*primo gosta muito... É... Chamar os amigos dele e a namorada pra ir “praí”, aí, fica no computador. Aí, tia A. não, não aguenta. Aí, grita com ele; aí, ele vai e grita com ela... Aí, fica. Isso não é ser filho. Ser filho é cuidar bem da mãe e do pai. (LUIZ).*

No “como a família é compreendida pelos filhos”, encontramos a concepção das suas diferenças e igualdades, de quem consideram ser as pessoas centrais na família e os aspectos que identificam o ser filho/filha na família. Sendo assim, as diferenças entre as famílias são percebidas por suas características individuais; no entanto, as semelhanças, baseiam-se nos aspectos ideais de amor e união. Sobre o aspecto de destaque das pessoas na família, uns apontam os pais e outros não especificam nenhum membro, acreditando que todos são importantes.

E, por fim, os filhos e filhas permanecem no lugar de serem cuidados, veem os pais como legais, provedores e proporcionadores de presentes. Esses filhos também devem respeito e cuidado aos pais, estabelecendo-se a lógica da reciprocidade entre os filhos e pais, contexto encontrado no estudo de Sarti (1992) sobre família.

### *Pais*

Os pais entrevistados consideram que todas as famílias são diferentes pela quantidade de pessoas e pela posição que cada um ocupa na família, como pai, mãe e filhos, seja nos contextos das famílias nucleares ou os que vêm de outro casamento. As semelhanças são consideradas pela convivência independente da configuração, como podemos observar:

*Primeiro, pela quantidade de pessoas numa família. Pai, mãe e filhos, ou só o casal, como, às vezes, tem os agregados da família. [...] Sobrinhos ou de outro casamento; seriam os filhos de outro casamento. O QUE HAVERIA DE COMUM? [...] Eu acho que o convívio em si mesmo. (FÁBIO).*

As diferenças nas famílias também foram percebidas pelos aspectos subjetivos, pelos pensamentos e ideias que existem entre as pessoas como um todo, de forma mais generalizada: “Ninguém no mundo é igual. Imagina a família, que são grupos de pessoas totalmente diferentes, com ideias diferentes, pensamentos diferentes; então, nunca vai ser um padrão pra todo mundo.” (FELIPE).

As diferenças são identificadas pelo modo de representar e praticar o afeto, na medida em que cada pessoa pode representar o seu sentimento de forma diferente para o outro. Essa condição depende do lugar que cada membro ocupa na família e do momento de vida de cada

um. Em outras palavras, as relações são diferentes se levarmos em conta o posicionamento, a configuração e a geração. Como afirma o participante abaixo:

*Não, porque o afeto pode ser meios diferentes. O amor pode se dar por meios diferentes. Pode ser o mesmo sentimento, porém, representado de outra maneira, praticado de outra maneira. MAS ELAS PARTILHAM TODAS ENTRE ELAS ELEMENTOS COMUNS? NA ESTRUTURA, A MAIORIA SE PARECE? Não. E NO MODO DE FUNCIONAR? Não. Também não, porque se tiver pai, mãe e criança e só um adulto e um idoso morando numa família é diferente de um pai e uma criança. Embora que um idoso volta a ser uma criança, né?! Então, o cuidado que os adultos terão pro idoso será um cuidado semelhante [...] ao de uma criança. Mas se for só um casal e uma criança sempre vai ter diferença aí. (FERNANDO).*

Compreendemos que, com o passar do tempo, o modo e a organização dessas relações sofrem modificações, influenciando e sendo influenciadas pelos aspectos culturais, sociais e afetivos. Em contextos específicos, há momentos em que as dinâmicas são mais fechadas e se apresentam de modo hierarquizado. Em outro tempo, como no atual, as relações são mais abertas, mais igualitárias, principalmente, quanto ao gênero (STENGEL, 2011). Tudo isso revela a sua adaptação e flexibilidade frente aos processos sociais, nas palavras da autora, “a família acompanha as mudanças da sociedade incorporando novos valores, funções e formas de organização, de acordo com as ideologias dominantes e necessidades sociais, culturais, econômicas e políticas de cada época” (ARAÚJO, 2011, p. 180).

Sobre esses processos de mudanças, a participante identifica características sobre o papel cultural da mulher – mãe, que hoje também ocupa o mercado de trabalho, diferentemente da geração anterior, em que, em geral, a mãe se restringia ao espaço do privado no cuidado com a casa e com os filhos. A participante ressalta a influência dos aspectos sociais, econômicos e geracionais nas dinâmicas familiares situadas no ontem e no hoje quando compara o momento em que foi filha com o agora, em que é mãe:

*Eu acho que tem muita coisa que vai ser diferente. Você vê que a gente tem hoje, se você for estudar a questão das mães que trabalham fora, uma realidade que é bem diferente da época da minha mãe, onde as mães geralmente cuidavam dos filhos ainda. Então, elas não trabalhavam; ela cuidava de mim. E hoje em dia a gente tem... Eu acho que tem toda essa questão. Eu acho que a questão financeira influencia nessas diferenças, o grau de escolaridade das mães e dos pais também, na relação que eles vão ter com os filhos, o ambiente onde essas crianças crescem, também... Eu acho que tudo isso são características bem diferentes em todas as famílias, assim. (FABIANA).*

Com base nesse destaque da mulher que assume diversas funções hoje, parte dos participantes considera a mulher-mãe como figura de destaque na família. A mãe é vista e valorizada pelo seu papel e responsabilidade em criar e educar os filhos, como de manter a organização da casa e ainda assumir o espaço do trabalho público. Afirmam que mesmo que considere uma sociedade no modelo patriarcal, a mãe ainda é o centro por conta de todas essas atribuições. Aqui, observamos essa transição de modelos e referências. As falas abaixo atestam essas afirmações. A mãe é quem educa e mantém a casa organizada. O seu reconhecimento é duplamente frisado, no sentido de que hoje ela “se vira” para dar conta da casa, dos filhos e do trabalho externo:

*Geralmente, quem é mais o ponto central da família [...] é a mãe. Isso não tem como discutir. Mas não tem comparação, entendesse?! Ela é sempre o centro da família; é ela que é a mãe, é ela que cria os filhos, é ela que dá educação, é ela que mantém a casa, geralmente, entendeu?! [...] Mantém em matéria de organização. [...] Antigamente, era de organização. Hoje em dia, ela está entrando também em mercado de trabalho, tá tendo que se virar em mil e uma pra poder fazer casa e trabalho [...] criança e vice e versa. Então, a mãe eu acho que é o pilar central da família. (FELIPE).*

A mãe é o centro como referência da casa:

*Eu acho que a mãe, porque emendou muito aquela coisa, assim, vou pra casa de mamãe, almoço na casa de mamãe, ano novo na casa de mamãe. Na minha família, pelo menos, nunca foi assim, vou pra casa de vovô. Vou pra casa de vovó. É pra casa de mamãe, não é pra casa de papai. Eu acho que ela é que é o centro da família. É a mulher. Apesar de dizerem que a gente vive numa sociedade patriarcal, acho que na hora do vamos ver mesmo é a mãe que é o centro. (FABIANA).*

Outras opiniões versam sobre a família igualitária de hoje, em que os papéis do homem e da mulher estão mais bem divididos. O homem perdeu o seu lugar exclusivo de provedor e, nesse sentido, não há mais uma pessoa central na família. Hoje, a pessoa central é aquela que mais tem equilíbrio emocional e consegue resolver os problemas. Como afirmam as autoras: diante das tantas configurações, “alguns grupos familiares coexistem com uma flexibilidade de papéis que revelam arranjos inventados para abranger a multiplicidade de tarefas e de afetos comumente existentes nas relações em família” (DRAGO; MENANDRO, 2014, p. 66). As falas dos participantes também mostram essa dinâmica.

As relações são mais bem divididas e o pai não é mais o chefe da casa, o provedor, cada um tem a sua importância: “*Em termos de família, atualmente, é mais... Bem dividido realmente, né?! Não existe uma pessoa central. Como eu te disse, não existe mais um, um pai*

*provedor, o chefe da família, acho que não, acho que é bem dividido. Cada um tem seu percentual de importância.” (FÁBIO).*

Hoje, o foco está em quem tem mais equilíbrio emocional, o foco não está mais no pai no lugar de provedor. A centralidade está na pessoa que consegue resolver os problemas:

*Eu acho que hoje em dia [...] num tem muito isso, porque antigamente era muito o pai, né?! Eu acho que hoje em dia são os dois. Tanto o pai quanto a mãe. Porque antigamente se via a pessoa central, a pessoa que financiava tudo. E hoje em dia, com essa pressão toda que existe [...] eu acho que a pessoa central não é só a que financia, mas a pessoa que é mais equilibrada, a pessoa que consegue resolver os problemas de todo mundo, a pessoa que consegue ajudar e tá presente na vida de todo o mundo, acho que hoje em dia tem mais essa necessidade. (FLÁVIA).*

Ou naquelas que suportam mais a pressão emocional:

*Tem sim. São aqueles que são responsáveis por suportar uma pressão maior. Talvez não tenha nem destaque, mas importância. [...] Tem mais pessoas que sustentam... quando eu falo sustentar não é só materialmente, né?! É também emocionalmente. É o cara que tem o maior peso sobre as costas. (FERNANDO).*

Expressões como mudança, grande responsabilidade, cansaço, gratificação, cuidado, felicidade, dependência, amadurecimento, preocupação, alegria, a melhor coisa do mundo e troca de amor fazem parte da representação que os pais têm dos seus papéis de pai e mãe. Tais colocações traduzem o misto da responsabilidade fortemente atribuída a esses diante dos seus filhos, o que os move ao amadurecimento. Todos esses aspectos promovem uma mistura de sentimentos que realçam a complexidade das relações e as diferentes funções exercidas dentro das famílias e, especialmente, aqui, o exercício da maternidade e o da paternidade.

Pesquisa com adolescentes do sexo masculino, de classe média e popular, realizada por Drago e Menandro (2014), sobre as representações sociais de paternidade, identificou a responsabilidade como o elemento central para os dois grupos participantes. Ainda que os resultados da pesquisa foquem o lugar da paternidade, os participantes pais desse estudo realçaram o item da responsabilidade como fundamental no exercício tanto da maternidade quanto da paternidade, ainda que haja especificidades dentro dos modos de ser responsável.

Corroborando com esses achados, a participante fala que ser mãe é uma “responsabilidade muito grande”, um lugar que, às vezes, gera sentimento de insegurança. Para ela, a maternidade demarca uma mudança completa de vida, de visão sobre as coisas, que a fez assumir novas responsabilidades. Agora, toma consciência de atos, escolhas e decisões não

baseada apenas nela, mas, na filha. O ser mãe é um marco de transformação e responsabilidade, mas que no final vale a pena:

*Com certeza é uma responsabilidade muito grande... [...] Antes de ter ela e, hoje, mudou completamente; a gente vê valor em coisas que a gente não via e começa a ter responsabilidade em coisas que a gente também não tinha. E começa, acho, que a medir mais a consciência dos atos e das escolhas e das decisões; e começa a pensar não só mais no futuro pra mim, mas como pra ela. Às vezes, bate uma insegurança, mas é normal. Mas é muita responsabilidade, muita responsabilidade, mas vale a pena. (FLÁVIA).*

Nesta outra fala, a felicidade em ser mãe supera todas as dificuldades, pois é a melhor coisa do mundo em qualquer situação. Ter um filho passa pela compreensão de que alguém depende de você:

*Hoje, eu não consigo imaginar o que é não ser mãe. Ser mãe é você ser feliz todo dia, mesmo que tudo esteja péssimo, mesmo que seu mundo esteja caindo; só [de] você saber que tem aquele pedacinho de gente ali que depende de você, que é seu e... Aí, é indescritível. Não tem. Acho que você ter um filho é a melhor coisa do mundo em qualquer situação. (FABIANA).*

Vemos que a idealização e a felicidade em ser mãe, mesmo que esteja tudo “péssimo” ou “caindo”, são consideradas a melhor coisa do mundo. Tal condição idealizada reafirma um lugar que foi sendo construído ao longo do tempo na sociedade. Desde os colonizadores europeus, um modo peculiar de família foi apresentado, constituído por pai, mãe e filhos (PRIORI, 1999). Tal modelo foi instituído pelo matrimônio, que em seu significado etimológico quer dizer que, pelos laços conjugais, a mulher se torna mãe, reforçando a relação da mulher com o lugar de mãe (SCOTT, 2011).

Diante disso, até a chegada do processo de urbanização, que gerou mais intimidade entre os membros das famílias, no conhecido modelo nuclear burguês, o casal deveria se formar pela escolha do amor romântico e a mulher seria uma mãe dedicada aos filhos (SCOTT, *op. cit.*). Assim, durante muito tempo, a imagem da mulher foi associada à da maternidade, tida como marca da verdadeira identidade feminina.

Hoje, com a mulher atuante no mercado de trabalho e com liberdade de escolha sobre métodos contraceptivos, a ideia da maternidade descola-se em parte da sua identidade. Assim, muitas mulheres, de pertenças socioeconômicas favorecidas, escolhem investir na carreira profissional, adiando ou abrindo mão dos planos da maternidade (ARAÚJO, 2014). Com esse contexto, flexibilizam-se as funções da mulher, de acordo com as novas demandas sociais.

No que se refere ao papel de pai, esses destacam elementos como: amor, cansaço, gratificação, amadurecimento, desprendimento das próprias coisas, responsabilidade associada ao cuidado, o repassar ensinamentos e a provisão pelo sustento econômico. Aqui, identificamos tanto pontos advindos dos modelos tradicionais como das dinâmicas atuais, presentes na construção das paternidades. A fala do participante a seguir demonstra que a função de pai é cansativa e gratificante ao mesmo tempo, no sentido de que o filho é fonte de troca de afeto e alegria. É também responsabilidade no cuidado e no passar os ensinamentos para alguém que está crescendo:

*É cansativo... EM QUE ASPECTO? Tipo... Sei lá, passar a noite acordado. Acordado nem tanto, mas... cansativo. Mas é gratificante. Você chegar do trabalho, ter aquela coisinha pequenininha pra abraçar você. Não tem quem pague, assim, não existe nada que pague pela alegria que tenho agora. Só você ver aquele sorriso já é... [...] Ter um cuidado com aquele ser que você tá, ter uma responsabilidade de cuidado, passar os seus ensinamentos de o que você entende de mundo pra aquela pessoa que tá, tá crescendo aos seus cuidados. (FÁBIO).*

No trecho a seguir, o participante destaca o seu amadurecimento alavancado pela nova atribuição de pai. Desenvolveu uma preocupação maior com os outros e, para ele, a responsabilidade é traduzida pela função enquanto provedor do filho. Relata a experiência do desemprego que estava vivendo quando o filho nasceu, mas foi a chegada dele que o impulsionou a correr atrás de uma colocação profissional melhor. Hoje, é agradecido por ter passado em um concurso público e, assim, pode garantir a segurança financeira do filho. Essa função está atrelada a ideia de fazer o melhor para ele, pois o filho está sempre em primeiro lugar. Nas suas palavras:

*Rapaz... Desde o momento que eu tive meu filho, senti uma coisa diferente. Eu acho que amadureci bastante depois que eu fui pai. Comecei a me preocupar mais com os outros. Parar um pouquinho de prestar atenção no umbigo e passar a olhar mais pros outros. Na época que ele nasceu, passei um pouco por uma situação complicada, desemprego e coisa e tal, e aquilo me deixou muito preocupado porque ele tava muito novinho ainda, muito corre-corre pra poder procurar as coisas pra dar o melhor pra ele; graças a Deus, consegui passar num concurso público. Então, assim, sempre buscar o melhor pra ele. É isso que eu acho. Preocupação, ele sempre em primeiro lugar, a questão de ser o primeiro, em primeiro lugar, tentando sempre fazer o melhor pra ele. (FELIPE).*

Esse outro pai, da mesma forma, destacou o lugar do amor, o dar e receber, e o abrir mão de muitas outras coisas em função da filha. Ela também é o incentivo para o trabalho, o

seu objetivo é dar uma boa criação para ela:

*É dar amor, né?! [...] Dar amor. E ter amor, né?! A troca de amor. O que me faz perder os cabelos é o amor que eu tenho por ela. O que alimenta a minha correria é ela. Por mim, eu poderia estar... Ao invés de estar trabalhando, fazer faculdade, porque minha mãe pode me bancar, né?! Mas eu não quero isso e, primeiramente, é o meu objetivo [...] dar uma boa criação pra minha filha. [...] Mas eu acho que ser pai, amar, é abrir mão de muitas coisas. Até abrir mão de seus prazeres. (FERNANDO).*

Pensamos que todos esses aspectos elencados pelos participantes, como provisão, cuidado e afetos, versam sobre o papel do pai dos últimos anos em nossa cultura. Em décadas recentes, que demarcam estudos a partir de 1980 (SILVA; SANTOS, 2014; SOUZA; BENETTI, 2009), foi que a geração de pais mais participativos e atuantes no cuidado com os filhos passou a ser estudada, interligada às mudanças das composições familiares. O que antes era tido como atribuições apenas da mulher-mãe, como o cuidado com os filhos, hoje, é compartilhado entre os homens-pais. Esses se veem movidos tanto pelo papel da provisão econômica quanto pelo afetivo. Segundo as autoras, esse movimento de pais é percebido

[...] nos serviços domésticos e no envolvimento afetivo dos filhos. Tal compreensão da participação mais efetiva dos homens na família, particularmente no cuidado para com a criança, vem sendo nomeada de “nova paternidade”, a qual é vivenciada como um desejo e não mais por obrigação. A escolha de ser pai corrobora a diferença alocada entre genitor, como gerador, e pai enquanto presença e investimento (SILVA; SANTOS, 2014, p. 163).

Diante desse panorama, compreendemos que as funções sociais que direcionam os comportamentos dos membros da família continuam interligadas. Assim, novas funções estão presentes em meio aos referenciais aprendidos, na medida em que essas transformações sociais não se dão de forma linear. As prerrogativas dos papéis de mãe e de pai, hoje, se apresentam de modo mais igualitário, ao mesmo tempo em que coexistem com os padrões dos referenciais de ontem, em uma convivência dinâmica de permanências e transformações.

Na mesma lógica, vimos também que os membros centrais da família, segundo os pais participantes, dividem-se entre a mãe, por sua presença no cuidado, organização da casa e atuação no mercado de trabalho; e aqueles membros que se destacam a depender da função, como os que representam o equilíbrio emocional da família. Destacaram também que o pai não ocupa mais a centralidade que tinha antes no papel da provisão, não sendo, hoje, sua função apenas; a mulher também é participante ativa dessa função. Por fim, as famílias foram

consideradas diferentes pela posição de cada membro, pelo modo como representam os afetos e pelos aspectos subjetivos, tendo como semelhante à convivência.

### Avós

Os avós entrevistados compreendem que as diferenças na família são em função do tamanho, da configuração e da sua identidade física e emocional: *“Tem famílias grandes, famílias pequenas, famílias formadas por pessoas, é... Que não tem uma identidade física, uma identidade emocional, tem vários tipos de família; existe pai e mãe e não tem filho; mãe com filho é família, num é?! Existem muitos tipos de família.”* (VITÓRIA).

Essa resposta sobre as diferenças na família remeteu às configurações atuais, quando a participante cita alguns formatos de família além do nuclear, entendendo que a família também pode ser formada por casais sem filhos ou por uma mãe com um filho.

As famílias também foram consideradas diferentes pelas questões subjetivas: *“Cada família é diferente, porque cada ser humano é diferente.”* (VITOR); e pelas diferenças dos valores: *“Cada família tem seus valores, suas características próprias.”* (VALÉRIA). Esse aspecto reforça as características individuais enfatizadas nas famílias atuais contemporâneas (ROUDINESCO, 2003; STENGEL, 2011).

E o sobre o que é comum, acreditam que são os sentimentos positivos, a convivência e a identidade familiar, ligada pelo ideal de afetos, como podemos observar abaixo. Os sentimentos positivados existentes na família é o que há de comum: *“Eu acho que em comum existe o respeito, o amor, compreensão.”* (VITOR); *“HÁ ALGO EM COMUM? Justamente isso, a busca pela união, amor, proteção, carinho.”* (VALDIR).

A convivência, bem como as leis familiares positivas, também é um aspecto comum: *“É... Essa convivência, né, embaixo do mesmo teto, obedecendo, né, digamos assim, as leis familiares; eu diria o respeito, a harmonia, o entendimento das pessoas.”* (VANESSA).

As identificações que caracterizam as famílias também são um aspecto comum: *“Eu acho que todo familiar [...] tem identificação, características que identificam essa família. Uma família não necessariamente tem os mesmos conhecimentos, mesma forma.”* (VALÉRIA).

Sobre a centralidade de um membro na família, há colocações que não privilegiam nenhuma pessoa em particular, pois todos são importantes, cada um tem o seu papel diferente, incluindo os parentes além do núcleo familiar: *“Não. Todos são importantes, cada um tem o seu papel. O pai, a mãe, os filhos, as noras, os netos, cada um tem o seu papel, mas todos têm a sua importância.”* (VANESSA).

Uma relevância é dada a depender da função exercida, que realça as características individuais, o que não significa que haja um membro mais importante do que o outro: “*Dependendo da função, cada pessoa assume um papel que pode ser mais relevante, não que seja mais importante. Mas, pelas características da pessoa, ela vai assumindo algumas coisas.*” (VALÉRIA).

Outro participante considerou a importância de todos na família, com destaque aos elementos que a condição de avô lhe proporciona, como a preservação dos seus valores e da educação repassada para outras gerações. Na formação do casal, há uma mistura de diferentes valores; ele acredita que os valores ensinados ao filho vão permanecer, ainda que não sigam de modo “rigoroso”, diante dessa troca de valores existente no casamento. De todo modo, espera que os filhos transmitam para os seus netos algo dos valores que ele transmitiu, deixando a ideia de continuidade não apenas pela descendência biológica, mas também pelos valores. Nesse aspecto, considera a força da transmissão na família, na medida em que esse processo “é fundamental para a construção de si, isto é, para a formação da identidade do indivíduo. As gerações da família transmitem conteúdos que visam assegurar a sobrevivência do grupo familiar através do tempo” (ALMEIDA; MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2014, p. 455). Nas palavras do participante:

*Não. Numa família todos são importantes... Você não pode dizer que o pai que sustenta a casa é mais importante que um bebê. Todos são importantes, porque você vai envelhecendo e os seus valores, sua educação vai continuar, vai ser passada adiante, pelo seu filho, para seu neto. Claro que meus filhos não seguem rigorosamente os meus valores, porque eles adaptaram pra eles, eles têm a visão deles, e que se juntou com a da esposa deles, e gera um valor bem diferente. Mas que, no fundo, os valores que eu ensinei a ele estão lá, fazendo parte da concepção de mundo dele. (VALDIR).*

Percebemos uma visão atual dos avós sobre o modo como se dão as relações hoje na família, menos hierárquicas e mais igualitárias, com base na equivalência entre as pessoas (STENGEL, 2011), destituindo a comum autoridade dos pais, de antes, em relação aos filhos.

Como em todo processo de transição cultural, em que novos e antigos valores convivem, um participante realçou o lugar do casal, como central na família, retomando a autoridade pelo viés da concepção biológica, exatamente na figura do homem e da mulher. Para ele, o casal tem maior destaque porque iniciou a família: “*Pra mim, o mais importante na família é... Acho que todos tem um valor que é difícil você classificar, mas, pra mim, o primordial [são] os cônjuges, porque ali iniciou o processo.*” (VITOR).

Nesse processo de transição, a formação das representações sociais de família é inscrita

por um referencial de pensamento que já existe na sociedade, dependente, por assim dizer, de um sistema de crenças ancorado em valores, tradições e imagens do mundo (MOSCOVICI, 2011/2000).

A compreensão do papel de avó e avô é entendida como a experiência de ser pai e mãe duas vezes, sem as mesmas responsabilidades e obrigações com a provisão e a educação tiveram com os filhos. Em outras palavras, é ter a liberdade que não podiam viver com os filhos; é a parte leve, do prazer, da diversão, da curtição, do passeio, da brincadeira, sem isentar o apoio, o suporte e o repasse das experiências, mais reconhecidas nessa fase da vida.

Barros (1987) expressa que a representação do papel de avós está vinculada de forma muito íntima com a representação dos papéis paterno e materno. A visão prazerosa da convivência com os netos realça as obrigações desses avós quando eram pais de crianças pequenas, “mas também no contraste de sua vida passada com o desempenho dos pais dos seus netos. Veem os pais dos seus netos como responsáveis pela educação das crianças, assim como se veem no passado nas tarefas diárias com os filhos” (BARROS, *op. cit.*, p. 128).

Os fragmentos abaixo demonstram a compreensão dos participantes na posição de avós e avôs. Ser avô é bom; é como ser pai outra vez sem a mesma obrigação:

*Ser avô é muito bom. Você é pai de novo, sem as obrigações que ser pai envolve. Você é pai duas vezes. [...] Eu agora não tenho mais a obrigação de sustentar meus filhos, nem tenho obrigação de educar meus netos. O meu papel agora é a diversão; é levar meus netos pra passear, comprar alguma besteira pra eles. Bem, eu estrago eles, mas respeito o que meus filhos impõem. Eu não quero mal educá-los. Só diverti-los. Aproveitar coisas que eu não pude aproveitar com meus filhos porque eu tinha que trabalhar, sustentar a casa. Ser avô é muito bom. (VITOR).*

*Ser avó é maravilhoso. Sabe por quê? O que você tinha que fazer nessa parte de criação, e com o neto você não tem mais obrigações que você tinha como mãe. Você agora deixa ao pai e a mãe a tarefa de educar, e fica só curtindo. A gente ajuda, mas a obrigação é dos pais, não é mais nossa. A gente precisa ser avó. (VITÓRIA).*

A relação de avó com a criança é envolta de amor e carinho, sem o peso da responsabilidade de educar, embora haja uma orientação:

*Avó; é muito gostoso ser avó. Porque você tem a criança, a relação com a criança é sempre muito amorosa, de muito carinho. E com os netos você tem essa relação sem ter o peso dessa responsabilidade de educar, de orientar, o peso dessa responsabilidade é muito menor com o neto. Embora você oriente, você dá uma colaboração, dá um apoio, um suporte, mas você não é responsável por. (VALÉRIA).*

Um participante frisou que o ser avô implica na dupla responsabilidade, comparando a ser pai duas vezes, no sentido da preocupação que tem com o neto comparada a que os pais também têm. De todo modo, a satisfação supera o peso da responsabilidade pelo prazer de ver a geração de outros seres a partir dele, no processo de continuidade. A relação de avós e netos está imersa na relação de autoridade e afeto, na medida em que esta autoridade é representada pelo poder adquirido pelo avô por deter alguns conhecimentos, investido de autoridade quando os transmite (BARROS, 1987). Como mostra o fragmento abaixo:

*Ser avô é pai duas vezes. É você [...] saber que, de um ser que você gerou, foi gerado outro. Preocupação que os pais têm com o filho, em alguma situação, ela duplica com a do neto. Porque a preocupação do neto, que são dos seus pais, é também do avô. Então, é uma coisa dupla. [...] Porém, muito boa. Uma convivência. Eu acho que o ser humano, ele, ele gosta de saber que dele foram geradas outras coisas. Tem muito de a gente querer a nossa imagem. Então, o neto é também importante nisso. (VITOR).*

O ser avó é também maravilhoso, é uma curtição desobrigada; mas pode existir a condição de avós que substituem a mãe, diferentemente, do que foi apontado pelo participante acima. Há avós que assumem toda a responsabilidade dos netos, como se fossem os seus pais, impossibilitando a leveza tão esperada da fase de avós.

Lopes, Nery e Park (2005) confirmam que, com as mudanças sociais nas configurações de família e o tempo de vida aumentado dos idosos, identificam-se muitos casos em que os avós desempenham o papel dos pais. Nessa condição, assumem funções pertinentes à educação e à manutenção econômica dos netos, seja pela ausência parcial ou completa dos pais, o que não permite viver a plenitude da experiência de serem avós, representada pela redução desses aspectos de responsabilidade que socialmente seriam atribuição dos pais.

Essa situação foi investigada por Falcão e Salomão (2005) no caso de filhas adolescentes que engravidaram. Os pesquisadores mostraram que, quando os avós assumem a responsabilidade pelo cuidado infantil dos netos, tornam-se muito restritivos ao ponto de inibir o desenvolvimento da adolescente como mãe. Perceberam, com isso, a existência de conflitos na delimitação dos papéis entre ser mãe e ser avós dos bebês. A passagem abaixo demonstra o cruzamento da “maravilhosa” condição de avó com a responsabilidade ao assumir o lugar de mãe:

*Ser avó é uma das coisas mais maravilhosas do mundo... O pessoal diz que é ser mãe duas vezes, e realmente é, de certa forma. Mas, é, tem muito mais*

*prazer a gente ser avó, porque a gente vai mais curtir... A menos que a avó esteja fazendo o papel de mãe, né, na falta da mãe... Fora isso, que tem os pais, a avó fica de fora, vamos dizer assim, só para curtir. Eu acho ótimo, maravilhoso. (VANESSA).*

Todos os aspectos que foram vistos nesse ponto sobre como e por quem a família é compreendida reforçam as concepções idealizadas de família. Em relação às diferenças, os avós consideraram os aspectos do tamanho, da configuração, de identidades tanto física quanto emocional, admitindo-se alguns novos arranjos. Sobre o que é comum, apontam os sentimentos positivados de amor, compreensão, convivência e carinho. A centralidade dos seus membros foi diluída entre a importância dada de forma geral aos seus membros, a partir da diversidade dos papéis assumidos hoje na família ou no caso em que o casal foi considerado central por iniciar a família.

No geral, os avós se sentem privilegiados por desfrutarem essa função com mais liberdade do que quando foram pais. O prazer de ser avô e avó é dado pela leveza, liberdade, prazer na companhia dos netos na diversão e nos passeios. Toda a condição maravilhosa desse papel na família não os isenta do apoio e do repasse das próprias experiências e valores. Essa condição gera um duplo sentimento de responsabilidade e prazer, ampliado pela satisfação da continuidade consanguínea e subjetiva nas novas gerações.

### **5.3 Considerações finais – 1º estudo**

As representações sociais de família para três gerações, filhos, pais e avós, mostraram aproximações e particularidades com base no posicionamento de cada um na família. Os resultados encontrados na análise do estudo de M. S. F. Santos (2015), através do uso do software Alceste, mostram uma articulação do objeto família com outros objetos, os quais estão intimamente interligados, formando um sistema de representações sociais. A análise proposta pelo presente trabalho buscou identificar, com mais detalhes, o conteúdo das representações sociais, seus pontos de aproximação e distanciamento entre as gerações, com possíveis tensões. De modo geral, as duas formas de análises identificaram aspectos comuns. Por isso, apresentaremos aqui um resumo dos resultados encontrado por M. F. S. Santos (2015) a fim de observarmos melhor sua aproximação com este primeiro estudo da tese.

Nos resultados de M. F. S. Santos (2015), o material das entrevistas de pais e avós foi rodado conjuntamente, com resultados que mostraram que os pais na família veem seu lugar de responsabilidade nessa nova função, o que inclui atribuições de cuidado com outra pessoa,

desde a alimentação e saúde, passando pelo aspecto emocional e até financeiro. Apontam para as mudanças quanto às atribuições do casal, vistas hoje numa divisão mais igualitária quanto às tarefas. No entanto, o sustendo financeiro aparece mais ligado ao pai e o cuidado afetivo, mais ligado à mãe, que se destaca na centralidade da família.

A rotina dos homens-pais gira em torno da tentativa de conciliar trabalho e família, assim como nas situações de divórcio em que reconhecem a responsabilidade e o prazer na relação com o filho. Esse tema não apareceu na análise de conteúdo, já que o ponto da entrevista sobre as dinâmicas da família não foi incluído.

Na descrição da família, segundo uma quantidade maior de discursos das mães, aparece uma distinção entre os laços consanguíneos e os de afeto. Dessa forma, os amigos podem ser da família e casais do mesmo sexo também a constituem.

Os avós percebem que o seu papel está ligado a práticas mais leves com os netos, como a descontração e as brincadeiras. A função da educação surge com menos responsabilidade, com foco na transmissão dos valores, costumes e crenças.

De forma geral, pais e avós descrevem a família por trocas de afeto e cuidado, sendo esse tipo de vínculo superior ao consanguíneo. A família apresenta uma diversidade quanto à dinâmica e ao modo de funcionamento, com similaridade na sua estrutura. Compartilham a visão de que o início da família é dado pela união do casal, também por pessoas do mesmo sexo, com casamento e o nascimento de filhos, com possibilidade para a adoção.

Para as crianças, assim como para os pais e avós, o início da família é concebido a partir da união do pai e da mãe. A família é descrita por elas segundo a sua composição, partindo do formato de pai, mãe e filhos, estendendo-se aos demais parentes até chegar aos bisavós, incluindo padrasto e madrasta. A diversidade da família apresenta-se pelos aspectos físicos e abstratos e pela personalidade de cada um. Na visão das crianças, a família também desempenha a função do cuidado e de educar; é vista como a mediadora no repasse dos valores aos seus descendentes, orientando-os para os desafios. Para elas, a separação e a desunião vão de encontro à ideia de família.

O material das entrevistas segundo a análise de conteúdo confirma os mesmos aspectos identificados no estudo de M. F. S. Santos (2015). Nessa análise, buscamos identificar as representações sociais de família por essas gerações e, especificamente, os aspectos comuns ou diversos das RS de família entre as gerações, junto com os pontos de tensão entre aspectos de mudança e conservação de elementos das RS de família.

Diante desses objetivos, duas categorias foram identificadas: 1. “o conceito de família” analisado em cada geração, observando pontos comuns e particularidades de cada geração, que

abrangeram aspectos sobre o início, a descrição, as funções, o contrário e/ou fim da família; 2. “como e por quem a família é compreendida?”, que se revelou pelas diferenças e aspectos comuns da família, da existência de algum membro que se destaca e, principalmente, de como cada participante se percebe, segundo a posição que ocupa na família.

Os resultados mostraram que as representações sociais de família para os três posicionamentos investigados têm uma visão comum sobre a ideia do início e descrição da família. Todos destacaram a formação do casal, por homem e mulher, o rito do casamento, seguido do nascimento dos filhos. A família também apareceu para todos descrita pelos seus participantes, o que inclui pai, mãe, filhos e demais parentes, que chegam até a geração dos bisavós, para as crianças, e dos netos, na descrição dos avós.

Nessas circunstâncias, os pais falam da sua compreensão de família com base no parâmetro da família nuclear tradicional. No momento em que se deparam com as experiências de separações, vividas por seus pais ou por eles mesmos, afirmam que é difícil definir e saber o que é uma família, demonstrando a convivência com as tensões provocadas por essa reorganização familiar.

Entendemos que os processos transicionais nunca são vivenciados de forma estanque, pois há sempre deslocamentos, tensões, permanências e preservações de velhos valores junto à chegada de novos, proporcionando diferentes formas de ser família, e de ser na família (BARROS 2013, 2006; COUTINHO; MENANDRO, 2010; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2011; PASSOS, 2007; VASCONCELLOS, 2013). Para Moscovici (2012/1961), a tensão presente na construção das representações sociais de um novo objeto

[...] revela constantemente sua origem, a saber, a existência de incongruência, de incompatibilidade, entre as possibilidades linguísticas e intelectuais para dominar partes do real às quais o conteúdo (estranho porque ignorado, ignorado porque estranho) se refere. De modo geral, faltam-nos necessariamente informações, palavras, noções para compreensão ou descrição de fenômenos que surgem em certos setores de nosso ambiente (MOSCOVICI, *op. cit.*, p. 55).

Diante da representação comum da configuração de família marcada pelo seu início a partir do casal homem e mulher, do casamento, seguido do nascimento de filhos, compreendemos que há uma ideia compartilhada culturalmente ao longo dos tempos de que,

Num sentido amplo, a família sempre foi definida como um conjunto de pessoas ligadas entre si pelo casamento e a filiação, ou ainda pela sucessão dos indivíduos descendendo uns dos outros: um *genos*, uma linhagem, uma raça, uma dinastia, uma casa, etc. (ROUDINESCO, 2003, p. 18).

A afetividade é outro ponto compartilhado por todas as gerações como fundamental na representação de família. Os pais afirmam que “*família é, acima de tudo, o laço de afetividade entre eles*”. Para as crianças, a lógica dos laços de afeto é traduzida pela ideia de junção, unidade e sentimentos positivos, como o amor. Os avós, tanto quanto os pais estabelecem as ligações de afeto na compreensão do que é família e afirmam que sua existência pode estar focada nos laços consanguíneos e/ou nos de afeto.

Pela ligação afetiva, para alguns pais, os amigos são considerados família na medida em que exercem a função de apoio. Em outro momento, avós e pais não consideram grupos de amigos e colegas de trabalho como família, pelo tipo de vínculo. Os avós reforçam a ligação da família pela “*árvore genealógica*”. Os pais afirmam que uma pessoa sozinha não é família, na medida em que a família acontece na relação com o outro, seja pelos vínculos consanguíneo e/ou afetivos. Admitem ainda que os contextos de recasamento permitem que aquele que cria seja considerado pai. A adoção é outro meio de ampliar a construção da família (citada pelos avós e pelos filhos), baseada na via do afeto, e não, na consanguínea.

Como a família é vista nesse lugar de afeto positivado, os aspectos negativos, como brigas, confusão, desunião, violência, o não se importar com o outro, negam o sentido ideal de família, principalmente, para as crianças, que só viram vantagens em ter família.

Nesse seguimento, por um lado, os pais-homens foram os únicos que falaram das desvantagens na família, pela ocorrência de brigas, o abrir mão das suas individualidades, além do desafio de viver com pessoas tão diferentes. Ainda assim, os ganhos que a família proporciona são muito maiores e compensam essas desvantagens, na medida em que são essas mesmas pessoas que oferecem ajuda e companhia.

Já os avós veem os possíveis aspectos negativos como brigas, confusões, despesas econômicas, como parte da vida em família e não consideram isso uma desvantagem. Para eles, a questão da desestrutura familiar é que promove o seu fim. Traduzida pela presença das drogas, pela falta de amor e de valores, pela desunião. A morte não é suficiente para acabar a família tanto na concepção dos pais, como dos avós, na ideia de que outros parentes dão continuidade a ela.

Já as crianças apontam a existência de situações adversas na família, como a violência entre seus integrantes e maus tratos com a criança, e são enfáticas ao afirmar que estas condições não representam a família; quando algo desse nível ocorre, não é família.

O tema da separação dividiu a opinião dos filhos entrevistados quanto ao fim da família. Para uma criança que vivia a separação dos pais, ela não significa o seu fim, na medida em que

o pai e a mãe continuam exercendo as suas funções. Os avós também compartilham dessa mesma ideia, admitem que a família seja modificada com a separação e isso não representa o seu fim. Para os pais, a separação foi vista como uma ameaça à família, que põe em dúvida o seu fim. Se existir apenas o casal sem filhos, a separação pode representar o fim. Se tiver filhos, os papéis dos outros componentes da família permanecem, nessa condição, os vínculos apenas se modificam.

Consideramos por fim, que as representações sociais de família é atravessada pelo posicionamento de cada um nas suas diferentes gerações. As crianças se veem como foco de todo cuidado e investimento dos pais, que se responsabilizam pela sustentação e pelo afeto, traduzidos em amor, carinho, dar presentes; possibilitam pertencimento; e transmitem a educação e a formação dos valores, incluindo a educação formal através do financiamento de uma escola privada. Os pais, complementando essa visão, percebem um aumento da responsabilidade por assumir o cuidado com a vida de outro ser, apontando para os mesmos aspectos que as crianças indicaram. E traduzem essa atribuição pela mudança, responsabilidade, cansaço, gratificação, cuidado, felicidade, dependência, amadurecimento, preocupação, alegria e troca de amor.

Os avós destacam a função da transmissão dos valores, das tradições, cultura, religião. Entendem que, na medida em que os filhos casam, há uma junção de diferentes valores que vêm da outra família, mas que, em alguma medida, os filhos vão passar alguns dos valores que aprenderam com eles para os seus netos. E compreendem que a família representa equilíbrio, segurança emocional e companhia, principalmente, no processo de envelhecimento.

Os diferentes posicionamentos nos mostram a dimensão da complexidade que envolve a construção das representações sociais. As teorias do senso comum revelam a presença de elementos diversos, organizam ideias, ajudando o grupo a se posicionar e a se identificar, favorecendo a comunicação, o entendimento e o pertencimento. Por tudo isso, “as representações são sempre um produto da interação e comunicação e elas tomam sua forma e configurações específicas a qualquer momento, como uma consequência do equilíbrio específico desses processos de influência social” (DUVEEN, 2011/2000, p. 21).

Vimos, com destaque, que os processos de preservação, transições e tensões mostram as mudanças sociais e culturais na família. As referências que permitem que representações sejam construídas ancoram-se em bases sócio-históricas e culturais e são traduzidas por crenças, valores e normas compartilhadas por cada grupo geracional. Destacamos, como exemplo, a transmissão de valores presente na família, em que os filhos esperam dos pais, assim como os avós que transmitiram a seus filhos esperam que esses valores sejam passados para as gerações

vindouras. Em tudo isso, encontramos sentido no por que construímos representações sociais, pois,

Enquanto sistemas de interpretação, as representações sociais regulam a nossa relação com os outros e orientam o nosso comportamento. As representações intervêm ainda em processos tão variados como a difusão e a assimilação de conhecimento, a construção de identidades pessoais e sociais, o comportamento intra e intergrupar, as ações de resistência e de mudança social. (CABECINHAS, 2004, p. 126).

Dessa forma, os resultados analisados neste estudo sobre o conteúdo das representações sociais de família nos levam a questionamentos que merecem ser averiguados por outros caminhos de investigação. Considerando as mesmas gerações e os mesmos posicionamentos na família, direcionamos um segundo estudo a fim de verificar os processos presentes na construção das representações sociais de família, atentos ao elemento da memória social. Seguiremos as pistas aqui apontadas, principalmente, sobre o aspecto da transmissão dos valores, normas e crenças na família, esperado por todas as gerações, que se constitui nos sentidos de pertencimentos/identificações e descendência/continuidade.

## 6 SEGUNDO ESTUDO – OFICINAS

### 6.1 Método – 2º estudo

#### 6.1.1 Objetivo

Neste segundo estudo, tivemos como foco de investigação tanto os conteúdos, como os processos de construção das RS e sua relação com a memória social. O objetivo geral foi *investigar* os conteúdos e os processos presentes na construção das RS de família, bem como o papel da memória social nessa construção em diferentes gerações. Especificamente, *identificamos* os conteúdos e processos presentes na construção das RS de família por três gerações e *analisamos* os elementos de memória social presentes na construção das RS de família.

#### 6.1.2 Participantes

O estudo foi composto por 12 participantes no total, de diferentes gerações e posicionamentos específicos na família: filhos, pais e avós. Vale salientar que os participantes não pertenciam a uma mesma família, por ser uma investigação social horizontal, e não, um estudo sobre a dinâmica de famílias específicas. Os participantes foram subdivididos em grupos: quatro filhos (09 e 11 anos); quatro pais (de 37, 38, 39 e 41 anos) e quatro avós (de 59, 63 e 68 anos), de ambos os sexos, conforme mostra o quadro 2. Todos os participantes eram moradores da cidade de Recife, pertencentes à classe socioeconômica média. Vale salientar que os nomes são todos fictícios para resguardar a identificação dos participantes.

Quadro 2 – Quadro dos participantes das oficinas

<b>Sexo</b>	<b>Filhos</b>	<b>Pais</b>	<b>Avós</b>
<b>Feminino</b>	Ana (11 anos) Andréa (09 anos)	Rafaela Raquel	Maria Marta
<b>Masculino</b>	André (09 anos) Antônio (11 anos)	Rodrigo Raul	Mário Manuel

Vale salientar que os participantes foram convidados e aceitaram voluntariamente

participar da pesquisa, contatados a partir da rede de conhecimento da pesquisadora. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), devidamente aprovado pelo comitê de ética. No caso das crianças, o termo foi assinado pelos seus responsáveis.

### 6.1.3 Instrumento

Neste segundo estudo, lançamos mão de uma metodologia para trabalhar com grupo: as oficinas sociodramáticas sobre a temática de família. Realizamos três oficinas, uma com filhos, uma com pais e outra com avós, em diferentes momentos.

O trabalho em grupo promove uma troca de opiniões, realçando as tensões e negociações de cada participante, ao mesmo tempo em que expressa o olhar do coletivo. Jacob Levy Moreno (1975), o criador do Psicodrama, construiu a proposta da Socionomia, que estuda as leis que regem os grupos (SANTOS, S. E. B. *et al.*, 2006) e priorizou o trabalho de grupo por compreender o homem como um ser relacional. Para Moreno, o termo Sociodrama engloba as dimensões do social, do indivíduo e da ação; nesse contexto, um membro do grupo beneficia o outro (RIBEIRO; LIRA; SANTOS, S. E. B., 2005; SANTOS, S. E. B., 2005). Para a autora, “o grupo surge como lugar onde se encontram e não se confundem: social e individual; nós, tu e eu; nosso, seu e meu; junto e sozinho... público e privado.” (SANTOS, S. E. B., *op. cit.*, p. 97).

Essa proposta do sociodrama, usada como ferramenta metodológica nessa pesquisa, adéqua-se aos pressupostos da Teoria das Representações Sociais, na medida em que o grupo social se torna um lugar primordial para a construção das representações. Segundo a TRS, é no grupo que as informações circulam, são construídas e reconstruídas através da comunicação, atravessadas por diversos saberes e experiências pessoais e coletivas, em um movimento de preservação e transformações de valores, opiniões e posicionamentos diante do objeto que se pretende investigar. Assim, o modo de intervenção sociodramático visa trabalhar conflitos vinculares entre os membros de um grupo, problemas sociais e ideologias compartilhadas (RIBEIRO; LIRA; SANTOS, S. E. B., 2005; SANTOS, S. E. B. *et al.*, 2006), sendo este último o ponto de interesse para esse trabalho, ligado à temática de família, percebida em diferentes gerações/posições.

De forma prática, uma oficina sociodramática divide-se em três etapas: 1) *aquecimento* – que leva o grupo a se aproximar do tema, através de diferentes caminhos, como o verbal (levantamento de pontos para a discussão, associação de palavras ligadas ao tema, compartilhamento de experiência, etc.), o corporal (sensações e expressões corporais) ou o simbólico (através da apresentação de imagens, desenhos, músicas, etc.); 2) *ação dramática* –

traduzida pela ação do grupo, quando este protagoniza o tema. Nesse momento, o diretor pode favorecer diversos caminhos e introduzir objetos (bonecos, fantoches, material para desenhos, tecidos para construção de imagem, dramatizações, etc.), a fim de facilitar essa ação, convergindo sempre com o conteúdo que emerge do próprio grupo; 3) *fechamento* – etapa dos comentários/compartilhamentos de tudo o que foi experienciado.

Vale salientar que numa oficina sociodramática trabalha-se, no geral, em dupla, com um diretor, que faz a função da condução da oficina, e com o egoauxiliar, a quem Moreno (1975) atribuiu a função sensitiva do grupo; ele auxilia o diretor na condução das questões que achar pertinente sobre o tema em todo o processo.

#### 6.1.4 Procedimento

A oficina sociodramática foi composta pela seguinte equipe: a pesquisadora responsável por esse estudo, que esteve na função de diretora das oficinas; uma psicóloga<sup>3</sup> psicodramatista, que atuou como egoauxiliar; e outra pesquisadora<sup>4</sup> responsável pelo apoio logístico de filmagem e fotografia. As oficinas ocorreram em uma sala de atendimento a grupo alugada para este fim.

Após a chegada e apresentação de todos os participantes, a condução da oficina foi dada pela diretora com base nas seguintes etapas:

1. *Aquecimento verbal* – em que foram postas questões centrais sobre o tema da família: o que é família; como é ser filho, pai/mãe, avó/avô na família; se eles identificavam mudanças na família, no parâmetro temporal do ontem e do hoje; e quais as mudanças avaliadas como positivas ou negativas.

2. *Ação dramática* – constituída pela elaboração de dois desenhos: o primeiro representando a família de ontem e o segundo, a família de hoje. Nesse trabalho, o grupo todo foi protagonista, visto que a construção coletiva se deu através do compartilhamento de ideias e experiências comuns aos participantes de cada geração. Para facilitar a apreensão de todo o conteúdo discutido pelo grupo no momento da elaboração dos desenhos, o egoauxiliar anotou os aspectos mais relevantes sobre os temas em questão. Esse foi o mote para a identificação dos processos sociais na família. O material foi lido para o grupo, dando um retorno aos participantes do conteúdo discutido por eles, que, juntos, escolheram os aspectos mais relevantes para a construção dos desenhos.

3 Egoauxiliar: Ilcéia Alves Soares.

4 Pesquisadora de apoio logístico: Danyelle Almeida Andrade.

3. *Fechamento* – realizado com os comentários finais após o término dos desenhos, com uma breve avaliação da experiência de participação de cada um na oficina.

No registro das oficinas, mediante autorização dos participantes, foram utilizadas filmagem e gravação de áudio para posterior transcrição, além de fotografias que registraram os desenhos. Ressaltamos que as imagens dos participantes foram salvaguardadas de qualquer tipo de identificação, como consta no TCLE, sendo o seu conteúdo utilizado estritamente para fins de pesquisa acadêmica. Loizos (2002, p. 147) defende a utilização do vídeo como um útil registro de dados “sempre que algum conjunto de ações humanas é complexo e difícil de ser descrito compreensivamente por um único observador, enquanto ele se desenrola”, como é o caso da nossa proposta. A fotografia utilizada para o registro das produções dos desenhos justifica-se pelo fato de ser um registro permanente da imagem, como explica o autor:

[...] a imagem, com ou sem acompanhamento de som, oferece um registro restrito, mas poderoso das ações temporais e dos acontecimentos reais – concretos, materiais. Isto é verdade tanto sendo uma fotografia produzida quimicamente ou eletronicamente, uma fotografia única, ou imagens em movimento. (LOIZOS, *op. cit.*, p. 137).

#### 6.1.5 Análise

No processo de análise, Arruda (2002) chama a atenção para que, diante do depoente, o pesquisador não precisa abrir mão do seu trabalho de interpretação sobre o texto que o sujeito oferece, seja ele um texto oral, escrito, gestual ou icônico, dentre outros. O trabalho não se resume a recortar e agrupar falas encontrando nucleações comuns. Ao lado da voz do pesquisador está a sua cautela, respeito e a necessidade da familiaridade teórica e prática para lidar com os dados.

Diante dessa postura, o material de vídeo foi todo transcrito e organizado para que as categorias de análise fossem inferidas a partir dos sentidos identificados qualitativamente. Em todo tempo, os resultados foram articulados à Teoria das Representações Sociais, bem como aos aportes teóricos relacionados ao tema de família. Para tanto, tivemos como base o método de análise de conteúdo de Bardin (1977), como visto no capítulo do método em geral. Dessa maneira, buscamos identificar tanto os conteúdos como os processos de construção das representações sociais, ancoragem e objetivação, a partir dos discursos dos participantes de cada oficina. A análise das informações obtidas permitiu a construção de três categorias temáticas.

A primeira versou sobre as “novas e velhas concepções na família”. Nessa,

identificamos as diversas concepções de família compreendidas pelos participantes das três oficinas e os elementos que estão presentes no processo da construção das representações, como ideias, afetos, concepções sociais e históricas, que são perpassadas entre as gerações, demonstrando também as suas mudanças atuais.

A segunda categoria intitulada de “modelos e práticas dos papéis familiares: o ontem e o hoje” identificou a relação entre modelos de família que estão atrelados às práticas sociais, como se vive na família, a depender do seu posicionamento, seja de filhos, pais ou avós. Observamos, nesse ponto, os movimentos de conservação e transformação que orientam as práticas sociais; os elementos que ancoram as representações sociais; as objetivações e o processo de convivência de novas e velhas práticas, atreladas a novos e velhos modelos.

Por fim, uma terceira categoria diz respeito aos “processos de transmissões na família: resistências, mudanças e memória social”. Esse subtópico buscou analisar os elementos da memória social presentes nos processos de ancoragem e objetivação das representações sociais. Para tanto, foram analisados trechos das oficinas que expressavam histórias vividas pelos participantes que tanto remetiam as suas experiências do presente quanto às das gerações passadas. Nessas histórias compartilhadas, identificamos novos e velhos valores, ideias, sentimentos, afetos e os posicionamentos expressos pelos sujeitos sobre a família atual e a família de antigamente. Observamos também como se dá a transmissão desses valores e a construção das identidades sociais relacionadas à memória social, ligadas à formação das representações sociais.

## **6.2 Análise dos resultados**

### **6.2.1 Novas e velhas concepções na família**

As oficinas de filho, pais e avós apresentam, no seu decorrer, diferentes concepções atreladas à ideia de família nos dias atuais. Na própria caracterização das configurações familiares dos participantes, já identificamos uma heterogeneidade de modelos, com dois participantes filhos de pais casados, um de casal recasado e um de pais divorciados. No caso do grupo dos pais, três participantes eram casados e uma era mãe solteira, que vive só com o filho. Nos avós, havia apenas uma divorciada (25%) e os demais, casados. Esse panorama dos participantes reproduz dados atuais do país segundo a Síntese de Indicadores Sociais de 2014, a qual produz uma análise da condição de vida da população brasileira (IBGE, 2014).

Os impactos do processo de modernização das estruturas econômicas e sociais do país,

nas últimas décadas, podem ser analisados através das transformações das características das famílias, diante da sua importância na dinâmica de reprodução tanto das condições materiais quanto subjetivas de vida da população. O surgimento de novas formas de organização das famílias coexiste com as formações familiares de tipo “tradicional”, composta por casal e filhos. Nesse quadro de mudanças na dinâmica familiar, há a influência de aspectos como: “a queda da fecundidade, o envelhecimento populacional, o aumento dos divórcios e o adiamento dos casamentos e da maternidade” (IBGE, *op. cit.*, p. 67). Observamos também o crescimento no número de pessoas que moram sozinhas e casais que preferem não ter filhos, além da maior participação das mulheres no mercado de trabalho.

Em termos percentuais, com dados extraídos da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio – PNAD 2013 (IBGE, *op. cit.*), a consanguinidade ainda é o eixo principal de composição familiar, representando 86,2% dos arranjos compostos por pessoas do parentesco, comparado com os dados de 2004. A característica dessa forma de arranjo familiar sofreu uma redução de 13,7% na proporção dos casais com filhos, que passou de 50,9% para 43,9% em 2013. E os casais sem filhos tiveram um crescimento de 33%, chegando em 2013 a 19,4% do total de arranjos; no caso dos arranjos unipessoais, houve um crescimento de 35%. Esse último crescimento é explicado pelas transformações no padrão demográfico nacional, com destaque para o envelhecimento da população, relacionado à queda das taxas de fecundidade e o aumento da esperança de vida, especialmente constituído pelos mais velhos. Em 2013, 61,7% desses arranjos eram compostos por pessoas com 50 anos ou mais, o que em 2004 era de 57,4%.

Após situarmos esse panorama do país sobre as composições familiares, veremos como os participantes dessas oficinas de filhos, pais e avós compreendem a família a partir das suas experiências, das suas concepções compartilhadas socialmente e do seu posicionamento dentro dela.

No que se refere às concepções de família apresentadas pelas crianças, na posição de filhos, a família está relacionada aos ideais de afetos positivos, ao cuidado dispensado a eles e ao exercício de algumas funções que suprem as necessidades básicas de convivência, apoio e amor: “*Felicidade, harmonia...*” (ANDRÉ); “*São pessoas que acolhem, e que cuidam de você quando você precisa.*” (ANDRÉA). Esses dados corroboram os achados de Ribeiro (2011) sobre as crianças que representam família com base nesses mesmos ideais positivos que valorizam a família por esta ser lugar de amor, união, paz, harmonia, companhia e carinho. Além disso, há uma ideia de família ancorada em crenças religiosas, colocando-a em uma dimensão do sagrado. Essa noção é uma herança historicamente construída desde a colonização em que a Igreja sempre exerceu o forte papel de atrelar valores religiosos a valores da família,

com expectativas sobre o modo de exercer as funções a depender da posição de cada um (AZZI, 1987; VILHENA, 1992). A participante descreve a família e as funções que ela deve exercer relacionadas a Deus. Destaca sentimentos de amor, acolhimento, proximidade como resultante de uma dádiva divina:

*E eu também vejo que isso é coisa de Deus, porque família tem a ver com Ele, e é uma coisa que eu agradeço a Deus todos os dias da minha vida. Todos os dias, porque pra você ter uma família que te acolhe, uma família que te ama, uma família que tá perto de você mesmo quando todo mundo não tá perto de você. Mesmo quando você se sente sozinho aquela família tá lá. (ANA).*

Outro participante complementa: “Foi o que eu tentei falar, mas não consegui falar”. (ANDRÉ).

Em meio às trocas e negociações grupais, novos elementos puderam ser identificados sobre a concepção de família defendida pelas crianças na condição de filho. Um participante ressalta que a família nem sempre é o lugar em que você nasceu, mas, sim, onde se cresce, lugar que proporciona conforto, que dá comida, amor e onde há identificação. No entanto, a família, às vezes, promove sofrimento, quando há brigas e repreensões, no sentido de ensinar a fazer o que é certo. Desse modo, mesmo quando destacam aspectos negativos, como os conflitos, mantém-se a idealização em torno da família. Esse exemplo expressa bem o lugar de filho que, na família, recebe os cuidados básicos, a provisão e que deve também ser ensinado a fazer o que é certo e, para isso, sofre, às vezes, a repreensão. Como afirmam as autoras, a família é uma “matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva” (DESSEN; POLONIA, 2005, p. 22). Nas palavras do participante:

*Eu acho que família não é onde você nasceu, mas, sim, um lugar que você tenha conforto onde ficar. Onde você cresceu, o lugar onde você ama, o lugar que você mais se identifica. [...] que possa te dar comida, mesmo que você possa sofrer, aquela mesma pode ser, mesmo sem você imaginar, pode ser a sua família. [...] Mas não é nem sofrer, né?! Porque, assim, a sua família, às vezes, briga com você, e te repreende, mas não é pra você sofrer, é pra tentar[ensinar] você [a] fazer o certo. (ANDRÉ).*

A família também pode ser compreendida pelos laços de afeto, exemplificados pelo contexto de adoção. Aqui, a participante defende que mãe não é aquela que apenas carrega os nove meses, na barriga, e sim, aquela que cuida. A atuação da família em suas funções de cuidado, presença e proteção é muito mais marcante e definidora para as crianças do que o

vínculo consanguíneo. Nossos dados podem ser corroborados com a pesquisa desenvolvida por Duque (2011) com grupos de criança adotadas e não adotadas, com idades entre 06 e 10 anos. De acordo com a autora, as crianças, sejam elas adotivas ou não, falam abertamente sobre o tema, compreendendo a adoção como um ato de amor, como algo bom que remete à condição de ser escolhido por alguém. Assinalam também que as famílias adotivas (pais adotivos) são aquelas que conferem segurança e acolhimento. Em seus achados, os participantes admitem que na adoção “a criança é filha, mesmo que não tenha saído da barriga da mãe” (DUQUE, *op. cit.*, p. 98). Destacam também o amor que está presente tanto na relação dos pais para com o filho, como do filho para com os pais, o que demonstra que a adoção para as crianças é concebida em torno de uma afetividade positiva e recíproca. Assim, os relatos das crianças do grupo de filhos corroboram esses achados quando enfatizam que a família é reconhecida pelo cuidado, e não, pela consanguinidade:

*E eu acho que família não é, assim, por exemplo, sua mãe. Sua mãe não tem que ser aquela pessoa que te deixou nove meses na barriga e que... Sua mãe pode ser alguém que te pegou da rua, te deu um lar, te deu comida, te tirou da lama que você tava. E a única diferença de uma mãe materna, de sangue, e uma mãe que não é de sangue é que a mãe de sangue te deixou nove meses na barriga. [...] Aí, alguém chega pra você pra dizer que seus pais adotivos não são seus pais. Só, quem foi que te criou? Quem foi que te deu ajuda? Quem foi que te disse que ia ficar tudo bem? Te deu os melhores conselhos da sua vida? Te ensinou, te ajudou no dever de casa quando tu era pequena? Te fez crescer, te ensinou alguma coisa pra você crescer mais? Quem foi que fez isso? Teus pais, independente de serem só de sangue ou se são pais adotivos. (ANA).*

Outra possibilidade de família considerada pelas crianças é aquela construída por amigos, a qual é assegurada pela confiança estabelecida de forma diferente dos pais, pois os amigos ajudam e escutam coisas que os pais não podem ouvir. Nesse sentido, vemos mais uma vez a possibilidade da formação da família além dos vínculos biológicos. Nos dados de Ribeiro (2011), as crianças da escola privada também apresentam os amigos como família, admitem os amigos-irmãos, mas ainda demonstram dúvidas quando comparam a relação consanguínea. Aqui, o trecho coloca a questão de forma mais ampla:

*Pra mim, família não é só meu pai, minha mãe, meus irmãos, porque eu tenho amigos que, assim, de verdade me ajudaram com coisas que eu realmente não podia falar com minha mãe, meu pai, às vezes, e os meus amigos me ajudaram. (ANA).*

Enfim, podemos dizer que para as crianças no lugar de filhos a família é identificada

por promover: a criação, ajuda, bem-estar, apoio, cuidado, conselhos e ensinamentos, que, às vezes, pode apresentar-se na forma da repreensão quando os pais brigam, mas é no intuito de mostrarem o que é certo. Sendo assim, quando há o cumprimento dessas funções muito relacionadas ao que se espera como filho, considera-se que é uma família. Destacam também os ideais de afeto acima da filiação biológica, representados pelas relações de adoção e com os amigos, em função da confiança construída.

Em relação aos participantes pais, esses diferenciam a “*família de origem*”, de sentido “*macro*”, composta pelos parentes, da “*família verdadeira*”, do “*núcleo*”, composta pelo casal e filhos. Assim, estabelecem uma hierarquia, na qual a família dos seus pais e irmãos passa a ser secundária se comparada à nova formação nuclear composta por eles. Essa diferenciação encontra base na compreensão da família conjugal moderna que, segundo Mello (2005), é marcada pela afirmação da individualidade dos sujeitos na escolha de seus cônjuges diante do ideal romântico e que promove uma “maior independência dos novos casais em relação a suas famílias de origem” (MELLO, *op. cit.*, p. 26). O autor afirma ainda que o casamento passou a significar a formação de uma aliança entre dois indivíduos que dizem se amar, não sendo mais uma aliança de dois grupos sociais ou de uma linhagem. Como explicam os participantes: “*Penso em dois momentos. Família no sentido macro que envolve mãe, pai, irmão e os parentes, entrando, aí, nesse sentido macro. E depois de casada, o meu núcleo de família, meu esposo, eu e minha filha.*” (RAQUEL). E ainda:

*Eu tenho duas famílias, eu acho. Uma é a minha família de origem, pai, mãe, irmãos. Família de origem, né?! E tem a verdadeira família, que foi a família que eu formei, a minha família. Esposa e 2 filhos. Então, pra mim, o conceito de família tem essa duplicidade, essa possibilidade, a de origem e a que você forma. (RAUL).*

Na heterogeneidade da própria composição do grupo participante, o modelo de família mononuclear, composta pela mãe e filho, surge como mais uma possibilidade de configuração. A participante relata também uma diferenciação, como os demais participantes, entre a sua família atual, formada por ela e o filho, e a sua família de base, composta por seus pais e irmãos e, depois, estendida a cunhados, sobrinhos, como também tios, tias e primas:

*Eu considero a minha família, lógico, o núcleo de casa, meu pai, minha mãe, meus irmãos, meus cunhados, minhas sobrinhas, meu sobrinho... E primas, muitas primas, tias, tios. [...] Então, eu considero, além da família do núcleo de casa, que foi a que eu cresci com os meus irmãos, agora, eu tenho a minha família, só eu e meu filho. (RAFAELA).*

Diante dessa constatação, afirmam que hoje há várias possibilidades de arranjos, a partir do crescente número de separações, divórcios e recasamentos. Nesses processos, as famílias se multiplicam, juntam os filhos de um e de outro casamento, além dos que são gerados na nova união: “*É que nem a história do... Como é? Os meus, os seus e os nossos. [...] uma com a nova união e os novos filhos.*” (RAFAELA).

A situação de separação, divórcio e recasamentos no país pode ser considerada como algo mais frequente das últimas décadas para cá. Mesmo que tenha existido anteriormente às regulamentações legais, não era reconhecida e aceita socialmente, vivida de forma velada; era assunto evitado nos meios familiares e sociais (CANO *et al.*, 2008). Esse contexto é entendido em paralelo aos processos de mudanças legais vividos no país, o Código Civil de 1916, por exemplo, possibilitava apenas o desquite, que, posteriormente, veio a ser a separação judicial. Foi apenas em 1977, através da Emenda Constitucional de nº 9, que o divórcio passou a ser instituído, somente na condição dos casais separados judicialmente por mais de três anos e pelos que estavam separados de fato por cinco anos. Com a Constituição de 1988, os prazos foram abreviados e o divórcio podia ser solicitado com a comprovação da separação judicial por mais de um ano e a separação de fato por mais de dois anos. Em 2007, com a Lei 11.441, estabeleceu-se a separação e o divórcio consensuais extrajudicial, através de escritura pública e perante o tabelião de notas, sem a interferência do Poder Judiciário. Por fim, em 2010, a Ementa Constitucional nº 66 permitiu o pedido de divórcio de forma direta, sem a necessidade da contagem de tempo. Essa facilitação no Direito de Família suprimiu custos econômicos e emocionais dos envolvidos, deixando a decisão sobre a vida matrimonial na mão dos cônjuges, garantindo-lhes mais liberdade e intimidade em suas decisões (IBGE, 2013).

Perante esse cenário de mudanças legais, ainda com base nos dados de estatística civil (IBGE, 2013), vemos um quantitativo de 324.921 divórcios em 2013, concedidos em 1ª instância e sem recursos ou por escrituras extrajudiciais. Esse dado representa uma redução de 4,9% em relação a 2012, o que significa dizer um quantitativo de 16.979 divórcios a menos. Em notícias divulgadas em seu site, o IBGE, em novembro de 2015, apresentou as seguintes informações: entre 1984 e 2014, o número de divórcios cresceu de 30,8 mil para 341,1 mil, sendo que a taxa geral de divórcios passou de 0,44‰ (0,44 por mil habitantes de 20 anos ou mais de idade), em 1984, para 2,41‰, em 2014. Destacamos que, nas épocas de alterações da legislação, há sempre uma elevação das taxas gerais no país: um aumento significativo em 1989, ano posterior à aprovação da redução dos prazos para o divórcio; bem como em 2011, após a liberação do divórcio sem prazos concedidos em 2010, com um boom de 2,60% em relação a 1,83% de 2010, devido aos processos acumulados (IBGE, 2013). As autoras Cano, Gabarra,

Moré e Crepaldi (2008), a partir do seu levantamento bibliográfico, compreendem que a separação e o divórcio apresentam-se como um processo dentro do ciclo vital da família, os quais trazem desafios a sua estrutura e dinâmicas relacionais.

De todo modo, ainda que se registrem números elevados de rompimentos através das separações e divórcios nas últimas décadas, isso não significa que o casamento não seja uma instituição valorizada (FÉRES-CARNEIRO, 2003). Para a autora, o divórcio ocorre quando o casamento não corresponde às expectativas do casal e esse sai em busca de novas relações e, muitas vezes, de outros casamentos. Sobre os casamentos, tivemos um registro, em 2014, de 1.106.440, o que representou um aumento de 5,1% em relação a 2013, o que em números absolutos representa 53.993 casamentos a mais (IBGE, 2015). Tal tendência de evolução nessas taxas é decorrente das diversas mudanças ocorridas nas composições dos arranjos conjugais e familiares, como as facilidades legais e administrativas para a obtenção do divórcio, o que favorece as novas uniões legais e a busca pela formalização das uniões consensuais em casamentos civis, incentivadas também por programas de casamentos coletivos (IBGE, 2013). Vale salientar que a união estável, reconhecida a partir da Constituição Federal de 1988, não é contabilizada pelo IBGE, pois se diferencia do casamento civil por ser uma união na qual os laços acontecem sem formalidade, através da convivência do casal; já o casamento civil é um contrato jurídico-formal entre as duas partes.

Nesse contexto objetivo, os participantes do grupo dos pais também apresentam as famílias homoafetivas como outra maneira de configuração familiar. Destacam a possibilidade de adoção de filhos e o fato de que, às vezes, um dos parceiros vem de uma separação anterior heterossexual. Esse contexto surgiu no desenho da família de hoje, representando as múltiplas formas de arranjos familiares. Eles as descrevem da seguinte forma: *“Duas mulheres com um filho. [...] Então, esse pai com esse outro companheiro que tem filhas adotadas; com essa família que se acabou e o pai arrumou outra; e a mulher continua só com os filhos.”* (RAQUEL). Fazem mais quatro casas representando as várias formas de organização das famílias: *“Aqui são pai e mãe em casas distintas; aqui é a originária desse pai já com outra mulher e um filho; e aqui outra casa com um pai, a mãe, o mesmo filho, mas já tendo o segundo... Outros filhos...”* (RAQUEL). Nos dias de hoje, as famílias estão se *“adaptando”* (RAFAELA) e *“multiplicando”* (RAUL). Abaixo, um recorte do desenho da família de hoje que representa essa condição da multiplicação:



Desenho 1 – Recorte do desenho da família de hoje do grupo dos pais, mostrando as diversas casas

Ressaltamos que, em relação aos casamentos homoafetivos no nosso país, há avanços legais no sentido de promover a sua legalização. O IBGE (2013) afirma que o reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo no Brasil como entidade familiar, análoga à união estável, foi permitido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 5 de maio de 2011. Em 14 de maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça aprovou a resolução nº 175, que resolve que os Cartórios de Título e Documentos no país deveriam habilitar ou converter união estável em casamento civil ou celebrar o casamento civil, unificando as variações de interpretações legais, não permitindo mais recursos. As Estatísticas do Registro Civil, em 2014, totalizaram 1,1 milhão de casamentos entre casais heterossexuais e 4.854 entre casais homoafetivos, o que significa dizer 0,4% do total de casamentos; desses, 50,3% é entre cônjuges femininos e 49,7% entre cônjuges masculinos (IBGE, 2015). Vale salientar que o registro desses casamentos se deu a partir de 14 de maio de 2013, ano em que se registrou 3.701 casamentos homoafetivos. O IBGE (2013) afirma que, desde o Censo Demográfico de 2010, o Brasil já possuía 60 mil casais homoafetivos autodeclarados, informação obtida a partir da lista de moradores do domicílio quando o cônjuge responsável pelo domicílio era declarado do mesmo sexo.

Ainda falando sobre as possibilidades de família, os pais destacam o aspecto consanguíneo e as relações de parentesco na compreensão do que é família, diferentemente das crianças. Esse contexto é corroborado pelos dados do IBGE (2014), já citados, que demonstram que um total de 86,2% da composição familiar é composto pela consanguinidade e por pessoas do parentesco, ainda que nos últimos dez anos essa taxa tenha tido uma redução. Essa valorização não implica dizer que os pais também não admitam a família constituída apenas por laços de afeto, como a socioafetiva, já reconhecida legalmente, a qual considera que pai é

aquele que cria. Com relação à ideia de os amigos formarem uma família, eles se dividem: para uns, os amigos, ainda que muito próximos, escolhidos e amados, por não terem a “ligação do sangue” e o DNA, não são família; para outros, os amigos compõem a família por escolha, pelo vínculo do afeto e afinidade. Nesse ponto, se aproximam da concepção das crianças que consideram os amigos como família pela relação de confiança estabelecida. Assim, para a maioria dos pais participantes, a definição de família recai sobre o vínculo consanguíneo, ainda que tenham os amigos amados e escolhidos e os pais socioafetivos reconhecidos pela criação. Na fala do participante:

*Minha esposa, meu filho... Tá, mas e meu pai, minha mãe, minha irmã, meu irmão? Eu fiz uma lista enorme assim... [...] Acho que tem a questão consanguínea, sem dúvida, que compõe... Que faz parte desse conceito de família, e tem o critério da afetividade. [...] Acho que tem acontecido até no direito de família hoje em dia [...] o conceito, por exemplo, de paternidade socioafetiva, né?! [...] pra considerar que pai não é aquele do biológico, mas aquele que tem um vínculo afetivo com a criança. [...] Agora, a questão consanguínea, pra mim, tem um peso muito forte. (RODRIGO).*

Existem também os amigos “muito chegados”, até mais do que parentes, mas são apenas amigos, não têm o sangue, nem o DNA:

*Eu tenho grandes amigos que são quase parentes, mas eles são amigos. Eu separo as coisas. Mesmo os íntimos, que são quase irmãos, a gente pode ter essa afinidade. [...] Mas eu acho assim, um grande amigo ainda é um amigo. Quase irmão, mas nunca será. Sangue é DNA, e criação também né?! (RAUL).*

Esta participante diferencia a família do parentesco/do sangue da família escolhida, formada pelos amigos:

*Mas, quando Raul fala, os amigos mais próximos, mais chegados se tornam quase parentes, muito mais até amados do que os próprios parentes, alguns primos, mas, aí, por uma questão biológica, né, de sangue, não são família. São famílias escolhidas, mas não são famílias de parentescos ligados no sangue. (RAQUEL).*

A família escolhida é para esta outra participante uma família vinculada pela afinidade, são as amigas-irmãs que estão muito presentes na sua vida; ela acredita que, em função de não ser casada, o convívio com elas é mais intenso:

*E eu acho que a gente tem essa família que a gente escolhe; a família dos*

*amigos que, desde a escola, que eu cresci. E hoje eu tenho amigas-irmãs. [...] E eu acho isso maravilhoso; é família que a gente pode escolher pelo laço de afinidade, de sei lá, de empatia, de tudo... Porque, assim, eu não pude escolher meu pai, minha mãe e meus irmãos. Você cria esse laço de afinidade e, acho que pelo fato de eu ser solteira, isso me deixa muito próxima dessas minhas amigas né?! (RAFAELA).*

Vemos, nessas compreensões, uma divisão sobre os que consideram os vínculos de escolha, de amizade, como família ou não. Tal pensamento parece-nos associado ao sentido presente na construção histórica da família moderna, a qual estava destinada à socialização amorosa das crianças, voltada para a intimidade e privacidade do casal, com os seus filhos, em detrimento dos vínculos de amizade e vizinhança (MELLO, 2005).

No que se refere à compreensão dos avós, uma visão próxima a dos pais realça a concepção de família pela vinculação consanguínea, diferenciando a família de origem, dos próprios pais, da formada por eles, iniciada no casamento, junto ao ideal de união e sentimento. Para os avós, família parte de um tronco, com a ideia de continuidade entre as gerações; visão consonante com o posicionamento que esses avós ocupam na família. No aspecto da continuidade geracional, Barros (1987), no seu trabalho com avós, identificou que o nosso universo de valores sociais está calcado na importância do indivíduo na família, em que o sujeito deve cumprir o seu papel na continuidade biológica e simbólica, considerado fundamental para a sua ideia de maioridade e responsabilidade. Assim, os avós reforçam a concepção ideal da união e do sentimento na família, além do vínculo consanguíneo estendido ao parentesco que continua com o passar das gerações, como podemos observar a seguir: “Família, né, tradicionalmente, é aquele tronco, aquele vínculo consanguíneo, né?! Pai, mãe, avós. [...] E, a partir do casamento, a gente forma outra família: esposa, filhos, netos, genros...” (MANUEL); “A união mesmo é junção; junção tem que ser mesmo consanguínea, tem que continuar existindo. [...] Família, pra mim, é uma junção do grupo, do sentimento, de tudo.” (MARIA).

A idealização da família também aponta para a sua relação com o sagrado, como mencionado pelas crianças. A frase célebre de que a “família é uma coisa sagrada” (MÁRIO) tem como base sua herança de valor religioso atrelado à Igreja desde a época do Brasil Colônia. Nesse período, a Igreja ocupava um lugar central na ordenação das relações familiares e do valor da família na sociedade, tida como a “família-sagrada” e a “célula-mater” da sociedade (AZZI, 1987; VILHENA, 1992).

Para os avós, a adoção surge também como forma de se constituir família. Esse significado apareceu quando dois dos integrantes relataram a sua experiência no contexto da

adoção. Eles trazem para o grupo sua condição de pais por adoção e rompem com a ideia de que as relações familiares devem centrar-se apenas nos laços consanguíneos. Exaltam a relação afetiva como uma condição que precisa existir mesmo entre os pais e filhos biológicos. Um participante declarou que adotou uma menina após ter tido três filhos homens e que deu certo porque pôde amar cada um de forma diferente: *“Eu acho que deu certo, eu tenho certeza que deu certo, eu acho que o certo foi poder amar cada um diferente.”* (MÁRIO). E o outro avô afirmou que não costuma falar muito nisso, acha que, às vezes, quer esconder, mas diante da experiência compartilhada se identificou com o contexto e contou que o seu filho homem também foi adotado: *“Eu não costumo falar isso, não que eu queira esconder! Talvez, eu queira esconder um pouco, eu também tenho um filho adotado. E semelhante à situação dele, eu tinha três filhas e queria um menino, não vinha...”* (MANUEL).

Os avós, como pais adotivos, descrevem que adoção é afeto, inserida no cumprimento das funções parentais esperadas na família. Segundo Dessen e Polonia (2005), a família além de ser a primeira mediadora entre o homem e a cultura, constitui a unidade dinâmica social, cognitiva e de afeto. Explicitam que os pais precisam adotar seus filhos, sejam eles vindos da própria gestação biológica ou de outrem, pois a adoção passa pela via psicológica, das relações afetivas, do cuidado e do amor para com o outro. Nas palavras do avô: *“É assim, questão de amar, não tem diferença. É como eu ouvi alguém, até um psicólogo, dizer: os pais têm que adotar os filhos, mesmo que sejam biológicos. [...] Pai e mãe é aquele que adota seu filho, que leva a criança pra criar, né?!”* (MANUEL).

Há também, para os avós, a família constituída pelos vínculos de amizade formados nas relações de convivência, que fornece apoio, ocasionado em situações de mudança de cidade, por exemplo, quando aqueles exercem a função da família que está longe. Nessas condições, as pessoas que acolhem passam a ser uma família e há, mais uma vez, a quebra da ideia da consanguinidade: *“Às vezes, têm pessoas que a família, pra ele, não é a consanguínea, é as pessoas com quem ela convive. Não tem mais relação íntima com a família consanguínea, então, a família passa a ser aqueles amigos.”* (MANUEL). Nesse mesmo sentimento, os avós também consideram a família originada do convívio profissional, a qual é percebida após longos anos de convivência no trabalho, chamada de *“família organizacional”*: *“Dentro da empresa a gente tem uma família também e depois que eu me aposentei eu percebi isso... [...] realmente, que aquela relação que a gente tem com os colegas de trabalho, de sair, de tudo, do happy hour, dentre outras coisas.”* (MANUEL).

Outro exemplo de família é a da igreja, originado pela identificação e o compartilhamento de uma mesma crença. A convivência intensa com as pessoas que

compartilham algo em comum é classificada como uma família. O participante frisa que mesmo depois de casado continuou fazendo parte desse grupo:

*Então, minha construção também foi dentro do evangelho [...] e o relacionamento era sempre com pessoas evangélicas e, na igreja, a relação que eu tinha era com a família. A família da mesma igreja ficava sempre naquele grupinho, [...] e cresci nesse ambiente, como também depois de casado comecei [...] nessa mesma relação. (MÁRIO).*

Barros (1987) identificou que a ideia de família atrelada ao amor, união e irmandade promove a inclusão dos amigos, considerados como parentes simbólicos. Essa escolha fala mais de uma relação de reciprocidade do que da obrigatoriedade dos laços de parentesco, relação que estabelece uma rede de troca de favores e auxílios mútuos.

Fora do ideal apresentado até aqui, com base na sua experiência de vida, uma avó afirmou que a relação dentro da sua família, quando filha, se baseava em muitas brigas e, por isso, considera que família é “*uma fábrica de neuróticos*”. Desse modo, revela uma visão de família como lugar de adoecimento emocional, indo de encontro a todo o ideal hegemônico compartilhado, que coloca a família apenas como um ambiente de amor, harmonia, carinho e proteção. Nas suas palavras, relata um pouco dessa experiência:

*Eu tive o exemplo não muito bom da minha família de solteira. Eeeé, a minha mãe era uma pessoa super dominadora e muito assim, ela abarcava tudo, ela fazia tudo, não deixava ninguém fazer nada, ainda reclamava e ninguém fazia nada. [...] Então, por isso, que eu achava que era uma fábrica de neurótico, porque era uma briga, a gente brigava, aquela coisa toda. (MARTA).*

Em outro momento, a participante também compartilha a ideia de família como algo harmônico e importante. Afirma que, quando construiu a sua família nuclear, modificou sua percepção e diz que a família: “*É uma coisa muito importante. Que a família, hoje, pra mim, família ainda é essa família consanguínea.*” (MARTA). Essa outra concepção mais positiva e de laços consanguíneos a aproxima da visão compartilhada pelos demais participantes do grupo, afirmando um campo comum de representações que torna possível a comunicação e a interação entre todos. Como Moscovici (2011/2000) pontuou, construímos representações sociais para nos comunicarmos com o outro e, por essa razão, buscamos sentidos compartilhados, necessários, quando as pessoas querem associar-se, agir de maneira comum e decidir.

Na mesma perspectiva de que família nem sempre é um ideal de harmonia, dando a sua dimensão de contradição, frases de um avô atestam as características de diversidades e adversidades em relação às diferenças pessoais e aos inesperados acontecimentos e dificuldades

do dia a dia que existem na família. Por tudo isso, ele compreende que família “*é difícil, é fácil*”, porque tem “*todo tipo de gente*” e porque é o lugar onde “*todo tipo de coisa acontece*” (MÁRIO).

Essas aparentes contradições, apontadas pelo grupo dos avós, compõem o processo de construção das representações sociais de família que não são formadas apenas pelos consensos, os quais visam a integridade normativa do grupo, posto que “toda representação social é constituída como um processo em que se pode localizar uma origem, mas uma origem que é sempre inacabada, a tal ponto que outros fatos e discursos virão nutri-la ou corrompê-la” (MOSCOVICI, 2011/2000, p. 218). Dessa forma, os sentidos compartilhados exploram pontos de vistas e possibilidades diversas, as congrega e as dirige para um entendimento que seja reconhecido por todos; assim, o que o institui não é o acordo em si, mas a participação daqueles que o concluíram (MOSCOVICI; DOISE, 1991).

#### 6.2.2 Modelos e práticas dos papéis familiares: o ontem e o hoje

Analisamos, aqui, os modelos e práticas exercidos em diferentes posições familiares, a partir dos lugares de filhos, pais e avós. Observamos os processos existentes nas transições desses modelos, a partir das experiências de cada grupo em meio às referências vigentes, que atravessam gerações, identificando como se dá os processos dessas transmissões e as possíveis tensões entre os elementos de conservação e transformações do modo de ser e agir nas famílias.

Quando pensamos nas práticas sociais, segundo a Teoria das Representações Sociais, identificamos sua relação com as funções das representações. Essas funções se dividem em: *função de saber*, a qual permite aos sujeitos adquirirem novos conhecimentos para que possam compreender e explicar a realidade social; *função identitária*, que diferencia um grupo do outro, permitindo ao sujeito a elaboração de uma identidade social e pessoal; *função justificadora*, em que as representações fornecem referências justificadoras do comportamento, ao mesmo tempo em que justificam, preservam e mantêm a distância social entre os grupos; e a *função de orientação*, quando as representações servem de guias de conduta e orientam as práticas sociais (ABRIC, 2001/1994; ALMEIDA, 2001; SANTOS, M. F. S., 2005). As práticas compartilhadas também estão relacionadas com a manutenção da identidade social do grupo, como afirmam os autores:

[...] se a representação fala de um objeto que é de certa forma partilhado socialmente por um grupo, partilha que acaba concedendo sentido e

compreensão à vida coletiva e individual, tal concessão relaciona-se também às práticas compartilhadas, o que de certa maneira, acaba por contribuir para a manutenção da identidade social desse mesmo grupo (TRINDADE; NASCIMENTO; GIANORDOLI-NASCIMENTO, 2006, p. 190).

Félix (2014) investigou as práticas de cuidado à saúde mental na infância e identificou que, como prática social, os cuidados dos familiares dirigidos às crianças são construídos diante das experiências cotidianas, bem como do acesso às informações, bens e serviços, a depender das suas inserções sociais. Em meio a essas práticas, encontram-se crenças, normas, valores e concepções diversas, que dão sentido a elas. “Desse modo, os sujeitos organizam e constroem teorias que orientam as práticas consideradas favoráveis e desfavoráveis à saúde mental infantil, de modo que, aquelas são justificadas, reafirmadas ou transformadas diante dessas.” (FÉLIX, *op. cit.*, p. 121).

Ainda sobre a relação das representações sociais e práticas sociais, uma articulação cara à teoria, concordamos com Almeida, Santos e Trindade (2000, p. 263) quando afirmam que, “ligadas à ideia de um pensamento social, práticas e representações se unem, sendo estas últimas organizações significantes da realidade, construídas através da cultura que, com seus sistemas interpretativos, dá significado à ação”. Essa relação entre os aspectos culturais e os sistemas interpretativos que dão sentido à ação surge ao longo das discussões sobre família. A relação entre práticas e representações sociais nos permite observar, em cada grupo, a manutenção dos papéis dentro da família, que ajudam a preservar a identidade individual e social. As transformações também nos revelam a dinâmica de construção e reconstrução desses modelos e práticas ao longo das gerações, que referenciam o ser filho/filha, o ser pai/mãe e o ser avô/avó em uma relação de complementaridade, localizada no ontem e no hoje, na qual são identificadas semelhanças e diferenças em cada época.

Quando observamos os participantes do grupo de filhos, vemos que esses destacam deveres e obrigações em uma relação complementar às funções dos pais. O primeiro aspecto indicado pelos filhos é que esse lugar se confunde com a infância, representada por um modo de viver a liberdade e ser da forma como se deseja: “É... Criança, aproveitar a infância, ser quem você é... [...] do jeito que você é. E não, ser do jeito que as pessoas podem querer que você seja.” (ANDRÉ). A vivência da felicidade também é realçada e ser filho configura-se como um momento muito bom: “Uma coisa muito boa que é pra mim [...] É uma das partes mais felizes da sua vida.” (ANDRÉ). Tal visão culmina com uma perspectiva atual das relações individualistas que identificam modos específicos de lidar com o cuidado das crianças dentro das famílias hoje. Nas pertenças economicamente mais favorecidas, os filhos passam a ser o

foco de investimento tanto econômico quanto social e afetivo, como modo de “garantir” a continuidade geracional (PASSOS, 2007; RIBEIRO, 2011).

Contrariando a liberdade descrita acima, de ser e fazer o que se deseja, o posicionamento do filho, mais do que tudo, implica na prática da obediência aos pais, expressão das relações hierárquicas existentes na família. Dessa forma, os adultos (geralmente, os pais) complementam a relação exercendo o papel de responsáveis pelos filhos, imbuídos de autoridade que lhes permite pedir, mandar e orientar. Ao mesmo tempo em que a obediência vai de encontro às vontades pessoais, cumprir a vontade dos pais é o melhor a ser feito, já que eles só querem o bem dos filhos e, por isso, são confiáveis. Estabelecida essa lógica, os pais nunca vão fazer o mal para eles, pois os amam e os filhos também os amam, ou “provavelmente”. As relações familiares não abalam a idealização dos afetos positivos que permanecem imanando o discurso dos participantes sobre a família e, assim, tudo permanece no patamar do ideal. Nas palavras da participante, essas questões ficam explícitas:

*Porque, às vezes, eu não quero fazer o que os meus pais querem que eu faça. Por exemplo: a minha mãe, às vezes, quer que eu use uma coisa, que eu fale uma coisa, que eu não quero fazer. Mas, assim, eu sei que isso é o melhor pra mim porque é o que ela tá pedindo. E ela só quer fazer o melhor pra mim. Porque eu tenho certeza que ela só vai fazer o melhor pra mim. Ser filho é confiar, porque... Porque os seus pais estão acima de você, eles são a autoridade da sua casa. E você tem que saber o seu lugar de filho, não que seja ruim, mas você tem que aprender que o seu lugar também é obedecer. Porque essas pessoas que você tá obedecendo não vão fazer mal pra você, são pessoas que te amam. E que você também ama, assim, provavelmente... (ANA).*

Essa dimensão da obediência e da hierarquia do papel de filho/filha ancora-se nas premissas antigas sócio-históricas dos padrões de comportamento vividos dentro das famílias, o qual foi amplamente difundido pela Igreja Católica aliada ao movimento positivista no país. O projeto nação visava à ordem e ao progresso, contando com a família para a formação dos seus cidadãos bem-educados para a produção. Azzi (1987) apresenta que, entre 1870 e 1950, o Brasil passou por significativas mudanças nos aspectos político, cultural, social e econômico, e que a força da influência do pensamento Católico adveio sobre as famílias e seus valores. A família deveria ser composta por marido-esposa-filho; o homem-marido-pai era visto como o responsável pelo sustento da casa, preservador da ordem; e a mulher-esposa-mãe, submissa ao marido e fiel, deveria ser dedicada aos cuidados do lar, da procriação e da educação dos filhos; por fim, os filhos seriam dependentes e obedientes aos pais.

Outro aspecto identificado relaciona-se à aprendizagem dos filhos com relação aos pais.

O destaque agora é dado ao papel dos pais na transmissão dos valores e ensinamentos para a vida, processo que também gera identificações, construindo o modo de ser de cada um. Nesse aprendizado, o pai e a mãe são diferenciados pelo tipo de ensino passado, demarcando os papéis de gênero, que produzem identificações diferentes para a participante filha, como podemos observar no discurso abaixo:

*Porque você aprende com o que você faz. Assim, eu devo muito do que eu sou ao meu pai, principalmente, porque, assim, ele construiu o meu caráter. [...] Ele é estressadinho, eu também sou estressadinha; o convívio com ele me ensinou umas coisas, tipo, que a vida... A gente não pode levar a vida tão a sério, porque a vida é curta, o tempo passa rápido. [...] O meu gosto musical eu também devo a ele. Eu devo muita coisa porque ele me ensinou a ir pra igreja; ele me ensinou umas coisas valiosas, tipo, amar a Deus; ele me ensinou a temer a Deus. Minha mãe me ensinou também as coisas femininas, que eu precisava ter na vida, e ela faz o dever de casa comigo. E você, com as atitudes do seu pai e da sua mãe, você aprende a se espelhar. Então, ser filho também é aprender. (ANA).*

Aqui, as transmissões de valores na família é a via de formação da pessoa, pelo jeito de ser, pelo que gosta na vida e pela formação do caráter. Destacamos que uma das funções primordiais exercidas pela família é a transmissão de valores e a formação da identidade do sujeito. Nesse sentido, o participante atesta que essa transmissão se dá entre as novas gerações e os ensinamentos vão passando de pai para filho: “*Ser filho é legal, porque tudo que a gente aprendeu um dia do nosso pai a gente pode passar pros nossos filhos. [...] O que meu pai me ensinou, eu posso ensinar pra ele.*” (ANTÔNIO). Como afirmam Dessen e Polonia (2005), a família é a primeira mediadora entre o homem e a cultura, a matriz da aprendizagem humana e constitui uma unidade dinâmica das relações afetivas, sociais e cognitivas, as quais se encontram imersas nas condições materiais, históricas e culturais, que geram também modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva.

Berger e Luckmann (2012/1966) explicaram que o processo da socialização primária, vivido na infância, por meio do qual a criança torna-se um membro da sociedade, é realizado pela relação com os outros significativos que lhes são impostos (como os pais e os seus responsáveis próximos). Esses outros significativos fazem a mediação do mundo objetivo para a criança, modificam-no a partir dos aspectos que escolhem no mundo, de acordo com a sua localização na estrutura social e em função das suas particularidades, fundamentadas na biografia de cada um. Esse processo de aprendizado da socialização primária se dá por via cognitiva e emocional, e essa última favorece uma forte ligação da criança com os seus outros significativos, o que gera a identificação. Assim, a interiorização se realiza a partir da

identificação, nas palavras dos autores:

[...] a criança absorve os papéis e as atitudes dos outros significativos, isto é, interioriza-os, tornando-os seus. É por meio desta identificação com os outros significativos que a criança torna-se capaz de identificar a si mesma, de adquirir uma identidade subjetivamente coerente e plausível. (BERGER; LUCKMANN, *op. cit.*, p. 170).

Os participantes filhos também falam das práticas ligadas a este posicionamento, em relação às gerações anteriores, de quando os seus pais e avós foram crianças, a partir das histórias contadas dentro da família. Destacam que os filhos, nessas épocas, apanhavam muito dos pais, sendo o bater a via de disciplinamento considerada muito mais severa do que na atualidade. Foi uma época marcada por autoritarismo dos pais, em que se acreditava que a melhor estratégia de educação era a correção corporal, como explicitam os participantes: “*Nas mudanças de antigamente, eu acho que não foi bom porque a maioria dos pais resolvia batendo.*” (ANDRÉA). E ainda:

*Porque, antigamente, eles disciplinavam muito batendo, e eu escutei algumas histórias, a minha mãe respondeu o pai dela, tipo, não sei o que foi que ela disse, ela não disse até hoje o que foi que ela disse, [...] porque ela disse alguma coisa, alguma resposta rebelde pro pai dela e ele quebrou os dentes dela. Olhe isso, só de uma surra!* (ANA).

Aqui, o relato mostra uma história vivida pela avó da participante, com a sua mãe (a bisavó da participante), quando aquela era criança:

*Eu me lembrei dessa história da minha avó, que ela contou que a mãe dela mandou ela fazer uma coisa, tipo, estender uma roupa, não sei, aí, ela falou, ela respondeu: “Tá, mãe, já vou.” [...] Aí, depois que ela estendeu, ela ficou lá estendendo, aí, ela falou: “Vem aqui, Lourdes.” Aí, ela não foi [...] “Vou chamar o seu pai.” Aí, depois, ela deu a maior pisa na minha avó, a mãe, e ela chegou pro pai dela, aí, ela foi falar o que ela fez, respondeu com ironia a minha avó, que não foi duas vezes pra ela, e ela não foi e teve que gritar pra ela vir. Aí, como ela já tinha batido, o pai dela pra não ficar, tipo, dar razão pra minha avó, pegou o cinto. Sabe o que eles levam pra bater no cavalo pra ele ir mais rápido? Que não é um chicote, mas é um negócio mais rude, aqui, e fica menor assim, usou pra bater na minha avó. Bateu e ela ficou com todas as cores do arco-íris. Até hoje ela falou que a marca demorou uns dez anos pra sair.* (ANA).

Historicamente, a estratégia disciplinar pela correção corporal foi amplamente difundida e recomendada pelos padres jesuítas no Brasil desde o século XVI, os quais ensinaram aos índios que se deveria bater nas crianças, prática que este povo não utilizava (LONGO, 2005;

PRIORI, 2008). Para os jesuítas, a correção era vista como expressão de amor e a punição corporal fazia parte da “Pedagogia do Amor Correccional”. Eles pregavam a necessidade de punições corporais para bem educar as crianças, estratégia que foi também utilizada nas primeiras escolas e colégios brasileiros, alastrando-se ao ambiente doméstico, instituindo um universo de práticas de correção corporal, culturalmente aceitas naquele tempo (LONGO, *op. cit.*).

O tema do bater foi característico das gerações anteriores, foi o escolhido pelas crianças para representar a família de ontem, através da imagem (desenho 2) de uma filha levando uma surra do pai com uma corda, como relatado na história acima da participante. Afirmam que a imagem transmite “sofrimento” (ANDRÉ). Acrescentam, no canto esquerdo da imagem, na tentativa de amenizar os ferimentos ocasionados pela surra, um vidro de Merthiolate, remédio usado para ferimentos na época em que os seus pais eram crianças e temido porque ardia muito, e uma caixa de Band-aid, curativos que tinham a mesma finalidade de amenizar ferimentos. Assim, a imagem nos traz a concretude, ou seja, a objetivação daquilo que foi abstraído durante o processo da conversação, ancorado em um referencial de educação pautado no exercício do bater. Nesse sentido, o que estava abstrato, na dimensão da mente (ancoragem), é trazido para o mundo físico, unindo a ideia não familiar à realidade. Moscovici (2011/2000, p. 71-72) afirma que “objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem”.



Desenho 2 – A família de ontem para os filhos



Detalhe: Vidro de Merthiolate colorido e, ao lado, uma pequena caixa de Band-aid.

As crianças, mesmo admitindo, nos dias de hoje, a existência de um tipo de relação

hierárquica entre pais e filhos, reconhecem que houve uma grande mudança com relação às práticas de disciplinamento. Na situação atual, quando o filho não obedece, os pais reclamam e colocam de castigo: *“Envolve mais o castigo. Eles não gostam muito de bater mais. Reclamar, colocar no castigo, que apanhar, porque antigamente eles batiam sem pena. Eu acho assim, por mim, eu achava que eles batiam sem pena.”* (ANTÔNIO). No entanto, pontuam que ainda existem os pais que batem, mostrando que o processo de transição das práticas aprendidas dentro de uma cultura não acontece de forma total, existe sempre um jogo de permanências e transformações. Pontuam uma primeira modificação quanto aos instrumentos utilizados para bater nos dias de hoje, considerados mais leves: *“Assim, usam mais a sandália.”* (ANTÔNIO); *“Ou usam a mão mesmo.”* (ANDRÉ). As crianças justificam que os pais ainda batem porque foram educados apanhando, ou seja, reproduzem o que aprenderam. Outros batem porque acham que é o melhor para o filho, mantendo-se a idealização do amor e do cuidado envolvidos na relação dos pais com os filhos. Informam que nos dias de hoje há uma lei que não permite a livre prática do bater, impondo limite aos adultos que, se deixarem marcas na criança, poderão ir para a delegacia. Esses trechos expressam a compreensão sobre o tema: *“Eu sei que tem muito pai, muito pai que se prende ao passado, no que faziam com ele, porque assim [...] batiam nele.”* (ANDRÉ); *“Resolve bater na gente. É!”* (ANTÔNIO); *“É, mas tem pai que, em vez de fazer isso, ele bate no filho, porque ele acha que é o melhor.”* (ANDRÉ); *“É, mas agora tem uma lei, tipo, se a pessoa agredir a criança de verdade e deixar marca, ela vai pra delegacia.”* (ANA); *“Tem uma lei, é. Vai pra delegacia.”* (ANTÔNIO).

Os participantes chamam a atenção para um marcador social de peso já instituído, o qual vem contribuindo para uma mudança de práticas e de mentalidades com relação ao disciplinamento das crianças. Após muitos debates na sociedade, encabeçados por movimentos sociais de luta em favor da proteção e dos direitos das crianças e dos adolescentes, o bater passou a ser compreendido como uma forma de violência doméstica (GUERRA, 1998). Identificou-se que essa estratégia disciplinadora acarretava prejuízos severos ao desenvolvimento e saúde das crianças, nos aspectos emocionais e físicos, chegando, em algumas situações, a causar lesões graves que levavam até ao óbito. Dessa forma, instituiu-se, recentemente, o caráter criminal do bater, através da Lei da Palmada, de nº 13.010, de 26 de junho de 2014, que foi acrescentada ao Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a qual promulga que:

Art. 18-A A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas

de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los. (BRASIL, 2014, não paginado).

Outro aspecto apontado pelas crianças, em relação às práticas, refere-se ao brincar como parte do lugar de filho. Os participantes comparam o tempo atual com o tempo em que os seus pais foram crianças, observando as possibilidades e limitações entre as duas gerações. Antes, o cenário era composto por uma total liberdade, em que as crianças brincavam livremente na rua, o que favorecia muitas atividades físicas como correr, jogar bola, subir em árvore, pegar frutas, fazer “trelas” (traquinagens), interagindo sempre com outras crianças. Hoje, existe o medo da rua por causa da violência urbana, dos assaltos, restando-lhes o confinamento dos apartamentos. O espaço agora é privado, as regras são mais fechadas, as obrigações dos estudos são prioridade – se sobrar tempo, pode brincar. Destacam uma maior vigilância dos adultos sobre a vida deles; ainda que os pais estejam mais fora de casa trabalhando, há uma avó, uma tia, uma babá, a empregada que têm essa função de observar. Os relatos abaixo expressam essa comparação das crianças sobre o brincar. Aqui, tratam da vida das crianças no tempo dos pais:

*Porque eu acho que eles tinham mais oportunidade que hoje [...] eles moravam em casa, eles podiam sair, eles podiam brincar com os amigos na rua, eles se melavam... Eu tenho inveja da infância da minha mãe! [...] Eles corriam na rua livremente, tinham amigos pra sair, todo mundo na rua se conhecia. Agora, a gente mora em um apartamento, a gente não pode sair de casa porque tem ladrão, porque tem perigo, a gente tem que ir pra casa de um amigo; às vezes, a gente até dorme na casa de um amigo... (ANA).*

Sobre a rotina das crianças hoje, elas acrescentam: “Quer dizer, o que é que a gente vai fazer num apartamento? Eu mesmo não sei o que fazer: 'Ah, hoje vou tentar tocar fogo na cozinha?!'” (ANA); “Tem mais regras. [...] Tem com quem a gente ficar, ficar com pai; pai não! Tia, avó, ficar em casa...” (ANTÔNIO); “O que eu acho que é ruim hoje, de hoje em dia, tem ladrão na rua que você não pode brincar.” (ANDRÉA); “Eu não posso nem brincar, tenho que estudar.” (ANA). E ainda:

*Também não tem mais chance da gente “trelar”, porque a gente tem, por exemplo, a minha secretária, eu não posso “trelar”, porque ela está em casa. Assim, ela não fica comigo, ela fica na cozinha [...] ela cuida da casa em geral. Então, eu não posso fazer nenhuma bagunça na casa que ela tá sempre olhando e tal. Sempre tem alguém olhando você. (ANA).*

O brincar, como prática que demonstra a dinâmica dos papéis da criança dentro da família, mostra o quanto é significativo na vida delas; uma prática presente em várias culturas. É sabida a sua importância para o desenvolvimento e aprendizagem da criança, referente aos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, sociais e culturais, pois funciona como um propulsor dos processos interacionais, no momento em que as crianças estão construindo as suas brincadeiras com outras crianças (CARVALHO; PEDROSA, 2002).

Outro ponto de destaque, que culmina com a permanência das crianças no espaço privado, é o uso constante das tecnologias, atreladas aos aparelhos eletrônicos, como televisão, computadores, tablets, smartphones, videogames. As crianças explicitaram tanto as vantagens, como as desvantagens desse desenvolvimento. Falaram do perigo da internet no que se refere à rápida multiplicação das informações, o que requer cuidado, principalmente, com relação à exposição de fotos, além das mudanças positivas consideradas um ganho no tempo atual, como mostra trecho do diálogo abaixo:

*ANA: Mas eu acho que foi um avanço a internet.*

*ANTÔNIO: A internet também não só tem coisa boa.*

*ANA: A internet não, não só tem coisa boa, mas tem muita coisa boa na internet.*

*ANTÔNIO: Como tem muita coisa ruim também, né?!*

*ANDRÉ: Tem os hackers!*

*ANA: Porque a internet você pode usar pro bem ou pro mal, você que escolhe.*

Sabemos que o mundo virtual, das tecnologias e da comunicação, não pode mais ser visto separado da geração das crianças e adolescentes de hoje, a qual já nasceu com todos esses aparatos disponíveis, condição que alterou o cotidiano das famílias e das crianças. Esse novo contexto do uso das tecnologias coloca as crianças em um lugar de conhecimento, as empoderando de um saber que não as diferencia dos adultos, e as põe acima desses em termos de competência no manejo das tecnologias (MARTINELE; MOÍNA, 2009). Por outro lado, as regras de uso não se distanciam da lógica perpassada ao longo do tempo sobre o papel dos filhos na obediência aos pais. Aqui, os participantes parecem reproduzir o discurso dos adultos de que é preciso ter um melhor aproveitamento do tempo e limitar o uso da internet para que outras atividades também sejam realizadas. Todos afirmaram que a mãe reclama do excesso do tempo gasto no computador, que foi sendo diminuído aos poucos; nessa diminuição, outras atividades, como a leitura, puderam ser feitas. O excesso de tempo investido nesses aparelhos tecnológicos é um motivador para não querer sair de casa, endossando que as novas tecnologias compõem, hoje, o espaço privado em detrimento do espaço público, como afirmam abaixo:

ANDRÉ: *Eu não faço mais isso, mas antes eu ficava muito no computador, de verdade, falando sério. [...] Tô saindo de casa muito. Nas férias, eu nem saía, ficava só no computador ou assistindo TV. Agora, eu todo dia pelo menos, todo dia pelo menos eu tento sair, né?!*

ANTÔNIO: *Eu também. Antigamente, eu mexia mais, mas eu tô mais... Aproveitar. [...] Aproveitar a infância.*

Por fim, todo esse contexto atual da rotina das crianças foi escolhido para representar a família de hoje, de acordo com o lugar dos filhos. Eles se veem sozinhos em apartamentos, jogando no computador, frente a uma janela que mostra o dia com sol, árvore, borboleta e um balanço – cenário atraente que não pode ser aproveitado por eles (desenho 3). No acordo das ideias, os participantes expressam: “A gente podia fazer um dia lá fora brilhando bem bonito assim... Aqui na janela...” (ANA); “E o menino lá jogando computador!” (ANDRÉA); “É! E o menino jogando no computador.” (ANA). No processo da construção do desenho, expressaram o sentimento suscitado pela imagem: “Gente, esse desenho tá ficando triste, viu?! Alguém poderia...” (ANA); “Ah, que desenho triste! O menino jogando no computador quando ele pode... Que desenho mais urbano!” (ANDRÉA). Pela imagem, compreendemos como Moscovici (2011/2000, p. 74), que “a defasagem entre a representação e o que ela representa é preenchida, as peculiaridades da réplica do conceito tornam-se peculiaridades dos fenômenos, ou do ambiente ao qual eles se referem, tornam-se a referência real do conceito”.



Desenho 3 – A família de hoje para os filhos

Agora, veremos os modelos e práticas referentes ao ser pai e mãe dentro das famílias a

partir do grupo dos pais, que traduzem o modo de ser das mulheres e mães e dos homens e pais no interjogo das gerações. O modo como os participantes compreendem o que é ser pai e mãe e os sentidos que atribuem a esses lugares vão favorecer determinadas práticas que complementam o posicionamento dos filhos dentro da família. Um primeiro sentido norteador para esse lugar é o afeto, o sentimento do amor; o modelo de pai e mãe é ancorado por um ideal de afeto positivado que transcende as palavras, o qual tenta traduzir-se pelo extremo ato de matar e morrer pelo filho/pela filha, como podemos observar nos seguintes trechos: “*Pensar em M. V. é pensar em algo que transcende meu respirar, é algo perfeito.*” (RAQUEL). E ainda:

*É porque minha mãe sempre me disse uma frase que hoje é comprovadíssima. Ela dizia: “Meu filho, você só vai entender o real significado do amor quando você for pai.” E, bicho, eu mato e morro pelo meu filho. [...] O amor que eu sinto por ele é... Sobre-humano, sobrenatural.* (RAUL).

*E, assim, o afeto... Não tem como colocar em palavras, o afeto é algo absurdamente grande, que não tem a menor... Que não tem... “Ah, é amor!” Amor é pouco... Não tem palavra, assim; é a pobreza da nossa linguagem, não tem como descrever, não. Mas é um amor que você daria sua vida fácil. Sabendo que para o seu filho ter um sucesso, ter um futuro, você tivesse que ceder sua... Sua... É um amor desse nível.* (RODRIGO).

É esse sentimento de amor que possibilita as práticas de doação, cuidado e responsabilidade quanto à formação e à educação dos filhos através da transmissão dos valores. A condição de pai e mãe acarreta uma mudança de vida completa e uma máxima é acatada pelo grupo: ser pai e mãe é ser exemplo em tempo integral. Cada ação é medida e repensada como expressão dessa responsabilidade através da educação, na medida em que se veem como modelo para a formação da identidade dos filhos. Drago e Menandro (2014), em pesquisa com 30 rapazes jovens, da classe média e da classe popular, investigaram as representações que esses tinham sobre paternidade e maternidade e o termo responsabilidade apareceu como elemento central na construção das duas representações para os dois grupos. Essa responsabilidade no nosso grupo de pais se concretiza pelo exemplo, com mudanças de hábitos, a fim de mostrarem coerência entre o que falam e o que fazem perante os filhos:

*A minha palavra que define paternidade é exemplo. Eu não posso dizer a meu filho “faça o que eu digo, não faça o que eu faço”; eu acho isso uma hipocrisia. Eu exijo do meu filho aquilo que eu sou. [...] É a única hora na vida que ele fala comigo nesse tom: “pai!”; quando ele diz “pai!”, eu já sei que eu falei palavrão. Assim, então, eu não posso exigir de J., “meu filho não fale, é feio” e ficar lá vendo o jogo e ficar mandando o juiz ir para aquele canto.* (RAUL).

*Pensar na responsabilidade, na forma que a gente precisa educar, dar limites, ser exemplo. [...] Eu tomava Coca-Cola até ela dizer: “mas eu quero experimentar”. E aí? “Mas faz mal pra saúde, não faz bem pra criança”. “E por que você toma?” [...] Daquele dia em diante eu derrubei a Coca-Cola dentro da pia e disse: “A partir de hoje Coca-Cola não entra nessa casa”. Então, assim, a Coca-Cola foi um ponto, a verdura passou a entrar na minha casa, os legumes, as frutas. (RAQUEL).*

Como afirmam Berger e Luckmann (2012/1966), citados anteriormente, o processo da socialização primária, vivido na infância, se dá a partir da identificação com os outros que são significativos. Esta compreensão dos pais que se veem como exemplo em tempo integral para a formação dos filhos complementa o que as crianças participantes colocaram quanto ao aprendizado a partir dos ensinamentos e atos do pai e da mãe, que oferecem os modelos para a formação do seu modo de ser e do seu caráter. Tal construção se dá em um processo dialético, e não, de forma unilateral, ou mecanicista. Sendo assim, “a personalidade é uma entidade reflexa, que retrata as atitudes tomadas pela primeira vez pelos outros significativos com relação ao indivíduo, que se torna o que é pela ação dos outros para ele significativos” (BERGER E LUCKMANN, *op. cit.*, p. 171).

Ainda falando sobre ser pai e ser mãe, o grupo apresenta outras características implicadas no contexto cultural atual, percebidas como mudanças se comparadas às gerações passadas. Compreendemos, pelos estudos atuais sobre o tema (ARAÚJO, 2014; DRAGO; MENANDRO, 2014; LYRA *et al.*, 2007; NASCIMENTO; GIANORDOLI-NASCIMENTO; TRINDADE, 2008; SCOTT, 2011; SILVA; PICCININI, 2007; SILVA; SANTOS, 2014; SOUZA; BENETTI, 2009; TRINDADE; NASCIMENTO; GIANORDOLI-NASCIMENTO, 2006), que as mudanças nos papéis dentro da família, referentes à maternidade e paternidade, diretamente relacionadas, vêm ocorrendo num amplo contexto, que inclui aspectos históricos, culturais, sociais, psicológicos e econômicos, interligados também às questões de gênero.

Partimos de um contexto sócio-histórico que compõe um cenário da cultura ocidental e que nos ajuda a entender o processo dos valores e mudanças ao longo das últimas gerações. Por muito tempo, as concepções de família, pautadas no padrão nuclear burguês e no amor romântico, tornaram-se uma referência, ainda que sempre tenham existido outras formas de organizações familiares. Sua formação pelo casamento incluía papéis claros, bem definidos e hierarquizados, com a mulher associada ao lugar de mãe, vista como a rainha do lar, a qual deveria ser a cuidadora e a mediadora das relações. O homem-pai, provedor financeiro da casa, tinha autoridade sobre todos e um distanciamento afetivo dos filhos, no sentido da demonstração de carinho e participação nos cuidados (TRINDADE; NASCIMENTO;

GIANORDOLI-NASCIMENTO, 2006). Os autores enfatizam que esses padrões de práticas presentes no Brasil desde o século XIX estabeleceram-se ao longo dos anos quase como um processo natural, vistos como essenciais na sociedade.

Complementarmente a essa visão, Lyra *et al.* (2007) discorrem sobre os aspectos que auxiliaram na construção dos sentidos do gênero feminino e masculino na nossa cultura. A partir de uma visão dos estudos feministas, assinalam que a construção da personalidade da mulher e de sua feminilidade esteve, por muito tempo, ancorada nas noções de relacionamento, ligação e cuidado, o que a levava a um sentimento de responsabilidade pela manutenção das relações sociais e prestação de serviços a outros. No caso dos homens, esses são estimulados a se defenderem e a atacarem, incentivados socialmente para responder às expectativas de serem pró-ativos; os riscos devem ser enfrentados, superados, e não, prevenidos. Nesse contexto, de referências socialmente compartilhadas, forjam-se os papéis dos gêneros, em que a família, dentre outras instituições, é vista com destaque por ser considerada

[...] como uma síntese desse universo simbólico e das instituições nas quais se constroem as subjetividades, onde se reproduz a ordem sociocultural em que estão inseridos e são atualizadas as relações de gênero em todas as suas dimensões, no trabalho, no exercício da sexualidade e nas relações de cuidado (LYRA *et al.*, *op. cit.* p. 87).

Como exemplo desse quadro, os participantes comparam os modelos e práticas que a geração dos pais teve, as quais se davam de forma hierárquica e bem definida, como visto acima. O modelo de pai ancorado nesses valores do homem que trabalha e provê surge nas lembranças da participante que diz nunca ter visto o seu pai cuidando dela ou dos irmãos, fazendo a feira em um supermercado ou participando de alguma organização da casa, pois ele só trabalhava muito:

*Eu não tenho memória do meu pai cuidando da gente, né?! Meu pai nunca entrou no supermercado, se brincar, hoje, ele não sabe onde que é que guarda as toalhas na casa dele, né?! [...] Então, isso é muito culpa também das nossas mães; que cultura também que elas aprenderam... [...] Eu cresci vendo meu pai só trabalhando, de manhã saía para o trabalho, só chegava de noite e levava o trabalho pra casa. (RAFAELA).*

A participante levanta a condição de que a educação dada pelo pai deve ter tido a influência da mãe dele, na medida em que essas mulheres eram as responsáveis por educar os filhos. Essa hipótese demonstra mais uma das características das mulheres já apontadas: ela é a educadora dos filhos. Isso é reafirmado por outro participante, que acredita que “*tudo isso vai*

*se passando” como transmissão mesmo na relação: “Das mães deles...” (RAUL); “E da mãe dele, né?! E tudo mais que vai se passando.” (RAFAELA).*

Também foram confirmadas as situações em que as mães, da geração anterior, estavam em uma posição de muita submissão frente ao marido. Nos exemplos abaixo, veremos o impedimento ao estudo e ao trabalho, por parte dos maridos, que não admitiam ou não queriam que as mulheres estivessem nas atividades externas ao lar. Mais uma vez, em torno dessa limitação, estava o poderio do homem e a defesa de resguardar a mulher, que deveria ser fiel e obediente ao marido (TRINDADE; NASCIMENTO; GIANORDOLI-NASCIMENTO, 2006). O relato abaixo apresenta o caso da mãe de um participante que, mesmo sendo uma excelente aluna, o marido não a permitiu estudar, nem trabalhar, colocando-a diante de uma escolha radical “ou ele (marido) ou os estudos e o trabalho”:

*Porque eu tenho uma mãe que meu pai, ao casar, porque minha mãe era a melhor aluna da sala dela, do colégio... Ginásio Pernambucano, na época, que ela diz que até as piores alunas da sala dela entraram em direito, entraram em medicina... Então, se ela quisesse, ela seria hoje uma profissional top, né?! Digamos assim. Mas, ela casou com um machão e o machão disse: “Ou eu ou os estudos e o trabalho”. (RAUL).*

A mãe desse outro participante estudou, mas a custo de uma dura resistência do marido: “A minha teve dificuldade também para estudar. [...] Teve muita resistência da parte do meu pai... Ele passou uns dois anos, ele falando atravessado com ela.” (RODRIGO). Essas situações reafirmam a relação de desigualdade entre o casal, representada agora pela imagem da mulher abanando o marido na hora da refeição ou baixando a cabeça quando o marido falava. Os relatos apresentados apontam para esse contexto: “Porque a relação que meu pai tinha com a minha mãe era ele lá na mesa e ela tinha que abanar ele pra tirar a mosca para ele poder almoçar.” (RAQUEL). E ainda:

*Porque antigamente o homem era... a palavra do homem era... [...] não era, não? A mulher baixava a cabeça, mesmo sabendo que estava certa, mas ela tinha que engolir a ordem, entre aspás, do marido, que era o grande ditadorzinho da família. (RAUL).*

Como em todo processo de mudança, alguns elementos são observados e avaliados como práticas a frente do seu tempo, apontando para as transformações que se concretizarão mais adiante. Ainda que dentro de uma geração fortemente arraigada nos valores hierárquicos, que asseguravam a mulher no domínio doméstico, uma participante conta que a sua mãe teve comportamentos de vanguarda para a época. Ela rompeu com os padrões vigentes, formou-se,

passou em um concurso, trabalhou e ainda dirigia:

*Eu acho que minha mãe foi uma mulher à frente do tempo dela. Porque dela... Veja assim, comparando com todas as minhas tias, a minha mãe é a única que dirige. [...] E a minha mãe é dentista, trabalhou, também é funcionária pública. (RAFAELA).*

A partir desses referenciais, chegamos aos dias atuais, em que algumas mudanças se consolidam, alterando em boa parte o panorama hegemônico dos modelos que restringiam outras possibilidades nas práticas do casal, dos pais, do homem e da mulher. Temos visto nas últimas décadas a emancipação da mulher com conquistas que vão desde o direito ao voto, o controle sobre sua vida reprodutiva à formação e atuação profissional no espaço público, mesmo que ainda que se considerem as desigualdades de posições e remunerações quando comparadas as dos homens (NASCIMENTO; GIANORDOLI-NASCIMENTO; TRINDADE, 2008). O homem, por sua vez, tem dividido o espaço público do trabalho com a mulher e, no âmbito doméstico, as atividades do lar, bem como é constatada uma relação de maior participação e cuidado com os filhos, com a expansão da demonstração de afeto. Já a relação do casal é tida atualmente como mais igualitária, diante da flexibilidade e divisão de tarefas.

Desse modo, percebemos que as mudanças de modelos e práticas nos papéis familiares são parte de um processo de construções e reconstruções sociais forjadas ao longo do tempo. Como em todo processo de mudança, esse não acontece sem as tensões, na medida em que há tentativas de permanência de padrões anteriormente aprendidos, os quais durante gerações foram tidos como naturais e hegemônicos. Concordamos com Nascimento, Gianordoli-Nascimento e Trindade (2008) quando chamam a atenção para o fato de que o termo hegemônico caracteriza-se pela prevalência de um ideal, de um modo de ser, que, na prática, não se consegue atingir totalmente. O termo tem um sentido de abstração teórica e funciona como “um modelo com o qual podemos comparar concepções e práticas cotidianas de sujeitos concretos. Se denominamos esse modelo de hegemônico é porque ele, partir de um dado momento, conjuga as características menos discutíveis” (NASCIMENTO; GIANORDOLI-NASCIMENTO; TRINDADE, *op. cit.*, p. 148), como por exemplo, sobre o ser homem e mulher nas sociedades ocidentais. Além disso, ele serve como referencial para a formação das identidades (LYRA *et al.*, 2007).

Diante de um cenário de pretensas mudanças nos papéis familiares, os participantes expressam essas diferenças em torno dos gêneros e do casal, consideradas mais igualitárias e flexíveis, com o diálogo e a cumplicidade. Avaliam como mais positivo esse modo de relação:

*Porque hoje é mais igualitária, né?! Isso é bom. Porque antigamente o homem era... A palavra do homem era... A palavra do homem disse assim, não era, não?! [...] Hoje, eu vejo mais diálogo, eu vejo mais cumplicidade. Em relação a marido e mulher, eu tenho esse conceito que melhorou muito, né?! (RAUL).*

No caminho dessas mudanças do casal, vêm os modelos e práticas paternas, chamados de “nova paternidade”, que começou a ser estudada a partir de 1980, chamando a atenção dos pesquisadores para uma participação diferente do pai no cuidado com os filhos (LYRA *et al.*, 2007; SILVA; SANTOS, 2014). Um dos participantes relata que sua participação na vida do filho iniciou-se já na gestação, quando acompanhava a esposa nos exames, cuidado que se estendeu após o nascimento. A paternidade é traduzida pela frase “pai que faz”; a relação com o filho é construída na base do diálogo, da presença e da execução das tarefas de cuidados básicos, como dar banho. Dessa forma, a ação, o diálogo, a presença e o cuidado configuram aspectos dessa “nova paternidade”:

*Muito diálogo, muita presença. Se eu puder ir no futsal dele todo dia, eu vou. Sou louco por futebol como meu pai, então, assim... Presença, diálogo... Pra você ter uma ideia, eu fui para todas as consultas pré-natal do meu filho. Então, eu sou o pai que faz. Presente... Desde fralda, banho, tudo que você imaginar eu faço. (RAUL).*

Aqui, visualizamos aspectos das mudanças nas práticas do homem, que hoje também participa das atividades domésticas, o que, segundo o participante, é algo pouco provável de ter acontecido nas gerações anteriores, principalmente, no que se refere ao cuidado com o filho. Segundo o seu relato, a geração do avô dele nem pensava nessa possibilidade, a do pai não fez, mas se esforçou para fazer diferente. A efetivação dessas novas práticas do homem pai só ocorreu na geração atual, avaliada como muito positiva. O participante afirma que se sente muito feliz por viver nessa geração. Nas suas palavras:

*É... O homem tá muito mais participativo na vida familiar, eu acho. Pra lavar prato, pra lavar banheiro, pra cuidar de casa; essas coisas não era de homem; não era coisa de homem fazer, né?! E cuidar de filho? [...] Cuidar de filho era uma coisa muito menos provável, né?! Meu avô não fez isso; meu pai também não fez, mas ele já se esforçou, já teve um esforço de fazer. [...] Era meio de encontro com aquele... [...] condicionamento mesmo que eles tiveram. E hoje tem uma abertura muito mais ampla, né?! Eu me sinto muito feliz de tá vivendo nessa geração. (RODRIGO).*

A pesquisa de Drago e Menandro (2014), já citada, identificou que as representações

sociais de paternidade também apresentam o elemento “amor” como um forte componente para os dois grupos de pais, o que corrobora com as falas iniciais dos participantes, que definem a paternidade carregada de afeto positivado. Surge, nas zonas próximas do núcleo central, uma implicação maior do pai na vida do filho, no que se refere ao âmbito emocional e afetivo, com elementos como bons sentimentos, carinho, companheirismo e educação do filho. As autoras ratificam que esses elementos denotam uma nova ideia de paternidade, diferente da visão mais autoritária e hierárquica e afetivamente distante comum nos modelos mais tradicionais, que definiam o lugar do homem da família apenas como provedor.

Silva e Piccinini (2007) entrevistaram pais que tinham um filho pequeno, a fim de compreender o seu envolvimento e os sentimentos relacionados à paternidade. Os resultados revelaram uma ampla participação dos pais na vida dos filhos, não restrita ao sustento financeiro, passeios e brincadeiras. Esses pais participam também dos cuidados básicos dos filhos e dividem as responsabilidades das tarefas da criança com as esposas. Quanto aos sentimentos ligados à paternidade demonstram satisfação na atuação desse papel, avaliando-se como bons pais, presentes e próximos dos filhos. Ainda assim, mostram-se críticos diante da participação no dia a dia das crianças, por achar que o envolvimento poderia ser maior, com o conflito entre uma paternidade ideal e real.

A questão da maternidade, nas suas heranças sócio-históricas, já se apresenta desde o colonizador europeu associada à própria condição da mulher, a qual deveria ser “casada perante a Igreja” pelo sagrado matrimônio (PRIORI, 1999, aspas da autora). A palavra “matrimônio”, vinda do latim, significa que pelos laços conjugais a mulher se torna, então, mãe de forma legal (SCOTT, 2011). Há uma representação historicamente construída que associa à mulher a mãe, a esposa, fiel, cuidadora e educadora.

Trindade e Enumo (2002; 2001) também afirmam que historicamente a maternidade foi considerada o ideal maior da mulher, caminho que a levava à plenitude, vista como um sacrifício prazeroso e voluntário, que custava, em muitas medidas, a sua anulação pessoal. Os resultados da pesquisa das autoras sobre as representações sociais da infertilidade feminina, com um grupo de 180 mulheres, com filhos e sem filhos, mostraram que os principais elementos do campo representacional foram: “tristeza, incompleta, frustração, cobrança dos outros, solidão, pessoa inferior, adoção, busca de soluções e não é problema, confirmando a permanência da concepção da infertilidade como uma condição estigmatizante para a mulher” (TRINDADE; ENUMO, 2001, p. 5). Avaliam, com esses resultados, uma manutenção da representação social da infertilidade, intrinsecamente associada às representações da maternidade. A maternidade é vista, portanto, na ordem naturalizada, como destino biológico e

como valor social associado à concretização da identidade feminina.

Além da associação da mulher à maternidade, estudos atuais também enfatizam a representação da maternidade com o sentimento de amor e cuidado. Araújo (2014) investigou as representações sociais da maternidade para adolescentes que já eram mães e que não eram. Observou que as representações sociais, dentre outros aspectos, associam a responsabilidade da mulher aos cuidados maternos. Drago e Menandro (2014), em entrevistas com homens jovens, também identificaram que as representações sociais de maternidade estão centralizadas na ideia de doação de afeto, com elementos centrais de amor, carinho e responsabilidade. As autoras atestam que os elementos relacionados ao afeto são destaque na discussão de grande parte das pesquisas sobre maternidade. Concluem “que a dimensão da maternidade se encontra mais intimamente relacionada aos afazeres socialmente concebidos como maternos e à ligação afetiva” (DRAGO; MENANDRO, *op. cit.*, p. 320).

Posto isso, a compreensão das participantes mães do grupo reforça exatamente essa representação sobre a maternidade, baseada no cuidado com a alimentação, a presença e a responsabilidade com a educação, no sentido de ter regras e impor limites: “*Eu acho que é cuidado. Eu acho que a palavra que define mãe é cuidar. Cuidar no âmbito de alimentar, de educar, de estar presente, de ser presente, de impor regra, limites.*” (RAQUEL).

A maternidade também é reconhecida pela forte ligação afetiva entre mãe e filho, objetivada como uma tatuagem, ancorada nas concepções do corpo, como o cordão, do gestar e do amamentar, que promovem à mãe a uma condição de ligação mais forte com o filho do que desse com o pai. Sobre essa concepção, Carvalho *et al.* (2008) nos apresentam o enfoque psicobiológico; a tese sugere que a mulher seria mais predisposta ao cuidado dos filhos, “com base no argumento funcional e evolutivo de que seu investimento parental é maior do que o homem” (CARVALHO *et al.*, *op. cit.*, p. 436). O investimento parental significa dizer que, no ambiente humano de evolução, os nove meses de gestação e os longos meses de amamentação e atenção contínua, focados na proteção dos bebês, constituem uma criação bem-sucedida. O relato da mãe participante exprime um pouco essa ideia:

*Eu sempre costumo dizer assim: “Primeiro é a mãe, depois é a mãe, depois é a mãe, depois é a mãe e depois é a mãe”. Quando o pai quer, pode, está disponível e deseja, ele vai estar presente e isso é maravilhoso, mas ele tem que querer. [...] E eu digo que mãe com filho, me desculpe os meninos, mas é uma tatuagem, né?! Não tem como você... esse cordão aí é muito forte, muito forte. Acho que pelo fato da gente gerar, pelo fato da gente dar de mamar; eu amei amamentar! (RAFAELA).*

Ainda que admita as dificuldades enfrentadas, como as madrugadas acordadas, que mantêm a ideia de sacrifício e de abnegação da maternidade, essa é uma experiência tão idealizada que faz a mãe ser uma pessoa melhor em todas as dimensões: *“Não foi fácil; as madrugadas. Eu digo, assim... Aí, hoje, eu digo assim: ‘O que é que mudou?’ Mudou tudo. Mas muda para melhor. Então, eu acho que eu me tornei uma filha melhor, uma profissional melhor e uma pessoa melhor depois da maternidade.”* (RAFAELA).

Até o momento, a idealização da experiência materna foi preservada, segundo as falas das mães participantes, reforçando os referenciais sócio-históricos aceitos e compartilhados na nossa cultura que privilegiam essa relação da mulher-mãe. Todavia, a geração atual de mães aponta para as mudanças culturais diante das diversas atribuições dadas a elas, acumulando funções entre a exigência das funções anteriores – do cuidado, educação e afeto aos filhos; atividades do lar – e as da vida profissional. É observado, ao longo do processo histórico, que em qualquer nível de participação das mulheres no mercado de trabalho, sempre cumpriram jornada dupla, entre os afazeres do lar e o cuidado dos filhos (CARVALHO *et al.*, 2008).

Aqui, a vivência dessas funções coloca a mãe na situação de ter que abrir mão de um maior ganho financeiro e crescimento profissional para passar mais tempo com a filha, intensificando sua relação de cuidado e afeto. Essa decisão foi pesada em função de um pedido da filha, pois queria que a mãe levasse café da manhã para ela, reivindicando a função materna da responsabilidade pelo cuidado doméstico. Por fim, avalia que a escolha por ficar mais tempo com a filha foi a sua melhor opção. A fala da participante traduz o dilema vivido:

*Colocar em segundo plano a questão do seu lado profissional, pessoal. [...] Eu estou há 12 anos contínuos na escola [em] que eu trabalho e via que era meu melhor momento; elogios, os pais satisfeitos, a escola satisfeita e tinha tudo para crescer muito. Há dois anos, eu resolvi abrir mão desse melhor momento, de dois horários, dentro de uma escola top que todo mundo queria tá, mas eu abri mão para estar um horário com ela. Num dia que ela acordou e disse: “Eu queria tanto que você levasse meu café da manhã”. Aquilo... Meu Deus! Um café da manhã, né?! Renunciei! Financeiramente, ia me faltar, porque ainda tinha minha mãe que eu ajudo, mas foi tão acertado aquele momento de dizer: “Hoje, o momento é pra ela”. Então, eu não podia ser a tia Raquel, tão linda pra todos, e não ser a mamãe Raquel, tão linda pra mim. Mas foi a minha melhor opção, pensar esse emocional, essa construção afetiva, né?! Porque não vale ter tanto, ganhar tantos presentes e não ter uma mãe presente. Entendo perfeitamente as famílias com quem trabalho que passam o dia na rua e dão amor tão intenso quanto dou hoje, mas, para mim, o meu tempo não estava sendo tão proveitoso. Porque a demanda do trabalho é muito grande, e deixar um horário foi dizer: “Sou sua.” [...] porque hoje eu quero ser a melhor mãe do que a melhor professora. Então, hoje o tempo com ela é pra brincar, é pra fazer as coisas de casa. [...] E, aí, tem outro contexto de tá mais tranquila, de tá menos estressada e de ter uma harmonia*

*melhor dentro de casa, marido e filha. (RAQUEL).*

Para que a opção da participante pudesse ser realizada sem tantos prejuízos no sentido financeiro, o esposo assumiu de forma mais efetiva a situação econômica da casa. Nesse momento, identificamos que as referências dessas funções atribuídas ao pai provedor e a mãe cuidadora não se perderam completamente. Ainda que as mudanças já estejam acontecendo, há uma convivência de práticas antigas e novas. No caso da participante, ela e o esposo estavam vivendo um bom momento de crescimento profissional, no entanto, é a mulher que opta por diminuir o ritmo, vejamos o relato: *“Pra mim, foi ter um marido ali dando suporte. Você sabe, né?! Automaticamente, ele tava num momento também de crescer na empresa. O momento que eu poderia estar tendo, ele estava tendo, mas eu abri mão em função de estar ali, nessa presença de um horário.” (RAQUEL).*

Por um lado, supomos que ainda que esse contexto remonte os modelos mais tradicionais, nos quais o homem assume a maior responsabilidade das despesas e a mulher a organização da casa e cuidados com os filhos, será que a mulher tem agora a possibilidade da escolha? Ela decide com liberdade o momento de diminuir a carga de trabalho para priorizar o tempo com a filha? Por outro lado, pode-se considerar uma possível manutenção da característica mais tradicional, na medida em que o trabalho feminino fora do lar ainda está se consolidando, panorama que desvela desigualdades de direitos e deveres no cotidiano do casal que trabalha. Sobre o tema, Nascimento; Gianordoli-Nascimento; Trindade (2008) investigaram a representação social do trabalho feminino para um grupo de homens casados. Os resultados apontaram que os ganhos pessoais e financeiros para as mulheres não alteram, significativamente, o exercício das suas funções relacionadas aos papéis tradicionais de mãe, esposa e dona de casa. Isto implica dizer, segundo os pesquisadores, que o trabalho feminino visto como um direito da mulher não a isenta das suas anteriores funções (NASCIMENTO; GIANORDOLI-NASCIMENTO; TRINDADE, *op. cit.*).

Vejamos agora a vivência dessas questões no caso da mãe que mora só com o filho e que assumiu todas as obrigações financeiras. Vale a pena destacar que a formação de famílias monoparentais, encabeçadas pelas mulheres, é uma realidade que se mantém estável no nosso país, com índices de 89,3% e 88,3%, num intervalo de 2004 a 2013. Enquanto que as famílias monoparentais formadas pelo homem com o filho representam, complementarmente, 10,7% e 11,7%. Nesse mesmo intervalo de tempo, a mulher vem ganhando espaço na condição de referência entre os casais; entre os que têm filhos, sua centralidade subiu de 6,6% para 19,4% e, no caso de casais sem filhos, de 5,1% para 20,3% (IBGE, 2014). Apesar dessa realidade

concreta de muitas famílias estarem centradas na mulher, não se dispensa a experiência de alguns conflitos, diante das demandas emocionais, sociais, financeiras e também pela quebra do padrão de família esperada socialmente. A participante fala sobre alguns dilemas dessa ordem enfrentados por ela, desde a descoberta da sua gestação. Nas suas palavras:

*Pra mim, ser mãe foi um presente. Eu sempre desejei muito. [...] Então, assim, A. é fruto de um relacionamento que eu tive com meu ex-namorado. [...] E, assim, lógico, que na descoberta é uma mistura de sentimentos, né?! Ao mesmo tempo [em] que eu sempre quis, sempre desejei... “E agora, como eu vou dizer para todo mundo que vou ser mãe, né?! Tô grávida do meu ex-namorado, né?!” [...] E era uma coisa que eu queria muito. Então, eu tô tão confusa, não sei se tô feliz por um lado e ao mesmo tempo aquele peso da responsabilidade, né?! Mas, como eu sabia que eu tinha uma estrutura e a responsabilidade maior, eu dizia [...] eu acho que a mãe assume isso... (RAFAELA).*

O exemplo acima mostra também que mesmo que a maternidade tenha sido a realização de um sonho, a condição de ter engravidado de um ex-namorado e ter que dizer isso as pessoas lhe trouxe alguns conflitos e antagonismos de sentimentos; sentia-se feliz e, ao mesmo tempo, sentia o peso da responsabilidade. Como afirma Scott (2011), o matrimônio significa que por meio legal a mulher pode ser mãe. Nesse mesmo sentido, o filho já crescido, interpela a mãe para que ela justifique a ausência do pai na casa, dizendo que ele “cabe” lá. Esse questionamento gera ainda mais conflito à participante que sente culpa por não ter proporcionado ao filho essa composição de pai, mãe e filho, pois ela escolheu o pai dele, mas este não a escolheu para ser esposa ou companheira. A condição da formação da família para a criança ancorada no ideal de que “família tem que ter pai e mãe” foi apontada no estudo de Ribeiro (2011) por crianças de escola pública e privada. Em uma das justificativas sobre a ausência do pai, no grupo das crianças da escola pública, afirma que o desejo deles era que o pai morasse na mesma casa, junto com a mãe e com os filhos. O trecho abaixo expõe a vivência da participante:

*Teve umas fases muito difíceis, acho que, assim, quando ele começou a entender... Quando a gente mudou para morar sozinho no apartamento e, aí, no começo: “Mas por que, mãe, mas por quê?” Eu acho que ele tava perguntando: “Mas por que ele não tá aqui? Ele cabe aqui, mãe.” O pai, né?! “Ele cabe aqui!” Aquilo me doía porque eu não tenho... Foi um peso, assim, porque eu não pude escolher isso. [...] É difícil, mas pra mim foi muito importante a maternidade. E, assim, quando a gente sente essa culpa no começo, porque a dor dele é a minha dor e eu não podia não ter essa dor. Eu não podia mudar a dor dele. Eu tive que trabalhar e aceitar minha dor, mas e a dele? Quem vai cuidar, né?! Mas, assim, depois, ele foi aprendendo, foi vendo... Graças a Deus o pai sempre foi muito presente e tudo. Mas foi difícil nesse momento que ele questionou e eu [me] sentia um pouco culpada, né?!*

*Mas, aí, a vida ensina e a gente vai... E a relação da gente, o amor; ele é muito amado. (RAFAELA).*

A rede de apoio para o cuidado com a criança nos primeiros dois anos de vida foi também frisada nessa experiência. Os seus pais compuseram essa rede até o momento em que ela foi morar só com o filho. O apoio de parentes, amigos e vizinhos no cuidado com a criança tem sido uma condição estudada por Fonseca (2006) chamada de “circulação de crianças”, quando esse cuidado passa a ser compartilhado por outros, a fim de que a mãe possa trabalhar fora. A rede social de apoio é formada, principalmente, por pessoas do parentesco, podendo incluir amigos e vizinhos. A participante compartilha sua condição: *“Nos primeiros dois anos, eu tive o apoio da minha mãe dentro de casa, do meu pai... ao mesmo tempo, eu pensei: “Logo, logo, eu tenho que ir para meu canto.” Até porque eu queria que fosse eu e A.”* (RAFAELA).

Outra questão refere-se à vivência de abarcar todo o lado financeiro na criação do filho em função de possuir uma melhor estabilidade profissional em relação à do pai da criança. Nesse exemplo, fica explícita a autonomia da mulher quando assume, sozinha, a provisão da casa e dos filhos, quebrando mais um parâmetro do esperado pai provedor:

*Eu não tive muito opção, não. Eu sempre fui eu e eu [risos]. Então, assim... Se for falar pelo lado financeiro... Eu não tenho nem o que te dizer... Porque era eu, eu e eu. Eu digo: “Deus só dá a cruz que a gente pode carregar” Né?! Tenho meu emprego, tenho meu carro, tenho meu apartamento, pago minhas contas e... [...] Agora... [...] Se eu precisasse e não tivesse e precisasse da ajuda do pai, aí, eu acho que ia ser mais bronca, né?! (RAFAELA).*

A participante também reconhece que mesmo que o pai não contribua financeiramente, ele tem uma participação constante e muito importante na vida do filho, baseada no afeto. Nesse caso, o pai não está presente pela via da provisão financeira, mas se faz presente pela via do afeto positivado, reconhecido pelo amor, carinho: *“É o maior grude com o pai, é um amor, um carinho. L. é também super presente com ele, um pai super amoroso e não sei o quê...”* (RAFAELA).

Esses exemplos das práticas sociais que envolvem, hoje, a maternidade e a paternidade nas suas diversas possibilidades, como vemos acima, atestam a condição de flexibilidade e abertura para o novo, em que as pessoas “não internalizam os atributos de gênero e os modelos hegemônicos como uma produção em série” (LYRA *et al.*, 2007, p. 87). Os autores afirmam ainda que, assim como as mulheres “estranharam” o seu lugar na sociedade, dando início a movimentos que criticaram as relações de poder, reivindicando seu espaço no mercado de trabalho, na vivência da sexualidade e na estrutura familiar, os homens também sentiram esse

“estranhamento” sobre o modo de viver a paternidade e a masculinidade, na medida em que cada um as vive diferentemente; uns as constroem mais baseadas no modelo hegemônico, enquanto que outros experimentam novas possibilidades.

Como os papéis dos pais complementam o papel dos filhos, os participantes falam da dinâmica dos filhos dentro da família, o que inclui sua posição nos investimentos parentais e suas práticas, que remontam o lugar da criança, em um comparativo de tempo entre o ontem e o hoje. O primeiro aspecto comparado à realidade atual dos filhos é que esses ocupam o lugar central na família; pertencentes a uma classe econômica mais favorecida, são foco dos investimentos dos pais, o que significa que tudo o que os pais têm de melhor é para os filhos. Passos (2007) defende a ideia de que os sacrifícios realizados hoje em torno dos filhos é uma forma de os pais poderem usufruir da alegria que as crianças acrescentam à vida deles, pelo prazer gerado no prolongamento narcísico e na segurança da continuidade geracional. Os filhos estão no centro dos afetos familiares e dos investimentos econômicos, diferentemente das gerações anteriores, em que os adultos (pai e mãe), principalmente o pai, tinham prioridade, desde o simples ato de servir-se à mesa antes das crianças até o de comer a melhor parte do alimento. Os participantes compartilham essas diferenças no diálogo abaixo:

*RAUL: Eu vejo não mais só aquela figura do pai, que quando o pai chega em casa todo mundo se levanta; quando senta na mesa, o pai comia o peito e a coxa e o que sobrava era pro filho. Não, hoje a geração... Eu fui da geração que criança comia o pezinho de galinha, comia não sei o quê, porque o pai e a mãe tinham direito aos melhores pedaços da galinha. Eu acho isso bem interessante.*

*RAFAELA: Hoje é o contrário... [risos].*

*RAUL: Hoje é o contrário: dá o filé pro filho.*

Seguindo-se o caminho dessa valorização das crianças hoje no meio das famílias, o processo de aprendizagem também não é mais concebido de forma unilateral, em que só a criança aprende com os pais. Ainda que esse ponto tenha sido bem explorado acima, os pais se veem na condição de exemplo todo o tempo para os filhos, atentos à responsabilidade de estar sob observação constantemente; admitem também que a criança atualmente tem muito que ensinar. Pela liberdade do diálogo e dos questionamentos, afirmam que as crianças são “mestres e mestras” e, nessa compreensão, a aprendizagem é contínua e envolve todos os lados, diminuindo as distâncias entre os saberes: “*Porque tá... É um grande mestre; eu vejo as crianças como grandes mestres; mestres e mestras pra gente [...]*” (RODRIGO).

Apesar de a recolocação das crianças nas famílias parecer ser positiva para elas, com mais valorização e investimentos, em contrapartida, a vivência da infância atual é vista com

pesar e tristeza quando comparada à infância que esses pais tiveram. Aqui, essa compreensão é a mesma apontada pelas crianças participantes do grupo de filhos, que, da mesma forma, acham que a infância dos pais deles foi muito melhor, por causa, principalmente, da liberdade de brincar na rua. Nesse sentido, as práticas do brincar mudaram entre essas duas gerações, impulsionadas pela acelerada urbanização das cidades, pelo aumento dos índices de violência urbana e o crescente desenvolvimento das tecnologias que culminam num espaço de utilização mais privado. Fica difícil, hoje, a promoção da liberdade da rua, o jogar bola com as crianças da vizinhança, pois essas se restringem aos apartamentos – alguns com área de lazer –, aos passeios no shopping e ao crescente uso dos aparelhos eletrônicos. Observamos como a infância de hoje é considerada triste e a de ontem, feliz:

*Agora, pra criança... A geração atual é muito triste. Meu filho tem a infância triste em relação a que eu tive; claro que ele não sabe, ele não sabe disso. [...] Mas, gente, eu jogava bola na rua de 7 da manhã à 10 da noite. [...] Eu tomava água na mangueira, água de torneira, eu ia pro rio pescar, eu ia... Soltava pipa, soltava pião, era o cão. [...] Eu tive infância. (RAUL).*

A infância do filho é confinada em um apartamento, sem a oportunidade de interagir com outras crianças, com shopping, videogame e internet:

*Meu filho... Eu moro num apartamento que tem quatro famílias; das quatro, três tinham crianças e meu filho [...] Eu não moro em um edifício grande, que tem aquela área de baixo, que a maioria das famílias mora hoje, mas, mesmo assim, não tem a liberdade da rua. Não tem a liberdade de conhecer o menino pobre. [...] Então, o que eu vejo é isso, a infância é muito triste. Por mais que a gente leve pro shopping, por mais que a gente leve pro cinema, por mais que ele tenha videogame, por mais que tenha internet, mas não é... É totalmente diferente da infância que eu tive. [...] Um brinquedo bom é a tecnologia, não tem mais aquele de construir. A gente pegava a chave de fenda na infância e fazia um triângulo. (RAUL).*

Nessa perspectiva, a ocupação do espaço público, por ser aberto e dinâmico, era considerada um fator importante para o contexto do desenvolvimento das crianças, além de estruturador da cidade, no qual a criança se deparava com uma variedade de estímulos propícios para a apropriação e transmissão de práticas culturais (LUZ; RAYMUNDO; KUHNEN, 2010). O crescimento das cidades acarretou diversas mudanças nessa prática de ocupação da rua, como o intenso tráfego motorizado, em grandes vias e estacionamentos; mas o principal motivo que promoveu quase que a total privatização dos espaços de brincadeira das crianças foi o medo. Hoje, a população considera a rua inadequada e perigosa pelo aumento da criminalidade nos

grandes centros urbanos (PINTO; BICHARA, 2014). Assim, existiu uma redução da liberdade e um sentimento de privação das crianças nos dias atuais em relação aos espaços urbanos se comparado ao passado (CARDOSO; DARODA, 2011).

Tudo isso promoveu uma reconfiguração dos espaços de lazer e recreação, com a criação de parques e praças, alguns exclusivos para recreação infantil e, na contemporaneidade, os shopping centers. Em meio a essas modificações, surgem também os condomínios verticais, horizontais e fechados, alguns com áreas de lazer privadas e sistemas de segurança. Esses lugares de moradia, mais isolados, trazem como consequência a necessidade do recolhimento da criança, frente a sua vulnerabilidade nas ruas. Por fim, Cardoso e Daroda (*op. cit.*) afirmam que são esses espaços privados que favorecem as novas brincadeiras para as crianças, alavancadas pelo desenvolvimento tecnológico, com o uso da televisão, dos jogos eletrônicos, do computador pessoal, dos aparelhos celulares, bem como de tablets, smartphones, iPhones, todos ligados à internet, intensificando a forma de comunicação visual.

Diante de tudo o que o grupo dos pais discutiu sobre os modelos e práticas dos papéis familiares nesse trânsito das transformações, as imagens objetivam exatamente a dinâmica das famílias entre gerações. O desenho 4 reflete a condição da família de ontem, com relações hierarquizadas e definidas: o pai chegando do trabalho, a mãe com os filhos à espera do pai; a hora da refeição em que o pai tem a prioridade de comer antes; e a liberdade das crianças que brincam na rua, jogando bola e empinando pipa. Nas palavras do grupo, a família de ontem: “*Se resume nesse pai provedor, nessa família em casa...*” (RAQUEL); “*Tradicional...*” (RAFAELA); “*Mas, por outro lado, tem a infância bem feliz, né?!* ” (RAUL); “*Mas com uma infância também de rua, né?! Tendo possibilidades de menos assaltos.*” (RAQUEL).



Desenho 4 – A família de ontem para os pais

Por sua vez, a família dos dias atuais foi objetivada no desenho abaixo (desenho 5), em que, na parte inferior, mostra-se a rotina de uma família que mora em um apartamento: cada filho está no seu quarto, o menino joga videogame, a menina está se arrumando em frente ao espelho; no entanto, a família se reúne no momento da refeição, marcando a diferença da geração passada, em que o pai aparece separado de todos: *“Todo mundo junto, porque o pai faz questão, a mãe faz questão. Não tem aquela coisa de chorar e ter que tirar e ter que esperar um comer, os adultos comerem. Todos juntos nessa construção, nessa conversa de alimentação.”* (RAQUEL).

Além disso, na parte do meio do desenho, está representada a rotina dos pais, cada um vem do trabalho em seu carro, mas é a mulher quem leva e traz as crianças a todo o momento das diversas atividades do dia a dia. A escola (prédio desenhado no canto direito) é apontada como o lugar em que a criança fica presa boa parte do tempo; é a quem os pais delegam a educação. No carro da mãe, tem também espaço para a babá, que compõe a rede de cuidado com as crianças, no caso das classes mais abastadas financeiramente e, na classe pobre, esse cuidado é dividido com pessoas mais próximas, como a vizinha. A mulher é vista como heroína, desenhada com uma capa e voando (no meio do desenho, lado esquerdo), para lembrar as suas múltiplas atribuições no trabalho, na casa e com os filhos. Por fim, as casas na parte de cima (lado esquerdo do desenho), já demonstradas no tópico 1 da análise, traduzem a multiplicidade da formação das famílias, o que inclui a monoparental, a separada, a recasada e a homoafetiva.



Desenho 5 – A família de hoje para os pais

Nas palavras dos participantes, os elementos desse último desenho foram apontados da seguinte forma: *“O prédio; as crianças enjauladas.”* (RAQUEL); *“Cada um no seu...”* (RAFAELA); *“Quarto...”* (RAUL); *“Mas, em contrapartida, tem um pai mais presente que comunga com a família e os filhos em refeições, né?”* (RAQUEL); *“Leva para a escola. Traz da escola. Leva para o futebol. Traz do futebol.”* (RAFAELA); *“As crianças na escola.”* (RAQUEL); *“É que a escola também, hoje, fica responsável... [...] Delegar a responsabilidade.”* (RODRIGO).

Ainda comparam o lugar da mulher nos dois desenhos: *“Uma mulher que tem um destaque diferenciado do de lá, né?! A de lá tá em casa, a daqui tá voando para o mundo.”* (RAQUEL). Por fim: *“A babá tá aqui no banco de trás.”* (RAQUEL); *“Eu acho que só tem babá quem é mais classe abastada, né?! Porque o pobre...”* (RAUL); *“Mas até o pobre tem aqueles cuidadores que, quando [vão] sair, aí, deixa com a vizinha...”* (RAQUEL).

Seguimos agora para a compreensão dos modelos e práticas que foram compartilhados pelo grupo de avós participantes. Uma primeira percepção do modelo de avô e avô vincula-se à ideia de que estão ficando velhos; essa se ancora nas concepções de limitação das capacidades produtivas e físicas e da proximidade da última etapa do ciclo da vida, teoricamente entendida como a última fase do desenvolvimento humano (ANDRADE, 2014). Bosi (2012/1979) considera a velhice como uma categoria social; além de esta ser um destino para o homem, possui um estatuto contingente, na medida em que cada sociedade vive seu declínio biológico de um modo diferente. Assim também, Oliveira, Vianna e Cárdenas (2010) reforçam a multiformidade do conceito de velhice, o qual é repleto de transformações biológicas e cronológicas, bem como sociais e culturais. Os participantes percebem nessa relação de avô-velhice uma incompatibilidade, por terem uma prática de vida bastante ativa e produtiva. Dias (2002) afirma que houve uma evolução da imagem dos avós nos últimos tempos. Tradicionalmente, os avôs eram vistos como figuras encurvadas, cabelos brancos, passos trôpegos, sentados em cadeiras de balanço, representantes da autoridade; e as avós de cabelos presos e vestidos longos que contavam histórias, gentis e disponíveis para cuidar dos netos, repassando suas experiências para as novas gerações. Hoje, grande parte dos avós está em meados da vida, é social e profissionalmente ativa, envolvida com diversas atividades sociais, pratica atividades físicas e possui um envolvimento ativo e satisfatório com os netos. As palavras do participante expressam bem essa condição atual:

*Porque vovó, pra mim, era uma coisa... quando eu chegava era: “Bênção, vovó!” Era algo assim, né?! Uma pessoa idosa, né?! E que, uma pessoa assim, que fazia algumas coisas e... E minha esposa era uma pessoa normal! [...] Essa vovó faz tudo que a minha vovó não fazia! [...] Eu comecei a entender que a gente tava partindo já para os finais da nossa existência. (MÁRIO).*

E a chegada dos netos, ao mesmo tempo em que se associa à velhice, é vista como uma renovação de vida, que os revigora e proporciona prazer. Segundo Oliveira, Vianna e Cárdenas (2010), na relação entre a velhice e a infância, resgatam-se lembranças; os netos são fundamentais na vida dos avós, essenciais para as pessoas que estão envelhecendo; essa relação pode ser marcada pelo prazer e brincadeiras e, na medida em que os netos crescem, novos significados podem ser relevantes. Ser avó/avô é uma renovação, a melhor parte do envelhecer para os participantes, pois “*neto é filho com açúcar*” (MARIA; MARTA), como afirmam: “[...] *os netos quando chegaram... A neta, depois, o neto, foi um negócio assim... De voltar à vida! Voltar a viver! Entendeu?! Tão gostoso!*” (MÁRIO); “*Era avó agora. [...] eu achei que, pra mim, foi maravilhoso. Gostei, deixei minha casa pra lá, [...] deixei tudo, né, mas muito satisfeita; pra mim, não tem coisa melhor no mundo; meu marido diz todo dia: ‘O melhor do envelhecer é ser avô.’*” (MARIA).

Uma função prática exercida pelos avós na vida dos netos refere-se à educação, diferente da que deram aos próprios filhos. Como avós, têm mais liberdade, menos obrigação, maior flexibilidade; cedem mais aos pedidos dos netos, contrariando até mesmo a ordem dos pais: “*Com o filho, a gente tem a obrigação de educar. [...] Mas o neto a gente não tem obrigação de educar.*” (MARTA). Afirmam que agora são os pais que têm essa obrigação.

Segundo Sarat (2007), essa obrigação da educação das crianças pode ser observada no decorrer da história: em tempos atrás, ela ocorria de forma mais coletiva, todos participavam do processo, como a Igreja que era responsável pelos padrões de conduta através de manuais e catecismos, onde as regras eram ensinadas. Gradativamente, essa educação foi sendo delegada à família e, principalmente, aos pais. Assim, a criança viveu diferentes possibilidades de inserção, ora de forma mais ampla na sociedade ora mais direcionada pela família, regida por padrões de privacidade que também são constitutivos dos grupos sociais. Hoje, a família e, principalmente, os pais, é o maior responsável em imprimir os valores, hábitos e padrões na educação; por controlar os impulsos e comportamentos das crianças; é o que Berger e Luckmann (2012/1966) chamaram de socialização primária.

No confronto com os filhos, agora pais das crianças, os avós se valem do resultado da educação que deram a eles, mas admitem para si mesmos que não sabem como agir com os

netos, na medida em que a relação é diferente: “[...] é tão diferente! Tem que encontrar uma forma de...” (MARIA). A defesa sobre o resultado educacional que deram aos filhos foi encontrada por Sarat (2007) na sua pesquisa com avós e netos: os avós supervalorizam a sua autoridade de educadores pela experiência vivida como pais, como uma prestação de contas social dos resultados que obtiveram com essa ação. O dilema dessa educação pode ser observado na fala desse avô, que facilmente cede ao pedido da neta, ainda que contrarie a ordem do pai da criança, valendo-se do seu aparente sucesso na educação dada ao filho:

*[...] ela faz: “Vovô, vovô, me leve, me leve.” Aí, eu vou e levo. E, aí, quando o filho vem reclamar, eu digo: “Fique tranquilo que o resultado da minha educação tá em você aí. Você não tá vendo o resultado? Então, deixe comigo que eu sei fazer [...]” Mas, na verdade, eu não sei fazer! É tão gostoso, é tão diferente. (MÁRIO).*

As transformações na rotina das famílias, dentre outras coisas, têm sido realçadas nos últimos anos pela presença dos avós na vida dos netos, em consequência da longevidade dos idosos. Essa condição tem proporcionado à criança o cuidado dos avós. Eles assumem o neto no horário em que os pais estão trabalhando e há os que assumem em tempo integral, responsabilizando-se pela educação e, às vezes, pelo sustento econômico. Sabemos que “a relação estabelecida entre avós e netos, além do afeto, transmite para a infância uma herança cultural, de maneira simbólica, essencial para a formação da subjetividade da criança, de sua família e de toda a sociedade” (SILVA; CORREA, 2014, p. 126). Corroborando essa citação, estudos sobre o tema explicitam que os avós são os principais agentes socializantes das crianças depois dos pais e são figuras centrais que contribuem diretamente para o crescimento e desenvolvimento da mesma (RAMOS, 2014). A atual dinâmica que estreita a relação entre as duas gerações faz com que os avós assumam lugar central na educação dos netos, o que torna delicado perceber, por vezes, o limite entre o que cabe aos pais e o que cabe aos avós, gerando tensões. A participante relata que foi a sua filha que lhe deu esse limite:

*[...] larguei tudo porque foi muito importante a primeira neta, mas eu sabia, desde então, [que] era deles, dos pais! E eu ficava assim nas beiradas, né, ali, corujando. E, aí, depois, na educação, eu logo, eu influenciava, queria me meter, queria fazer isso, queria... Avó, não, não é isso! Até que a minha filha que tem a personalidade dela: “Épa, mãe! A mãe sou eu! Tu é a avó!” Ah, então, aí, eu comecei a perceber e a diminuir aquele meu mandato. Então, quando ela tava presente, ela que mandava, eu que fazia, e se ela dava castigo eu tinha que me virar, sair de perto para não interferir, tudo bem. Mas quando ela não tava, ah, a neta era só minha! (MARTA).*

O ser avó e avô também leva a um dilema sobre o modo como exerceram a maternidade e a paternidade; além do grande amor que reforça a dimensão do afeto pelos netos, há a noção de que por eles se faz tudo, diferentemente, de como foi com os filhos. Percebem que, com os filhos, a prática traduzia-se pela sobrecarga de obrigações e responsabilidades; com os netos, amplia-se o tempo e a liberdade. Com os netos, os serviços e a organização da casa ficam para depois, eles podem fazer “o que bem entender”. Bosi (2012/1979, p. 74) afirma que, com os avós, a ordem social se inverte, a esses não cabe mais a tarefa da educação do neto, pois “o tempo que lhes é concedido de convívio se entretém de carícias, histórias e brincadeiras”. Aqui, a participante apresenta seu dilema:

*[...] o que eu sinto, assim, é que além do grande amor de ser avó mesmo, eu fico olhando assim e, meu Deus, será que eu perdi alguma coisa dos meus filhos quando tinha essa idade? Porque a gente faz tudo pelos netos e fica a pensar: “Eu agi assim com eles quando eram pequenos? Aí, depois, você vê, era sobrecarregada. E hoje o meu marido diz assim [...]: “Depois que eles forem, a gente vai e arruma tudo, deixe eles fazerem o que bem entender.” Com os filhos, já não era assim. Porque a gente tinha que manter a casa em ordem, as coisas em ordem, não admitia. Meus filhos mesmo dizem: “Pai, como o senhor mudou!” (MARIA).*

Para os avós, os netos representam uma continuidade deles na medida em que as gerações vão passando, primeiro com os filhos, depois com os netos, vistos como um prolongamento da própria pessoa: “[...] a gente percebe que é uma continuidade nossa, né?! A gente sempre fica com a sensação de que ter neto, quer dizer, os filhos é um prolongamento da gente e agora vai se estender pra outros, né?! Então, vai vir por aí a mais.” (MANUEL). Assim, a ideia de continuidade geracional promove também a repetição dos padrões familiares que servem para perpetuarem a família ao longo dos tempos (ALMEIDA; MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2014).

Como falamos dos posicionamentos dentro da família, interligando diferentes tempos, pelo fato de os avós já terem vivenciado todos os posicionamentos aqui analisados (filhos, pais e avós), eles compartilharam, através das suas experiências, os valores e as práticas que atravessaram as gerações. Nesse sentido, veremos como eles viveram a condição de filhos, complementarmente ao que se tinha como modelos de pai e mãe; em seguida, a condição de pais e como percebem, nos dias atuais, a vivência desses papéis dentro da família, como suas aproximações, tensões, distanciamentos e defesas. Barros (1987, p. 78) afirma que, quando os avós reconstroem as suas histórias de vida, “reconstroem também a história do modelo familiar, através de caminhos já marcados por lembranças suas e de seu grupo familiar”. Ainda que as

histórias sejam contadas pelas experiências individuais, entendemos

[...] que muitas das nossas lembranças, ou mesmo de nossas ideias, não são originais: foram inspiradas nas conversas com outros. Com o correr do tempo, elas passam a ter uma história dentro da gente, acompanham nossa vida e são enriquecidas por experiências e embates (BOSI, 2012/1979, p. 407).

Situamos que os avós viveram sua infância por volta da década de 1950 e compartilharam sobre a dinâmica familiar e relacional entre pais e filhos no que tange às regras da convivência, às práticas disciplinares e ao relacionamento afetivo. As características da família do tempo em que foram crianças traduzem-se pelo modelo de relações hierárquicas, pais acima dos filhos, homem-pai acima de todos, simbolizando a autoridade máxima. Tais referências mais tradicionais também apareceram no grupo dos pais, quando falaram dos seus próprios pais, reafirmando a autoridade paterna. O grupo das crianças também confirma essas condições quando apresenta as histórias vividas pelos seus pais quando crianças.

Assim, o grupo dos avós enfatiza a existência de normas e regras claras que deveriam ser seguidas em casa, com horários rígidos e a ausência de diálogo entre pais e filhos. Foi uma época em que o lugar dos filhos resumia-se à obediência aos pais, afora o distanciamento deles do mundo dos adultos, por serem considerados com pouca experiência (COSTA, 1999; AZZI, 1987). Os trechos seguintes expressam tais situações: “*Meu pai era aquele que a última palavra era dele, né?! E acabou. Eu obedecia e o resto obedecia.*” (MÁRIO). E ainda:

*Eu nasci num lar aonde a gente não podia falar nada, a oportunidade era da mamãe e a última do papai. Então, tinha horário pra dormir, horário pra se acordar, horário pra apanhar, horário pra estudar, horário pra comer, era tudo certinho [...] nós éramos nove e papai e mamãe. Tinha horário pra almoçar; papai chegava da empresa, tinha que almoçar; e era assim muito rigoroso [...].* (MÁRIO).

Estabelecidas por relações hierarquizadas, as características da família do tempo dos avós foram objetivadas por um desenho (desenho 6) que exprime bem esse modelo. Moscovici (2011/2000) considera que a imagem do conceito torna-se uma réplica da realidade e perde seu caráter abstrato com a finalidade de ganhar uma existência quase física, independente. Em outro estágio, quando a imagem é totalmente assimilada, o percebido passa a ser concebido.

Assim, o desenho foi elaborado em duas versões: na primeira versão (lado esquerdo), o pai foi desenhado maior do que a mãe, representando a ideia de autoridade do marido sobre a mulher. Os participantes afirmam que a ordem da mãe, sobre o que fosse, em relação aos filhos, era atravessada pela palavra do pai: “*A mãe nunca tinha a vontade própria, firmeza própria de*

dizer não. ‘Seu pai disse...’ (MARIA). Mais abaixo, ainda estavam os filhos, de mãos dadas, simbolizando a união entre eles, necessária para suportarem as dificuldades do dia a dia. Nas palavras do participante: “O homem de um lado, a mulher do outro e, embaixo, os filhos. [...] É, o homem maior, a mulher menor.” (MANUEL). Depois, o grupo resolveu desenhar essa mesma configuração dentro de um ambiente que simbolizasse melhor a hierarquia das relações. Por isso, fazem um castelo com o pai no topo, representando o poder, abaixo a mãe e, depois, os filhos, ocupando os lugares dos súditos. De todo modo, a base do castelo, parte escurecida abaixo, significa que a família, apesar de tudo, é o alicerce, o ponto de referência. A participante ratifica essa importância na família quando a compara à imagem da base do castelo: “[...] quer dizer que a família é um ponto de referência. Pode sair, sair por... mas, por pior que seja a família, se a gente não retornar a ela, a gente se perde. Quer dizer, eu! Eu me perco! Eu não posso falar de outro, eu tenho que falar de mim.” (MARTA).



Desenho 6 – A família de ontem para os avós

Seguindo as colocações dos avós diante, por exemplo, da condição atual das crianças, vemos que o grupo dos filhos, acima, também se referiu ao papel da obediência aos pais como uma das funções do filho. No entanto, a diferença é que hoje a criança vive com mais liberdade e valorização na família, é foco dos seus investimentos e, por isso, tem uma maior inserção no mundo dos adultos. É considerada detentora de algum saber, o que contraria a imagem acima quando os filhos são colocados no último patamar em relação aos pais. O grupo dos pais

também reconheceu a valorização que as crianças têm hoje, vendo-as como “mestres e mestras”. Nessa nova relação, horizontal, os pais, mesmo sendo exemplo para os filhos, também aprendem com eles o tempo todo.

Admitindo-se a condição do conhecimento das crianças pela apropriação da tecnologia, na era digital, sabe-se que são elas que detêm o maior conhecimento, superando os adultos. Dessa forma, “as crianças dos dias atuais estão inseridas em um contexto de tecnologia e lidam com ele mais facilmente do que os adultos. Estes, por vezes, encaram as transformações tecnológicas como um problema, implicando uma readequação aos padrões sociais” (MARTINELE; MOÍNA, 2009, p. 63).

A outra dimensão das práticas familiares apresentada pelos avós, que envolvia tanto a relação dos pais com os filhos quanto a dos adultos com as crianças, referiu-se ao modelo de disciplinamento, traduzido pela correção corporal através da prática do bater. Realidade de uma época em que essa prática, compartilhada socialmente, era compreendida como a melhor estratégia de educação. Como já explanado teoricamente, o bater foi amplamente difundido desde a colonização com os padres jesuítas que catequizaram os índios sobre o uso dessa estratégia de correção das crianças, vista como prova de amor, presente nas escolas e, depois, nas famílias brasileiras (PRIORI, 2008; LONGO, 2005). Essa situação foi reforçada pela autoridade investida na figura do pai, o qual, pelo olhar, transmitia sua ordem, respaldado nos valores da Igreja Católica, no patriarcalismo e na Justiça, que lhe permitia o direito de castigar escravos, filhos e mulheres (COSTA, 1999). Os relatos dos participantes atestam parte dessa realidade, em que se apanhava de outros adultos além dos pais; apanhava-se em lugares públicos, como a rua; apanhava-se sem saber o motivo.

Nesse relato, os parentes também podiam bater nas crianças, estivessem essas na posição de netos ou de sobrinhos. Em todas as casas havia o mesmo funcionamento: “*Não é porque era neto não, levava pancada de qualquer jeito, levava tanto de um lado como do outro. Quando eu chegava na casa de uma tia, era desse mesmo jeito, quando chegava lá: ‘Aqui é assim, assim, assim, assim...’*” (MÁRIO). E ainda:

*Eu fui criada assim: meu pai, além de bater, só olhava. Ele olhava assim; já entendia tudo! Eu me lembro, com 15 anos, eu apanhei uma surra no meio da rua. [...] Meu pai, com os meus irmãos, era só bater, qualquer coisa que os filhos faziam de errado era só bater, a gente apanhava se ficasse rindo ou se comentasse qualquer coisa, né?! (MARIA).*

As crianças apanhavam, às vezes, sem saber por que: “[...] lembro que um dia eu levei uma tapa não sei por que; aí, eu perguntei: ‘Por que eu apanhei?’. Porque eu questionava, o

*restante apanhava e ficava. ‘Você apanhou porque ficou sorrindo da sua irmã, porque eu bati na sua irmã.’* (MÁRIO).

Sobre o tema, o grupo das crianças, já apresentado, enfatizou que essa realidade foi vivida pelos seus pais. Os pais do grupo das crianças foram filhos da geração desses avós participantes que relatam sobre o quanto apanharam, o que nos faz pensar que a transmissão dessa prática permaneceu sendo utilizada fortemente na geração seguinte. Hoje, após debates e lutas de movimentos sociais em prol da criança e do adolescente, atestou-se que o bater gera malefícios no desenvolvimento das crianças e adolescente, levando até a morte. Tal discussão chegou às instâncias legais, concretizando-se na aprovação da “Lei da Palmada” (2014), compondo parte do anterior Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

Em seguida, o grupo dos avós, agora vivenciando a paternidade e a maternidade, relatou as tentativas de mudanças quanto à prática do bater na relação com seus filhos. Vemos que as mudanças dos modelos e práticas compartilhados socialmente, em um determinado tempo, convivem em gerações posteriores com novos modelos. Percebemos que as mudanças não são completas, não erradicam as práticas anteriores; na medida em que há um padrão aprendido, ainda que questionado, esse não é facilmente descartado. Sendo assim, alguns conseguiram fazer diferente e não utilizaram a correção corporal na educação dos filhos, outros não: “*Já como os meus filhos, graças a Deus, eu não precisei bater.*” (MARIA).

Um participante expôs que, mesmo tendo decidido com sua esposa que não bateria nos filhos, não conseguiu resistir aos apelos das gerações passadas (pais e sogros) que mandavam bater nas crianças. O argumento usado respaldava-se nos resultados da própria educação que esses pais deram aos filhos, reafirmando que os avós supervalorizam a sua autoridade de educadores pela experiência vivida quando foram pais (SARAT, 2007). O participante demonstra a tensão entre a escolha de uma nova prática e a continuidade da que viveu, dada como referência:

*Eu fiz um trato com a minha esposa: eu não vou bater no meu filho, eu vou conversar com ele. [...] “Bata no menino!” Chegava na casa de mamãe, a mesma coisa, o menino fazia uma pequena coisa de criança e mamãe: “Bata no menino!” “Não, não vou bater no meu filho, não!” [...] Aí, bata, não bata; bate, não bate; e comecei a bater [...] O menino vai dá pra o que não presta e eu vou ser o culpado, né?! [...] Eu comecei a bater, eu trouxe algumas coisas da minha construção. E não foi bom! Não foi bom. Mas foi a única coisa que eu aprendi; eu trouxe pra minha família.* (MÁRIO).

Observamos, nesse exemplo, a força da tradição e transmissão dos modelos aprendidos, ancorados em um sistema de crença que justifica a eficácia do bater compartilhado por uma

geração. Como afirma Jovchelovitch (2007, p. 181-182), “sistemas de crença tendem a ser transmitidos por práticas culturais profundamente sedimentadas, possuem pouca maleabilidade e abertura à mudança e resistem fortemente à variação que provém da pluralidade em perspectiva”. Apesar da força desse sistema de crenças a ser transmitido, isso não significa dizer que algumas mudanças não sejam forjadas de tempos em tempos, na medida em que o sujeito é ativo e reinterpreta o seu contexto.

Outra mudança considerada pelos avós, em relação às dinâmicas dos casais nas famílias de hoje, é que esses dividem mais os papéis, caracterizando-se por relações mais igualitárias e com mais abertura para demonstração de afeto entre pais e filhos, como apresentaram o grupo dos pais. Os avós que viveram de forma mais intensa as referências dos modelos hierarquizados dentro das famílias são convocados como pais, a iniciarem as mudanças que hoje configuram a “nova paternidade”. Para os avós, o início desse processo foi encarado com estranhamento e resistência, na medida em que as novas práticas contrariavam a referência aprendida do ser homem e pai, como mostra o relato: “*Eu disse: ‘Eu não casei pra isso!’ [...] E você é que tem que cuidar do menino. E ela disse: ‘Não! Eu trabalho, você trabalha, a gente tem direitos iguais, você tem que cuidar do menino.’*” (MÁRIO). Compreendem que a efetivação dessa nova dinâmica nas relações familiares só consolidou-se na geração atual de pais, pois hoje:

*Há mais acordo entre os casais [...], por exemplo, em cuidar do filho. Eu noto nos meus sobrinhos um cuidado dos homens com relação às crianças [...] Eu mesmo não tive esse cuidado [...] meus genros, tudo, um envolvimento maior com os filhos. Então, essa pra mim é uma grande mudança na geração, na questão da família. (MANUEL).*

O aspecto do afeto é um ponto apresentado pelos avós como um ponto que fala da relação dos pais com os filhos. No tempo em que eles eram crianças, não havia demonstração de carinho também entre os pais, como mãos dadas, abraços ou beijos, e nem com os filhos. Tal dinâmica ancora-se muito nos princípios do patriarcado, em que o pai era o centro da família e se isentava, por exemplo, das manifestações afetivas com os filhos (COSTA, 1999). Os trechos abaixo ilustram o tempo dos avós enquanto filhos: “*Tinha uma coisa também naquela época que não era comum a gente ver [...] papai pegar na mão de mamãe. Ele ia na frente e mamãe ia atrás, e não tinha, assim, de dar mão, dar beijo.*” (MÁRIO). E ainda:

*Então, era assim: o pai e a mãe não se relacionavam com a gente. O relacionamento era esse: era estudar e pedir as coisas; era pedir, pedir, pedir. Quer dizer, eu me lembro até, eu nunca recebi um beijo do meu pai [...] Nunca cheguei junto dele, assim: “Papai, eu te amo!” Porque não tinha esse tipo de*

*relacionamento. (MÁRIO).*

Os avós também identificam que, hoje, as relações entre pais e filhos abriram-se para o diálogo e para a demonstração de carinho, mais uma transição que se processou entre essas últimas gerações. Costa (1999) expõe que as relações pautadas no patriarcado brasileiro, relacionavam a criança ao “adulto incompetente” e ao “filho incapaz”; sua existência não era vista de modo positivo. Essa condição da criança começou a se modificar pelas noções de evolução, diferenciação e graduação, heterogeneidade e continuidade, trazidas pelo trabalho dos higienistas frente ao alto índice de mortalidade infantil da época. Assim, o elo entre as gerações ocorreu no momento em que a família conseguiu representar a criança como “matriz físico-emocional do adulto”. O autor afirma que daquele momento em diante houve uma inversão de papéis: “*A criança passa a determinar a função e o valor do filho.*” (COSTA, *op. cit.*, p. 162).

Identificamos abaixo trechos que expõem os sinais sobre o estreitamento das relações entre pais e filhos, através da abertura do diálogo e da demonstração de afeto, uma realidade que os avós não viveram quando crianças, mas iniciaram na sua condição de pais com os seus próprios filhos. Sobre a realidade de quando eram crianças: “*Minha mãe não me falava nada, nunca nem me explicou nem o dia que eu menstruar na vida! Se não fosse a escola, o colégio de freira que eu estudava, [...] eu não tive esse diálogo.*” (MARIA). Os avós, já na condição de pais, começam a estabelecer diálogo com os seus filhos: “*Mas a gente conversa, meus filhos têm abertura de conversar...*” (MARIA). E, finalmente, a demonstração de afeto entre pais e filhos também se inicia no momento em que os avós foram pais: “*Eu tenho três filhos, só quem chega junto de mim é o do meio; N. me cheira, me agarra, me beija; o primeiro se mantém distante e o segundo é agarrado com minha esposa [...]*” (MÁRIO).

Diante dessas últimas experiências compartilhadas pelos avós, identificamos que muitos dos aspectos que hoje são vistos como novos, como mudanças da geração atual dos pais, tiveram início na geração dos avós quando foram pais. Percebemos que muitos processos eram encarados como desafios estranhos; muitos não compreendiam o “novo” lugar do homem, que, após casar-se, deparou-se com o desafio, até então, desconhecido, dessa função de ter que cuidar do filho, obrigação que cabia apenas à esposa-mãe. Essa mulher, por sua vez, que começou também a ocupar o mercado de trabalho, passou a exigir uma relação com mais igualdade na divisão das tarefas da casa e das crianças.

Entre tantas possibilidades dos papéis familiares, percebemos “que alguns grupos familiares coexistem com uma flexibilidade de papéis que revelam arranjos inventados para

abranger a multiplicidade de tarefas e de afetos comumente existentes nas relações em família” (DRAGO; MENANDRO, 2014, p. 311). Tudo isso nos ajuda a compreender que os modelos e as práticas sociais referentes aos papéis de família não se distanciam dos valores, normas e crenças compartilhadas pelo seu grupo. Esse processo se dá de forma ativa, não significando estagnação, mas que as dinâmicas sociais e familiares estão sempre gerando novas possibilidades nesse contínuo de transformações sociais. Como afirma Sá (2015, p. 296), “no campo das representações sociais, alude-se práticas sociais genericamente ao papel das práticas como suportes das representações ou responsáveis por sua transformação”.

### 6.2.3 Processos de transmissões na família: resistências, mudanças e memória social

A proposta desta categoria de análise é identificar os processos de transmissão dentro das famílias sobre os valores, modelos e práticas, articulados à memória social, no bojo da Teoria das Representações Sociais. Para isso, os conteúdos das oficinas de filhos, pais e avós serão apresentados através do compartilhamento dos participantes, na medida em que “o mundo da vida intersubjetivamente compartilhado é o espaço onde as comunidades se ligam ao passado, ao presente e ao futuro através da memória social, das representações sociais e das identidades sociais” (JOVCHELOVITCH, 2007, p. 140).

Situamos a memória social na sua complexidade, a qual se revela em um movimento dinâmico, oportunizada no presente. Concordamos com Sá (2015; 2007; 2005) sobre o aspecto construtivo da memória social, no sentido de que ela não é apenas uma reprodução das experiências passadas; são as pessoas que lembram, ainda que a forma e parte do conteúdo sejam determinadas socialmente por grupos; a construção, a manutenção e a atualização da memória social, mesmo na dimensão individual, são dependentes da interação e da comunicação social; estão ligadas à motivação e o sentimento. Por fim, a memória e o pensamento social também estão inter-relacionados.

A Teoria das Representações Sociais mantém uma estreita relação com a memória social e o pensamento social, o qual “constitui-se tendo como pano de fundo a ideia de que o indivíduo extrai categorias de pensamento da sociedade” (WACHELQUE; CAMARGO, 2007, p. 380). Moscovici (2011/2000) reforça que a construção das representações sociais também é complexa e está inscrita em um “referencial de um pensamento preexistente”, dependente “de sistemas de crença que se ancoram em valores, tradições e imagens do mundo e da existência” (MOSCOVICI, 2011/2000, p. 216).

O autor chama a atenção para o elemento da memória nos processos de formação das

teorias do senso comum, através da ancoragem e objetivação. Em especial, a ancoragem, que “corresponde exatamente à incorporação ou assimilação de novos elementos de um objeto em um sistema de categorias familiares e funcionais aos indivíduos, e que lhes estão facilmente disponíveis na memória” (TRINDADE, SANTOS; ALMEIDA, 2011, p. 110). Sendo assim, é necessário que o sujeito disponha de um repertório anterior para dar sentido ao novo. Como afirma Moscovici:

[...] o que está em questão é a análise de todos aqueles modos de pensamento que a vida cotidiana sustenta e que são historicamente mantidas por mais ou menos longos períodos; modos de pensamento aplicados a “objetos” diretamente socializados, mas que, de maneira cognitiva e discursiva, as coletividades são continuamente orientadas a reconstruir nas relações de sentido aplicadas à realidade e a si mesmas (MOSCOVICI, 2011/2000, p. 218).

Diante desse norte teórico, os resultados das três oficinas serão articulados, destacando que muitos dos aspectos que caracterizam a família e já foram apontados nos tópicos de análise anteriores, aqui, serão revisitados de outro modo.

No grupo dos filhos, por se tratar da criança, no que se refere à relação com a memória, essa recebe do passado não só as informações da história escrita, mas “mergulha suas raízes na história vivida ou melhor, sobrevivida, das pessoas de idade que tomaram parte da socialização. Sem estas haveria apenas uma competência abstrata para lidar com os dados do passado, mas não a memória” (BOSI, 2012/1979, p. 73).

Corroborando essa compreensão, os participantes apresentam as questões da família, no referencial do tempo passado, resgatando as históricas e experiências vividas pelos seus pais quando foram crianças, o que inclui, nesse contexto, avós e até bisavós. Tudo isso demonstra a intergeracionalidade transmitida oralmente, a qual constitui um tipo de memória pessoal que parte da memória social. Sá (2015, 2007, 2005) explica que a memória social funciona como um guarda-chuva, subdividida em sete tipos de memória, dentre elas, a memória pessoal, a qual “diz respeito aqueles atos de recordação que tomam como objeto a história de vida de cada um. Falamos delas como memórias pessoais porque se localizam num passado pessoal e a ele se referem” (CONNERTON, 1999, p. 25).

Um dos pontos apresentados pelas crianças foi o brincar, associado ao ser filho, referindo-se ao tempo de ontem e de hoje nas famílias. A brincadeira é uma característica da identificação das crianças, por ser encontrada em todas as culturas, diferenciada apenas pela forma como acontece. É sabida a importância do brincar no desenvolvimento e aprendizagem

da criança, o que inclui aspectos físicos, emocionais, cognitivos, afetivos, sociais e culturais. A brincadeira também é propulsora dos processos interacionais, nas situações em que as crianças estão brincando com outras crianças (CARVALHO; PEDROSA, 2002).

Através dos diferentes modos de brincar, do ontem e do hoje, as crianças apresentam um tempo em que elas não viveram, mas pelo que lhes foi contado, transmitido; parece ser visto como referência de um tempo melhor do que o atual. Hoje, essas crianças se veem em desvantagem nesse quesito, pois no tempo dos pais havia mais liberdade e a rua era o espaço, por excelência, para as brincadeiras. Esse aspecto remete à realidade do desenvolvimento das grandes cidades, em que grande parte das crianças vive em apartamentos, privadas dos espaços públicos pela falta de estrutura e segurança. Assim, avaliam o antes: “*Que você era mais livre. [...] Podia brincar na rua.*” (ANDRÉ); “*Você era mais feliz.*” (ANA); E o hoje: “*Não tem mais chance da gente trelar, porque a gente tem, por exemplo, a minha secretária, eu não posso trelar porque ela está em casa.*” (ANDRÉA).

Contextualizando a dimensão histórica, é sabido que, até o século XIX, a rua era o espaço por excelência para as brincadeiras e socializações, tanto para crianças quanto para adultos; as práticas espaciais das crianças estavam mais associadas ao espaço público do que atualmente. Assim, o “espaço de uso público oferece à criança uma ampla gama experiencial, pela diversidade de pessoas e atividades que reúne. E é justamente a partir da prática cotidiana deste espaço que esta experiência potencialmente rica é efetivada” (CARDOSO; DARODA, 2011, p. 06). A fala da participante expressa esse comparativo, de que no tempo dos pais era melhor por causa da moradia em casas e da liberdade das brincadeiras na rua:

*Eles moravam em casa, eles podiam sair, eles podiam brincar com os amigos na rua, eles se melavam... Eu tenho inveja da infância da minha mãe! [...] Eles corriam na rua livremente, tinham amigos pra sair, todo mundo na rua se conhecia. Agora, a gente mora em um apartamento, a gente não pode sair de casa porque tem ladrão, porque tem perigo; a gente tem que ir pra casa de um amigo, às vezes, a gente até dorme na casa de um amigo.* (ANA).

O crescimento das cidades, todavia, acarretou diversas mudanças nessa prática de ocupação do espaço da rua, como a ampla difusão dos automóveis e sua apropriação dos espaços antes destinados às brincadeiras, com grandes vias expressas e estacionamentos. Porém, o principal motivo que promoveu quase que a total privatização dos espaços de brincadeira das crianças parece ser o sentimento de insegurança. A população considera a rua inadequada e perigosa, pelo aumento da criminalidade nos grandes centros urbanos (PINTO; BICHARA, 2014). Sendo assim, existiu uma redução da liberdade e um sentimento de privação

das crianças nos dias atuais em relação aos espaços urbanos se comparados ao passado (CARDOSO; DARODA, 2011).

Diante de tudo isso, o brincar é o objeto que se apresenta no comparativo entre o ontem e o hoje, representando a mudança na rotina das crianças das duas gerações e, assim, demonstra as transições socioculturais. Entretanto, o modo como as histórias são contadas pelos pais às crianças, em meio a transições, permite-nos observar uma memória viva, ainda que seja de algo que elas nem experimentaram, fazendo com que a referência de um passado permaneça presente a partir do que lhes é contado.

Vale salientar que esse mesmo sentimento de que a infância de ontem foi melhor, surgiu também no grupo dos pais. Eles compararam a própria infância com a atual, vivida por seus filhos, e enfatizaram os mesmos pontos falados pelas crianças no grupo: a liberdade, a rua, uma maior interação com outras crianças – fazendo críticas às limitações de hoje. Para os pais da oficina, a atualidade resume-se aos apartamentos pequenos, ao uso dos aparelhos eletrônicos e aos passeios a cinema e shopping. Essas questões aparecem na fala a seguir:

*Agora, pra criança... A geração atual é muito triste. Meu filho tem a infância triste em relação a que eu tive. Claro que ele não sabe, ele não sabe disso. [...] Mas, gente, eu jogava bola na rua de 7 da manhã às 10 da noite. [...] eu tomava água na mangueira, água de torneira, eu ia pro rio pescar, eu ia... Soltava pipa, soltava pião, era o cão. [...] Eu tive infância! [...] Eu não moro em um edifício grande que tem aquela área de baixo que a maioria das famílias mora hoje, mas, mesmo assim, não tem a liberdade da rua. Não tem a liberdade de conhecer o menino pobre. [...] Então, o que eu vejo é isso, a infância é muito triste. Por mais que a gente leve pro shopping, por mais que a gente leve pro cinema, por mais que ele tenha videogame, por mais que tenha internet, mas não é... É totalmente diferente da infância que eu tive. [...] Um brinquedo bom é a tecnologia, não tem mais aquele de construir. A gente pegava a chave de fenda na infância e fazia um triângulo. (RAUL).*

Vemos que, tanto pelos pais participantes da oficina, que expressam as suas memórias vividas, quanto pelos pais apresentados pelas crianças, que apresentam as memórias transmitidas oralmente a elas pela família, há uma memória comum em torno das brincadeiras vividas, compartilhadas por uma geração que viveu uma maior liberdade para brincar nos espaços públicos. As memórias comuns são um tipo de memória social, vistas como coleções de muitas memórias pessoais sobre um mesmo objeto, construídas de forma independente umas das outras. Pela inserção histórica, cultural e social comuns, as pessoas são expostas aos mesmos fatos, informações e gostos, o que promove lembranças aproximadas (SÁ, 2005).

O autor complementa que as memórias comuns estão atreladas às memórias geracionais, que equiparam eventos históricos, mudanças sociais e culturais, e favorecem

conteúdos para a elaboração de determinados grupos. As memórias comuns são apropriadas por praticamente todos os participantes da geração, conferindo-os identidade. Coerente com essa concepção, há um conhecimento comum relacionado às experiências de pertença, entrelaçando o que é individual e comunitário, como afirma Jovchelovitch:

O conhecimento comum produzido pela comunidade oferece os nós associativos que geram a experiência de pertença. Narrativas individuais e narrativas comunitárias são entrelaçadas de tal modo que, quando a história de uma vida individual é contada, ela contém a história, os acontecimentos, as formas culturais e as maneiras de se comportar de toda uma comunidade. (JOVCHELOVITCH, 2007, p. 138).

Como exemplo das memórias comuns, ainda observamos outros contextos que foram compartilhados pelo grupo dos pais referentes às gerações anteriores sobre a vivência do tempo e a educação dada às crianças. As memórias comuns das gerações passadas, dos que hoje são avós, servem como parâmetro de avaliação para a geração de pais mais atual. É através da transmissão oral das memórias comuns que a geração atual pode comparar e reconstruir os sentidos da sua própria realidade. Sobre o tempo de hoje, se escuta das pessoas das décadas anteriores que tudo é muito corrido. Na atualidade, há uma urgência para tudo e, com isso, se perdeu a tranquilidade:

*A impressão que eu tenho quando as pessoas falam isso é que, hoje em dia, todo mundo parece que tá pegando um trem, tá a todo vapor, e que antes a vida era mais tranquila. [...] Eu não vivi um tempo atrás com a cabeça de adulto hoje, então, eu não consigo saber se realmente tinha esse agito todo, ou se é coisa de quem viveu mais pro passado e acha que o mundo hoje tá mais agitado. Eu acho que a impressão é sempre essa, né?! Quem vier no futuro vai achar que essa foi mais tranquila e eles que vivem o intenso da vida. O que eu percebo é que todo mundo está correndo contra o tempo e que um tempo atrás não acontecia nada disso. (RAQUEL).*

Nessa mesma lógica do aceleração do tempo na sociedade, uma consequência é observada no aspecto da educação das crianças, por um sem número de diagnósticos atribuídos a elas. A hipótese gira em torno do “discurso de pessoas que viveram numa geração anterior”. Para elas, hoje, as pessoas têm mais preocupação, mais problemas e, com isso, recorrem aos especialistas para cuidarem dos possíveis adoecimentos, principalmente, com relação às crianças:

*É pelo discurso de pessoas que viveram numa geração anterior e que, assim, tudo tá correndo mais, as crianças adoecem mais, ninguém tem tempo pra*

*mais nada... [...] Então... Há uma geração que fala e que percebe essa geração, esse corre-corre, essa coisa louca que a gente tem que dar conta e quando a gente levanta alguma coisa, mas é algum problema, “criança de antigamente não tinha isso. Que doença? Vocês estão inventando doença. Tão inventando psicólogo, tão inventando doença pra criança ter que ser atendida.” (RAQUEL).*

Ainda na oficina dos pais, vimos que, por mais que haja uma prática atual no que se refere aos modelos de paternidade e maternidade, há um resgate, concomitantemente, de valores conservadores e tradicionais, referenciados pelas gerações passadas. Nas gerações anteriores, as relações familiares ancoravam-se na hierarquização<sup>5</sup>, com claras definições de papéis entre os membros da família e autoridade dos pais sobre os filhos. Os pais participantes relataram o uso de práticas atuais na educação dos filhos com padrões mais igualitários, através do diálogo, em que admitem para os filhos os próprios erros. Segundo a mãe, a educação é dada: *“Pelo exemplo, pela forma de diálogo [...] Lógico, não acerto todas as vezes e, quando erro, faço questão de mostrar o que aconteceu errado, que mamãe se excedeu, que mamãe fez errado, mas que o certo é esse. Então, o diálogo também é bem forte.” (RAQUEL).* Em outro momento, a mesma participante defende que sua postura como mãe é conservadora, ancorada nos valores que remontam um padrão hierárquico, em que a criança deve reconhecer, por exemplo, a autoridade absoluta do adulto, pois esse tem sempre razão. Nas suas palavras:

*Eu acho que também sou muito conservadora, acho que essa coisa do respeito, do boa tarde, do bom dia, do entrar, do sair... Não tem essa coisa de “ah, é criança... nem falou...” Não. Entrou, tem que falar, tem que respeitar, tem que dar o lugar ao mais velho, tem que entender que o adulto sempre vai ter razão, mesmo que o adulto não esteja certo, mas é o adulto que ela precisa ouvir. [...] Eu também me sinto muito conservadora. (RAQUEL).*

Outro participante também se identifica como conservador e tradicionalista. Exemplifica que escolheu a escola para o filho de acordo com os seus valores, tidos como tradicionais. Assim como a participante mãe, esse pai, em vários momentos do grupo, expressou valores e práticas sobre paternidade e a relação conjugal mais igualitárias, não se identificando como tradicional, conservador. Neste momento, reafirma os valores que considera tradicionais: *“Eu tenho que educar meus filhos de acordo com meus valores, né?! E penso que a pedagogia da escola... Eu não posso botar meu filho numa construtivista, aquele negócio bem cabeça, tal, se eu sou um cara tradicional, conservador, como de fato eu sou...” (RAUL).*

Diante dos últimos trechos, entendemos que o processo educacional é marcado tanto

5 Essa questão teórica foi discutida no ponto 6.2.2.

por referências conservadoras quanto por práticas mais atuais que enaltecem o diálogo entre pais e filhos. O que nos faz pensar em uma copermanência de valores e padrões atuais e tradicionais que estão presentes na construção das representações sociais e que orientam as práticas. A aproximação e a abertura para o diálogo e a admissão dos erros da mãe para a filha quebram a hierarquia e o argumento de que os adultos têm sempre razão. Como afirma o autor, as características prescritivas pela tradição das representações sociais “são impostas sobre nós, transmitidas e são o produto de uma sequência completa de elaborações e mudanças que ocorrem no decurso do tempo e são o resultado de sucessivas gerações” (MOSCOVICI, 2011/2000, p. 37).

Jedlowski (2001) chama a atenção para a capacidade que a memória tem de reinventar a tradição, na medida em que o passado é sempre reinventado e nunca retorna do mesmo jeito. Há um processo constante de seleção e filtragem que é reestruturado pelas questões e necessidades do presente, tanto no nível social quanto no individual. Assim, o aparente antagonismo dos elementos passado-presente na mesma educação de um filho exprime que as transições são parte de um processo dialético com mudanças e conservações dos valores que transitam entre diferentes gerações através da memória social.

Outra articulação que identificamos é entre a memória social, o pensamento social e a formação da identidade. Sá (2015) destaca que o pensamento social e a memória são quase indistinguíveis, na medida em que o que é lembrado do passado está relacionado ao que se sabe sobre ele. Já em relação à memória e identidade, Cabecinhas (2006) afirma que é no bojo do social que a memória é construída nos processos comunicativos, em que se refletem as pertencas e identidades sociais dos indivíduos, além das suas trajetórias pessoais marcadas também pelo social.

Desse modo, uma forte relação de identificação dos filhos com os pais pôde ser identificada na próxima passagem, em que um participante do grupo dos pais deixa claro o seu desejo de educar o filho com base no que aprendeu com o seu próprio pai. O pai expressa o desejo de imprimir intimidade através do olhar que identifica tudo o que o filho sente. É um olhar de desvelamento e reconhecimento sobre o que se sente; não se configura apenas no olhar repreensivo que intimida, comum nas relações hierárquicas das gerações anteriores. Assim, o participante busca forjar um modelo de intimidade com o seu filho hoje, referenciado pela memória do que viveu com o seu próprio pai:

*Meu pai é a única pessoa do mundo que eu nunca consegui enganar, meu pai [...] olhou nos meus olhos [...] sabe o que eu sinto. É incrível! Eu sempre,*

*assim, enganava mainha com uma facilidade assim, oh... Painho, nunca! Então, eu quero ter esse vínculo com J., eu tô tendo já, de olhar no olho dele e saber o que ele sente. O meu pai é um negócio extraordinário. Ele sabe se eu tô triste, ele sabe se eu tô preocupado, ele sabe quando eu tomei uma. (RAUL).*

Essa mesma forma de referência e identificação presente na família foi apontada por um participante do grupo dos avós, com relação à crença religiosa, que vem sendo perpassada há cinco gerações, e a função de pastor, transmitida de pai para filho há quatro gerações. Através desse exemplo, vimos que os valores sociais passados entre as gerações reforçam o pertencimento ao grupo, promovendo identidades sociais. Como afirma o participante:

*Eu vim de uma construção do meu bisavô, meu avô, meu pai, chegar a mim, chegar aos meus filhos, agora tá chegando nos meus netos, de ramificação protestante, tanto de um lado da minha mãe, como do lado do meu pai. Meu bisavô era pastor, meu avô era pastor. Meu pai disse que alguém tinha que trabalhar na família, fui trabalhar, era crente, mas não quis seguir o pastorado. Mas, depois, comigo e agora três filhos, dois são pastores de livre e espontânea vontade porque tem formação superior, mas quiseram seguir o pastorado e, aí, eu deixei bem à vontade. (MÁRIO).*

Diante desses exemplos, compreendemos a dimensão do compartilhamento dos aspectos intersubjetivos que promovem semelhanças, que, como a diferença, age como um recurso que permite aos indivíduos ou comunidades desenvolverem um conhecimento sobre si e sobre os outros. Desse modo, reconhecem histórias que são transmitidas pelas gerações passadas, o que favorece ao eu e a sua identidade. Nas palavras de Jovchelovitch:

As compreensões intersubjetivamente compartilhadas fazem com que as comunidades alcancem certo grau de semelhança; a semelhança, como a diferença, opera como um recurso que permite às comunidades e aos indivíduos desenvolver conhecimento sobre si mesmos e sobre os outros, reconhecer uma história transmitida por gerações anteriores e dar ao Eu uma identidade, isto é, uma narrativa coerente que vincula acontecimentos, ações, pessoas, sentimentos e ideias em uma trama (JOVCHELOVITCH, 2007, p. 140).

É interessante notar que as crianças também chamaram a atenção para o processo de identificação presente na relação com os pais, seja na formação dos gostos, no modo de ser ou na construção do caráter. Os pais como figuras significativas, primordialmente, fornecem os referenciais para o processo de socialização primária para as crianças (BERGER; LUCKMANN, 2012/1966). A fala da criança expressa tal sentido:

*Porque você aprende com o que você faz, assim, eu devo muito do que eu sou ao meu pai, principalmente, porque assim, ele construiu o meu caráter, o meu pai. [...] Ele é stressadinho, eu também sou stressadinha; o convívio com ele me ensinou umas coisas [...] O meu gosto musical eu também devo a ele. [...] Minha mãe me ensinou também as coisas femininas, que eu precisava ter na vida [...] E você, com as atitudes do seu pai e da sua mãe, você aprende a se espelhar. (ANA).*

Assim, acreditamos que a família é um lugar privilegiado para a transmissão, seja da própria vida, do nome, do sobrenome, do patrimônio, da educação, da cultura ou até mesmo da profissão, pois “as gerações da família transmitem conteúdos que visam assegurar a sobrevivência do grupo familiar através do tempo” (ALMEIDA; MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2014, p. 455). Essa transmissão também é essencial para a construção de si e para a formação da identidade do indivíduo. Assim, a família é um grupo social de pertença que tem valor e, como tal, promove identidade social. Segundo Tajfel (1983), a identidade social é uma parcela do autoconceito de um indivíduo derivada do conhecimento da sua pertença a um grupo social, junto com o seu significado emocional que está associado ao valor que o indivíduo atribui à sua pertença.

Outro aspecto é observado no processo de transmissão entre as gerações quando as práticas atuais divergem dos valores anteriores vividos por outra geração. Nesse sentido, mais uma vez, os mais velhos defendem seus valores e práticas de antes, dizendo o que é certo ou errado fazer para as gerações mais novas. Nesse contexto, identificamos o processo de resistência para as mudanças sociais.

Tajfel (1983) explica que os indivíduos só se adaptam ao fluxo de mudanças sociais quando procuram compreendê-las, quando constroem uma estrutura cognitiva que lhes forneça uma explicação satisfatória para tal. Tais mudanças ocorrem nas dimensões grupais a que o indivíduo pertence, seja no intragrupo (refere-se às mudanças do indivíduo dentro do grupo a que pertence) ou no intergrupo (fala das mudanças do seu grupo em relação com outros grupos). Para que ocorram as mudanças sociais, nessas dimensões grupais, é necessário “um aumento da intensidade de afiliação com o grupo próprio, ou a diminuição, ou seja, uma alienação desse grupo” (TAJFEL, *op. cit.*, p. 154). De todo modo, as mudanças de atitude em relação ao grupo também exigem uma atribuição de causa. Se elas se baseiam em aspectos individuais, é mais fácil. Quando baseadas nas características e ações do próprio grupo e/ou de outros grupos, torna-se mais complexa e difícil. Nesse contexto, há uma maior resistência às mudanças, o que não significa dizer que elas não possam ocorrer.

Como exemplo, empiricamente falando, de toda a argumentação apresentada, um

primeiro ponto parece provocar estranhamento às gerações passadas, representadas pelos pais e avós dos participantes do grupo dos pais, ao depararem-se com o homem que divide as tarefas domésticas ou a mulher que assume uma carreira profissional. Esses pontos geram defesa dos modelos anteriores, pelas gerações passadas, que viveram nos modos mais hierarquizados, como podemos observar. A participante escuta da avó e da mãe e em rodas de conversas sobre a separação das atividades que não devem ser realizadas pelo marido, com o argumento de que “*isso não é coisa para homem fazer*”:

*Da minha vó, da minha mãe: “Isso não é coisa para S. Seu marido tá fazendo!” [...] Até pela demanda da mulher ter saído para o espaço profissional e esse marido precisa chegar junto, né?! Eu consigo perceber diferença quando eu escuto alguém dizendo assim: “Mas, Raquel, isso não é coisa de homem fazer”. Quando a gente tá em roda de conversa, mas ele lava os pratos e a casa é minha. (RAQUEL).*

O pai desse outro participante orienta-o a mandar a sua esposa não trabalhar depois que se casaram:

*Eu casei, ele disse: “Mande sua mulher pra casa, não deixe ela trabalhar não.” Ela disse: “O senhor não manda aqui não, da porta pra rua o senhor manda, mas da porta pra dentro quem manda aqui sou eu. Então, saia.” Pronto, botou ele no lugar dele. (RAUL).*

A mesma tônica de defesa do passado surge nas situações de resistência às mudanças diante da identificação do intergrupo. Os avós ora consideram difícil encontrar pontos positivos na família de ontem, ora criticam as mudanças atuais. Criticam nas famílias de ontem a hipocrisia da época; o autoritarismo dos pais, principalmente na figura do pai, o detentor do poder e da verdade; o distanciamento afetivo e a ausência de diálogo entre pais e filhos; o uso da correção física na educação das crianças; a submissão da mulher; bem como os casamentos indissolúveis, mantidos, muitas vezes, por uma convenção social, na ordem do “*Casou, vive!*” (MARIA).

Quando falam do contexto atual, na família de hoje, também criticam muitos dos aspectos que viram como positivos nas mudanças. Discordam das mudanças de valores, traduzidas pela libertinagem; da falta da espiritualidade e de Deus, que gera desrespeito, junto com o imediatismo; o desrespeito que também é provocado pela falta de obediência dos filhos aos pais; desobediência que é um dificultador na criação das crianças e dos adolescentes hoje; a abertura que tem nas famílias hoje, que considera qualquer pessoa como da família; as separações entre os casais por qualquer motivo; um relativismo sobre todas as coisas, em que

cada um tem a sua verdade, comparada anteriormente à autoridade dada pela verdade do pai. Visualizamos melhor esses aspectos através das falas do grupo. Sobre a carga dos valores negativos que tem recebido a família nos dias de hoje: “*Negativo hoje é a carga, a carga de valores que tem recebido a família hoje, nesse século XXI, não sei onde vai chegar a família, né?! [...] a libertinagem.*” (MÁRIO). Considera-se a falta da espiritualidade, de Deus, nas famílias, tendo como consequência, a falta de respeito e o imediatismo das ações:

*É isso que eu digo: sabe o que falta nesse menino? É ter a espiritualidade, é ter um Deus na vida deles, eles só pensam no de hoje, trabalhar, fazer isso, fazer aquilo, curtir o momento... E foram criados indo pra igreja [...] Falta muito da família hoje. O que mudou foi isso: muita falta de Deus; não tem; quando não tem Deus, não tem respeito, não tem nada, eles não respeitam ninguém!* (MARIA).

A família está espalhada, falta o vínculo. Hoje, é difícil educar, falta obediência das crianças e dos adolescentes se comparados à geração passada:

*E hoje, tá muito assim, qualquer pessoa é família; não acho. A família tá muito, como é, espalhada. A gente vê hoje os adolescentes, as crianças, não era como as crianças de antigamente, que obedeciam; é hoje uma dificuldade pra você criar, pra você educar; se tornou muito mais difícil do que da época em que a gente era criança. Eu tive sobrinhos menores, mas hoje eu acho muito difícil. [...] Eu sinto muita falta desse vínculo, hoje em dia, desse vínculo familiar, muito, muito, muito...* (MARIA).

A verdade é relativizada, diferente da época em que o pai tinha sempre razão:

*De 70 pra cá, teve uma mudança, assim, forte, que foi cada um acha que é o dono da verdade, né?! Esse é que é o grande complicador de hoje. Antigamente, não tinha isso: “Papai, é verdade?”, “É mentira, a verdade é essa aí e acabou.”, “Então, é verdade, o senhor tá dizendo, né?!”* (MÁRIO).

A questão da facilidade das separações também é abordada como o que provoca confusão para os filhos, pela diversidade dos vínculos, gerando uma “bagunça” pela difícil nomeação: “*Porque é assim: vai, casa; qualquer probleminha, descasa e, aí, casa de novo. Eu vejo assim: e como ficam os filhos, né?! Eu vejo assim: eu tenho uma visão de agregado, mas de agregar, né?! E ‘puxa, eu tenho dois pais, eu tenho duas mães, eu tenho duas casas.’*” (MARTA). E ainda:

*Bagunça também, né?! Porque, hoje, você diz: “Eu sou isso, irmão, porque eu sou filho do meu pai; esse aqui filho da minha outra...”*. Menino, quando

*eu chego: “Não, ela não é minha irmã. Ela é irmã por parte de pai.”, “Porque é prima, mas é prima da minha mãe, mas não é minha prima”. Olhe, eu fico... Peraí, volta isso pra vê o que é que tem; é primo porque é primo da filha da minha mãe. (MARIA).*

Visualizamos, no desenho produzido por eles (desenho 7) sobre a família de hoje, alguns desses aspectos que demonstram antagonismos, diante do que avaliaram como positivo e negativo nas mudanças. Um primeiro ponto, que contraria a crítica de que na família “falta vínculo” ou “está espalhada”, foi representado pela proximidade dos seus integrantes, com a quebra das hierarquias: *“Eu imagino, assim, uma casa, ao invés do castelo [...] agora, pais e filhos estão de mãos dadas demonstrando uma relação de mais proximidade. [...] um casal de mão dada, do mesmo tamanho...”* (MANUEL). Como também afirmam que as famílias de hoje possuem mais abertura e disponibilidade para interagir com outras famílias (canto superior esquerdo). A porta da casa fica aberta para os amigos e vizinhos circularem: *“E outras pessoas. [...] tem a questão dos agregados, né?! Pessoas que estão junto, que também fazem, que tem vínculos com a família [...] não só consanguíneos.”* (MANUEL); *“Eles tem a casa deles, mas são todos amigos, todos ligados aqui.”* (MARTA). Confirmando a crítica em torno da falta da espiritualidade, uma igreja foi desenhada (no canto direito abaixo), simbolizando o afastamento de Deus da geração mais atual.



Desenho 7 – A família de hoje para os avós

Tais aspectos demonstram que os processos de transição entre as gerações não acontecem de forma estanque. Há elementos das experiências vividas, aprendidas e

compartilhadas socialmente que constituem o sujeito e, este, o objeto, numa relação dialética, promovendo a defesa do grupo diante do que foi vivido e aprendido. Jovchelovitch (2007) explica que são os nossos predecessores que nos oferecem os referenciais que possibilitarão o desenvolvimento do nosso conhecimento de hoje e sobre o qual a nossa experiência de comunidade acontece. É no passado que buscamos “os referenciais dos costumes, das tradições e práticas constituintes do sistema das representações cotidianas que guiam nossa experiência, nossa interpretação do que acontece e os esquemas de compreensão do Eu e dos Outros no presente” (JOVCHELOVITCH, *op. cit.*, p. 144). Um participante do grupo dos avós afirma que na sua construção de vida levou todas essas experiências:

*[...] Fui criado nesse ambiente. Graças a Deus, os nove deu tudo pra gente. [...] Mas a gente traz esse peso e foi bom na construção. Lógico, uns pontos positivos, tudo mais, por exemplo, a gente teve ordem! E a gente não perdeu essa ordem. E em casa eu também comecei a transmitir essa ordem, agora a gente tem que almoçar, jantar... (MÁRIO).*

E mesmo em meio às contradições, os avós exaltam a importância da família como um marco da sua formação, representada pela segurança e referência que fornece ao sujeito:

*Eu acho que pai, mãe, irmão – que lá em casa era terrível tudo isso – mas, mesmo assim, quando eu tinha um problema fora, muito sério, a gente tinha a segurança. Mesmo com todas as falhas, a gente sabia que aquele era o ponto de partida da gente. Apesar de que eu queria sair fora daquilo, daquele ponto de partida, eu não queria mais ficar ali. Mas, quando eu ficava fora, me sentia muito solta, muito... Sem um ponto de referência. A família é um ponto de referência! Bem ou mal ela é nosso ponto de referência! (MARTA).*

Esses elementos reforçam a ideia da importância da família na construção do sujeito, vista, acima de tudo, como referência e segurança, mesmo diante das suas contradições e transformações. As experiências de vida dos avós foram, a todo o momento, evocadas, no refazer de cada história, através da memória pessoal e comum de uma geração que é também social, a qual transcorreu por diferentes momentos ao longo da vida familiar. Nessas evocações, concordamos com Barros (1987, p. 78) quando afirma que os avós, “[...] ao reconstruírem suas histórias de vida, reconstroem também a história do modelo familiar, através de caminhos já marcados por lembranças suas e de seu grupo familiar”, que alcançam a memória de uma geração.

Assim como os avós, o grupo dos pais também apresenta pontos que revelam aspectos não tão positivos nas mudanças atuais, referindo-se ao lugar da mulher. As atuações femininas

geram, por vezes, algumas tensões na prática, em função de modelos arraigados, em que a mulher deveria, por exemplo, apenas cuidar da casa, do marido e dos filhos. Diante disso, argumentam que as conquistas recentes podem ter provocado um super empoderamento da mulher, levando-a de um extremo de submissão a uma independência tal que provocou um “fechamento” para os relacionamentos afetivos. Tudo isso teria deixado a mulher mais “endurecida” e “amargurada”, perdendo um pouco da “doçura” que durante muito tempo representou parte da identidade feminina (CARVALHO *et al.*, 2008). O participante explica:

*Eu vejo, assim, como uma consequência histórica da opressão da mulher, eu vejo um super empoderamento da mulher hoje. A mulher que precisou sair desse lugar de submissa e assumir a casa, pá, e um bocado de coisa sozinha... Às vezes, ela se torna tão superempoderada, que, às vezes, se fecha para relacionamento; às vezes, ela fica muito dura, perde um pouco o lado mais... Eu acho que... Mais doce, né?! E, enfim, isso pode ser questionado futuramente, mas... É, às vezes se tornam pessoas um pouco duras, amarguradas. Talvez porque a balança tá virando ainda. Ficou muito tempo assim, aí, deu uma sacudida para o outro extremo e vai levar ainda um tempo para chegar em um... (RODRIGO).*

Sentimentos de culpa são também identificados, quando, na prática, a mãe não pode mais ter a disponibilidade completa para assumir os cuidados com os filhos, diante da sua atuação profissional:

*E outra coisa: assim, pela mãe se sentir muito culpada por trabalhar; isso é a pura verdade, né?! Aí, ela dá, às vezes, mais do que precisa aos filhos. Minha mulher mesmo, ela tem uma mania, porque ela teve uma infância... Pouquíssimos presentes... [...] Dando, dando, dando, dando, dando, porque tava culpada por ir trabalhar. (RAUL).*

Com esses exemplos, entendemos que as referências anteriores, se mostram presentes nas práticas atuais, reacendendo o passado no presente. Recorremos a Connerton (1999) quando ele fala da relação da memória social com as performances; ou seja, os modos de fazer nas sociedades, que se apresentam quase como rituais. Para ele, as nossas experiências do presente dependem, em grande parte, do conhecimento do nosso passado e as imagens desse passado auxiliam na legitimação da ordem social do presente. Sendo assim, “as imagens do passado e o conhecimento dele recolhido são [...] transmitidos e conservados através de performances (mais ou menos rituais)” (CONNERTON, *op. cit.*, p. 4).

Diante desses processos de transmissões e conservações de práticas sociais, temos o exemplo dos avós, que, quando foram pais, desejaram mudar a proposta disciplinar dos filhos,

não utilizando mais da correção corporal<sup>6</sup>. Esse processo gerou grande tensão frente ao desejo de fazer diferente e à ordem dos mais velhos, que defendiam que a prática do bater era a correta, baseados na sua experiência de educação, o que poderia ser visto quase como “rituais sociais” nas palavras de Connerton (1999). Compreendemos que o rito do bater, naquela geração, era tido como sistemas de crenças que “tendem a ser transmitidos por práticas culturais profundamente sedimentadas, possuem pouca maleabilidade e abertura à mudança e resistem fortemente à variação que provém da pluralidade em perspectiva” (JOVCHELOVITCH, 2007, p. 181-182). O exemplo abaixo demarca essa condição, demonstrando a força da aprendizagem vivida e reforçada pelos mais velhos:

*Eu fiz um trato com a minha esposa [...] eu não vou bater no meu filho, eu vou conversar com ele. [...] “Bata no menino!” Chegava na casa de mamãe, a mesma coisa; o menino fazia uma pequena coisa de criança e mamãe: “Bata no menino!” “Não, não vou bater no meu filho, não! [...] Aí, bata, não bata, bate não bate, e comecei a bater no menino; o menino vai dá pra o que não presta e eu vou ser o culpado né?! [...] Eu comecei a bater, eu trouxe algumas coisas da minha construção... E não foi bom! Não foi bom. Mas foi a única coisa que eu aprendi, eu trouxe pra minha família. (MÁRIO).*

O processo de sedimentação e tradição na construção social, bem como sua possibilidade de transformação futura, foi apresentado por Berger e Luckmann (2012/1966). Os referidos autores explicam que a sedimentação das experiências intersubjetivas ocorre quando vários indivíduos participam de uma biografia comum, aqui comparada às memórias comuns que identificam uma geração (SÁ, 2015). A sedimentação das experiências é considerada social quando objetivada por um sistema de sinais da espécie, preferencialmente, a linguagem, considerada “o meio mais importante pelo qual as sedimentações objetivadas são transmitidas na tradição da coletividade” (BERGER; LUCKMANN, 2012/1966, p. 93). É a linguagem que objetiva as experiências partilhadas e as tornam acessíveis a todos. Dessa forma, é possível repetir a objetivação das experiências compartilhadas que serão transmitidas de uma coletividade para outra e entre as gerações.

Aqui, pudemos observar essa dinâmica através da ordem direta que reforça o bater nos filhos. A linguagem, ao mesmo tempo, favorece o processo de transmissão e fornece os meios para a objetivação de novas experiências quando os participantes decidem não mais bater nos filhos, modificando os comportamentos. Assim, novas experiências passam a ser incorporadas às já existentes no conhecimento.

6 Tema discutido no tópico 6.2.2 da análise.

Nesse sentido, as representações sociais preparam o sujeito para a ação, na medida em que guiam os seus comportamentos, remodelam e reconstituem os elementos do ambiente, lugar em que o comportamento deve ocorrer. Além de possibilitarem sentido ao comportamento, integrando-o em uma rede de relações, fornecendo tanto noções, teorias, quanto as observações que tornam essas relações possíveis (MOSCOVICI, 2012/1961).

O participante compartilhou que, na chegada da filha, anos depois, recebeu a mesma ordem para bater nela. Porém, dessa vez, conseguiu não bater, usando uma nova lógica: em mulher, ele não bate. Outros participantes também afirmaram que conseguiram cumprir a decisão de não bater, mostrando que era possível reconstruir novas práticas sobre o tema. Nas palavras dos participantes: *“Aí, quando chegou a minha filha [...] também começou a fazer coisa também que... Aí, meu sogro: “Bata na menina!” Eu escutava. Aí, minha mãe: “Bata na menina!” Aí, minha esposa: “Bata na menina!” “Eu não bato em mulher.””* (MÁRIO); *“Então, foi um compromisso que S. [esposa] me pediu também pra que eu não batesse.”* (MANUEL); *“Já com os meus filhos, graças a Deus, eu não precisei bater.”* (MARIA).

Nessa relação entre modelos do passado, processo de aprendizado e transformação dos papéis e práticas sociais, que inclui a memória, imbuída de afetos e interesses (SÁ, 2015, 2007), as mães participantes do grupo dos pais relacionam a influência recebida pelas suas mães. Consideraram que a construção dos seus papéis de mulher, no mundo profissional e na família, acontece tanto pelo que ouviram quanto pelo que viram.

Uma participante compartilhou que construiu seu caminho visando trabalhar e ser independente por tanto ouvir a sua mãe alertá-la da necessidade de ter a sua independência financeira. Na sua história, a mãe também foi uma mulher que rompeu com regras mais fechadas sobre o papel que deveria exercer, pois ela conseguiu o incomum de uma geração, que foi se formar, trabalhar e até dirigir. A participante ressalta que só fez apenas uma coisa diferente dos conselhos, que foi ter um filho:

*Como minha mãe tinha essa visão meio revolucionária, [...] eu cresci escutando minha mãe dizer: “Minha filha, trabalhe, seja independente, tenha seu dinheiro.” [...] Eu acho que isso aqui, assim, martela na cabeça [...] Eu segui isso assim à risca, só fugi um pouquinho porque eu quis ter um filho, né?!* (RAFAELA).

Para a outra participante, suas escolhas na vida adulta foram motivadas por aquilo que não queria repetir, pois via em casa uma relação de submissão da sua mãe com o seu pai. Os trechos abaixo demonstram essas condições:

*No meu caso, eu acho que não foi de ouvir, mas foi de ver. [...] Porque aquilo, pra mim... Eu lembro demais dela lá com pano (gesto de abano). Dia de peixe... De abanar e ele comer. [...] Eu me vejo rebelde no sentido de ir pra cima e somos iguais, não tem essa história de “você tá sempre certo” e baixar a cabeça. (RAQUEL).*

Os trechos expressam como as participantes reconstruíram o seu papel de mulher e esposa, a partir do que ouviram e presenciaram em suas famílias, considerando, em especial, suas mães. Entendemos, aqui, que, no processo de construção social, pessoas e grupos criam representações no decurso da comunicação e da cooperação, as quais não são criadas por indivíduos isolados. Uma vez criadas adquirem vida própria, circulam, encontram-se, atraem-se e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem (MOSCOVICI, 2011/2000).

Assim como as representações sociais têm um caráter ativo do sujeito, a memória social também o tem. Nesse sentido, o processo socioconstrutivo da memória revela que ela não é apenas uma reprodução das experiências passadas, existe como uma construção que se dá a partir do passado, mas em função da realidade presente e com os recursos existentes na sociedade e na cultura (SÁ, 2015). Para Valentim e Trindade:

*[...] os traços mnêmicos são dinâmicos, devendo ser interpretados segundo as vicissitudes e necessidades do presente, em uma complexa dialética temporal. Por um lado, os acontecimentos passados que acarretam as condições posteriores da interpretação e do reconhecimento; de outro, o presente que modela o passado, ordenando, reconstruindo e interpretando seu legado, com expectativas e esperanças que ajudam a selecionar dentre essas lembranças as que mais servem a um determinado futuro (VALENTIM; TRINDADE, 2011, p. 63).*

De forma geral, entendemos que as contradições são uma marca nas representações sociais de família, pois o objeto encontra-se em contexto ativo e instável. É no trânsito das mudanças sociais em torno da família e entre as gerações, marcadas pelo ontem e o hoje, que podemos perceber os elementos da memória social no processo de ancoragem para a formação das representações sociais. Toda essa dinâmica demonstra que, em meio às transformações sociais, há tanto a presença de novos elementos como o movimento de preservação e resistências dos antigos padrões. Esse processo revela uma dinâmica que envolve a memória social, o pensamento social, a motivação, a emoção, a cognição, bem como as identidades grupais, que foram aqui identificadas, as quais têm por objetivo construir mentalidades ou crenças que influenciam os comportamentos (MOSCOVICI, 2011/2000).

### 6.3 Considerações finais – 2º estudo

De maneira geral, quando analisamos as concepções e modelos em torno da família, apontados pelos três grupos participantes, identificamos elementos que reforçam ideias comuns às três gerações. Esses preservam a família pelos valores positivos de amor, proteção e cuidado; alguns enfatizam a sua constituição pela vinculação consanguínea e, acima de tudo, consideram os vínculos de afeto para definições de tipos diferentes de família. A dimensão do vínculo afetivo abre caminhos para diferentes concepções que incluem outros grupos sociais, como os amigos em quem confiam, os que são escolhidos por afinidade e os que substituem o apoio da família na condição de mudança de cidade; há ainda aqueles que pertencem à vida profissional; os que convivem e compartilham uma mesma crença religiosa, bem como as relações familiares advindas da adoção.

Destacando a questão do vínculo afetivo, apontado por todas as gerações, A. M. A. Carvalho (2005) enfatiza a importância da natureza do vínculo para a espécie humana. Para a autora, esta relação vincular é intrínseca ao desenvolvimento humano, caminho para sua inclusão no mundo social e para a sua própria constituição. Sendo assim, a família, consanguínea ou não, como outros grupos significativos de pertença social, ocupa um lugar privilegiado na promoção desses vínculos afetivos (sejam positivos ou negativos), na medida em que favorecem as condições para esse desenvolvimento vincular. Nesse sentido: “Nossa sugestão é que o vínculo interpessoal é uma condição que maximiza a possibilidade de compartilhamento de coisas socialmente construídas, uma vez que cria a possibilidade de repetição e elaboração do que já é compartilhado.” (CARVALHO, A. M. A., 2005, p. 192).

Em um artigo conjunto, Carvalho *et al.* (2006) explicam que nas vinculações entre os humanos há também o processo de seletividade, em que o outro não é neutro. Quando essa seletividade perdura, constroem-se os vínculos que podem ser expressos em grupos de pares de idade, observados em pesquisas com crianças da mesma faixa etária ou em outros grupos sociais. Assim, os vínculos são “entendidos como um padrão diferencial de interações entre parceiros em uma situação social” (CARVALHO *et al.*, *op. cit.*, p. 591). Com isso, sugerem que o compartilhamento é potencializado pela existência do vínculo, ao mesmo tempo em que esse é dialeticamente fortalecido pelo compartilhamento.

Quando falamos na dimensão de composição/configuração de seus membros, a família tem pai, mãe, filhos, seja por via biológica da concepção ou pela adoção, mas todos eles sustentados pelo afeto. A composição familiar inclui o núcleo com pais e filhos e se expande aos parentes da convivência, como avós e netos, noras e genros, cunhados e sobrinhos, tios e

primos. Particularmente, os participantes pais indicam a formação das múltiplas famílias do contexto social atual, pontuando a configuração de mãe e filho, as separações, divórcios e os recasamentos, que juntam e multiplicam as possibilidades, bem como as famílias formadas por casais homoafetivos que também podem adotar filhos.

Diante da sua dinâmica relacional, a família é regada, de um lado, por sentimentos positivados de união, compartilhamento, cuidado, amor, harmonia; e, por outro lado, esse mesmo ambiente proporciona sofrimento, ainda que seja para o bem, ensino e repreensão, no caso das crianças no lugar de filhos. Admite-se, assim, a ocorrência de desajustes emocionais na família; ela também pode configurar-se como um lugar de brigas e dominação; lugar de conflitos na convivência provocados pela diversidade entre as pessoas; e ainda pode ser atingida por acontecimentos da vida que são imprevisíveis. Em sua pluralidade, o viver em família torna-se, por vezes, um desafio, um movimento que é, paradoxalmente, fácil e difícil ao mesmo tempo.

Vale salientar que as particularidades em relação ao posicionamento de cada grupo dentro da família (filhos, pais e avós) direcionam também as suas compreensões, enfatizando os pontos que lhe são peculiares. As crianças no lugar de filhos frisam sua condição para serem amados, cuidados, protegidos, criados e educados pela família, reproduzindo valores que são atestados no âmbito social macro e assegurados por marcadores legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, existente desde 1990. Isso significa dizer que a família deve proporcionar aos filhos um lugar para viver, assim como alimento, educação e amor.

Os pais enfatizam mais os vínculos biológicos, ainda que admitam a adoção e as famílias por escolhas advindas dos amigos. Ressaltam também uma diferença entre a sua família de origem, constituída por seus pais e irmãos, que hoje está em segundo plano, e a família atual formada por eles, através da escolha do cônjuge e do nascimento de filhos, considerada como a família principal. Essa prioridade da família que formaram, demarca uma maior autonomia representada pela possibilidade da escolha do cônjuge e a geração de filhos, como também uma responsabilidade sobre o cuidado com o parceiro e os filhos, em uma relação de interdependência emocional.

Por fim, os avós, que já passaram pelas três posições dentro da família, consideram a inclusão de vários membros na sua composição, dando a ideia de continuidade no passar das gerações. Conservam ideais positivos e mais tradicionais, marcadas pelo amor, consanguinidade, tronco, casamento, transmissão e perpetuação geracional. Pela experiência de vida, reconhecem as contradições presentes nas dinâmicas relacionais, como os elementos dissonantes que contrariam a idealização de harmonia e colocam a família na condição de

“fábrica de neuróticos”. Como afirma Barros (1987, p. 77), “os avós reconstróem suas vidas, relembando a trajetória familiar e estabelecendo na lembrança, o espaço familiar, a representação da família e suas relações internas”.

De forma geral, quando falamos de família, seja em que posição for, levamos em conta a sua complexidade e multiformidade, que não se restringe as suas configurações mutáveis ao longo do tempo e nas diferentes culturas. A diversidade e as contradições se apresentam também nos modos relacionais. Identificamos, diante de tudo o que foi discutido pelos grupos, que posições de preservações de modos de ser família e configurações coexistem em meio às transformações, atestando um movimento dialético. Nesse jogo, estão presentes a tradição do que já foi vivido em outras gerações, que serve como referência, e as novas construções inerentes às mudanças das sociedades humanas. Tal movimento permite a convivência de consensos e dissensos compartilhados pelos grupos de pertenças, característicos do processo de formação das teorias do senso comum. Consideramos que “em todas as formas de representação existe uma batalha entre a história do objeto e a intenção de apreendê-lo renovadamente, de enredar o que já foi em uma rede totalmente nova de significação” (JOVCHELOVITCH, 2007, p. 18).

No que diz respeito à categoria em que analisamos modelos e práticas sociais dos papéis familiares entre os três grupos estudados, identificamos pontos de aproximação e de distanciamentos, que mostraram os processos de mudanças sociais nas relações dentro das famílias. Percebemos que muito do que relatam sobre as experiências vividas hoje, diante do papel dos filhos, pais e avós, encontra suas referências em momentos vividos anteriormente, pelo que foi transmitido pelas gerações passadas.

Os participantes da oficina das crianças indicam práticas ligadas ao lugar de filhos que localizam a presença de elementos característicos das referências atuais, em que ser filho está relacionado à felicidade, ao prazer e à liberdade de ser como se quer ser. Paralelo a esse movimento, que expressa uma característica das relações atuais, convive-se com a prática da obediência aos pais, pois eles continuam representando a autoridade. A aprendizagem é destacada pelos filhos que têm os pais como referência tanto para a aprendizagem dos valores, dos gostos, como do modo de ser, aspectos que favorecem a constituição da própria identidade. Esse processo se dá de uma forma ativa e, ainda que tenham permanências do que foi passado, como sujeitos ativos, também ressignifica valores e/ou comportamentos. Todo o processo ocorre em um ambiente de afetos construído nas relações familiares com os cuidadores que são próximos, em geral, os pais, que se tornam os outros significativos nessa construção social da realidade (BERGER; LUCKMANN, 2012/1966).

A obediência dos filhos aos pais e o lugar de valorização da criança na família hoje se aproximam e se distanciam, ao mesmo tempo, da realidade que foi vivenciada pelos avós, quando foram filhos. Eles afirmaram que, nessa posição, deviam obediência aos pais; no entanto, o modo como se dava essa obediência era diferente. Na época dos avós, a criança não era valorizada como hoje e as estratégias de correção corporal eram intensamente utilizadas, indicadas e aceitas socialmente. Era vista como uma coerção necessária que mantinha a ordem da obediência das crianças aos pais e adultos, demarcando com clareza a autoridade destes; a isso, somava-se a falta do diálogo e da demonstração de afeto explícita, através das manifestações que hoje são reconhecidas por declarações verbais, abraços e beijos.

O grupo dos pais expressou a realidade mais atual do ser mãe e pai na família, imbricados às questões de gênero, complementando o papel dos filhos, que ocupam hoje um lugar central nas famílias, em sua maioria, vistos como muito especiais, investidos afetiva e socialmente. O casal se divide em tarefas dentro e fora do ambiente doméstico; os dois ocupam o mercado de trabalho, dividem as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos. Em comparação ao que viram e ouviram das gerações anteriores, avaliam a aproximação e a participação dos pais na vida dos filhos como muito positiva. Além disso, a conquista da mulher na atuação profissional e sua valorização na relação conjugal são vistas como avanços qualitativos nos dias de hoje. Em meio a esses aspectos, considerados como avanços sociais, essas mudanças vão caminhando em vias de ajustes constantes, como em todo processo de transformações sociais, considerados hoje bem mais adaptados do que na geração passada.

Em relação às divisões do trabalho entre o casal, com relação à vida profissional e familiar, a experiência apresentada pelo grupo dos avós mostrou-se mais tensa. Percebem que a geração deles, quando pais, foi responsável pelo início da quebra dos modelos hierárquicos definidores das relações familiares há décadas. Tais mudanças provocaram inquietações e deslocamentos, na medida em que as novas práticas não condiziam com os modelos anteriormente aprendidos e preservados. O exemplo do avô, diante do apelo da mulher para que ele dividisse as tarefas do cuidado com o filho, expressa bem essa tensão, quando afirma que “*não casou pra isso*”; em outras palavras, deixa claro que aquela prática não é identificada com o papel de pai ou marido. Foram os avós que, em meio aos deslocamentos e estranhamentos dos modelos e práticas inovadoras, deram início à quebra das hierarquias. Eles compartilharam que já se viam algumas mulheres, na época em que foram pais, ocupando o mercado de trabalho e alguns homens-pais participando dos cuidados com os filhos. No entanto, em meio às resistências e inovações, é a geração dos pais atual que solidifica essas mudanças.

Os avós falam também da sua prática recente dentro da família na posição de avó/avô.

Dentre os desafios da atualidade, no novo lugar ocupado, está o não saber como educar os netos, já que a educação dada a eles não é igual a que deram aos filhos. Com os netos, há mais leveza e tempo livre, o que proporciona uma educação mais dedicada, em que podem ensinar sobre os sentidos das proibições. O desejo de estar sempre presente na vida dos netos causa, por vezes, sobreposições das funções que se misturam as dos pais das crianças, gerando possíveis conflitos entre eles. Há também o sentido do ser avô pela continuidade geracional, em que o filho e, depois, o neto significam a perpetuação da família ao longo do tempo.

Diante desses resultados, entendemos por que a família é considerada, preferencialmente, o *locus* de convivência entre diferentes gerações, favorecendo a transmissão da cultura (THOMPSON, 1993). É nesse lugar que ocorrem os encontros e desencontros diante da pluralidade de concepções e valores da vida, como também o processo de transmissão intergeracional, o qual “pressupõe a passagem de valores, bens e o que mais for de uma geração anterior àquela – ou àquelas – que lhe seguem” (CARVALHO, C. A. F, 2005, p. 10). Por tudo isso, compreendemos que “há um *habitus* familiar e histórico sempre em transformação, contestando e reafirmando, que dá dimensões concretas para a ação e a significação na relação entre família e geração” (SCOTT, 2010, p. 252).

Na última categoria, identificada como “processos de transmissões, conservações na família e o lugar da memória social”, buscamos relacionar, empiricamente, os conteúdos das oficinas com as questões teóricas da memória social. Identificou-se também a dinâmica envolvida nos processos de transmissão de valores, normas e práticas sociais vividos no âmbito familiar. Alguns dos pontos apontados já tinham sido apresentados nas categorias de análise anteriores e foram retomados com o objetivo de enfatizar as relações com os termos teóricos que embasaram essa categoria. Os elementos compartilhados pelos grupos que favoreceram essa articulação foram os seguintes: o brincar, atrelado ao modo de viver a infância, com suas diferenças entre a ocupação do espaço público e privado hoje; a vivência do tempo comparada pelas gerações; os modelos e práticas em torno da maternidade e da paternidade, assim como os papéis de gênero no mundo do trabalho e no ambiente doméstico, que se dividem entre conservadores/tradicionais e atuais; o processo de identificação dos filhos com os pais, que promove a formação das identidades pessoais e sociais; bem como os antagonismos expressos diretamente pelo grupo dos avós, que buscam ora defender ora criticar valores e práticas dos dias de ontem e de hoje.

Identificamos, a partir desses aspectos, a articulação entre elementos da memória social, especificamente, da memória comum/geracional e individual, em relação ao que foi transmitido oralmente e ao que foi lembrado a partir do vivido; e o pensamento social e as identidades

sociais que se inter cruzam no processo de formação das representações sociais.

O pensamento social, que envolve a tradição como um pensamento preexistente, possibilita a formação de um campo comum de representação através das trocas comunicacionais, que orientam práticas e favorecem as identidades grupais. Para se compreender e explicar uma representação, é necessário começar com aquela ou aquelas das quais ela nasceu. Uma representação, muitas vezes, condiciona ou responde a algum comportamento ou estrutura social, na medida em que é compartilhada por todos e reforçada pela tradição, constituindo-se uma realidade social *sui generis*, pois “quanto mais sua origem é esquecida e sua natureza convencional é ignorada, mais fossilizada ela se torna” (MOSCOVICI, 2011/2000, p. 41).

A compreensão das relações geracionais e os posicionamentos que identificam os sujeitos participantes favoreceram a identificação de toda complexidade desses processos: o que é repassado, o que se modifica, os pontos de tensões, os dissensos e consensos referentes às mudanças sociais. Tudo isso se apresenta na família e se constrói através dela, no jogo dialético que não encontra linearidades, nem homogeneidades, e sim, tensões, em meio às tentativas de preservações e reconstruções.

Frisamos ainda que a formação das representações sociais é demonstrada pelas diferentes dimensões que envolvem a pertença social, a qual identifica o sujeito na sua posição de construtor social através de suas experiências pessoais relacionadas ao grupo. São dimensões que, na prática, não se separam, demonstrando que ambas estão imbricadas e contribuem para a complexa construção das representações sociais, pois

[...] as representações são sociais, pelo fato de serem um fato psicológico de três maneiras: elas possuem um aspecto impessoal, no sentido de pertencer a todos; elas são a representação de outros, pertencentes a outras pessoas ou a outro grupo; e elas são uma representação pessoal, percebida afetivamente como pertencente ao ego. (MOSCOVICI, 2011/2000, p. 211).

Por tudo isso, quando falamos em representações sociais de família, tratamos de algo dinâmico, como afirma Vasconcellos (2013), que também estudou a família em diferentes gerações. A autora pontua que a família é um objeto por si só complexo, imerso em diferentes discursos e que, por sua pouca precisão, provoca uma busca pela organização dos seus sentidos, através da construção de teorias do senso comum, em que são destacadas a participação no grupo social, as conversações e as informações a que temos acesso. Nesse sentido, os grupos e as pessoas não são receptores passivos, pois “pensam por si mesmos, reproduzem e comunicam incessantemente suas próprias e específicas representações e soluções às questões que eles

mesmos colocam” (MOSCOVICI, 2011/2000, p. 45).

Diante de tudo isso, o objeto família compôs o contexto desse estudo a fim de favorecer a identificação desses elementos sociais complexos, em que mudanças e preservações de modos e práticas estão sendo observados por um viés interdisciplinar, cômnicos de que nenhum recorte teórico tem a pretensão de esgotar um tema tão complexo.

## 7 CONCLUSÕES FINAIS

Nesta tese, trabalhamos com uma perspectiva teórica da Psicologia Social, a Teoria das Representações Sociais, que, por se debruçar sobre complexos objetos sociais, possibilita uma ampla opção de métodos de investigação e de questionamentos, que promovem sempre novas pesquisas. Aqui, dois estudos foram propostos, norteados pelas questões do conteúdo das RS de família para as diferentes gerações, investigadas no bojo das suas transformações; dos processos de construção das RS, com intuito de investigar como as representações são construídas por essas gerações; e, por fim, sobre a tentativa de articulação entre as RS e a memória social, buscando quais aspectos dessa memória podem ser identificados nessa construção durante o processo de transmissão geracional.

Especificamente, o primeiro estudo serviu para identificar mais os conteúdos de RS, além dos processos que caminham juntos; ele foi norteador e provocador de questões para o segundo estudo. Para tanto, o seu objetivo geral foi de identificar os conteúdos de RS por três gerações; já os específicos: identificar aspectos comuns ou diversos dessas RS de família, entre as diferentes gerações entrevistadas; e analisar os pontos de tensão entre aspectos de mudança e conservação de elementos das RS de família. Nesse estudo, utilizamos entrevistas de roteiro semiestruturado, parte do banco de dados do laboratório LabInt, as quais favoreceram a primeira investigação por ter o mesmo tema e perfil dos participantes propostos. A partir desse material, foram identificados os conteúdos das RS para cada geração (filhos, pais e avós) e alguns elementos de transição que mostravam caminhos para novos aprofundamentos.

Foram analisados aspectos como ideias do início da formação de uma família, concepções e conceitos, funções, o que não é família, se algo a faz deixar de existir, desvantagens e vantagens em ter família, atrelados ao posicionamento de cada participante (filhos, pais e avós). Os resultados, de forma bem geral, mostraram que as três gerações apresentam uma visão comum, no que se refere ao início da família, com a formação do casal hétero, o casamento, seguido do nascimento dos filhos. A família, para todos, também é destacada como lugar de afeto, primordialmente. É composta por pai, mãe, filhos e outros parentes com diversas gerações, com netos (para avós) e bisavós (para as crianças). Os pais compreendem mais a família por um parâmetro de modelo tradicional, apresentando alguns conflitos quando vivenciam as separações, sendo difícil definir família nessas circunstâncias. As crianças veem a família apenas como vantagem, lugar de amor e cuidado, por isso não cabe nela brigas, confusão, desunião, violência, o não se importar com o outro. Para os avós, tais

aspectos apontados pelas crianças, além das despesas econômicas, fazem parte da vida em família e não são em si uma desvantagem. A desestrutura familiar é que promoveria o seu fim, com a presença das drogas, a desunião, a falta de amor e de valores.

Com essa análise em mãos, uma nova estratégia metodológica foi lançada a fim de favorecer mais diretamente a identificação dos processos de construção das RS. No segundo estudo, ampliamos o foco, utilizando outra estratégia metodológica: as oficinas sociodramáticas. Por favorecer o encontro grupal, elas serviram como facilitadoras para a identificação e observação do processo de transmissão de valores, normas, crenças, modelos e práticas, dos sentidos de pertencimento, da identidade, articulado à memória social, em meio às trocas comunicacionais, negociações, consensos e dissensos.

No contexto do grupo, os participantes identificaram suas ideias, valores e afetos, compartilhados por uma mesma geração, depararam-se com as influências de gerações anteriores e atuais, relataram suas histórias pessoais que se assemelhavam em muitos pontos com as dos demais participantes. Desse modo, as questões norteadoras para a oficina giraram em torno do que é família; do como é ser filho/filha, pai/mãe, avô/avó; a identificação das mudanças ao longo do tempo nas famílias, referenciadas pelo ontem e pelo hoje. Tudo isso proporcionou a evocação de elementos de memória social, advindos tanto das experiências vividas quanto das transmitidas oralmente pela família e que não foram, necessariamente, vivenciadas diretamente pelo sujeito.

Assim sendo, concluímos que o estudo de um objeto social complexo e polissêmico como a família, articulado a outros aspectos teóricos, não menos complexos, como geração e memória social, junto à plasticidade do aporte teórico metodológico – TRS, exige diferentes estratégias metodológicas que acessam diferentes conteúdos. Essas estratégias não se esgotam em si mesmas, na medida em que um fenômeno social desta magnitude e complexidade precisa ser olhado por meios diversos. Em termos de resultados analisados, percebemos conteúdos comuns que reforçam um campo comum de representações sociais de família e pontos que só foram alcançados mediante o método proposto, pelo refinamento da técnica.

Salientando-se as especificidades metodológicas, em termos gerais, apresentamos alguns resultados que foram comuns nos dois estudos: a família é representada socialmente de forma positiva, reconhecida por sua importância fundamental na vida do indivíduo. Essa importância vai desde a procriação, que faz o sujeito existir biologicamente, a partir do nascimento, antecedido pela formação do casal heterossexual, que namora, casa e procria. A família também tem a função de manutenção do sujeito, principalmente, quando se é filho, o qual deve ser protegido, amado, educado e cuidado em todos os sentidos.

Para os pais, a responsabilidade de manter alguém, ensinar, preservar é fundamental. A maternidade e a paternidade promovem uma mudança radical de vida, fazendo dos pais figuras de exemplo para os filhos em tempo integral. Algumas mudanças sociais também surgiram nos dois estudos como: os papéis do homem e da mulher na participação do trabalho dentro e fora da família; as funções do homem-pai que participa mais do cuidado com os filhos; e o contexto das separações e recasamentos.

Os avós se veem com mais tempo, liberdade, leveza, paciência e muito afeto para educar e lidar com os netos, ancorados na autoridade da sua experiência por terem criado os próprios filhos. Ao mesmo tempo, admitem as contradições e o não saber o que fazer, às vezes, frente aos novos desafios provocados pelos netos. Concluem que não é a mesma coisa que lidar com os filhos. Também compreendem seu legado entre as gerações, a continuidade não só da própria família biológica, mas os sentidos subjetivos de valores perpassados. Os avós também percebem a necessidade da família em termos de companhia e cuidado, tendo em vista o passar dos anos e possíveis fragilidades que isso venha a acarretar.

Outro ponto destacado entre os dois estudos e entre as três gerações foi o aspecto afetivo da família, fundamental para sua existência, definição e permanência. Pelo vínculo afetivo, os laços consanguíneos foram relativizados em termos de critério definidores para ser família. Na condição do afeto, a família inclui os novos parentes, muitos ainda sem uma nomenclatura clara, advindos das separações, recasamentos, das famílias homoafetivas e toda a multiplicação de vínculos possíveis na atualidade. O afeto também possibilita a inclusão por adoção e a família dos amigos escolhidos, que, às vezes, é diferenciada dos amigos do ambiente de trabalho, que podem formar uma família institucional. Dessa forma, a vinculação pelo afeto na família foi vista como fundamental para os participantes dos dois estudos.

Entendemos também que filhos, pais e avós, participantes desse trabalho, representam a família por posições específicas, a partir de inserções complexas em seu contexto de vida particular, que também é social, situados no bojo das transições e pensamentos pré-existentes, que ao mesmo tempo, são preservados e transformados. Ainda assim, foi possível observar um campo comum de representações. Vasconcellos (2013), que estudou as representações sociais de família por jovens, adultos e idosos, também observou uma representação social comum que reforça os parâmetros de um modelo, como se a realidade social e suas variações não interferissem tanto nas representações; como se a novidade não revisasse o que está posto, mesmo que o novo modelo não dê conta do que parece ultrapassado às mudanças atuais. Diante de um sentido comum de família, cada sujeito parece se posicionar de forma diferente em função do lugar social que ocupa na relação com esse objeto. Como afirmam Moscovici e

Doise:

[...] os argumentos próximos dos valores dominantes entre os membros do grupo são coletivos e os outros mais ou menos individuais. O debate permite reconhecê-los e fazer a triagem. Isso pressupõe que as atitudes, normas, etc., partilhadas prefiguram a forma de entendimento e simultaneamente a da implicação mútua que daí resulta no decorrer da discussão. (MOSCOVICI; DOISE, 1991, p. 28).

Segundo Doise (2002), a ancoragem das tomadas de posições no campo comum de representações é estudada a partir de alguns aspectos como: as variações existentes na adesão a crenças e ou escolha de valores, os quais são considerados como gerais, já que se pressupõe que eles organizam as relações simbólicas em diversos domínios. O outro aspecto refere-se às percepções que os indivíduos constroem com relação a si e entre os grupos e categorias que os implicam, seja de forma mais direta ou indireta, bem como da identificação das relações entre as pertencas ou posições sociais e as modulações das tomadas de posições. A ideia geral do autor é de que as inserções sociais partilhadas dão lugar a interações e experiências específicas, as quais, porventura, mediante a intervenção diferenciada dos valores, crenças e percepções sociais, modulam as tomadas de posições de natureza simbólica.

De toda forma, identificamos, nesse trabalho, além dos consensos apresentados, que o uso de estratégias metodológicas diferentes, que permitem o acesso a conteúdos diversos, refinou, no caso das oficinas do segundo estudo, o acesso aos processos de transições, conflitos, tensões, desencontros, valores, ideias, normas de conduta entre as gerações. Nesse, foram identificados com mais detalhes, através das diferenças geracionais: a experiência da maternidade e da paternidade; as atividades destinadas a homens e a mulheres no espaço público do trabalho e no espaço doméstico privado; o educar e o lidar com as crianças; a vivência da infância, que inclui as diversas possibilidades de brincadeiras e de espaços reservados a ela; a multiplicidade dos arranjos familiares; dentre outros.

A riqueza observada nesses processos mostrou a convivência de conservações e transformações. Há, por um lado, a defesa de gerações mais experientes sobre o que já foi vivido, as quais veem como positivas muitas das mudanças de hoje; e a geração mais atual que vive os novos modelos e práticas e, ao mesmo tempo, defende alguns dos referenciais tidos como tradicionais e conservadores das gerações passadas. As novas gerações constroem a sua condição baseando-se na construção do que lhes é apresentado pelas figuras significativas, fortemente ligadas pelo afeto e pelas heranças sócio-históricas (BERGER; LUCKMANN, 2012/1966).

Acreditamos que todos os processos de mudanças sociais, que envolvem práticas e crenças compartilhadas por uma sociedade, não acontecem sem oscilações. Há, concomitantemente, as tentativas de permanência do que foi passado e aprendido como norma que promove as identidades dos grupos. “Ao lado das transformações sensíveis a todos, há também a percepção da permanência dos valores e práticas sociais. A combinação de elementos aparentemente inconciliáveis de mudança e permanência faz parte das experiências de vida das diferentes gerações.” (BARROS, 2006, p. 18-19).

Compreendemos que são esses processos de preservação, conservação e de transformações identificados nas transmissões entre as gerações que, por meio da memória social, promovem a construção das representações sociais. Por sua dinâmica dialética, a memória social é oportunizada no presente ao mesmo tempo em que remete ao passado. É também individual e coletiva, transmite aspectos de conservação e possibilita reinvenções. A construção das representações sociais acontece nessa interatividade, nesse trânsito, pelos processos de ancoragem e objetivação. Identificamos que as RS de família ancoram-se em referenciais de pensamentos sociais pré-existentes, ideias, afetos e modelos de comportamento mais tradicionais, que quando objetivados, possibilitam novos sentidos em meio às trocas interacionais grupais. Esses processos permitem a coexistência de velhos e novos sentidos diante da complexidade do fenômeno, que devem ser entendidos e justificados para que possam ser compartilhados, promovendo comunicação e interação. Nesse sentido, a Teoria das Representações Sociais nos ajuda a entender que

[...] a harmonia entre as RS com as normas e valores culturais referentes a um dado objeto social não significa, entretanto, apenas cristalização ou permanência. [...] Na gênese de uma teoria do senso comum emerge também a gênese da contradição. Ao lado de práticas e representações dominantes e resilientes, estudos mostram a face da ruptura, do novo e do inesperado (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2000, p. 260).

Posto isso, defendemos a tese de que a construção das RS de família está diretamente relacionada com os elementos da memória social através da sua contínua reconstrução entre as gerações. Isso favorece a coexistência tanto de antigos aspectos, que permanecem e ajudam a dar sentido ao objeto, quanto de novos, que promovem as transformações, em um processo dialético envolto em tensões, consensos, dissensos, preservação das tradições e reinvenções.

Longe de esgotarmos a complexidade da proposta, as articulações realizadas nessa tese, a partir dos dados empíricos, indicam que esse campo de estudo é vasto e que outros meios e métodos de investigações podem contribuir para uma maior visualização e implicação desses

elementos estudados, na construção da Teoria das Representações Sociais.

As ampliações desse estudo podem seguir diversos caminhos. Questões que foram aqui identificadas tiveram sentido por seus participantes pertencerem a contextos específicos, caracterizados por uma cultura ocidental, urbana, situada em um capital do nordeste brasileiro; e a uma classe econômica média, que reafirma valores tradicionais, vivendo ao mesmo tempo as mudanças. Provavelmente, participantes pertencentes a outras realidades sociais e culturais, como comunidades rurais, de população de baixa renda, indígenas, quilombolas, nos apontariam outros dados para a análise das construções das representações sociais de família, nos levando a outras reflexões em torno dos aspectos investigados: geração, transmissão, memória social. Assim também, pensamos nos debates que aquecem o cenário social, e até mesmo político, em torno da conceituação de família, baseada nas suas configurações hétero ou homoafetivas. Pensamos, se uma investigação, a partir da vivência direta dessas outras experiências de configurações familiares (famílias homoafetivas), não revelaria novos elementos para a investigação das representações sociais de família. A pauta desses debates que envolvem mudanças sociais das configurações familiares aponta para um futuro de novas investigações, que promoveriam outras representações sociais, ancoradas não só em perspectivas do passado e presente, mas também, do futuro. Questionamos, enfim: como outros participantes advindos de culturas e modelos familiares diferentes representariam a família?

Consideramos também, nessa pesquisa, a complexidade da Teoria das Representações Sociais, que, por ter suas raízes em diversas disciplinas sociais, amplia ainda mais o leque das suas investigações e articulações teóricas. Dentre as articulações caras a essa tese, o desafio permanece em torno do campo de estudo que pretende relacionar a memória social à identidade social (CABECINHAS, 2006; VALENTIM; TRINDADE, 2011), bem como ao pensamento social (SÁ, 2015). O aspecto do afeto, que aparece em destaque nos resultados da construção das representações sociais de família, aproxima-nos de outra área do conhecimento que é a Psicologia do Desenvolvimento Humano. Nessa vertente, a vinculação afetiva tem destaque na constituição da espécie humana (CARVALHO, A. M. A., 2005), um campo que também merece ser mais investigado.

Esses são alguns dos pontos aqui observados que deixam um amplo cenário para novas investigações, reconhecendo os limites teóricos e de tempo que um trabalho de pesquisa nos impõe. Nesse contexto, o pesquisador tem que fazer escolhas claras, que o levem, por um lado, a abrir mão de alguns objetivos de investigação, bem como do alcance das suas articulações teóricas e, por outro, o lancem para futuros desafios em novas pesquisas. Desse modo, a construção do saber por sua profusão é de fato um processo inesgotável.

## REFERÊNCIAS

ABRIC, J. C. *Prácticas sociales y representaciones*. México: Cultura Libre, 2001/1994. Disponível em: <http://goo.gl/AZz00C> Acesso em: 19 dez. 2015.

ALMEIDA, A. M. O. A pesquisa em representações sociais: fundamentos teórico-metodológicos. *Ser Social*, Brasília, v. 9, n. 1, p. 129-158, 2001.

ALMEIDA, A. M. de; CARNEIRO, M. J.; PAULA, S. G. de. Introdução. In: ALMEIDA, A. M. de; CARNEIRO, M. J.; PAULA, S. G. de. (Org.). *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1987. p. 13-21.

ALMEIDA, A. M.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. Representações e práticas sociais: contribuições teóricas e dificuldades metodológicas. *Tema em Psicologia SBP*, Ribeirão Preto, v. 8, n. 3, p. 257-267, 2000.

ALMEIDA, M. E.; MAGALHÃES, A. S.; FÉRES-CARNEIRO, T. Transmissão geracional da profissão na família: repetição e diferenciação. *Psico*, Porto Alegre, PUCRS, v. 45, n. 4, p. 454-462, out./dez. 2014.

AMAZONAS, M. C. L. de A.; BRAGA, M. da G. R. Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 177-191, dez. 2006.

ANDRADE, D. A. *Representações sociais de velhice por diferentes grupos etários: analisando estruturas e processos*. 2014. 132 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)—Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

ARAÚJO, E. L. *Representações sociais da maternidade por mulheres adolescentes*. 2014. 144 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)—Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

ARAÚJO, M. F. Família, modernização capitalista e democracia: retomando alguns marcos do antigo debate sobre as transformações da família no Brasil. *Revista tempos e argumentos*, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 180-198, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://goo.gl/IET2PK> Acesso em: 16 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. *Psicologia ciência e profissão*, Brasília, v. 22, n. 2, jun. 2002.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

ARRUDA, A. Meandros da teoria: a dimensão afetiva das representações sociais. In: ALMEIDA, A. M. de O.; JODELET, D. (Org.). *Representações sociais: interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas*. Brasília: Thesaurus Editora, 2009. p. 83-102.

\_\_\_\_\_. As representações sociais: desafios de pesquisa. *Revista de Ciências Humanas*,

Florianópolis, EDUFSC, Especial Temática, p. 09-23, 2002.

ATTIAS-DONFUT, C. Rapports de generations: transferts intrafamiliaux et dynamique macrosociale. *R. França, Social*, v. 41, n. 4, p. 643-684, 2000. Disponível em: <http://goo.gl/wwNuWM> Acesso em: 16 fev. 2016.

AZZI, R. Família e valores no pensamento brasileiro (1870-1950). Um enfoque histórico. In: RIBEIRO, I. (Org.). *Família e valores*, São Paulo, Editora Loyola, 1987. p. 85-120. Seminários especiais, Centro João XXIII.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, M. L. Transmissão de valores na família e conflitos intergeracionais: experiências femininas. *Cadernos Adenauer: novas perspectivas de gênero no século XXI*. n. 3, p. 125-143, 2013.

\_\_\_\_\_. Gênero, cidade e geração: perspectivas femininas. In: BARROS, M. (Org.). *Família e gerações*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 17-37.

\_\_\_\_\_. *Autoridade e Afeto: avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

BASTOS, A. C. S.; ALCÂNTARA, M. A. R.; SANTOS, J. E. F. Novas famílias urbanas. In: LORDELO, E. R.; CARVALHO, A. M. A; KOLLER, S. H. (Org.). *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo; Salvador: Ed. UFBA, 2002. p. 98-133.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 189-217.

BAUER, M. W.; GAZKELL, G.; ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento – evitando confusões. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 17-36.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 34. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012/1966.

BILAC, E. D. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, M. do C. B. de. (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 29-38.

BORGES, C. de C. *Recriando vínculos familiares: jovens e relações intergeracionais na contemporaneidade*. 2006. 161 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BOSI, E. *Memória e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012/1979.

\_\_\_\_\_. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. *Câmara dos Deputados*. 2015. Disponível em: <http://goo.gl/k3mI3F> Acesso em: 02 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. *Lei da palmada*. Lei nº 13.010 de 26 de junho de 2014. Disponível em: <http://goo.gl/UwSwje> Acesso em: 21 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. *Estatuto da criança e do adolescente*. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://goo.gl/Uy8hf0> Acesso em: 21 fev. 2016.

CABECINHAS, R. Identidade e Memória Social: estudos comparativos em Portugal e em Timor-Leste. In: MARTINS, M.; SOUSA, H.; CABECINHAS, R. (Org.). *Comunicação e Lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e Campo das Letras, 2006. p. 183-214.

\_\_\_\_\_. Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. *Paidéia*, Braga, v. 14, n. 28, p. 125-137, 2004. Disponível em: <http://goo.gl/jGXc0E> Acesso em: 15 fev. 2016.

CABECINHAS, R.; LIMA, M. E. O.; CHAVES, A. M. Identidades nacionais e memória social: hegemonia e polêmica nas representações sociais da história. In: MIRANDA, J.; JOÃO, M. I. (Org.). *Identidades Nacionais em Debate*. Oeiras: Celta, 2006. p. 67-92.

CANDAU, J. *Mémoire et identité*. Paris: Presses Universitaire de France, 1998.

CANO, D. S. et al. As transições familiares do divórcio ao recasamento no contexto brasileiro. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 214-222, 2008.

CARDOSO, B. B.; DARODA, R. F. Cidade da infância: lugar na contemporaneidade e cotidiano. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL - ANPUR, XIV., 2011, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: [s.n.], 2011. p. 01-18. Disponível em: <http://goo.gl/gZ11S5> Acesso em: 21 fev. 2016.

CARVALHO, A. M. A. Em busca da natureza do vínculo: uma reflexão psicoetológica sobre grupos familiares e redes sociais. In: PETRINI, J. C.; CAVALCANTI, V. R. (Org.). *Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005. p. 183-194. 2005.

CARVALHO, A. M. A. et al. Mulheres e cuidado: bases psicobiológicas ou arbitrariedade cultural? *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 18, n. 41, p. 431-444, 2008.

CARVALHO, A. M. A. et al. Vínculos e redes sociais em contextos familiares e institucionais: uma reflexão conceitual. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, p. 589-598, set./dez. 2006.

CARVALHO, A. M. A.; PEDROSA, M. I. Cultura no grupo de brinquedo. *Estudos de psicologia*, Natal, v. 7, n. 1, p. 181-188, 2002.

CARVALHO, C. A. F. *Coisas de família: análise antropológica de processos de transmissão familiar*. 2005. 154 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)–Universidade do Estado do Rio

de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CAVALCANTI, B. *A família em Pernambuco: mudanças na família da elite açucareira*. 1991. 78 f. Dissertação (Mestrado em História)–Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991.

CERTAU, M. de. *A invenção do cotidiano – arte de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHIZZOTTI, A. Da pesquisa qualitativa. In: \_\_\_\_\_. *Pesquisas em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 77-88.

COELHO, H. M. B. De tempos em tempos... Eis a sua família. *Revista mal-estar e subjetividade*, Fortaleza, v. X, n. 3, p. 787-807, set. 2010.

CONNERTTON, P. *Como as sociedades recordam*. Lisboa: Celta Editora. 1999.

CORRÊA, M. Eugenia no calor da hora. *Livros e redes*, México, v. 13, n. 2, p. 509-13, abr./jun. 2006.

\_\_\_\_\_. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ALMEIDA, M. S. K. et al. *Colcha de retalho: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

COSTA, J. F. *Ordem médica, norma familiar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

COURT, P. M. Família e sociedade contemporânea. In: PETRINI, J. C.; CAVALCANTI, V. R. S. (Org.). *Família, sociedade e subjetividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 13-28.

COUTINHO, S. M. dos S.; MENANDRO, P. R. L. Relações conjugais e familiares na perspectiva de mulheres de duas gerações: “que seja terno enquanto dure”. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 83-106, 2010. Disponível em: <http://goo.gl/RpUzVT>  
Acesso em: 16 fev. 2016.

DEBERT, G. G.; SIMÕES, J. A. Envelhecimento e velhice na família contemporânea. In: FREITAS, E. V. et al. (Org.). *Tratados de Geriatria e Gerontologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara e Koogan, 2006, p. 136-147.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2005.

DIAS, C. M. S. B. A influência dos avós nas dimensões familiar e social. *Revista Symposium*, Recife, Universidade Católica de Pernambuco. ano 6, n. 1/2, p. 34-38, jan./dez. 2002

DOISE, W. *Direitos do homem e força das ideias*. Lisboa: Livros Horizonte Ltda, 2002.

DUARTE, S. J. H.; MAMEDE, M. V.; ANDRADE, S. M. O. Opções teórico-metodológicas em pesquisas qualitativas: representações sociais e discurso do sujeito coletivo. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 620-626, 2009.

DUQUE, A. M. *No faz de conta e na realidade: as narrativas de crianças sobre adoção*. 2011. 154 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Centro de Filosofia e Ciências Humanas,

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

DUVEEN, G. Introdução, o poder das ideias. In: MOSCOVICI, S. *Representações sociais*. 8. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011/2000. p. 07-28.

DRAGO, Á. B.; MENANDRO, M. C. S. A paternidade e a maternidade sob o olhar de jovens de classe média e baixa: um estudo em representações sociais. *Revista colombiana de psicología*, Colômbia, v. 23, n. 2, p. 311-324, 2014.

FALCÃO, D. V. S.; SALOMÃO, N. M. R. O papel dos avós na maternidade adolescente. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 22, n. 2, p. 205-212, abr./jun. 2005.

FÉLIX, L. B. *O cuidado à saúde mental na infância: entre práticas e representações sociais*. 2014. 151 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

FÉRES-CARNEIRO, T.; MAGALHÃES, A. S. A parentalidade nas múltiplas configurações familiares contemporâneas. In: MOREIRA, L. V. de C.; RABINOVICH, E. P. (Org.). *Família e parentalidade: olhares da Psicologia e da História*. Curitiba: Juruá Editora, 2011. p. 117-134.

FÉRES-CARNEIRO, T. Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 8, n. 3, p. 367-374, 2003.

FERREIRA, A. *Projeto de lei: estatuto da família*. 2013. Disponível em: <http://goo.gl/gxspxd> Acesso em: 02 fev. 2016.

FERRIGNO, J. C. *Conflito de gerações: atividades culturais e de lazer como estratégia de superação com vistas à construção de uma cultura intergeracional solidária*. 2009. 253 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FIGUEIREDO, L. C. M.; SANTI, P. L. R. de. *Psicologia: uma nova introdução*. São Paulo: EDUC, 2010.

FONSECA, C. A. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 26, p. 11-43, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://goo.gl/xPTXK2> Acesso em: 21 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. História social no estudo da família: uma excursão interdisciplinar. *BIB*, v. 27, p. 51-73, 1989.

FREYRE, G. *Casa-grande e senzala*. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

GOLDANI, A. M. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. *Cadernos Pagu*, p. 67-110, 1993. Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp. Versão revisada e aumentada do artigo “A crise familiar no Brasil hoje”, publicado pela Revista Travessia do Centro de Estudos Migratórios.

GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V.

(Org.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p. 11-26.

GUERRA, V. N. A. *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

HALBWACHS, M. *Memória coletiva*. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro Editora, 2009/1968.

HINTZ, H. C. Novos tempos, novas famílias? Da modernidade à pós-modernidade. *Pensando Família*, Porto Alegre: DOMUS – Centro de Terapia de Casal e Família, n. 3, 2001.

IBGE. *Sala de imprensa*. 30 de novembro de 2015. Disponível em: <http://goo.gl/NViGFG>  
Acesso em: 02 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. *Síntese de indicadores sociais*. Rio de Janeiro, v. 34, 2014. Disponível em:  
<http://goo.gl/OYrhT1> Acesso em: 30 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. *Estatística de registro civil*. Rio de Janeiro, v. 40, 2013. Disponível em:  
<http://goo.gl/rdbyKF> Acesso em: 30 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. *Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Estudos e Pesquisa, informações demográficas e socioeconômicas. v. 27, 2010. Disponível em: <http://goo.gl/2H1x8c> Acesso em: 16 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. *Breves notas sobre a mortalidade no Brasil no período 2000 – 2005*. Rio de Janeiro, dez. 2006. Disponível em: <http://goo.gl/Q9Gx8K> Acesso em: 16 fev. 2016.

JABLONSKI, B. O cotidiano do casamento contemporâneo: a difícil e conflitiva divisão de tarefas e responsabilidades entre homens e mulheres. In: FÉRES-CARNEIROS, T. (Org.). *Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 203-228.

JEDLOWSKI, P. Memória e a mídia: uma perspectiva sociológica. In: SÁ, C. (Org.). *Memória, imaginário de representação social*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 87-98.

\_\_\_\_\_. Memory and sociology: themes and issues. *Time & Society*, Londres, v. 10, n. 1, p. 29-44, 2001.

JODELET, D. Représentations sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, D. (Ed.). *Les représentations sociales*. Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão Técnica: Alda Judith Alves-Mazzotti. Paris: PUF, 1989. p. 31-61.

JOVCHELOVITCH, S. *Os contextos do saber: representações, comunidades e cultura*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

KAMERS, M. As novas configurações da família e o estatuto simbólico das funções parentais. *Estilos da clínica*, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 108-125, dez. 2006.

LAGO, M. C. de S. et al. Gênero, gerações e espaço doméstico: trabalho, casa e família.

*Paideia*, Ribeirão Preto, v. 19, n. 44, p. 357-366, set./dez. 2009. Disponível em: <http://goo.gl/QhKILp> Acesso em: 16 fev. 2016.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2012/1924.

LÉVI-STRAUSS. A família. In: SPIRO, M.; GOUCH, K.; LÉVI-STRAUSS. *A família: origem e evolução*. Porto Alegre: Editorial Villa Martha, 1980. p. 07-45.

LYRA, J. et al. Homens e cuidado: uma outra família? In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. (Org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Editora Cortez, 2007. p. 79-91

LOIZOS, P. Vídeo, filme e fotografia como documentos de pesquisa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 137-156.

LOPES, E. S. L.; NERI, A. L.; PARK, M. B. Ser avós ou ser pais: os papéis dos avós na sociedade contemporânea. *Textos Envelhecimento*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 30-32, 2005.

LONGO, C. S. Ética disciplinar e punições corporais na infância. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 99-119, 2005.

LUZ, G. M.; RAYMUNDO, L. dos S.; KUHNEN, A. Uso dos espaços urbanos pelas crianças: uma revisão. *Psicologia: teoria e prática*, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 172-184, 2010.

MACHADO, L. Z. Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil. *Interface Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 4, n. 8, p. 11-26, 2001.

MACHADO, M. das D. C.; BARROS, M. L. de. Gênero, geração e classe: uma discussão sobre as mulheres das camadas médias e populares do Rio de Janeiro. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 369-393, mai./ago. 2009. Disponível em: <http://goo.gl/v8rvAE> Acesso em: 16 fev. 2016.

MAYALL, B. Relações geracionais na família. In: MÜLLER, F. *Infância em perspectiva: política, pesquisas e instituições*. São Paulo: Ed. Cortez, 2010. p. 165-186.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MARTINELE, F.; MOÍNA, A. Comunicação, consumo e entretenimento no universo infantil: o celular como telefone ou brinquedo? In: VIVARTA, V. (Coord.). *Infância e consumo: estudos no campo da comunicação*. Brasília, DF: ANDI; Instituto Alana, 2009. p. 59-70.

MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1998.

MELLO, L. *Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005.

MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & saúde coletiva*, Manguinhos, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MORAIS, E. R. C. *Saúde e tratamento hemodialítico: representações sociais em um serviço de terapia renal substitutiva*. 2013. 106 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)—Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

MORENO, J. L. *Psicodrama*. São Paulo: Editora Cultrix, 1975.

MOSCOVICI, S. *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes, 2012/1961.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2011/2000.

MOSCOVICI, S.; DOISE, W. *Dissensões e consenso: uma teoria geral das decisões coletivas*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.

MOTTA, A. B. A geração pivô, intermediária na família. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE E PRÉ-ALAS BRASIL, XV, 2012, Teresina. *Anais...* Teresina: UFPI, 2012. p. 01-18. Disponível em: <http://goo.gl/CaAHJc> Acesso em: 12 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 25, n.2, p. 225-250, maio/ago. 2010b. Disponível em: <http://goo.gl/QEnsyF> Acesso em: 16 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. A família multigeracional e seus personagens. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 111, p. 435-458, abr./jun. 2010a. Disponível em: <http://goo.gl/U35nt7> Acesso em: 16 fev. 2016.

MOTTA, A. B.; WELLER, W. Apresentação: a atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 25, n. 2, p. 175-184, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://goo.gl/yyF9b8> Acesso em: 16 fev. 2016.

NAIFF, D. G. M.; SÁ, C. P.; NAIFF, L. A. M. A memória social do estado novo em duas gerações. *Psicologia ciência e profissão*, Brasília, v. 28, n. 1, p. 110-121, 2008.

NAIFF, L. A. M.; SÁ, C. P.; NAIFF, D. G. M. Preciso estudar para ser alguém: memória e representações sociais da educação escolar. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 18, n. 39, p. 125-138, 2008.

NASCIMENLO-SCHULZE, C. M.; CAMARGO, B. V. Psicologia social: representações sociais e métodos. *Temas em Psicologia da SBP*, Ribeirão Preto, v. 8, n. 3, 281-299, 2000.

NASCIMENTO, A. R. A.; GIANORDOLI-NASCIMENTO, I. F.; TRINDADE, Z. A. A representação social do trabalho feminino para homens casados. *Mental*, Barbacena, ano VI, n. 11, p. 145-164, jul./dez. 2008.

NEDER, G. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). *Família brasileira: a base de tudo*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 26-46.

OLIVEIRA, A. R. V.; VIANNA, L. G.; CÁRDENAS, C. J. Avosidade: visões de avós e de seus netos no período da infância. *Rev. Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 461-474, 2010.

OLIVEIRA, N. H. D. Família contemporânea. In: OLIVEIRA, N. H. D. *Recomeçar: família, filhos*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 65-107.

PAIVA, M. L. de S. C. *A transmissão psíquica e a constituição do vínculo conjugal*. 2009. 176 f. Tese (Doutorado em Psicologia)–Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PASSOS, M. C. A constituição dos laços na família em tempos de individualismo. *Mental*, Barbacena, v. 5, n. 9, p. 117-130, nov. 2007.

PECORA, A. R.; SÁ, C. P. Memórias e representações sociais da cidade de Cuiabá, ao longo de três gerações. *Psicologia: reflexão e crítica*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 319-325, 2008.

PETRINI, J. C. Mudanças sociais e mudanças familiares. In: PETRINI, J. C.; CAVALCANTI, V. R. S. (Org.). *Família, sociedade e subjetividade*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 29-53.

PINTO, P. S. P.; BICHARA, I. D. Concepções e ações de crianças a respeito dos espaços públicos onde brincam: um foco na criança cidadã. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO EM ESTUDOS DA CRIANÇA – PESQUISA COM CRIANÇAS: DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS, 2., 2014, p. 1-14. Disponível em: <http://goo.gl/3pfj4> Acesso em: 21 fev. 2016.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRIORI, M. del. *A história das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. *A família no Brasil colonial*. São Paulo: Editora Moderna. 1999.

QUINTAS, F. Família: da origem lusitana à formação personalizada. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *A civilização do açúcar*. Recife: SEBRAE; Fundação Gilberto Freyre, 2007. p. 89-123.

RAMIRES, V. R. R. As transições familiares: a perspectiva de crianças e pré-adolescentes. *Psicologia em estudo*, Maringá, v. 9, n. 2, p. 183-193, maio/ago. 2004.

RAMOS, A. C. Sobre avós, netos e cidades: entrelaçando relações intergeracionais e experiências urbanas na infância. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 128, p. 629-996, jul./set. 2014.

RIBEIRO, F. S. *Família “tem que ter pai e mãe”*: representações sociais de família por crianças na cidade de Recife. 2011. 122 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

RIBEIRO, F. S.; LIRA, P. O.; SANTOS, S. E. de B. A violência no palco sociodramático: o drama que não silencia. In: FLEURY, H. J.; MARRA, M. M. *Intervenções grupais na saúde*. São Paulo: Ágora, 2005. p. 73-94.

ROCHA-COUTINHO, M. L. Transmissão geracional e família na contemporaneidade. In: BARROS, M. (Org.). *Família e gerações*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 91-106.

ROUDINESCO, E. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2003.

ROSE, D. Análise de imagem em movimento. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 343-365.

SÁ, C. P. *Estudos de psicologia social*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2015.

\_\_\_\_\_. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. *Psicologia: reflexão e crítica*, Ribeirão Preto, v. 20, n. 2, p. 290-295, 2007.

\_\_\_\_\_. As memórias da memória social. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Memória, imaginário de representação social*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 63-86.

\_\_\_\_\_. *A Construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

SALEM, T. *O velho e o novo: um estudo de papéis e conflitos familiares*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1980.

SAMARA, E. de M. Novas imagens da família “à brasileira”. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 3, n. 1/2, p. 59-66, 1992.

\_\_\_\_\_. Tendências atuais da história da família no Brasil. In: ALMEIDA, A. M. de; CARNEIRO, M. J.; PAULA, S. G. de. (Org.). *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Editora da UFRRJ, 1987. p. 25-35.

SANTOS, M. F. S. Compreendendo sistemas de representação social: a família como exemplo. *Relatório final*. Apresentado ao CNPq. Recife, 2015.

\_\_\_\_\_. *Compreendendo sistemas de representações: a família como exemplo. Projeto de pesquisa*. Apresentado ao CNPq. Recife, 2011.

\_\_\_\_\_. Representações sociais e psicologia social. In: ALMEIDA, A. M. de O.; JODELET, D. (Org.). *Representações sociais: interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas*. Brasília: Thesaurus Editora, 2009. p. 51-82.

\_\_\_\_\_. A teoria das representações sociais. In: SANTOS, M. F. S.; ALMEIDA L. M.. *Diálogos com a teoria das representações sociais*. Recife: EDUFPE; EDUFAL, 2005. p. 13-

38.

SANTOS, S. E. B. *A experiência de ser ex-esposa: uma oficina sociodramática como intervenção para problematizar a ação clínica*. 2005. 344 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica)–Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2005.

SANTOS, S. E. B. et al. Otimizando as ações de proteção básica e especial/projeto agente jovem de desenvolvimento social e humano (AJDSH). In: SANTOS, S. E. de B; RIBEIRO, F. S. *Abuso e exploração sexual infanto-juvenil: uma experiência de enfrentamento no estado de Pernambuco*. Recife: CEPE, 2006. p. 28-33.

SARAT, M. Avós e netos: as relações estabelecidas nos processos educativos e “civilizadores”. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, X., abr. 2007, Campinas, SP. *Anais*. Campinas, SP: 2007. Disponível em: <http://goo.gl/IF7Y4K> Acesso em: 21 fev. 2016.

SARTI, C. A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R; VITALE, M. A. F. (Org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Editora Cortez, 2007. p. 21-36.

\_\_\_\_\_. Família e individualidade um problema moderno. In: CARVALHO, M. do C. B. de (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 39-49.

\_\_\_\_\_. Contribuições da antropologia para o estudo de família. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 3, n. 1/2, p. 69-76, 1992.

SCOTT, P. *Famílias brasileiras: poderes, desigualdade e solidariedades*. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2011.

\_\_\_\_\_. Gerações e família: polissemia, mudanças históricas, e mobilidade. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 25, n. 2, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://goo.gl/zYjZmr> Acesso em: 16 fev. 2016.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. Questionários e entrevistas. In: \_\_\_\_\_. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. v. 2. São Paulo: EPU, 2001. p. 15-48.

SILVA, C. C. F. M.; CORREA, M. R. Trocas simbólicas entre gerações: avós, netos e a literatura infantil. *Pensando Famílias*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 124-137, jun. 2014.

SILVA, C. R.; GOBBI, B. C.; SIMÃO, A. A. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. *Organizações rurais e agroindustriais*, Lavras, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.

SILVA, E. F. G. da; SANTOS, S. E. de B. Paternidade adotiva: conjugando afetos consentidos. *Revista da Abordagem Gestáltica – Phenomenological Studies*, Goiânia, v. XX, n. 2, p. 161-167, jul./dez. 2014.

SILVA, M. da R.; PICCININI, C. A. Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: um estudo qualitativo. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 24, n. 4, p. 561-573, out./dez. 2007.

SILVA JÚNIOR, N. G. de S.; ANDRADE, A. N. de. “É melhor pra você”, normatização social da infância e da família no Brasil. *Revista do Departamento de Psicologia – UFF*, Niterói – RJ, v. 19, n. 2, p. 423-438, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://goo.gl/iQcpAX> Acesso em: 16 fev. 2016.

SIMIONATO, M. A. W.; OLIVEIRA, R. G. O. *Funções e transformações da família ao longo da história*. In: ENCONTRO PARANAENSE DE PSICOPEDAGOGIA, 1., 2003, Maringá. *Anais...* CD ROM, ABPppr. nov. 2003.

SOUZA, C. L. C.; BENETTI, S. P. C. Paternidade contemporânea: levantamento da produção acadêmica no período de 2000 a 2007. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 19, n. 42, p. 97-106, jan./abr. 2009.

STENGEL, M. Discursos de pais e mães sobre a amizade em famílias com filhos adolescentes. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 21, n. 49, p. 217-225, maio/ago. 2011.

TAJFEL, H. *Grupos humanos e categorias sociais: estudos em psicologia social*. v. II. Lisboa: Livros Horizontes, 1983.

THOMPSON, P. A transmissão cultural entre as gerações dentro da família: uma abordagem centrada em histórias de vida. In: DINIZ, E; LOPES, J. S. L.; PRANDI, R. *Ciências Sociais Hoje, 1993*. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisas em Ciências Sociais. Gestão de 92-94. 1993. p. 09-19.

TRINDADE, Z. A.; ENUMO, S. R. F. Triste e incompleta: uma visão feminina da mulher infértil. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 151-182, 2002.

\_\_\_\_\_. Representações sociais de infertilidade feminina entre mulheres casadas e solteiras. *Psicologia, saúde & doenças*, Lisboa, v. 2, n. 2, p. 5-26, 2001.

TRINDADE, Z. A.; NASCIMENTO, A. R. A.; GIANORDOLI-NASCIMENTO, I. F. Resistência e mudança: representações de homens e mulheres ideais. In: OLIVEIRA, A. M. et al. (Org.). *Violência, exclusão social e desenvolvimento humano: estudos em representações sociais*. Brasília: Universidade de Brasília, 2006. p. 187-214.

TRINDADE, Z. A.; SANTOS, M. F. S.; ALMEIDA, A. M. O. Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos. In: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. (Org.). *Teoria das representações sociais 50 anos*. Brasília: Techno Politik Editoras, 2011. p. 101-122.

VALENCIA, J. F. Representações e memória social: vicissitudes de um objeto em busca de uma teoria. In: SÁ, C. (Org.). *Memória, imaginário de representação social*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 99-120.

VALENTIM, R. P. F. de.; TRINDADE, Z. A. Sobre Memória, Representação e Identidade Social: alguns aspectos teóricos. *Polis e psique*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 60-72, 2011.

VASCONCELLOS, K. de M. *A representação social da família: desvendando conteúdos e explorando processos*. 2013. 376 f. Tese (Doutorado em Psicologia)–Departamento de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

VILHENA, C. P. de S. A família na doutrina social da igreja e na política social do estado novo. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 3, n. 1/2, p. 45-57, 1992.

VITALE, M. A. F. Avós: velhas e novas figuras da família contemporânea. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Editora Cortez, 2007. p. 93-105.

WACHELQUE, J. F. R.; CAMARGO, B. V. Representações sociais, representações individuais e comportamento. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, Porto Alegre, v. 41, n. 3. p. 379-390, 2007.

XAVIER, E. A representação da família no banco dos réus. *Interdisciplinar – Edição Especial*, Teresina, v. 1, n. 1, p. 7-20, 2006.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

PROJETO DE AUTORIA DE SANTOS (2011)

1. SE EU PEDISSE PRA VOCÊ DESCREVER UMA FAMÍLIA, COMO SERIA?\*
2. O QUE É FAMÍLIA?\*
3. O QUE MARCA OU DEFINE O INÍCIO DE UMA FAMÍLIA?\*
4. O QUE NÃO SERIA FAMÍLIA?\*
5. COMO SE CONSTITUI UMA FAMÍLIA?
6. HÁ UM LIMITE MÍNIMO DE PESSOAS PRA QUE SEJA RECONHECIDA UMA FAMÍLIA? ELA SÓ EXISTE A PARTIR DE X MEMBROS?
7. POR QUEM SERIA COMPOSTA UMA FAMÍLIA? QUEM INTEGRARIA UMA FAMÍLIA?
8. COMO SE CARACTERIZA UMA FAMÍLIA? EXISTEM ELEMENTOS CHAVES QUE DEFINAM ISSO É FAMÍLIA, QUE SEJAM NATURAIS DA FAMÍLIA, QUE SEJAM CARACTERÍSTICOS DA FAMÍLIA?
9. TODAS AS FAMÍLIAS SÃO IGUAIS NA SUA CONCEPÇÃO?\*
10. EXISTEM FUNÇÕES QUE SÃO INERENTES À FAMÍLIA?\*
11. QUE PAPÉIS DESEMPENHAM OS MEMBROS DA FAMÍLIA?
12. PRA VOCÊ COMO É SER FILHO/FILHA, MÃE/PAI, AVÓ/AVÔ?\*
13. HÁ ALGUM MEMBRO QUE MARQUE A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA? OU MEMBROS?\*
14. MUDOU ALGUMA COISA NO JEITO COMO VOCÊ VÊ A FAMÍLIA ANTES DE SER MÃE/PAI?
15. EXISTIRIA ALGUMA SITUAÇÃO, ALGUMA OCASIÃO, ALGUM FATO, ALGUM MARCO, ONDE A FAMÍLIA DEIXE DE EXISTIR?\*
16. E QUAIS SERIAM AS VANTAGENS E AS DESVANTAGENS DE TER UMA FAMÍLIA?\*
17. VOCÊ PODERIA FALAR UM POUCO SOBRE A DINÂMICA DA SUA FAMÍLIA?
18. ASSOCIAÇÃO DE PALAVRAS – FAMÍLIA...\*

\* Foram as questões utilizadas no 1º Estudo.

## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – CRIANÇAS



Universidade Federal de Pernambuco  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Doutorado

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### TÍTULO DA PESQUISA

Representações Sociais de Família por Diferentes Gerações e sua Relação com a Memória Social

#### RESPONSÁVEIS

Fernanda Siqueira Ribeiro / Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima Souza Santos (Orientadora)

#### INSTITUIÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco

#### APRESENTAÇÃO E PROCEDIMENTOS

Convido a criança sobre sua responsabilidade a participar como voluntário(a) da pesquisa acima citada. Essa pesquisa tem como objetivo investigar como as pessoas, de diferentes idades, pensam a família e o que é passado sobre a mesma entre as três gerações investigadas. Participarão desse estudo quatro crianças (de 07 a 11 anos), quatro adultos-pais (de 25 a 35 anos) e quatro idosos-avós (de 60 a 70 anos). Para esse estudo, realizaremos três oficinas separadamente, uma com as crianças, uma com os adultos-pais e outra com os idosos-avós. As oficinas possibilitarão uma troca de conhecimento sobre o tema família de modo geral, não sendo foco a investigação das famílias particulares de cada participante. A criança será convidada a participar da oficina, que terá a etapa do aquecimento sobre o tema, o desenvolvimento do mesmo e, por último, os comentários finais. No registro desse trabalho, propomos uma filmagem com imagem e som a fim de assegurar as informações que serão compartilhadas pelo grupo. As informações que serão obtidas a partir desse instrumento terão exclusivamente o objetivo de análise, com a garantia de que apenas as pesquisadoras terão acesso a sua íntegra. Essa pesquisa tem caráter voluntário de participação e, durante qualquer momento da pesquisa, caso a criança se sinta desconfortável, ele(a) poderá pedir à pesquisadora que a coleta de dados seja paralisada ou encerrada.

#### RISCOS E BENEFÍCIOS

Esta pesquisa apresentará como **benefícios** para os participantes a oportunidade de falar sobre o tema da família, que poderá ser útil no entendimento e reflexão sobre sua própria vida. Os resultados da pesquisa, por sua vez, poderão beneficiar todos os indivíduos no que diz respeito à compreensão sobre a família e todos os aspectos relacionados às diferentes gerações, sendo percebido o que muda e o que permanece. Além disso, a presente pesquisa também poderá gerar conhecimentos importantes para o trabalho de diversos profissionais que lidam com a temática da família, seja na área de saúde, educacional ou social, para que possam refletir sobre suas práticas relacionadas às diversas concepções de família e seus processos de permanência e de mudanças.

Como possíveis **riscos**, podem surgir alguns momentos de desconforto ou conflito para o participante ou entre esse e os colegas durante as discussões do tema em foco. Nessas ocasiões, a pesquisadora irá intervir com a intenção de minimizá-los. Caso seja necessário, a pesquisadora poderá recorrer ao apoio da Clínica Psicológica da Universidade Federal de Pernambuco, fazendo possíveis encaminhamentos a esse serviço especializado, localizada no 7º andar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE, no Campus Universitário, Avenida Arquitetura, s/n, Cidade Universitária, Recife – PE, CEP 50740-550, telefone (81) 2126-8731.

A pesquisadora garantirá a confidencialidade das informações e o anonimato dos participantes.

### COMPROMISSOS

A pesquisadora compromete-se a estar sempre disponível para esclarecer dúvidas sobre os procedimentos da pesquisa. Fornecerá todas as informações necessárias para que o participante possa decidir conscientemente sobre sua participação na referida pesquisa. Compromete-se em manter o sigilo, de forma que os nomes das pessoas envolvidas na pesquisa jamais serão revelados em possíveis publicações ou apresentações do trabalho. O participante poderá ainda desistir de sua participação a qualquer momento. Os resultados gerais obtidos através da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos do trabalho, incluída sua publicação na literatura científica especializada. Por fim, a participação na pesquisa não implicará absolutamente nenhum custo, nem recompensa financeira para os participantes.

O contato para qualquer esclarecimento de que necessite, será realizado com a pesquisadora responsável, **Fernanda Siqueira Ribeiro**, pelo endereço: **Avenida Professor Moraes Rego, s/n, Cidade Universitária, no Laboratório de Interação Social Humana no Departamento de Pós-Graduação em Psicologia da UFPE, pelos telefones: (81) 2126-8271, (81) 9634-0016 ou e-mail: fsiqueira\_psico@hotmail.com.** O participante poderá contatar ainda o Comitê de Ética da UFPE para apresentar recursos ou reclamações em relação à pesquisa, pelo endereço: Avenida da Engenharia, s/n – 1º Andar, sala 4 – Cidade Universitária, Recife – PE, CEP: 50740-600, telefone (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br.

**Os materiais coletados serão armazenados para fins apenas de pesquisa durante 5 anos no Laboratório de Interação Social Humana (LabInt) sob responsabilidade da pesquisadora responsável, Fernanda Siqueira Ribeiro, e, posteriormente, serão destruídos.**

### CONSENTIMENTO

Eu, \_\_\_\_\_, responsável pela criança

\_\_\_\_\_ fui devidamente apresentado(a) às informações acima e, após lê-las e compreendê-las, estou de acordo com a participação dele(a) nesta pesquisa.

A assinatura desse consentimento não inviabiliza nenhum dos meus direitos legais ou da criança.

Recife, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

\_\_\_\_\_  
Participante

\_\_\_\_\_  
Pesquisador

\_\_\_\_\_  
Testemunha 1

\_\_\_\_\_  
Testemunha 2

## APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ADULTOS E IDOSOS



Universidade Federal de Pernambuco  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Doutorado

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### TÍTULO DA PESQUISA

Representações Sociais de Família por Diferentes Gerações e sua Relação com a Memória Social

#### RESPONSÁVEIS

Fernanda Siqueira Ribeiro / Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima Souza Santos (Orientadora)

#### INSTITUIÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco

#### APRESENTAÇÃO E PROCEDIMENTOS

O(a) Sr<sup>(a)</sup> está sendo convidado(a) a participar, de forma voluntária, da pesquisa citada acima. Essa pesquisa tem como objetivo investigar como pessoas, de diferentes idades, pensam sobre a família e o que é passado sobre a mesma entre as três gerações investigadas. Participarão desse estudo quatro crianças (de 07 a 11 anos), quatro adultos-pais (de 25 a 35 anos) e quatro idosos-avós (de 60 a 70 anos). Para esse estudo, realizaremos três oficinas separadamente, uma com as crianças, uma com os adultos-pais e outra com os idosos-avós. As oficinas possibilitarão uma troca de conhecimento sobre o tema família de modo geral, não sendo foco a investigação das famílias particulares de cada participante. Para tanto, nas oficinas, teremos as etapas do aquecimento sobre o tema, o desenvolvimento do mesmo e, por último, os comentários finais. No registro desse trabalho, propomos uma filmagem com imagem e som a fim de assegurar as informações que serão compartilhadas pelo grupo. As informações que serão obtidas a partir desse instrumento terão exclusivamente o objetivo de análise, com a garantia de que apenas as pesquisadoras terão acesso a sua íntegra. Essa pesquisa tem caráter voluntário de participação e, durante qualquer momento da pesquisa, caso o(a) Sr<sup>(a)</sup> se sinta desconfortável, poderá pedir à pesquisadora que a coleta de dados seja paralisada ou encerrada.

#### RISCOS E BENEFÍCIOS

Esta pesquisa apresentará como **benefícios** para os participantes a oportunidade de falar sobre o tema da família, que poderá ser útil no entendimento e reflexão sobre sua própria vida. Os resultados da pesquisa, por sua vez, poderão beneficiar todos os indivíduos no que diz respeito à compreensão sobre a família e todos os aspectos relacionados às diferentes gerações, sendo percebido o que muda e o que permanece. Além disso, a presente pesquisa também poderá gerar conhecimentos importantes para o trabalho de diversos profissionais que lidam com a temática da família, seja na área de saúde, educacional ou social, para que possam refletir sobre suas práticas relacionadas às diversas concepções de família e seus processos de permanência e de mudanças.

Como possíveis **riscos**, podem surgir alguns momentos de desconforto ou conflito para o participante ou entre esse e os colegas durante as discussões do tema em foco. Nessas ocasiões, a pesquisadora irá intervir com a intenção de minimizá-los. Caso seja necessário, a pesquisadora poderá recorrer ao apoio da Clínica Psicológica da Universidade Federal de Pernambuco, fazendo possíveis encaminhamentos a esse serviço especializado, localizada no 7º andar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE, no Campus Universitário, Avenida Arquitetura, s/n, Cidade Universitária, Recife – PE, CEP 50740-550, telefone (81) 2126-8731.

A pesquisadora garantirá a confidencialidade das informações e o anonimato dos participantes.

### COMPROMISSOS

A pesquisadora compromete-se a estar sempre disponível para esclarecer dúvidas sobre os procedimentos da pesquisa. Fornecerá todas as informações necessárias para que o participante possa decidir conscientemente sobre sua participação na referida pesquisa. Compromete-se em manter o sigilo, de forma que os nomes das pessoas envolvidas na pesquisa jamais serão revelados em possíveis publicações ou apresentações do trabalho. O participante poderá ainda desistir de sua participação a qualquer momento. Os resultados gerais obtidos através da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos do trabalho, incluída sua publicação na literatura científica especializada. Por fim, a participação na pesquisa não implicará absolutamente nenhum custo nem recompensa financeira para os participantes.

O contato para qualquer esclarecimento de que necessite, será realizado com a pesquisadora responsável, **Fernanda Siqueira Ribeiro**, pelo endereço: **Avenida Professor Moraes Rego, s/n, Cidade Universitária, no Laboratório de Interação Social Humana no Departamento de Pós-Graduação em Psicologia da UFPE, pelos telefones: (81) 2126-8271, (81) 9634-0016 ou e-mail: fsiqueira\_psico@hotmail.com.** O participante poderá contatar ainda o Comitê de Ética da UFPE para apresentar recursos ou reclamações em relação à pesquisa, pelo endereço: Avenida da Engenharia, s/n – 1º Andar, sala 4 – Cidade Universitária, Recife – PE, CEP: 50740-600, telefone (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br.

**Os materiais coletados serão armazenados para fins apenas de pesquisa durante 5 anos no Laboratório de Interação Social Humana (LabInt) sob responsabilidade da pesquisadora responsável, Fernanda Siqueira Ribeiro, e, posteriormente, serão destruídos.**

### CONSENTIMENTO

Eu, \_\_\_\_\_, fui devidamente apresentado(a) às informações acima e, após lê-las e compreendê-las, concordo em participar desta pesquisa.

A assinatura desse consentimento não inviabiliza nenhum dos meus direitos legais.

Recife, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

_____ Participante	_____ Pesquisador
_____ Testemunha 1	_____ Testemunha 2

## ANEXO A – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA

<b>Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Serres Humanos</b>	<b>CEP - CCS - UFPE</b>	<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE / UFPE-</b>	
--	-------------------------	---	---

### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Representações Sociais de Família por Diferentes Gerações e sua Relação com a Memória Social

**Pesquisador:** FERNANDA SIQUEIRA RIBEIRO

**Área Temática:**

**Versão:** 4

**CAAE:** 26850014.0.0000.5208

**Instituição Proponente:** CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 666.653

**Data da Relatoria:** 30/05/2014

#### **Apresentação do Projeto:**

Indicado na relatoria inicial.

#### **Objetivo da Pesquisa:**

Indicado na relatoria inicial.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Indicado na relatoria inicial.

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Indicado na relatoria inicial.

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Indicado na relatoria inicial.

#### **Recomendações:**

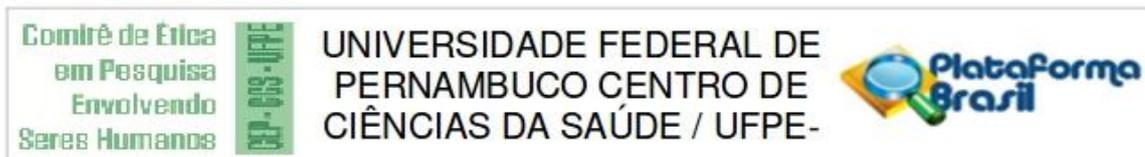
Recomendação:

- a) O orientador deveria ser indicado no TCLE, bem como na Pbrasil;
- b) As despesas do aluguel da casa deveria ser incluída no orçamento;

#### **Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Aprovado com recomendação.

**Endereço:** Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do CCS  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **Fax:** (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br



Continuação do Parecer: 666.653

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O Colegiado aprova o parecer do protocolo em questão e o pesquisador está autorizado para iniciar a coleta de dados.

Projeto foi avaliado e sua APROVAÇÃO definitiva será dada, após a entrega do relatório final, na PLATAFORMA BRASIL, através de "Notificação " e, após apreciação, será emitido Parecer Consubstanciado .

RECIFE, 29 de Maio de 2014

---

**Assinado por:**  
**GERALDO BOSCO LINDOSO COUTO**  
 (Coordenador)

**Endereço:** Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do CCS  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **Fax:** (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br